

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

TIAGO NASSER APPEL

**Dos Caçadores-Coletores aos Grandes Impérios:
Interpretando o aumento da complexidade social à luz da teoria da evolução**

RIO DE JANEIRO

2017

TIAGO NASSER APPEL

**Dos Caçadores-Coletores aos Grandes Impérios:
Interpretando o aumento da complexidade social à luz da teoria da evolução**

Tese apresentada pelo acadêmico Tiago Nasser Appel ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori

RIO DE JANEIRO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

A 646 Appel, Tiago Nasser.

Dos Caçadores- Coletores aos Grandes Impérios: interpretando o aumento da complexidade social à luz da teoria da evolução / Tiago Nasser Appel. – 2017.
189 f. ; 31 cm.

Orientador: José Luís da Costa Fiori

Teses (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2017.

Bibliografia: f. 170-189.

1. Complexidade social. 2. Seleção natural. 3. Guerras. I. Fiori, José Luís da Costa, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 158.2

TIAGO NASSER APPEL

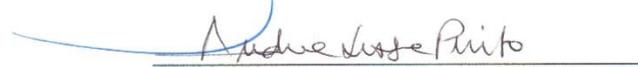
**Dos Caçadores-Coletores aos Grandes Impérios:
Interpretando o aumento da complexidade social à luz da teoria da evolução**

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Economia Política Internacional, sob a orientação do Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori

Banca Examinadora:



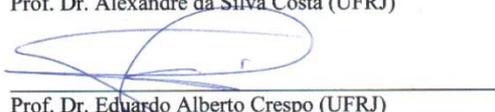
Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori (UFRJ) - Orientador



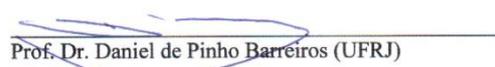
Prof. Dra. Andrea de Lessa Pinto (UFRJ)



Prof. Dr. Alexandre da Silva Costa (UFRJ)



Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo (UFRJ)



Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros (UFRJ)

Para Lorena

RESUMO

Durante aproximadamente 95% de sua história evolucionária, os humanos anatomicamente modernos viveram em bandos de caçadores-coletores. E em menos de 10 mil anos nossas sociedades foram totalmente remodeladas – de pequenos bandos igualitários integrados por interações cara-a-cara para gigantescos Estados com processos centralizados de tomada de decisão, extensa divisão do trabalho e enormes diferenças de riqueza e poder.

Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos propuseram uma panóplia de teorias para explicar esta transição. De fato, a evolução das sociedades humanas complexas é um dos quebra-cabeças mais antigos das ciências sociais. Grandes debates, com raízes no pensamento político de Confúcio, Aristóteles, Hobbes, Rousseau, Marx (entre muitos outros), foram travados sobre os determinantes desta evolução e, mais especificamente, sobre se a evolução social é um processo fundamentalmente cooperativo ou conflitivo.

Nesta tese, buscamos combinar as forças aparentemente contraditórias da cooperação e do conflito dentro de um único quadro teórico, o da “seleção cultural multinível”. A teoria da seleção cultural multinível – um desdobramento da teoria da seleção natural – parte do princípio de que as instituições das sociedades complexas (burocracia, religião organizada, leis, etc.) são todas *onerosas* e que, portanto, só podem evoluir se a pressão seletiva para tanto for muito grande, ou seja, elas só podem evoluir em contextos de forte competição. Posto de outro modo, a competição entre as sociedades permite que as instituições custosas se propaguem porque as sociedades que possuem estas instituições substituem as sociedades que não as possuem.

Palavras-chave: evolução da complexidade social; seleção natural; guerra; coesão social; cooperação.

ABSTRACT

For a very long time – approximately the first 95 percent of our evolutionary history – we lived as foragers. And yet, in less than 10,000 years human societies have been utterly transformed – from small-scale, egalitarian groups integrated by face-to-face interactions to huge states with centralized decision-making, extensive division of labor, and large differentials in wealth and power.

Anthropologists, sociologists and political scientists have proposed a multitude of theories to explain this transition. In fact, the evolution of complex human societies is one of the oldest puzzles of the social sciences. Great debates, with roots in the political thought of Confucius, Aristotle, Hobbes, Rousseau, Marx (among many others), have raged over whether the evolution of such societies is voluntaristic or coercive.

In this thesis, we combine the seemingly contradictory forces of cooperation and coercion within one theoretical framework, that of “cultural multilevel selection”. The theory of cultural multilevel selection – an offshoot of the theory of natural selection – assumes that the institutions of complex societies (bureaucracy, organized religion, laws, etc.) are all *costly* and that, therefore, they can only evolve under strong selective pressures, that is, in situations of fierce competition. In other words, competition between societies allows these costly institutions to spread and propagate because the societies that possess them replace those that don’t.

Key-words: evolution of social complexity; natural selection; war; social cohesion; cooperation.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. EVOLUÇÃO	14
1.1 CHARLES DARWIN	15
1.2 A GRANDE IDEIA DE DARWIN	16
1.3 PRIMEIRAS APLICAÇÕES DA SELEÇÃO NATURAL À EVOLUÇÃO CULTURAL	19
1.3.1 A REAÇÃO CONTRA A SELEÇÃO NATURAL	21
1.4 A IMPORTÂNCIA CENTRAL DA COMPETIÇÃO	23
2. GUERRA	25
2.1 A ANTROPOLOGIA E A ARQUEOLOGIA DA GUERRA	26
2.1.1 NOSSAS OBJEÇÕES À CRONOLOGIA CURTA DA GUERRA	29
2.2 A ETNOGRAFIA DA GUERRA	33
2.2.1 OS !KUNG DO DESERTO DO KALAHARI	34
2.2.2 OS ESQUIMÓS	35
2.2.3 OS ABORÍGENES DA AUSTRÁLIA	37
2.2.4 OS ENGAS DA NOVA GUINÉ	40
2.2.5 OS IANOMÂMIS DO ALTO ORINOCO	41
2.3 POR QUE LUTAR?	44
2.4 POR QUE LUTAR? O CÁLCULO EVOLUCIONÁRIO	48
2.4.1 LUTA POR RECURSOS SOMÁTICOS	49
2.4.2 LUTA POR RECURSOS REPRODUTIVOS	52
2.4.3 VINGANÇA E O DILEMA DE SEGURANÇA	55
3. MORALIDADE	59
3.1 O DILEMA DA COOPERAÇÃO	60
3.2 COOPERAÇÃO À LUZ DA SELEÇÃO NATURAL	64
3.2.1 BREVÍSSIMO RESUMO DA REJEIÇÃO DA SELEÇÃO DE GRUPO NA TEORIA EVOLUCIONÁRIA	67
3.2.2 GRANDES TRANSIÇÕES EVOLUCIONÁRIAS	69
3.3 SOCIEDADES HUMANAS COMO UNIDADES ADAPTATIVAS? A FILOGENIA DO IGUALITARISMO PRIMITIVO	71
3.3.1 ALGUNS EXEMPLOS ETNOGRÁFICOS DO ETHOS IGUALITÁRIO	75
3.4 JUNTANDO AS PONTAS: OS EFEITOS DO IGUALITARISMO PRIMITIVO NA SELEÇÃO NATURAL	77
4. ESTADO	83
4.1 EVOLUÇÃO DA COMPLEXIDADE SOCIAL	84
4.2 AS TEORIAS CLÁSSICAS DA EVOLUÇÃO DA COMPLEXIDADE SOCIAL	89
4.2.1 HIPÓTESE TECNO-ECOLÓGICA	90
4.2.2 HIPÓTESE MARXISTA	91
4.2.3 HIPÓTESE DA CONQUISTA	93
4.2.4 HIPÓTESE DA PRESSÃO POPULACIONAL E DA CIRCUNSCRIÇÃO	94
4.2.5 HIPÓTESE VOLUNTARISTA	99

4.3 O VALE DO CAUCA NA COLÔMBIA: UM EXEMPLO HISTÓRICO DE CHEFATURAS CRIADAS PELA GUERRA	103
4.4 A GUERRA NA FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES	106
4.4.1 A CIVILIZAÇÃO ZAPOTECA	107
4.4.2 DISCUSSÃO FINAL	109
5. NAÇÃO	112
<hr/>	
5.1 A CULTURA ENTRA EM NOSSA ANÁLISE	113
5.2 VOLTANDO À SELEÇÃO MULTINÍVEL	117
5.2.1 VARIAÇÃO CULTURAL	122
5.2.2 INTENSIDADE DA GUERRA	123
5.3 DISCUSSÃO: A ORIGEM DOS MEGA IMPÉRIOS	125
5.3.1 E QUANTO À EUROPA OCIDENTAL?	131
6. DESENVOLVIMENTO	134
<hr/>	
6.1 A INGLATERRA COMO LABORATÓRIO DE ANÁLISE	135
6.2 DOS INVASORES TEUTÔNICOS À CONQUISTA NORMANDA	135
6.3 O PRIMEIRO IMPÉRIO INGLÊS	139
6.4 DOS TUDORS ÀS GUERRAS NAPOLEÔNICAS	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
<hr/>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169

Introdução

Esta é uma tese sobre a origem do Estado. Com a exceção do advento da agricultura, a ascensão do Estado foi provavelmente o passo mais importante já dado pela espécie humana. Se não fosse pelo Estado, o leitor desta tese não estaria lendo esta tese. De fato, nem esta tese nem qualquer livro ou artigo teriam sido escritos. Tanto o leitor quanto o escritor seriam horticultores iletrados, e viveriam em pequenas e simples aldeias espalhadas pelo campo. A vida seria, se não sórdida, brutal e curta, como diria Hobbes, ao menos monótona e pedestre para os padrões de hoje. Quase todas as ciências, ocupações e instituições que conhecemos hoje dependem direta ou indiretamente da existência prévia do Estado.

A disciplina da história, ao contrário do que se poderia supor, não será a nossa principal aliada nesse empreendimento. Isto porque os historiadores raramente estão em condições de descrever a série de etapas que precederam o Estado propriamente dito. Aristóteles, por exemplo, listou as constituições de mais de 150 cidades-estado gregas. Estas constituições certamente o ajudaram a entender a natureza do poder e do governo. Mas elas não podiam lhe dizer como cada uma dessas cidades havia surgido. As fases anteriores da evolução política ocorreram na Grécia *antes* da existência de registros escritos, o que era tudo que Aristóteles tinha à disposição.

Para Aristóteles o Estado era, portanto, “natural”; seu surgimento era auto-evidente. Este raciocínio refletia o fato de que Aristóteles não estava familiarizado com qualquer coisa que *não fosse um Estado*. E tudo que é universal na experiência de uma pessoa tende a ser tomado por certo. As unidades políticas intermediárias entre o “homem em seu estado de natureza” e o Estado tinham desaparecido de cena na época em que Aristóteles escrevia. Em resumo, a sua base de comparação era muito limitada para ele atingir o tipo de entendimento que ele estava buscando (a natureza da evolução política). E desde então esta tem sido uma limitação da disciplina da história.

A arqueologia, por outro lado, pode nos ajudar a perscrutar os capítulos da história da humanidade anteriores à escrita. Hoje sabemos que os humanos anatomicamente modernos surgiram há mais ou menos 200 mil anos e que por um período muito longo – aproximadamente 95% de nossa história – vivemos como forrageadores em sociedades de pequena escala. As coisas só começaram a mudar por volta de 10 a 12 mil anos atrás, com o aumento da sedentarização e o início da agricultura. Já as primeiras sociedades hierárquicas apareceram há mais ou menos 7.500 anos, na Mesopotâmia: eram sociedades de alguns milhares de pessoas vivendo sob a autoridade de chefes hereditários (daí o termo “chefatura”, comumente usado pelos

antropólogos para se referir a sociedades intermediárias entre Estados e aldeias). Por fim, as primeiras cidades e Estados surgiram há pouco mais de 5000 anos. Um destes Estados arcaicos, o Reino Antigo do Egito (2700 a.C. – 2150 a.C.), construiu as Grandes Pirâmides de Gizé e tinha uma população de mais de um milhão de pessoas.

O tamanho e a complexidade das sociedades históricas não pararam de aumentar, entretanto, com o nascimento do Estado. O primeiro milênio a.C. viu o surgimento dos primeiros “mega-impérios”: O Império Persa, o Império Romano e o Império Chinês da Dinastia Han. Estes megaimpérios governaram dezenas de milhões de pessoas espalhadas em milhões de quilômetros quadrados e sua complexidade só foi suplantada bem mais tarde, com o aparecimento dos Estados Nacionais Modernos.

Este desenvolvimento extraordinário – de bandos de caçadores-coletores a megaimpérios – merece uma explicação. Dez mil anos são pouquíssimo tempo em termos evolucionários. E, no entanto, neste curto período evolucionário nossas sociedades foram totalmente remodeladas – de pequenos bandos igualitários integrados por interações cara-a-cara para gigantescos Estados com processos centralizados de tomada de decisão, extensa divisão do trabalho e enormes diferenças de riqueza e poder.

Antropólogos, sociólogos e cientistas políticos propuseram uma panóplia de teorias para explicar esta transição. Para facilitar, podemos dividir estas teorias em dois lados opostos. O primeiro acentua o aspecto positivo das sociedades de grande escala. Para os autores “funcionalistas”, o Estado é uma solução para problemas organizacionais e redistributivos, isto é, ele surge para coordenar a produção e a distribuição, gerenciar o fluxo de mercadorias e informação e, de forma mais geral, produzir bens coletivos que beneficiam a todos (como a infraestrutura). Já as “teorias clássicas do conflito” colocam que as sociedades complexas são construídas na base da violência e do auto-interesse. Segundo uma destas teorias, o Estado surge para justificar, proteger e perpetuar os privilégios econômicos e políticos das elites. Já outra versão diz que a *conquista* é o motor da evolução social: as sociedades complexas nascem quando um grupo subjuga outro e se estabelece como classe governante.

Embora os dois lados do debate tenham bons argumentos, acreditamos que isoladamente eles não conseguem apresentar uma explicação razoável de como as sociedades complexas evoluíram a partir de pequenas sociedades tribais. O problema com as explicações funcionalistas é que elas normalmente não tornam explícito o mecanismo pelo qual a cooperação evolui. A produção de bens coletivos requer a cooperação da maior parte da sociedade e, como mostraremos ao longo desta tese, a

cooperação só pode evoluir sob determinadas condições. Já o problema com as versões extremas das teorias coercitivas é que nenhuma sociedade pode ser integrada apenas pela força. Indivíduos motivados apenas pelo ganho e pela punição não podem construir uma sociedade funcional, não importa quão elaborados sejam os contratos sociais ou as leis inventadas. Além disso, por mais que a conquista e a guerra tenham tido um papel indispensável na evolução da complexidade social, não podemos esquecer que historicamente os grupos vitoriosos na guerra foram amiúde os grupos mais *internamente cooperativos*. Assim, as versões extremas dos dois lados do debate não podem estar corretas; tanto o conflito quanto a cooperação foram responsáveis pela evolução social.

Nesta tese, buscamos combinar as forças aparentemente contraditórias da cooperação e do conflito dentro de um único quadro teórico, o da “seleção cultural multinível”. A teoria da seleção cultural multinível – um desdobramento da teoria da seleção natural – parte do princípio de que as instituições das sociedades complexas (burocracia, religião organizada, leis, etc.) são todas *onerosas* e que, portanto, só podem evoluir se a pressão seletiva para tanto for muito grande, ou seja, elas só podem evoluir em contextos de forte competição. Posto de outro modo, a competição entre as sociedades permite que as instituições custosas se propaguem porque as sociedades que possuem estas instituições substituem as sociedades que não as possuem.

Esta tese está dividida em seis capítulos. No primeiro capítulo apresentamos a teoria da seleção natural de Darwin e mostramos como ela também pode ser aplicada a entidades “não-biológicas”. O segundo capítulo é um ensaio sobre a natureza da guerra, a forma mais intensa de competição entre as sociedades. O terceiro é um ensaio sobre a cooperação e, em especial, sobre o igualitarismo primitivo. O capítulo quarto descreve em detalhes as teorias sobre a origem do Estado e sugere que a guerra ou a ameaça da guerra é a única força capaz de romper o igualitarismo primitivo, isto é, capaz de fazer as pessoas cederem a sua autonomia individual e política. Já o capítulo quinto complementa a tese do aumento da complexidade social através da guerra mostrando que os conflitos entre grupos culturalmente diferentes têm mais impacto na produção da solidariedade interna do que os conflitos entre grupos culturalmente homogêneos. Por último, o capítulo seis é um estudo de caso da teoria da seleção cultural multinível. Nele, nós mostramos como a formação e o desenvolvimento da nação inglesa (e eventualmente britânica) foram acompanhados de constantes redefinições de inimigos externos.

1. Evolução

1. 1 Charles Darwin

Charles Darwin tinha apenas 22 anos quando se juntou à expedição do *HMS Beagle*, que duraria cinco anos (1831-1836). A viagem o levou à América do Sul e às Ilhas de Galápagos e, tal qual Darwin recorda em sua própria autobiografia, a viagem foi “o mais importante evento” de sua vida, aquele que determinou toda a sua futura carreira (Darwin, 1929: 36). Em 1839, ele casou com a sua prima Emma Wedgwood e escreveu seu *Journal of Researches*. Revisado mais tarde, ficou conhecido como *The Voyage of the Beagle*, um imediato best-seller na literatura de viagens. Baseado em grande parte em seus rascunhos pessoais e diários, o livro registra as suas observações de história natural, seus achados geológicos, encontros com os nativos da *Tierra del Fuego*, bem como várias viagens e aventuras.

Um ano antes da primeira versão, Darwin tinha lido, em 1838, o grande ensaio de Thomas Malthus sobre os *Princípios da População* (1795), o qual teve um impacto profundo nos pensamento do naturalista, que escreve em sua autobiografia:

“being well-prepared to appreciate the struggle for existence which everywhere goes on from long-continued observation of the habits of animals and plants, it at once struck me (on reading Malthus) that under the circumstances favourable variations would tend to be preserved and unfavourable ones to be destroyed. The result of this would be the formation of new species”. (Darwin 1929: 57)

Em 1842, Darwin se mudou com a sua família para Downe, em Kent, e lá permaneceria em uma espécie de reclusão acadêmica pelo resto da vida, intercalada pela ocasional visita a Londres e pelos ricos intercâmbios por correspondência com colegas pesquisadores. Em 1844, ele redigiu um rascunho do que chamou de “minha teoria das espécies”, mas, surpreendentemente, não publicaria suas teorias sobre a evolução até uns 20 anos depois do retorno da sua viagem no *Beagle*.

Em 1856, estimulado pelo seu amigo e grande geólogo Charles Lyell, Darwin começou a trabalhar no que seria um tratado sobre “o problema das espécies”. E então, de forma inesperada, em Junho de 1858, Darwin recebeu uma carta de Alfred Russel Wallace, na época vivendo nas Ilhas Molucas, na Indonésia. A carta continha um manuscrito sobre a transmutação das espécies. Aparentemente, Wallace também tinha se inspirado em Malthus. Os planos de Darwin, como ele próprio colocou, foram completamente “prostrados”, pois o ensaio de Wallace apresentava algo muito próximo

da própria teoria de Darwin sobre a seleção natural. O resultado, como se sabe, foi que a teoria da evolução via seleção natural de Darwin foi primeiramente apresentada junto com o trabalho de Wallace, em Julho de 1858, num encontro da Sociedade Lineana de Londres. No ano seguinte, então, Darwin publicou seu trabalho mais famoso, *On the Origin of Species by Means of Natural Selection* (1859). A primeira edição esgotou no dia da publicação. Foi logo reeditada e traduzida para muitas línguas, tornando-se imediatamente um clássico. Foi um daqueles grandes livros que, como o *Principia Mathematica* (1686) de Newton, mudaram a face da Terra. A obra simplesmente revolucionou o pensamento humano, mesmo que parte de seus princípios não fossem originais. A ideia geral da evolução já era amplamente aceita na época e já podia ser encontrada nas obras de Lamarck, nos escritos de Herbert Spencer, e nos *Princípios da Geologia* (1830) de Lyell. O que fez o trabalho de Darwin tão significativo, entretanto, não foi apenas a sua rica descrição de fatos empíricos nos campos da geologia, botânica e zoologia, mas, principalmente, o fato de que ele apresentou um mecanismo viável para explicar a evolução biológica: o mecanismo da seleção natural. Como coloca Wilma George (1982: 17):

“It was to the biological sciences what the Copernican revolution was to the cosmological sciences: a working hypothesis stimulating experiment and observation, a hypothesis whose repercussions were felt throughout society because the world would never look the same again”.

Com efeito, a publicação do *Origem das Espécies* foi um evento ímpar e, como sugeriu Ernst Mayr, representou “talvez a maior revolução intelectual já vivenciada pela humanidade” (2002: 9).

1. 2 A Grande Ideia de Darwin

O eminente biólogo e filósofo da ciência Ernst Mayr (1988; 2004) gostava de nos lembrar que a teoria evolucionária de Darwin na verdade consistia de cinco teorias independentes, que juntas formavam um “pacote”, ou “paradigma”.

Evolução

Esta parte do princípio, hoje já claramente aceito, de que a Terra tem uma longa história e está em constante transformação. No século XIX os geólogos já estavam cientes disso, mas Darwin e outros biólogos sugeriram que os organismos também se transformavam com o tempo. Segundo eles, a Terra e sua vida orgânica não eram de origem recente; nem de criação divina; tampouco eram imutáveis ou seguiam um padrão cíclico; mas sim estavam em permanente mutação. A Evolução seria, portanto, um processo histórico, e para Mayr (2002) as evidências da evolução – derivadas do registro fóssil, da embriologia, morfologia comparativa, biogeografia e ciência molecular – tornaram-se tão esmagadoras no século XX que a evolução deveria ser considerada um fato estabelecido. Como colocou outro eminente biólogo evolucionário, Theodosius Dobzhansky: “nada na biologia faz sentido exceto à luz da evolução” (1973 *apud* Mayr, 2002: 39).

A Teoria da Origem Comum

Esta sugere que todas as criaturas têm um ancestral comum e que, portanto, toda a biota – animais, plantas, fungos, protistas e bactérias – deriva de uma única forma de vida, que existiu há aproximadamente 3,6 bilhões de anos. Neste sentido, a teoria evolucionária de Darwin difere muito da teoria da *Scala Naturae*, ou “grande cadeia do ser”, que tinha ampla aceitação no século XVIII e que via todas as formas de vida como parte de uma escala linear de perfeição crescente, atingindo o pináculo na espécie humana. Para Darwin, a descendência de um ancestral comum era um “fenômeno caracterizado por ramificações”, que ensejava uma forma multilinear de evolução. Assim, a classificação de organismos em espécies, gêneros, famílias e ordens deveria refletir não um esquema arbitrário baseado em “similaridades”, mas sim relações genealógicas descritas por Darwin como “cadeias de afinidade” (1951 [1859]: 474-81). A teoria da origem comum envolve, portanto, uma dimensão histórica – conexões genealógicas e transformações ao longo do tempo – e uma dimensão geográfica – a diversificação das espécies no espaço. A segunda foi muito bem ilustrada, por exemplo, na discussão de Darwin sobre as três espécies de sabiá encontradas nas Ilhas de Galápagos, todas descendentes de uma espécie sul-americana comum (1951: 466).

A Teoria do Gradualismo

De acordo com esta teoria, a mudança evolucionária é um processo gradual – novas espécies evoluem gradualmente a partir de formas pré-existentes (não há criação súbita de novas espécies). Nas palavras de Darwin: a sucessão geológica de formas orgânicas envolve “sua gradual e lenta modificação, mediante variação e seleção natural” (1951: 379). Ou ainda: “*natura non facit saltum*”¹ (1951: 304). Vale mencionar, todavia, que hoje a teoria do “equilíbrio intermitente”, de Eldredge e Gould (1972), já é amplamente aceita. Segundo ela, a mudança evolucionária pode às vezes ser muito rápida, com “surto” de especiação, e algumas espécies podem existir durante milhões de anos sem mudança significativa.

A Diversificação das Espécies

Esta trata da origem da diversidade orgânica ou o que é geralmente descrito como “especiação”. Antes de Darwin predominavam dois conceitos de espécie. O primeiro, *nominalista*, sugeria que só seres individuais existiam na natureza e que, portanto, o termo “espécie” era um construto mental arbitrário. O segundo, *tipológico*, olhava as espécies como “tipos naturais”, caracterizados por uma essência imutável. Este era o conceito aceito por Linnaeus e Lyell. O terceiro conceito foi apresentado por Darwin e produziu uma ruptura radical com o conceito tipológico. Ele implicou um novo modo de pensar que Mayr chamou de “pensamento populacional”. Segundo este pensamento, as espécies *biológicas* não são tipos naturais, mas sim grupos de “*interbreeding natural populations that are reproductively isolated from other such groups*” (Mayr, 2002: 166). Desta forma, o conceito biológico não é aplicável às bactérias (procariontes), pois elas não se reproduzem de forma sexuada.

Seleção Natural

Esta é a teoria central do paradigma darwinista. Talvez ela seja melhor expressada nas próprias palavras de Darwin (1951: 4):

¹ “A natureza não dá saltos”.

“As many more individuals of each species are born than can possibly survive; and as, consequently, there is a frequently recurring struggle for existence, it follows that any being, if it should vary however slightly in any manner profitable to itself, under the complex and sometimes varying conditions of life, will have a better chance of surviving, and thus be *naturally selected*”.

Mais adiantada a obra, Darwin afirma explicitamente que esta é a “doutrina de Malthus aplicada na totalidade dos reinos animais e vegetais” e que a expressão de Herbert Spencer, “sobrevivência dos mais fortes”, é uma descrição apropriada da ideia de seleção natural (1951: 63-65).

A seleção natural é um processo de dois passos. O primeiro é a *variação*, a produção de características variadas entre os indivíduos de uma espécie em particular; o segundo é a luta pela existência e a sobrevivência daqueles indivíduos mais capazes de lidar com os desafios do meio-ambiente e, portanto, de se reproduzir com êxito². Através deste processo de seleção natural – ou segundo Mayr, “eliminação natural” – novas espécies de animais e plantas se desenvolvem. Vale notar que embora a teoria seja descrita como evolução por seleção natural, nenhum agente seletivo está envolvido e o processo inteiro é essencialmente probabilístico, a evolução sendo o resultado de uma mistura de “acaso e necessidade” (Mayr, 2002: 117-21).

Um último elemento importante da teoria é o conceito de *adaptação*. Um atributo, estrutura ou comportamento é considerado adaptativo se ele aumenta a *fitness* (aptidão) de um organismo; isto é, se o atributo contribui para a sobrevivência e o sucesso reprodutivo de um organismo em um ambiente específico.

1. 3 Primeiras aplicações da seleção natural à evolução cultural

Como vimos acima, a teoria da evolução via seleção natural diz que (1) se uma população de organismos varia em algum aspecto, (2) se algumas variantes deixam mais descendentes que outras, e (3) se estes tendem a se parecer com seus progenitores, a composição da população vai mudar com o tempo, sendo que as variantes com mais aptidão vão gradualmente suplantarem as demais. Embora Darwin tenha tido em mente organismos biológicos individuais, é fácil perceber que a natureza *altamente abstrata* da

² Darwin desenvolveu esta hipótese em analogia com a criação artificial de animais domésticos por humanos, particularmente os pombos (1951: 22-26).

seleção natural pode de pronto ser aplicada a outras entidades. Isto porque *qualquer entidade* que varie, se “reproduza” diferencialmente e gere “descendentes” similares está, a princípio, sujeita à seleção natural. Diz o antropólogo Robert Carneiro (1992: 113): “a seleção natural é um princípio-mestre. Aplica-se não só à evolução da vida, mas também à evolução da cultura”.

O primeiro escritor a expandir o uso da seleção natural para a cultura não foi Darwin, como se poderia supor, mas sim o jornalista inglês Walter Bagehot. Em seu “Física e Política” (1868), Bagehot escreveu que:

“as every great scientific conception tends to advance its boundaries and to be of use in solving problems not thought of when it was started, so here, what was put forward [by Darwin] for mere animal history may, with a change of form, but an identical essence, be applied to human history”. (p. 458)

E nas páginas seguintes ele argumentou que a competição entre as sociedades, as mais fortes derrotando as mais fracas, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da organização política: “é a guerra que faz nações”, colocou o jornalista (1868: 470).

Alguns anos mais tarde o próprio Darwin, em *The Descent of Man* (1871), aplicou a doutrina da seleção natural à evolução da sociedade. Para ele a sociabilidade humana era instintiva no homem moderno, tendo surgido a partir da operação deste princípio:

“In order that primeval men, or the ape-like progenitors of men, should become social, they must have acquired the same instinctive feelings, which impel other animals to live in a body... Such social qualities... were no doubt acquired by the progenitors of men in a similar manner, namely, through natural selection”. (p. 132)

Também os três principais evolucionistas clássicos – Lewis H. Morgan, Edward B. Tylor e Herbert Spencer – aplicaram o conceito à evolução social. Morgan, por exemplo, escreveu que “a organização dos povos em *gentes*³ deve ser interpretada como o resultado de grandes movimentos sociais levados a cabo inconscientemente através da seleção natural” (1964 [1877]: 50). E Tylor, em seu *Cultura Primitiva*, disse que:

³ Plural do latim *gens* (tribo. povo). Na antropologia a palavra *gens* se refere a um grupo de pessoas com antepassados comuns.

“History within its proper field, and ethnography over a wider range, combine to show that the institutions which can best hold their own in the world gradually supersede the less fit ones, and that this incessant conflict determines the general resultant course of culture”. (1871: I, 62)

Mas o evolucionista clássico que fez uso mais extensivo da ideia de seleção natural foi Herbert Spencer. “Devemos reconhecer a verdade”, disse ele, “que as lutas pela existência entre as sociedades foram instrumentais para a sua evolução” (1899: 241). E mais tarde ele adicionou:

“As, throughout the organic world, evolution has been achieved by the merciless discipline of Nature, 'red in tooth and claw'; so, in the social world, a discipline scarcely less bloody has been the agency by which societies have been massed together and social structure developed” (1908: 355).

1.3.1 A Reação contra a Seleção Natural

Em sua grande revisão literária sobre o evolucionismo cultural, Robert Carneiro⁴ nos conta como, antes mesmo de o evolucionismo entrar em descrédito na antropologia, uma reação já tinha começado contra o uso da seleção natural na explicação do curso da história humana. Para muitos pensadores, a noção Spenceriana de que a interação entre as sociedades podia ser amiúde “vermelha nos dentes e nas garras” era repugnante. O famoso teórico do liberalismo social Leonard Hobhouse (1913: xvi), por exemplo, objetou que “se o progresso for significar algo que os seres humanos podem valorizar ou desejar ele deve depender da supressão da luta pela existência...”. E o príncipe e teórico do anarquismo Piotr Kropotkin dedicou todo um livro, *Ajuda Mútua* (1902), à minimização do papel da competição nas sociedades animais, inclusive na história humana.

Não apenas cientistas humanos, mas também biólogos demonstraram desde cedo uma aversão à aplicação da seleção natural à cultura. Julian Huxley, por exemplo, fazia uma distinção entre a seleção operando em organismos biológicos e a seleção operando em traços culturais. A última ele chamou de seleção psicossocial, pois ela envolvia alguma consciência de resultado, algum elemento de propósito. E ele considerava esta seleção psicossocial como “uma nova etapa da evolução, uma nova fase do processo

⁴ *Evolutionism in Cultural Anthropology* (2003). Ver também o *Evolutionism and its Critics*, de Stephen Sanderson (2007).

cósmico” e, portanto, “radicalmente diferente da fase biológica pré-humana” (1964: 33). Com efeito, Huxley chegou a dizer que:

“I do not believe that any purely biological concepts and principles can be immediately applied or directly transferred to anthropology. In fact I know they cannot...” (1956: 3).

De forma similar, Harold F. Blum argumentou que “malgrado possa existir uma vaga analogia entre a escolha de inovações na evolução cultural e a ação da seleção natural na evolução biológica, uma analogia estreita é enganosa” (1978: 32). E outro importante biólogo evolucionário do século XX, George C. Williams, parece concordar, afirmando que a seleção natural é “um princípio muito especial, unicamente biológico” (1974 [1966]: 5).

Entretanto, Robert Carneiro é muito persuasivo na direção contrária. Para o antropólogo norte-americano (1992, 2003), a seleção natural é um processo unitário, que opera da mesma forma na cultura e na biologia. Suponha, diz Carneiro (1992: 117), que um novo atributo cultural surja e que este atributo confira uma vantagem adaptativa sobre outro que exercia a mesma função. Esta vantagem fará com que o atributo novo aumente a sua frequência até tornar-se firmemente estabelecido na sociedade e eventualmente substituir o atributo antigo. Resume Carneiro (1992: 117):

“I see no essential difference between this process and what is called natural selection in biology. What happens is really very simple and completely analogous. Variations arise, creating alternate forms which compete for acceptance. The better adapted ones succeed, increasing in frequency at the expense of the less well adapted. Natural selection has acted and change has occurred. The domain of nature in which the process has operated may be different, but the process itself is basically the same. After all, biology does not own natural selection. It is the common property of sciences above it as well as below it”.

E, de fato, os cientistas que estudam a evolução química na superfície da Terra antes do surgimento da vida também acham que a “biologia não é dona da seleção natural”. Escreve, por exemplo, o químico John E. Scott:

“Long before the web of living, teeming animals and plants appeared on this planet, evolution was... a competition between chemicals – the survival of some molecules at the expense of others in the vastness of the Earth’s early oceans.... as the environment changed, one would also expect some change in the molecules that were favored, that were more fit to survive. In this way, some molecules were weeded out, and others survived. The primordial soup thus constituted a competitive, evolutionary system comparable to the one

Darwin saw among the Earth's animals and plants. In such a world, some molecules' traits were more "adaptive" than others". (1983: 39)

1.4 A Importância Central da Competição

No centro do conceito de seleção natural, está a competição. Sem competição, evolução como nós a conhecemos não poderia ter ocorrido. E mesmo assim a ideia de competição deixa muitos biólogos desconfortáveis. Theodosius Dobzhansky uma vez disse que “competição e luta são palavras muito carregadas, e é melhor que as evitemos ao discutir as causas da evolução” (1950: 164). Porém, como Carneiro não cansa de enfatizar: “acontece que elas rotulam processos reais, e nós não podemos ocultá-los. Você pode trocar a maquiagem, mas a face permanecerá a mesma” (1992: 119). Ou como o próprio Darwin já havia colocado: “a natureza não se importa com aparências”.

O medo de invocar a competição levou os biólogos a enfatizar que, do ponto de vista da evolução, os indivíduos com maior aptidão não são necessariamente os mais fortes, rápidos, ou ferozes, mas sim aqueles que deixam o maior número de descendentes férteis. Típico desta visão é o comentário de Stephen Jay Gould de que o sucesso na seleção natural é “*less the result of murder and mayhem than of producing more surviving offspring*” (1982: 12).

Mas a análise não pode parar por aqui. Por que razão, afinal, alguns indivíduos deixam mais descendentes do que outros? Não é possível responder a esta questão sem invocar a competição. Às vezes ela é indireta e nestes casos pode-se dizer que a “natureza” acaba eliminando seletivamente algumas formas no lugar de outras. Mas às vezes ela é direta, feroz e *vermelha em dentes e garras*. Rivais competem pelos mesmos parceiros sexuais, habitats ou recursos; irmãos competem pela nutrição e atenção dos pais; etc.

E quanto à competição entre as sociedades? A competição direta e intensa entre as sociedades teve um impacto enorme no curso da história, e quando os cientistas humanos estão sendo francos, eles reconhecem este fato. Como coloca, por exemplo, o antropólogo Alexander Alland (1967: 204-205):

“adequate evidence exists that human populations have often been replaced through direct confrontation of competing groups. Europeans have almost completely replaced the American Indian in the New World, the Tasmanians are extinct as a result of their inability to compete with European invaders, and Negro Africans have almost completely replaced Bushmanoid peoples in

East and South Africa. This displacement occurred again and again between human populations competing for space”.

A forma mais devastadora de competição entre sociedades é, obviamente, a guerra. A guerra é o teste último da viabilidade de uma sociedade. Não importa quão bem adaptada ela estiver para tirar seu sustento do seu habitat, se ela não conseguir lidar com seus inimigos, ela falhou no teste. Assim, as poucas, grandes e politicamente autônomas sociedades que hoje sobrevivem – das milhares que uma vez existiram – são aquelas que, através de uma combinação de tamanho, força, tecnologia e organização, conseguiram resistir e sobrepujar seus inimigos (Carneiro, 1978).

Ninguém para expressar isto melhor do que os evolucionistas clássicos. Diz Tylor: “*The changes which have shaped the descendants of wild hordes into civilized nations have been in great measure the work of the war-chief*” (1916: 430). E, é claro, o mais famoso de todos, Herbert Spencer:

“In the struggle for existence among societies, the survival of the fittest is the survival of those in which the power of military cooperation is the greatest; and military cooperation is that primary kind of cooperation which prepares the way for other kinds. So that this formation of larger societies by the union of smaller ones in war, and this destruction or absorption of the smaller un-united societies by the larger ones is an inevitable process through which the varieties of men most adapted for social life supplant the less adapted varieties” (1899: 280).

2. Guerra

2. 1 A Antropologia e a Arqueologia da Guerra

“Não é, portanto, de surpreender que as primeiras histórias documentadas, os primeiros relatos escritos, sejam de teor militar. Os hieróglifos egípcios mais antigos relatam as vitórias dos primeiros faraós do Egito, os reis Escorpião e Narmer. A primeira literatura secular ou história registrada em escritos cuneiformes reconta as aventuras do rei sumério Gilgamesh. Os trechos mais antigos dos Livros de Moisés, das “variações de J” (assim chamado porque em suas passagens o nome dado a Deus é Yahweh ou, de forma corrompida, Jeová), culminam na conquista hebraica brutal de Canaã. Os mais antigos anais chineses, gregos e romanos relatam preocupações com guerras e reis guerreiros. A maioria dos textos em hieróglifos maias é dedicada a genealogias, biografias e feitos militares dos reis maias. O folclore e as lendas das culturas pré-literárias, as tradições orais épicas - as precursoras da história - são igualmente belicosos... (Keeley [1996] 2011: 47-48).

Há duas visões básicas sobre a condição humana que permeiam os estudos sobre a guerra. Uma foi defendida por Thomas Hobbes, que dizia que a civilização “resgatava” a humanidade de uma “guerra de todos contra todos”, em que as vidas eram “sórdidas, brutais e curtas”. A outra foi desenvolvida por Jean-Jacques Rousseau, que sugeriu que a civilização trazia consigo maior opressão, conflito e violência, enquanto as sociedades não-civilizadas eram marcadas por paz e harmonia. Embora evidências arqueológicas de vários tipos tenham sido usadas para apoiar os dois pontos de vista, a maior parte das tentativas antropológicas de se defender um dos dois lados basearam-se em dados etnográficos, uma tradição que continua até hoje (ver Fry 2013).

A etnografia é cara para os dois lados porque supõe-se que as sociedades contemporâneas não-civilizadas, especialmente as sociedades de forrageadores – isto é, de caçadores-coletores nômades – sejam exemplos razoáveis de como a maior parte da humanidade teria vivido há milhares de anos atrás⁵. A este respeito, muitos antropólogos frequentemente levantam exemplos de sociedades de forrageadores aparentemente pacíficas para perpetuar a noção de que a vida no passado não era marcada pela violência e pela guerra. Assim, enquanto estes antropólogos reconhecem a guerra em povos pré-estatais mais complexos – com maior sedentarismo, armazenamento de alimentos e densidade populacional –, eles veem nos forrageadores o ideal do nobre selvagem de Rousseau. Já outros pesquisadores usam exemplos de forrageadores belicosos para dar razão a Hobbes.

O debate sobre a guerra nos caçadores-coletores é muito importante, vale ressaltar de novo, porque ele perpassa as questões-chave de quando, como e por que a

⁵ É claro, esta generalização só pode ser feita com ressalvas. Para uma discussão, ver Kim (2012) e LeBlanc (2013).

guerra surgiu. Alguns autores falam de uma propensão genética para a violência; outros afirmam que as raízes da guerra estão na competição social inerente a todos os grupos humanos; já outros propõem que a guerra só surgiu depois que a agricultura elevou as densidades populacionais. Até hoje, ainda há pouco consenso. O antropólogo Keith Otterbein (1997, 2004) criou uma dicotomia de duas “espécies” de pesquisadores com opiniões acaloradas sobre este tópico. Os “falcões” acreditam que a guerra sempre esteve conosco, desde os primeiros homínidos. Já as “pombas” acreditam que ela é relativamente recente, associada principalmente com a propagação de sociedades complexas como chefaturas/cacicados, Estados arcaicos e, especialmente, Impérios coloniais. Outra forma de organizar este debate é, como coloca Allen (2014: 17 ss.), distinguir entre a longa e a curta cronologia da guerra.

Talvez o mais claro proponente da longa cronologia seja o primatólogo Richard Wrangham. Em *Machos Demoníacos: as origens da agressividade humana* (com Dale Peterson, 1996), Wrangham defende que a violência entre comunidades de chimpanzés é um retrato preciso da violência no nosso distante passado homínido. Ele argumenta que os humanos estão adaptados para a violência, e que os homens em particular foram selecionados “*for coalition-based fighting*”:

“That chimpanzees and humans kill members of neighboring groups of their own species is... a startling exception to the normal rule for animals. Add our close genetic relationship to these apes and we face the possibility that intergroup aggression in our two species has a common origin. This idea of a common origin is made more haunting by the clues that suggest modern chimpanzees are not merely fellow time-travelers and evolutionary relatives, but surprisingly excellent models of our direct ancestors. It suggests that chimpanzee-like violence preceded and paved the way for human war, making modern humans the dazed survivors of a continuous, 5-million-year habit of lethal aggression” (Wrangham and Peterson 1996:63).

Na arqueologia, os mais influentes advogados da longa duração são Lawrence Keeley e Steven LeBlanc. Suas obras magistrais, *A Guerra Antes da Civilização* (Keeley, 1996) e *Batalhas Constantes* (LeBlanc e Register, 2003) são até hoje uns dos mais populares livros sobre a guerra pré-histórica. As duas são subintituladas *O Mito do Selvagem Pacífico* e, junto com o livro de Wrangham e Peterson, são as obras mais citadas pelos autores interessados em dizer que a guerra está presente há bastante tempo.

Outro exemplo de uma visão “falcão” escrita para o público geral é o *The Most Dangerous Animal: Human Nature and the Origins of War*, de David Livingstone Smith (2007). Smith aceita a existência de uma tendência inata à agressão – derivada de uma

história evolucionária de forte competição por recursos e sucesso reprodutivo –, a qual em última instância leva os humanos a serem naturalmente agressivos, xenófobos e nepotistas. Por último, em *Os Melhores Anjos da Nossa Natureza* (2011), o bem conhecido psicólogo Steven Pinker defende a tese de que a violência foi maior no passado, principalmente no nosso passado bem distante.

Entre as “pombas”, isto é, entre aqueles que propugnam uma cronologia curta da guerra, a principal referência na antropologia é Douglas P. Fry⁶. Ele aceita que a guerra – definida como conflito letal entre comunidades – foi comum nos últimos seis ou sete mil anos, tanto em sociedades agrícolas como em sociedades de caçadores-coletores complexos. Em contrapartida, ele argumenta que forrageadores raramente faziam guerra, não obstante apresentassem altas taxas de homicídio e taxas moderadas de escaramuças (*feuding*). É importante frisar aqui que Fry não reconhece as organizações baseadas em parentesco como comunidades e, portanto, está convencido de que as escaramuças (ou *blood feuds*) que possam existir entre estas organizações não devem ser confundidas com guerra. Na visão de Fry:

“nomadic foragers, living in a weakly partitioned or unpartitioned social world, perceive homicides and lesser disputes in terms of individual grievances, not as occasions for making war, group against group” (2006: 234).

Outro importante defensor da cronologia curta é o antropólogo R. Brian Ferguson, que assevera que boa parte da guerra tribal pode ser atribuída às transformações causadas pela intrusão Europeia dos últimos séculos (Ferguson 1992; Ferguson e Whitehead, 1992). Por intrusão Ferguson não está se referindo à colonização propriamente dita, mas sim às transformações que geralmente precedem a chegada em massa dos exploradores e colonos, como a introdução de doenças, a transformação do ecossistema por plantas e animais estranhos (com destaque ao cavalo) e as mudanças tecnológicas produzidas pelo comércio de manufaturados (com destaque às armas de fogo).

Na arqueologia também há pesquisadores que se identificam com a visão de Fry. Jonathan Haas (2001), por exemplo, há tempo argumenta que a guerra foi rara no passado distante, e recentemente declarou que “as evidências empíricas da guerra entre os nossos ancestrais caçadores-coletores são extremamente limitadas” (Haas e Piscitelli

⁶ De Fry, ver *The Human Potential for Peace: An Anthropological Challenge to Assumptions about War and Violence* (2006) e *War, Peace, and Human Nature* (2013).

2013: 184). O arqueólogo David Dye (2009, 2013), para citar mais um, também é um defensor da cronologia curta. Sua opinião sobre os nativos da América do Norte é de que:

“for nearly half the time that Native Americans lived in eastern North America – approximately six thousand years – peaceful relations characterized these family-level hunter-gathers, and that violent conflict among social groups emerged only with increasingly complex forms of social and political organization” (2009: 17).

Tanto Haas como Dye estão entre os autores do último livro de Fry (editor, 2013), dedicado à crítica da longa cronologia da guerra.

2. 1. 1 Nossas Objeções à Cronologia Curta da Guerra

A nossa primeira objeção é terminológica. Os “pacificadores do passado” frequentemente definem a guerra de tal forma que se torna impossível aos forrageadores alcançar o padrão proferido, como número de participantes, natureza da liderança ou qualquer outra capacidade organizacional. Se batidas e emboscadas não são guerra, e se o conflito entre milícias baseadas em parentesco não é guerra (porque é considerado *feuding*), então, de maneira intencional ou não, a maior parte dos conflitos entre forrageadores é excluída das discussões de guerra. E, no entanto, os forrageadores tinham conflitos que eram tão reais, mortais, e impactantes quanto a guerra de outras sociedades, e nós precisamos compreendê-los.

Há várias definições mais ou menos úteis de guerra. Emprestamos de Steven LeBlanc (2014: 27) a seguinte definição: conflito letal socialmente sancionado entre unidades políticas independentes. Esta definição é menos ampla do que parece. Dentro desta definição, homicídios, resoluções não-letais de disputas *entre duas unidades políticas ou mais*, bem como qualquer tipo de violência *dentro de uma unidade política* são excluídos. A guerra, portanto, não é o mesmo que violência letal.

As “pombas” concordariam com a última afirmação. Todavia, elas esticam em demasiado a definição de homicídio, fazendo-o significar muito mais do que é normalmente aceito – assassinato não-sancionado dentro de uma sociedade. Posto de outro modo, matanças entre grupos de parentesco são muitas vezes classificadas como homicídio.

A nosso ver, deixar de considerar as organizações baseadas em parentesco como unidades políticas (*polities*) não faz jus ao que sabemos sobre os nossos ancestrais pré-históricos. Para ser mais direto, a tese⁷ de que o assassinato era uma característica primordial das sociedades humanas enquanto a luta entre grupos não o era é, no mínimo, problemática. As pessoas são uma espécie social; elas praticam rotineiramente várias formas de cooperação entre os vários membros do grupo. Os antropólogos frequentemente se referem a grupos de caçadores-coletores simples como “bandos”, o que dá a impressão errônea de que os bandos eram uma coleção aleatória de pessoas. Na verdade, o bando caçador-coletor era um grupo de parentesco, caracterizado por laços de sangue e alianças de casamento. As pessoas nestes “bandos” exibiam devoção e solidariedade ao grupo e *contra* estrangeiros (ver Choi e Bowles, 2007). Em atos de agressão, um homem às vezes agia sozinho, mas mais frequentemente pedia auxílio a seu pai, filho, irmãos, tios, primos, sogro, cunhados, e mesmo amigos próximos. Ocasionalmente, a luta atingia dimensões maiores, engolfando boa parte dos homens da tribo: “*Intergroup fighting occurred at all levels — individual, a small group of closely related men, and larger tribal groupings*” (Gat, 2015: 115).

A abrangente sondagem de sociedades caçadoras-coletoras feita por Christopher Boehm (1999, 2012, 2013) ilustra a força desta solidariedade de parentesco em sociedades de pequena escala. Segundo Boehm, a luta mortal era mais comum e a resolução de conflitos menos eficiente *entre os grupos*. A realidade óbvia era que a violência *dentro* das comunidades era muito mais constrangida e regulada do que a violência *entre* as comunidades, para a qual elas dispunham de menos mecanismos de mediação e de resolução de conflitos. Mesmo que estes mecanismos também fossem ocasionalmente usados para resolver agravos intercomunitários, incluindo a punição de um membro de uma comunidade que tivesse cometido uma ofensa contra um membro de outra comunidade, na maior parte dos casos as pessoas defendiam seu próprio grupo e lutavam contra outros grupos por questões de natureza mais coletiva e, portanto, de difícil resolução (dada a ausência de uma “autoridade maior”, ou Estado, para resolver as disputas coletivas).

A segunda objeção que fazemos à cronologia curta da guerra é empírica. Como vimos, a *tribal-zone theory* de Ferguson e Whitehead (1992) parte do princípio de que foi apenas após o contato com Estados intrusivos que a guerra entre os povos

⁷ Primeiramente sugerida por Margaret Mead (1940).

“primitivos” deslanchou, principalmente nas partes do mundo afetadas pela exploração e expansão europeia. Advogados da cronologia curta aplicaram este argumento ao vasto microcosmo de caçadores-coletores que sobreviveram até recentemente (ou ainda existem) no Noroeste Americano, América Central, Amazônia e Nova Guiné⁸, e verificaram que em todas estas áreas os nativos lutaram entre si durante e após o contato.

Em nossa opinião, todavia, o momento de ouro da teoria da zona tribal acabou com a publicação do *Guerra Antes da Civilização* de Keeley, em 1996. O livro de Keeley, junto com uma verdadeira enxurrada de estudos arqueológicos e bioarqueológicos que ele inspirou⁹, traçou um quadro extremamente violento e guerreiro das sociedades de caçadores-coletores e horticultores primitivos – foram estimadas taxas médias de morte violenta de 25% para homens e 15% para a população geral¹⁰. No cemitério de uma aldeia dos índios Oneota, por exemplo, que viviam ao longo do Rio Illinois 200 anos antes da chegada de Colombo, encontraram-se os restos mortais de 264 pessoas. Ao menos 43 delas, ou 16 por cento, tinham morrido de forma violenta:

“Many of them were struck on their fronts, sides, and backs with heavy weapons, such as celts [stone axes], or they were shot with arrows. Some people apparently were facing their attackers, whereas others were not. Presumably the latter were wounded when trying to flee. Victims were occasionally hit many more times than necessary to cause their deaths; perhaps several warriors struck blows to share in the kill. Bodies often were mutilated by the removal of scalps, heads, and limbs. Scavenging animals then fed on many corpses, which were left exposed where they fell until the remaining parts were found and buried in the village cemetery” (Millner, 1999: 114-115).

Em outra aldeia, em Crow Creek, na Dakota do Sul, arqueólogos encontraram uma cova coletiva contendo os restos mortais de mais de 500 homens, mulheres e crianças que haviam sido assassinados, escarpelados e mutilados durante um ataque a sua aldeia por volta de 1325 d. C. (ver Keeley, 2011[1996]: 157). O ataque parece ter ocorrido exatamente quando as fortificações da aldeia estavam sendo reconstruídas.

⁸ Ver, por exemplo, Blick (1988), Whitehead (1990) e Ferguson (1995).

⁹ e. g., Arkush (2011), Arkush e Allen (2006), Lambert (2002), LeBlanc (1999), LeBlanc e Register (2003), Martin et al. (2012), Rice e LeBlanc (2001), e Snead e Allen (2010), sem falar em incontáveis artigos especializados.

¹⁰ Importante ressaltar que Keeley estimou estas taxas (2011[1996]: 198-9) com base não só em dados arqueológicos, mas também etnográficos. Ao contrário do que dizem os aderentes da teoria da zona tribal, no entanto, muitas etnografias nos fornecem uma visão quase “pura” da guerra primitiva, como veremos em breve.

Todas as casas foram queimadas e a maioria de seus habitantes foi morta. Segundo Keeley (ibid.), essa contagem de mortos representou mais de sessenta por cento da população da aldeia.

Massacres terríveis também parecem ter ocorrido em regiões habitadas há mais tempo pelo homem:

“Os esqueletos humanos encontrados em um cemitério do Paleolítico Posterior na localidade de Gebel Sahaba, na Núbia Egípcia, datando de cerca de doze mil a quatorze mil anos atrás, demonstram que a guerra lá tinha sido comum e particularmente brutal. Mais de quarenta por cento dos homens, mulheres e crianças enterrados naquele cemitério tinham projéteis de ponta de pedra associados a seus ferimentos ou encravados nos seus esqueletos. Diversos adultos possuíam ferimentos múltiplos (alguns chegavam a ter vinte), e os ferimentos encontrados nas crianças foram todos na cabeça ou pescoço – ou seja, golpes de execução. O escavador Fred Wendorf estima que mais da metade das pessoas enterradas ali morreu de maneira violenta... Na Europa Ocidental... amplas evidências de mortes violentas foram descobertas nos restos dos caçadores-coletores do final do período Mesolítico (de dez mil a cinco mil anos atrás). Um dos exemplos mais horríveis é fornecido pela Caverna Ofnet, na Alemanha, onde dois baús de “troféus” de crânios foram encontrados, dispostos como “ovos em uma cesta”, compreendendo as cabeças decepadas de 34 homens, mulheres e crianças, a maioria com múltiplos orifícios em seus crânios, produzidos por machados de pedra” (em Keeley, ibid., p. 104-5).

Esta lista poderia ser prolongada quase que indefinidamente¹¹, mas há muitas questões sobre a natureza da guerra que a arqueologia sozinha não pode responder. A próxima sessão deste capítulo será, portanto, dedicada à revisão da literatura etnográfica sobre a violência e a guerra nas chamadas sociedades acéfalas (que incluem caçadores-coletores simples e agricultores primitivos). Não custa repetir que o estudo destas sociedades é de crucial importância para o desenvolvimento de um quadro teórico para pensar a guerra e a evolução humana porque durante a vasta maior parte da nossa história nós fomos forrageadores organizados em sociedades pequenas e não-hierárquicas, sem líderes permanentes ou hereditários. Também vamos estudar algumas sociedades que cultivam plantas, mas que fora isso lembram em muito os forrageadores. Neste sentido, daremos especial atenção aos Ianomâmis, os quais, embora horticultores, compartilham atributos-chave com os forrageadores: se mudam com frequência e não armazenam quantidades significativas de comida.

Não daremos atenção neste capítulo aos caçadores-coletores complexos, como os índios nativos da Costa Noroeste da América do Norte, a maior parte do antigo povo

¹¹ Para um bom resumo das evidências arqueológicas da guerra entre caçadores-coletores e horticultores primitivos, ver Gat (2015).

Jomon do Japão, os Asmat da Nova Guiné, ou mesmo os (protofazendeiros) Natufianos do Oriente Médio. Apesar de não praticarem agricultura, estes grupos viviam em regiões riquíssimas em recursos animais (particularmente marinhos) e/ou vegetais e, portanto, sustentavam densidades demográficas e organizações sociais muito mais próximas dos fazendeiros primitivos do que dos caçadores-coletores simples.

2. 2 A Etnografia Da Guerra

Os antropólogos procuraram as sociedades pacíficas como Diógenes procurou por um homem honesto. E ainda assim, eles tiveram dificuldade em encontrar povos pacíficos no registro etnográfico. Apesar de todo o esforço despendido na busca, o número do que podem ser considerados casos clássicos de sociedades pacíficas é relativamente limitado, incluindo os Esquimós do Cobre, os Esquimós Ingalik, os Gebusis das terras baixas da Nova Guiné, os boxímanes !Kung, os pigmeus Mbuti da África Central, os Semangs da Malásia, os Sirionós da Amazônia, os Yagans da Terra do Fogo, os Waraos do Delta do Orinoco, e os Aborígenes que viviam na costa ocidental da Tasmânia (ver LeBlanc e Register, 2003: 201).

Mas estas sociedades nem sempre foram pacíficas. Para começar, até a imposição da autoridade estatal muitas delas exibiam taxas extremamente altas de homicídio. Por exemplo, Richard Lee (1979, 1982), o pesquisador mais conhecido dos !Kung do deserto do Kalahari, descobriu que o “povo inofensivo” de Elizabeth Thomas¹² tinha exibido no passado, antes da imposição da autoridade estatal, taxas de homicídio quatro vezes maiores que a dos Estados Unidos em 1990. Igualmente, encontrou-se que os Inuítes do Meio-Ártico Canadense, celebrados numa obra como o povo *Never in Anger* (Briggs, 1970), tinham no passado taxas de homicídio três vezes maiores que a dos já não tão pacíficos !Kung (ver Gat, 2015).

E quanto à guerra propriamente dita? Ao contrário do que defendem as “pombas”, esta pequena lista de sociedades supostamente pacíficas não representa evidência de que os grupos humanos foram capazes de viver em paz por qualquer período prolongado de tempo no passado. Na maioria dos casos acima, os estudos etnográficos foram feitos depois que (i) a maioria da população já tinha sido decimada ou obrigada a viver num ambiente marginalizado, ou depois (ii) de um Estado moderno

¹² Em 1959, Elizabeth Thomas publicou um livro sobre os !Kung intitulado *The Harmless People*.

impor a paz, ou ainda após (iii) o povo “pacífico” virar parte de uma sociedade maior, como no caso dos Pigmeus Mbuti da República Democrática do Congo, que são politicamente subordinados e economicamente dependentes dos fazendeiros Bantos que os rodeiam (ver LeBlanc, 2013, 2014 e Bailey et. al., 1989: 62-63).

Três sociedades particulares ilustram o nosso argumento. Os Boxímanes do Deserto do Kalahari, os Aborígenes da Austrália e os Esquimós (Inuítes) do Ártico são provavelmente os forrageadores modernos mais bem estudados. Cada sociedade revela algo único sobre como os forrageadores sobreviviam em seus ambientes ecológicos particulares, bem como sobre a natureza da guerra.

2. 2. 1 Os !Kung do Deserto do Kalahari

Os !Kung de hoje não exibem nenhum traço de comportamento guerreiro ou armas especializadas para o combate. Mas registros históricos e arqueológicos pintam um quadro dos !Kung que contrasta bastante com o amigável povo do deserto de hoje. Até mais ou menos dois mil anos atrás, os !Kung e demais povos do grupo etnolinguístico San (ou boxímanes) habitavam vastas regiões do Sul da África, não apenas o deserto do Kalahari. Por volta desta época eles obtiveram cabras, primeiramente domesticadas no Sudoeste Asiático. Posteriormente, os conquistadores Bantos¹³ chegaram à região com seu gado e cereais. Finalmente, no século XVII, os Europeus entraram em cena com suas fazendas e armas. Com o impacto dos Bantos e dos Europeus, a população boxímane caiu vertiginosamente e a maioria de seus descendentes eventualmente tornou-se parte dos Estados modernos da África do Sul, Namíbia e Botsuana; já uma minoria, como os !Kung, conservou o seu modo de vida forrageador original – mas apenas no deserto extremo.

Hoje, estes países são habitados preponderantemente por falantes de línguas Bantas (com destaque aos Zulus e Hereros), bem como por descendentes de britânicos e holandeses. Assim, as áreas geográficas mais produtivas dos antigos territórios dos boxímanes não são mais ocupadas predominantemente por eles. No entanto, na época da chegada dos Europeus muitos boxímanes eram pastores de cabras que viviam em grupos relativamente grandes e pelo menos ocasionalmente faziam guerra, como se sabe através de relatos históricos dos séculos XVII-XIX.

¹³ Os Bantos compõem o maior grupo etnolinguístico da África, englobando cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes.

Estes relatos revelam que “bandos” de boxímanes frequentemente se juntavam para melhor defender seu território das incursões de outros boxímanes, e que havia até mesmo zonas-tampão entre os bandos (ver LeBlanc e Register, 2003: 115). Como registrou um autor holandês: “todo homem armado é considerado um inimigo” e “se dois boxímanes (de grupos diferentes) se aproximam um do outro, baixam prontamente suas armas para evitar o conflito”¹⁴. Já outro relato nos conta que quando os Hereros começaram a invadir o território boxímane no século XIX, eles se depararam com guerreiros tão ferozes e habilidosos que tiveram que recuar¹⁵.

Por último, sabe-se que líderes de fazendeiros Bantos tinham o costume de recrutar boxímanes como guarda-costas pessoais. Como resumem Le Blanc e Register (2003: 115-116):

“It is doubtful that any group notorious for being peaceful and friendly would be selected as palace guards. The early Bushmen fought each other and were extremely capable of fighting the Europeans and the Bantu farmers. The very earliest accounts by the Dutch and British attest to the military skill of the San-speaking Bushmen. They obviously did not learn the art of warfare from the Europeans. They, like the people they fought, had developed these arts over millennia”.

2. 2. 2 Os Esquimós

As pessoas que vivem nas regiões árticas da América do Norte também são forrageadoras. Os forrageadores do Ártico ocupam uma vasta região ao longo da costa setentrional do Alasca, Canadá, Groenlândia e parte da Sibéria, e são genericamente chamados de Esquimós. Há muitos povos Esquimós, incluindo os mais conhecidos Netsilik e os “Esquimós do Cobre”, ambos no Canadá. Geralmente os esquimós do Canadá são chamados de Inuítes e os Esquimós do Alasca de Inupiats, mas para facilitar vamos usar os termos Esquimó e Inuíte de forma intercambiável.

Pois bem, quase todos os primeiros exploradores e antropólogos do Ártico registraram incidências de violência e histórias sobre guerra entre os Inuítes. O antropólogo Ernest Burch, em particular, compilou nos anos 1960 uma descrição bem detalhada da guerra entre os Esquimós do Noroeste do Alasca¹⁶. Como a guerra tinha acabado aproximadamente 90 anos antes, Burch obteve suas informações de relatos

¹⁴ Citado em Eibl-Eibesfeldt, “Aggression in the !Ko Bushmen” (1975).

¹⁵ Em Gordon, “The !Kung in the Kalahari Exchange: An Ethnohistorical Perspective” (1984).

¹⁶ Ver Burch (1974), “Eskimo Warfare in Northwest Alaska”.

históricos e de relatos secundários dos anciãos inuítas. Com sua pesquisa, Burch descobriu que os esquimós do Noroeste do Alasca lutaram entre si, com os esquimós do Sudoeste do Alasca e da Sibéria, e também com os Índios Atabascanos do interior. O autor estima que havia guerra pelo menos uma vez por ano na região; seu grupo de estudo tinha o termo especial “grande guerreiro”, e uma “equipe de assalto” (*raiding party*) podia conter até 50 homens, embora a norma fosse 15 ou 20.

Burch também descobriu que as aldeias costeiras e do interior eram construídas em lugares que podiam fornecer uma barreira natural aos ataques – em faixas estreitas de terra rodeadas pelo mar, ou adjacentes à vegetação grossa. Túneis eram às vezes cavados entre as casas para que as pessoas pudessem escapar de ataques de surpresa.

O objetivo dentro da guerra inuíta, continua Burch, era a aniquilação, e mulheres e crianças normalmente não eram poupadas. Toras em chamas eram jogadas nas casas para fazê-las pegar fogo e obrigar os habitantes a sair. Um dos primeiros etnólogos dos esquimós do Alasca, E. W. Nelson, complementa ([1899] 1983: 327):

“... [A] favorite mode of carrying on their ancient warfare was to lie in ambush near a village until night and then to creep up and close the passageway to the kashim [uma casa comunal e cerimonial semi-subterrânea], thus confining the men within, and afterwards shooting them with arrows through the smoke hole in the roof. Sometimes the women were put to death, at other times they were taken home by the victors; but the men and the boys were always killed”.

O estudo de Burch (1974) também revela que, embora o ataque surpresa ao amanhecer fosse a tática de guerra preferida, batalhas abertas também aconteciam. E, malgrado elas fossem bem menos letais que as batidas-surpresa – amiúde não passando do estágio de flechas atiradas a distâncias relativamente seguras –, às vezes elas envolviam combate corpo-a-corpo com porretes dentados e armas similares, que naturalmente podiam levar à morte.

Por último, vale dizer que o conflito entre os inuítas e os índios do interior era igualmente brutal. Por exemplo, no sítio Inuíta Saunaktuk do Mar de Beaufort, nos Territórios do Noroeste (Canadá), arqueólogos recuperaram esqueletos de muitas mulheres e crianças que mostram evidência de morte violenta e desmembramento¹⁷. Relatos históricos sobre este lugar contam que as pessoas foram atacadas por índios Atabascanos do Sul enquanto os homens estavam fora; um massacre se seguiu,

¹⁷ Melbye e Fairgreive (1994), “A Massacre and Possible Cannibalism in the Canadian Arctic: New Evidence from the Saunaktuk Site”.

incluindo tortura. Em outro relato histórico os Atabascanos Athna afirmam ter massacrado, no século XIX, os Esquimós Chugach na Ilha Mummy da Enseada do Príncipe Guilherme (Alaska)¹⁸. Todas essas informações implicam que os forrageadores do Ártico tinham guerra muito séria e mortal.

2. 2. 3 Os Aborígenes da Austrália

Quando os britânicos chegaram à Austrália, no final do século XVIII, ela era um continente inteiro de caçadores-coletores, sem agricultores, pastores ou Estados. De fato, desde que os humanos chegaram à Austrália – há pelo menos 40.000 anos –, sua população permaneceu praticamente isolada de outras sociedades humanas. Os Aborígenes da Austrália nem mesmo tinham o arco, inventado por volta de 20.000 anos atrás, e “*assumed by some scholars to have enhanced, or even inaugurated, warfare*” (Gat, 2015: 116). Assim, como Azar Gat reiterou várias vezes (1999, 2000, 2006, 2015), a Austrália Aborígene é o mais perto que podemos chegar de um laboratório “puro”, “não-contaminado,” das comunidades de caçadores-coletores. Na época da chegada dos britânicos, o continente abrigava mais ou menos 300.000 caçadores-coletores, distribuídos em mais de 500 tribos (Gat, 2006: 17). Não havia nada, diz ele, remotamente equivalente em todo o mundo.

Na Austrália, como em todo lugar, os ambientes mais férteis tinham densidades populacionais bem maiores do que as áreas áridas. No entanto, mesmo nas áreas desérticas das regiões centrais, onde as densidades populacionais chegavam a ser de apenas 50 quilômetros quadrados por pessoa, territórios existiam e suas fronteiras eram bem definidas. Não havia uma “vasta terra comum”, *pace* os antropólogos Rousseanianos dos anos 1960. Os aborígenes eram na realidade “nômades restritos”, confinados aos seus territórios ancestrais. Estes territórios eram sancionados por totens e mitos, e a invasão era considerada um crime grave. Estranhos geravam alarme e via de regra eram repelidos: “*Uninvited, they were likely to encounter aggressive demonstration and violence. Inter and intragroup fighting were rife*” (ibid., p. 19).

Os nativos da Tasmânia são um bom ponto de partida para a nossa revisão. Havia estimados 4.000 tasmanianos quando os Europeus chegaram (ibid., p. 17). A sua ilha havia se separado do continente australiano há mais de 10.000 anos, e sua

¹⁸ Ver De Laguna e McClellan (1981), “Athna versus Chugach Eskimos”.

tecnologia e organização social eram das mais primitivas possíveis. A sua densidade populacional também era baixíssima. E mesmo assim, batidas letais não eram incomuns entre eles. Fronteiras territoriais eram mantidas e a apreensão mútua era a regra¹⁹.

Em meados do século XIX os Tasmanianos já tinham sido praticamente dizimados pelos colonos europeus. Nos desertos do continente, no entanto, muitas tribos aborígenes sobreviveram quase intactas até o século XX. Num trabalho de campo hoje clássico, o etnógrafo M. J. Meggitt estudou a tribo Walbiri da Austrália Central, cuja densidade demográfica era de apenas 90 quilômetros quadrados por pessoa, uma das mais baixas já registradas. Meggitt investigou as relações dos Walbiris com outras tribos de caçadores-coletores e descobriu que com alguns destes vizinhos as relações eram amigáveis, mas com outros eram muito hostis. No segundo caso, batidas e retaliações (*counter-raiding*) eram comuns:

“The men’s descriptions made it clear that the Warramunga (and Waringari) trespasses were not merely hunting forays impelled by food shortages in the invaders’ own territory but rather were raids undertaken to combine hunting for sport and the abduction of women. Often, too, the raiders were simply spoiling for a fight. They were met with force, and deaths occurred on both sides. Walbiri war parties would then invade the Warramunga country in retaliation. If they were able to surprise the enemy camps and kill or drive off the men, they carried away any women they found” (Meggitt, 1965: 38).

Em outro clássico estudo de uma tribo aborígine, o etnógrafo W. Lloyd Warner (1937) realizou extensas entrevistas com o povo Murngin da Terra de Arnhem no Norte da Austrália, que vivia num território rico em recursos e que tinha entrado em contato com os Europeus apenas recentemente (as entrevistas foram conduzidas na década de 1920). Baseando-se nos relatos orais dos aborígenes, ele reconstruiu os episódios de guerra que a tribo tinha vivenciado no final do século XIX. Warner estimou que, de uma população total de 800 homens em “idade de combate”, 200 haviam morrido em batalha ao longo de duas décadas (p. 157-8). Se lembrarmos que duas décadas são quase uma geração, estas cifras se traduzem numa taxa de morte violenta incrivelmente alta (25%!).

De acordo com Warner, a maior parte da luta ocorria para vingar a morte de parentes, e o resto era resposta direta à captura de mulheres, a acusações de morte por feitiçaria ou a atos de sacrilégio (1937: 155-190). O antropólogo T. G. H. Strehlow

¹⁹ Ver Lyndall Ryan, *The Aboriginal Tasmanians* (1981: 13-14).

complementa a análise de Warner, descrevendo um terrível massacre na Terra de Arnhem, aparentemente levado a cabo em resposta a um ato de sacrilégio:

“To punish Ltjabakuka and his men meant the wiping out of the whole camp of people normally resident at Irbmankara, so that no witness should be left alive who could have revealed the names of the attackers... Tjinawariti and his men fell upon Irbmankara one evening, after all the local folk, as they believed, had returned to their camps from their day’s quests for food. Men, women and children were massacred indiscriminately, and the party turned back in the belief that they had not left behind any witness” (Strehlow, 1970: 124).

Strehlow também nos relata o que talvez seja a sequência de conflitos mais mortífera já descrita na literatura sobre os aborígenes da Austrália. Ele estima que (*apud* Kimber 1990: 163):

“... 80–100 men, women and children were killed in one attack in 1875 at Running Waters, on the Finke River [na Austrália Central]. In retaliation, all but one of the attacking party of ‘perhaps fifty to sixty warriors’ were killed over the next three years, as were some of their family members. This indicates that some 20% of two identifiable ‘tribes’ were killed in this exchange”.

Para quem ainda sustenta que a guerra aborígene somente exacerbou-se com a intrusão europeia, diz Gat (2006: 24), vale a pena relatar um último testemunho que, por ter acontecido tão cedo, dificilmente pode ter sido “contaminado” pelo contato com os europeus. Em 1803, somente 15 anos depois que os britânicos chegaram à Austrália, um inglês chamado William Buckley (1780-1856) foi levado ao novo continente para cumprir sentença na colônia penal de *Port Philip*, agora Melbourne. Ele conseguiu escapar logo depois e viveu durante 32 anos com uma tribo aborígene. Ele aprendeu a sua língua e participou em suas atividades diárias. Até então nenhum antropólogo havia conseguido atingir tamanha familiaridade. Após voltar à civilização, Buckley relatou as suas experiências²⁰:

“Buckley recounts some dozen battle scenes, as well as many lethal feuds, raids, and ambushes, comprising a central element of the natives’ traditional way of life. He describes their weapons of war in great detail: clubs, spears, “war boomerangs”, throwing sticks, and shields. Tribes typically consisted of 20-60 families each and were egalitarian, without chiefs. There was fighting at all levels: individual, familial, and tribal. Some of the intertribal encounters that Buckley recorded involved large numbers: five different tribes collected

²⁰ Ver John Morgan (1980 [1852]), “The life and adventures of William Buckley: thirty-two years a wanderer among the aborigines of the unexplored country round Port Philip”.

for battle; a battle and raid against an intruding enemy tribe, 300 strong; several full-scale intertribal encounters, the last one a raid with many dead; two other encounters, the second against a war party of 60 men. Ceremonial cannibalism of the vanquished was customary. Buckley reported that the large-scale raid was the deadliest form of violence and often involved indiscriminate massacre: “The contests between the Watouronga, of Geelong, and the Warrorongs, of the Yarra, were fierce and bloody. I have accompanied the former in their attacks on the latter. When coming suddenly upon them in the night, they have destroyed without mercy men, women and children”” (em Gat, 2015: 116).

2. 2. 4 Os Engas da Nova Guiné

Alguns povos nativos dos planaltos da Nova Guiné fazem parte daquele grupo de agricultores primitivos cuja organização social é simples o bastante para nós os considerarmos, junto com os forrageadores estudados até agora, um “modelo razoável” do nosso passado remoto.

As regiões costeiras da Ilha da Nova Guiné eram conhecidas há muito tempo por exploradores e comerciantes asiáticos e europeus. A uma distância pequena da costa, erguiam-se montanhas íngremes e quase impenetráveis, cobertas pela selva e praticamente desabitadas. O que ninguém sabia, todavia, é que no interior da ilha, para além das montanhas, existiam extensos vales que eram muito produtivos, cheios de pessoas, e praticamente isolados do mundo exterior. Nos anos 1930, um grupo de garimpeiros europeus escalou até o topo de uma cordilheira e acampou à noite. Depois do pôr do sol eles perceberam que o vale abaixo estava pontilhado de inúmeras fogueiras cintilantes. Os vales do interior eram a casa de milhares de pessoas que neles plantavam há milhares de anos.

Uma das sociedades do interior da Nova Guiné mais bem estudadas são os Engas, que vivem numa região montanhosa a oeste da Cordilheira de Hagen, na Papua Nova Guiné. A guerra Enga foi estudada em detalhes pelo antropólogo australiano Mervyn Meggitt (o mesmo que estudou os Walbiri), que em 1955 começou seu trabalho de campo com um subgrupo étnico dos Engas, os Mae Engas. Nesta época as autoridades coloniais australianas já tinham em grande medida imposto a paz na região, mas através de sua pesquisa de campo Meggitt (1977) conseguiu reconstituir a sociedade Mae Enga antes da chegada dos australianos: eram aproximadamente 30.000 pessoas divididas em “fratrias”, ou tribos; uma tribo típica, por sua vez, era subdividida em sete ou oito clãs, que eram as unidades políticas básicas e mais importantes dos Mae Engas; e cada clã continha em média 300-400 pessoas, que ocupavam um território de

apenas dois a cinco quilômetros quadrados, uma densidade populacional extremamente alta em comparação com outras sociedades “primitivas”.

A maior parte da guerra era conduzida entre dois clãs “inimigos”, embora a qualquer momento clãs aliados pudessem se juntar ao confronto. Além disso, ocasionalmente os Mae Engas organizavam as Grandes Guerras Cerimoniais: uma série de batalhas travadas entre duas tribos inteiras ou ainda entre pares de tribos aliadas. Como enfatizou Polly Wiessner (2006: 172), estas guerras cerimoniais eram altamente ritualísticas, e terminavam com trocas de presentes valiosos, seguidas de enormes banquetes. Mas a forma predominante de guerra era mesmo aquela entre clãs, cujas principais e aterrorizantes características eram:

“ (a) the execution of surprise attacks or invasions with the aim of achieving a total rout that opens the enemy’s territory to occupation; (b) the deliberate maximizing of property destruction (cult structures, houses, ceremonial grounds, trees, crops, and pigs), in the hopes of demoralizing the enemy; (c) the readiness to ignore the restraints of kinship and affinity, both as they moderate the intensity of violence and as they encourage acceptance of mediation or conciliation; (d) the occasional refusal to recognize non-combatant status; (e) the mutilation of fallen enemies; (f) and, perhaps, the longer duration of these confrontations” (Meggitt, 1977: 36).

Em resumo, a guerra interclãs, baseada em ataques-surpresa, tinha todas as características da guerra total²¹. Das 34 guerras que Meggitt (p. 110) registrou em 50 anos, seis resultaram no completo desalojamento do grupo derrotado e em 19 ocasiões o grupo vencedor conseguiu aumentar a extensão de suas terras pelo menos parcialmente (nos nove casos restantes a guerra terminou num impasse e nenhum lado pôde aumentar seu território).

2. 2. 5 Os Ianomâmis do Alto Orinoco

Os Ianomâmis são uma população indígena que habita a região fronteira entre a Venezuela e os estados brasileiros da Roraima e do Amazonas. Atualmente, esta população está sob grande estresse político e econômico por causa das atividades dos garimpeiros e dos missionários. Até os anos 1950, no entanto, nenhum estrangeiro havia tido qualquer contato prolongado com os Ianomâmis e as autoridades governamentais do Brasil e da Venezuela mal sabiam de sua existência. O que vamos

²¹ Meggitt estimou (1977: 13) que 35% dos homens Mae Enga eram mortos em batalha ou de feridas derivadas da guerra.

descrever a seguir baseia-se no trabalho do antropólogo Napoleon Chagnon, que estudou os Ianomâmis entre 1964 e 1993. Nas mais de 30 viagens de campo que Chagnon realizou ele entrou em contato com aldeias que nunca haviam visto um “homem branco”, sociedades que, graças ao seu isolamento no interior da Amazônia, “*managed to retain their native patterns of warfare and political integrity without interference from the outside world*” (Chagnon, 1983: 1).

Em meados dos anos 1960, a população dos Ianomâmis era de aproximadamente 25.000 pessoas, espalhadas em 250 aldeias (Chagnon et. al., 2014). As aldeias tinham em média 100 indivíduos, mas em circunstâncias especiais podiam abrigar mais de 300. Uma destas circunstâncias era a necessidade de proteção. Na área onde Chagnon passou a maior parte de sua carreira – nas baixadas entre o Rio Orinoco e o Mavaca, no sul da Venezuela – a guerra era endêmica e as aldeias eram maiores do que em outras porções da área ianomâmi. Segundo Chagnon, os nativos reclamavam frequentemente que as suas aldeias tornavam-se demasiado grandes e que as brigas (sobretudo, por mulheres, como veremos mais tarde) tornavam-se crônicas e, eventualmente, intoleráveis. No entanto, os ianomâmis sentiam-se obrigados a viver com os desconfortos que acompanhavam uma aldeia maior por causa da segurança política que o tamanho fornecia: as aldeias pequenas eram muito vulneráveis a ataques de aldeias maiores e nunca podiam cair abaixo do limite de 40 indivíduos, o tamanho mínimo para montar uma “equipe de assalto” (*raiding party*) de 10 homens adultos.

Como no caso das outras sociedades até aqui analisadas, os ianomâmis se envolviam em diferentes tipos de conflito, com diferentes graus de gravidade e de potencial de mortalidade. Em termos ideais, os Ianomâmis buscavam “graduar” a natureza da luta conforme a importância relativa do delito que a tinha provocado, mas nem sempre as diversas formas de violência seguiam esta “progressão” em situações reais. Assim, por exemplo, uma discussão grave podia explodir de repente em uma luta de porretes, potencialmente mortal, sem ter sido precedida por formas mais “ritualísticas” de violência, como o “duelo de socos” e os “tapas nos flancos” (ver Chagnon, 1983: 170 ss.). De qualquer forma, nem o duelo com os terríveis porretes *himo* – feitos com madeira pesada e com bordas afiadas em uma extremidade –, coloca Chagnon ([2013] 2014: 162), era considerado pelos ianomâmis como deliberadamente mortífero. De fato, pode-se até mesmo classificar as rusgas e duelos como *alternativas* à guerra (ibid.), esta sim obviamente mortífera.

Como no caso dos Engas e dos Esquimós, a guerra ianomâmi consistia principalmente nas emboscadas. A diferença aqui é que as batidas ianomâmis não eram ataques em grande escala com o objetivo de cercar e aniquilar completamente uma aldeia; normalmente elas terminavam numa retirada apressada assim que os atacantes conseguissem matar/ferir um ou dois indivíduos atirando flechas no *shabono* (aldeia) ou pegando de surpresa aqueles que por acaso se encontrassem do lado de fora. De qualquer modo, as várias incursões e contra-incursões presentes na guerra ianomâmi faziam com que as baixas se acumulassem rapidamente²². Escreve Napoleon Chagnon sobre uma das aldeias em que conduziu parte de seu trabalho de campo (1983: 180):

“The Patanowa-teri [uma aldeia] were raided at least 25 times while I conducted my initial fieldwork. They themselves retaliated as frequently as possible, but could not return tit for tat. They managed to drive their main enemies, the Hasubowa-teri, [outra aldeia] away from their garden, forcing them to flee across the Orinoco. They concentrated on raiding this group until they had killed most of the waiteri (fierce ones). They were so successful at doing this that the Hasubowa-teri ultimately withdrew from the war. Several of my informants claimed that they did so because their fierce ones were all dead, and nobody was interested in prosecuting the war any further”.

A última e mais letal manifestação da violência ianomâmi eram os “banquetes traiçoeiros”, ou *nomohori*: no contexto da violência ianomâmi, significava convidar pessoas para um evento amigável, como uma festa cerimonial ou reunião para permuta de objetos, e então matá-las. Era uma forma extremamente mortífera de violência, que frequentemente resultava na morte de mais de uma dúzia de homens²³. Como explica Chagnon ([2013] 2014: 164), os *nomohoris* exemplificam bem o estado de permanente insegurança em que viviam os Ianomâmis:

“Uma maneira mais difícil de enganar algum grupo e fazê-lo ir a um *nomohori* é dar garantias extremamente persuasivas, porém insinceras, de que as hostilidades do passado já estão esquecidas e que é hora de retomar a amizade. Os convidados, embora suspeitem que haverá trapaça, enfrentam um dilema. Se recusarem o convite, estarão indicando que não confiam nos anfitriões e se arriscam a ofendê-los. Isto pode provocar renovadas hostilidades em um momento em que o grupo convidado precisa de aliados e talvez não possa suportar mais inimigos. A alternativa é deixar a cautela de lado, ir à festa e arriscar ser massacrado”.

²² Estima-se que 24% dos homens Ianomâmis morriam de forma violenta (ver Mildred Dickemann, 1979: 364).

²³ As mulheres nunca eram vítimas de um *nomohori*, mas às vezes podiam ser capturadas numa ocasião dessas.

2.3 Por Que Lutar?

Talvez nenhum aspecto da guerra “primitiva” tenha sido o foco de mais discussões do que as suas causas²⁴. Estes debates, no entanto, geralmente conduzem a discussões similares às que surgem nas investigações das causas da guerra “civilizada”. Com frequência há confusão entre motivos individuais e coletivos, ou entre causas próximas e últimas; os motivos declarados dos participantes nem sempre se encaixam no que deduzem os observadores externos; as condições materiais ou sociais que estimulam um conflito podem existir por longos períodos, enquanto a guerra só irrompe em momentos específicos; em alguns casos agravos entre as partes podem ser resolvidos sem violência, em outros levar à guerra. Em razão de tais ambiguidades, fica difícil determinar o que realmente motiva um grupo ou indivíduo a se engajar em uma guerra ou mesmo se há causas “estruturais”, independentes de motivos individuais ou coletivos.

Um relato esquemático dos antecedentes de uma guerra entre a tribo Jalemo da Nova Guiné, relatada pelo etnógrafo Klaus Koch²⁵, ilustra os problemas inerentes à especificação das causas e motivos. A aldeia “A” (para simplificar) devia à aldeia “B” um porco como recompensa por B ter ajudado em uma guerra prévia a matar um dos inimigos de A. Por sua vez, um homem da aldeia A ouviu um rumor (falso) de que um homem da aldeia B tinha seduzido sua esposa; então, com a ajuda de um parente, ele atacou o suposto sedutor. A aldeia B logo teve uma reação exacerbada e realizou dois ataques separados à aldeia A, ferindo um homem e uma mulher. O débito não pago (do porco) foi reconhecido por ambas as partes como a razão para a reação exacerbada da aldeia B. No entanto, os dois ataques efetuados pela aldeia B levaram a uma batalha geral em que diversos guerreiros, de ambos os lados, foram feridos. A esta altura, com as baixas mais ou menos equivalentes, uma trégua indefinida foi declarada. A trégua terminaria mais tarde naquela noite, contudo, quando um guerreiro da aldeia B, para vingar um ferimento sofrido por um de seus parentes durante a batalha, emboscou e feriu um residente da aldeia A. A batalha recomeçou no dia seguinte e um aldeão de B foi morto. Após a sua morte, a guerra tornou-se generalizada: todos os guerreiros das duas aldeias, junto com vários aliados, iniciaram uma série de batalhas e emboscadas

²⁴ Para uma boa revisão da literatura das causas da guerra primitiva, ver, por exemplo, Ferguson (1984), Otterbein (1989), Haas (1990) e Van Der Dennen (1995).

²⁵ Koch (1974: 213-216 *apud* Keeley [1996] 2011: 241-242).

que continuariam de forma intermitente pelos dois anos seguintes. Agora, quais desses agravos e ofensas motivaram a guerra? Será que foi um débito não pago, um ciúme exagerado ou uma vingança? Qual dessa série de ofensas foi a causa precipitadora ou mais próxima da guerra?

Apesar das suas ambiguidades, o conjunto de dados dos estudos interculturais²⁶ indica que os motivos predominantes para a guerra pré-estatal são a vingança por homicídio e várias questões econômicas:

“O caráter preciso de tais motivos econômicos difere tremendamente, dependendo do tipo principal de economia dos grupos envolvidos. Na Nova Guiné, por exemplo, onde a hortifruticultura e a criação de porcos são importantes, roubos de porcos ou da produção das hortas, ou a depredação dessas por porcos, figuram proeminentemente entre as causas de conflito. Na Califórnia, onde as tribos dependiam da coleta de plantas silvestres e da caça ou pesca, conflitos sobre as áreas de pesca e de caça eram comuns. Os cavalos costumavam ser o foco da luta entre os índios das planícies históricas, para os quais esses se tornaram um meio de transporte e de caça essencial. Na costa noroeste do Pacífico, as tribos que dependiam dos salmões frequentemente guerreavam sobre questões de limites de rios e oceano. Em Minnesota, os chippewas lutaram por mais de 150 anos com os Sioux de Dakota pelo uso de territórios de caça e campos de arroz silvestre. As tribos pecuaristas da África Oriental geralmente lutavam por gado. Em qualquer nível de organização social, e em todos os tipos de economia, existem exemplos de luta por território. Por exemplo, os caçadores-coletores walbiris da Austrália guerrearam contra um grupo vizinho pela posse de uma fonte de água, e os horticultores Mae Enga da Nova Guiné brigavam por terra...” (Keeley, *ibid.*, p. 242).

O único motivo completamente ausente na maioria das sociedades tribais é – importante dizer – o da subjugação e do tributo, uma vez que estas sociedades não possuem, é claro, a capacidade institucional e administrativa para converter a vitória em hegemonia ou taxação. No entanto, o ganho territorial não está ausente nas guerras das sociedades tribais²⁷ e, como tentaremos sustentar ao longo do restante deste capítulo, as causas precipitadoras da maioria das guerras – primitivas e civilizadas – são atos de violência que provocam violência adicional ou retaliação. Já a causa última é a necessidade de segurança implícita na competição (socio)biológica por recursos somáticos e reprodutivos (desenvolveremos este argumento na próxima sessão).

Os estudos arqueológicos são um bom ponto de partida para a nossa análise. Uma vez que os arqueólogos estão propensos a inferir motivos humanos em função da evidência circunstancial, é menos provável que eles se percam em esforços para tentar

²⁶ Ver nota de rodapé 24.

²⁷ Vimos isso no caso da guerra Mae Enga. Ember e Ember (1990: 255) e Otterbein (1989: 148) nos fornecem mais exemplos.

extrair das declarações e registros dos combatentes os motivos e as causas por trás da guerra, como fazem os etnógrafos e historiadores. Assim, o “silêncio” da evidência arqueológica pode nos ajudar a isolar as circunstâncias em que a guerra é mais comum e observar as características geográficas, ecológicas, sociais, e políticas (etc.) que costumam acompanhar o conflito intenso.

Entre os arqueólogos, a hipótese mais popular diz que os períodos de guerra intensa coincidem com os “*hard times*” criados por secas, mudanças ambientais em geral e, principalmente, pelo crescimento demográfico – em resumo, mais bocas para alimentar com recursos estáticos ou cadentes. Esta hipótese – associada a Malthus (1798) – é popular porque ela é facilmente testada e observada arqueologicamente, é racional e realista e, mais importante, tem sido sustentada por um número crescente de evidências de lugares e períodos diversos. A mais clara e completa exposição desta hipótese é fornecida por Steven LeBlanc (2003), em sua *magnum opus Batalhas Constantes* (com Katherine Register). Para LeBlanc é teoricamente improvável e, na prática, impossível que as populações humanas mantenham-se num equilíbrio de longo prazo com os recursos necessários para sustentá-las – para ele nunca existiram os édens “ecologicamente sustentáveis”. Em suas palavras:

“No nonmodern societies ever successfully controlled their population growth; this includes all foraging societies. No social methods have ever been shown to maintain populations well below the carrying capacity, nor has anyone ever come up with a theoretical model of how this could work (see Read and LeBlanc [2003] for a more extended discussion). Moreover, if any local group did succeed in controlling growth and neighboring groups did not, the nongrowth group would be eliminated by the fast-growing one. This is rather like “The Grasshopper and the Ant” in reverse. It does not pay to plan for tomorrow by not growing your population today. The suggestion that foragers like the !Kung were at zero growth is simply wrong. Most foragers seem to have been able to grow at 2 percent when the carrying capacity allowed for it, and even a fraction of 1 percent growth would exceed any improvement in carrying capacity in 300 years or less. Moreover, the carrying capacity would have never been constant due to rapid, even minor, changes in climate. In other words, societies, including essentially all foraging societies, would have found themselves resource-stressed most of the time” (LeBlanc, 2014: 30).

Com efeito, as populações humanas são frequentemente afetadas por escassezes imediatas ou anunciadas de recursos necessários, especialmente água e comida. Estas crises, segundo o autor, fazem com que “grupos humanos racionais” lutem por “quaisquer recursos disponíveis”, já que as alternativas geralmente se revelam ainda piores do que a guerra. Muitos exemplos sustentam a hipótese dos “tempos difíceis”.

Alguns exemplos pré-históricos mencionados várias vezes na literatura incluem o Sudoeste Norte-Americano durante o século XIII, “*the late prehistoric north central Plains and Middle Missouri, the Late Paleolithic Nubia, and proto-historic southeast Africa*”²⁸. Mais dois exemplos foram documentados recentemente. Arkush (2011) descobriu que a seca e a mudança ambiental tiveram um papel importante na intensificação da guerra nos Andes pré-históricos, e Lambert (2007) traçou a mesma relação para a costa de Santa Bárbara, na Califórnia.

Outra causa sugerida por arqueólogos e antropólogos para a intensificação da guerra é a consolidação política, especialmente a emergência e expansão do Estado. O principal expoente desta tese é o antropólogo Robert Carneiro (1970, 1981). Esta tese parte do princípio de que as sociedades não cedem voluntariamente a sua autonomia, e que, portanto, a guerra ou a ameaça dela é condição necessária para a evolução política. Um corolário desta ideia é que a guerra deve ser mais feroz durante períodos intensos de consolidação sociopolítica – quando aldeias são consolidadas em cacicados e quando estes se tornam parte de Estados. Outro corolário popular desta ideia – mas a nosso ver errôneo e, de fato, não defendido por Carneiro²⁹ – é que a guerra *apenas* acontece em períodos de consolidação política ou no contexto da competição entre Estados³⁰. É claro, o papel da guerra na criação dos Impérios na Europa e na Ásia é muito bem documentado, e vamos desenvolver este processo nos capítulos quatro e cinco da nossa tese. Mas hoje sabemos que o processo inverso também pode acontecer: por exemplo, Arkush (2011) argumenta que o colapso do Estado pré-histórico Tiauanaco nos Andes (Bolívia) “abriu caminho” para um período belicoso de cacicados rivais, um quadro reminescente do colapso do Império Romano do Ocidente e do Império Han da China e o resultante período, em ambos os casos, de “pequenos reinos combatentes”.

Uma última causa da guerra frequentemente citada pelos arqueólogos é, *pace* os liberais, o comércio. Muitas pessoas acreditam que o comércio evita a guerra e que a guerra impede o comércio. De fato, segundo o caminho aberto por Claude Lévi-Strauss, os antropólogos caracterizaram o comércio e a guerra como formas opostas de relações sociais: “a guerra é uma troca que não deu certo, e uma troca é uma guerra evitada”³¹. Mas a história está repleta de instâncias em que disputas comerciais levaram à guerra e

²⁸ Ver mais detalhes em Keeley (2013: 26).

²⁹ Mas sim pelos “pacificadores do passado” de que falamos no início desta tese.

³⁰ Vimos na primeira metade deste capítulo como esta proposição não vai de encontro às evidências arqueológicas e antropológicas.

³¹ Ferguson (1984: 17-18).

de exemplos de inimigos fazendo comércio entre si. Na história moderna os exemplos são inúmeros³², mas casos similares são conhecidos da arqueologia. Por exemplo:

“Golitzko (2010) found that during the settlement of a region of northeast Belgium by the first farmers (c. 5200 B.C.), two important aspects of trade were related to warfare. While obtaining some of their axe material from sources from the areas occupied by indigenous hunter-gatherers, the farmers were fortifying their frontier villages against the former... At the same time, trade in pottery, flint, and some other items between the farmers’ villages became more structured and more common, probably to maintain military alliances between themselves and against the hostile foragers” (em Keeley, 2013: 27).

Estas causas ou recorrências da guerra fornecidas pela arqueologia e pela antropologia são um passo importante para aprimorar o nosso entendimento sobre a natureza da guerra e seu papel na evolução sócio-política. Todavia, geralmente mais de uma destas “causas” aparecem juntas³³ e amiúde acaba sendo difícil distinguir, tanto no registro arqueológico como na história, as causas dos efeitos, tão próximos cronologicamente. Precisamos, portanto, de um modelo teórico que nos aponte as explicações *últimas* (em contraposição às *próximas*) da guerra.

2. 4 Por que Lutar? O Cálculo Evolucionário

Durante 99,5 por cento dos dois milhões de anos de existência do gênero *Homo*, os humanos viveram como caçadores-coletores. Nós só começamos a domesticar plantas e animais há aproximadamente 10.000 anos, no Oriente Médio, e na maior parte do mundo ainda mais recentemente, ou seja, há pouquíssimo tempo em termos evolucionários. Esta mudança foi grosso modo de caráter cultural, isto é, envolveu pouca ou nenhuma mudança biológica significativa³⁴. Desta maneira, o nosso *make up*

³² “Um exemplo clássico do século XX deste fenômeno é o Japão. No século passado, o parceiro comercial mais importante do Japão foram os Estados Unidos - no início daquele século principalmente como uma fonte de materiais essenciais para a indústria básica e, após a Segunda Guerra Mundial, também como um mercado para produtos acabados. Ainda assim, foi contra o maior mercado antes da guerra para os seus bens, a China, e a sua fonte de matérias-primas mais importante, os Estados Unidos, que o Japão embarcou na sua guerra mais desastrosa” (Keeley, [1996] 2011: 253).

³³ É comum, por exemplo, descobrir que períodos de guerra intensa também foram períodos de consolidação ou dissolução política, de mudança ambiental, de expansão de fronteiras de colonização ou conquista, de aumento da densidade populacional, de aparecimento de deficiências nutricionais nos humanos, e assim por diante.

³⁴ Aqui há uma polêmica considerável. Em *The 10,000 Year Explosion* (2009), por exemplo, o físico Gregory Cochran e o geneticista Henry Harpending argumentam que a “civilização acelerou sobremaneira a evolução humana”, ideia também defendida pelo jornalista da ciência Nicholas Wade

biológico ainda é aquele que resultou de uma adaptação de milhões de anos às pressões seletivas da existência forrageadora.

2. 4. 1 Luta por Recursos Somáticos

A competição por recursos é a causa principal da agressão e da violência na natureza. Como Malthus e Darwin explicaram, os organismos vivos, incluindo os humanos, tendem a se propagar rapidamente. Seus números são restringidos apenas pelos recursos limitados de habitats ecológicos particulares e por toda a sorte de competidores, tais como coespecíficos, animais de outras espécies que tenham padrões alimentares similares, predadores, parasitas e patógenos.

Alguns antropólogos objetam à aplicação deste raciocínio aos humanos, salientando que os caçadores-coletores, tanto os contemporâneos quanto os ancestrais, exibiam na média pouco ou nenhum crescimento demográfico no longo-prazo e constantemente regulavam a sua população através do infanticídio³⁵. No entanto, o infanticídio geralmente só acontecia quando a escassez de recursos forçava as famílias a escolher entre “um filho vivo ou dois mortos”, isto é, quando as pessoas já estavam “*pushing against the resource walls*” (Gat, 2006: 61) de seu ambiente particular. Quando estes ambientes subitamente se expandiam, um evento pouco comum na natureza, o crescimento demográfico era dramático:

“Perhaps the best known is the rapid proliferation of Old World wildlife into new territories in the wake of the European age of discovery. Mice, rats, and rabbits, for example, did spectacularly well in the Americas and Oceania, where their traditional competitors were absent or weak. Humans propagated equally dramatically in similar circumstances. More than a million and a half years ago, *Homo erectus* broke out of his original habitat in Africa and filled up large parts of the Old World. From about 80,000 years ago *Homo sapiens sapiens* repeated that process on an even wider scale. In the most famous examples, only in the last tens of thousands of years, small groups of our species crossed from Asia through the frozen Bering Straits into North America, previously uninhabited by humans. In a remarkably short time, these small groups propagated into hundreds of thousands and millions of people, even before the introduction of agriculture, filling up the Americas from the far north to the south. In the same way, the Pacific islands, widely separated by thousands of kilometers of ocean, were inhabited only during the last two millennia by small groups of East Asian people, who made the

(e.g., Wade, 2014), que escreve para o público em geral. Mas a opinião padrão da maioria dos antropólogos e de todo um corpo de pesquisadores que compõem o fértil campo da “Psicologia Evolucionária” é de que os humanos que viveram no final do Paleolítico (entre 50 e 10 mil anos atrás) tinham uma mente indistinguível da nossa.

³⁵ Ver, por exemplo, Bartholomew e Birdsell (1953) e Birdsell (1968).

crossing with their canoes. Again, these first settlers, in most cases probably no more than a few dozen people on each island, rapidly filled up their new habitats, increasing in numbers to thousands and tens of thousands” (Gat, 2006: 61-62).

Estes casos dramáticos, continua o autor, são as exceções que confirmam a regra: os nossos ancestrais paleolíticos não tinham espaços vazios para ocupar; num planeta carente de “vastas terras comuns”, o que constrangia a tendência humana de maximizar a sua população não era o “planejamento familiar”, mas sim a escassez de recursos e a competição (mormente com outros seres humanos). E o que estava em jogo nesta competição era principalmente a alimentação, a atividade somática mais básica e crítica de todos os seres vivos, aquela que amiúde causa flutuações dramáticas em seus números. Cabe perguntar, neste sentido, quais eram os fatores, num determinado habitat, que agiam como os principais freios nas populações humanas? Igualmente, quais eram as maiores carências e, portanto, os principais objetos da competição humana?

As respostas, naturalmente, vão depender das condições de cada ambiente. Assim, por exemplo, em casos extremos como o Ártico Canadense e o Deserto Australiano, onde os recursos eram altamente dispersos e as densidades demográficas muito baixas, a competição por recursos não era tão evidente. No entanto, em tempos difíceis, mesmo os nativos dos lugares mais inóspitos podiam lutar até a morte por recursos somáticos-chave: os caçadores-coletores Walbiri e Waringari da Austrália Central, por exemplo, podiam disputar a posse das tão prezadas fontes de água através de grandes batalhas abertas (Meggitt, 1965: 42); estas fontes de água eram obviamente de importância crítica em tempos de seca, quando grupos inteiros de Aborígenes podiam perecer (ibid.).

Já em ambientes menos áridos, a comida frequentemente tornava-se a principal causa do conflito, especialmente em casos de escassez, mas – e isto é muito importante – também em casos de antecipação e preparação à provável escassez³⁶. Como escreve Harry Lourandos em relação aos aborígenes de uma região costeira da Austrália (1997: 33): “no Sudoeste de Vitória, a competição entre os grupos envolvia uma ampla gama de recursos naturais, incluindo o território, e foi registrada por muitos dos primeiros observadores europeus da região”.

³⁶ Para exemplos de como a escassez (imediate ou anunciada) pode ser um fator promotor da guerra, ver M. Ember e C. R. Ember, “Resource unpredictability, mistrust, and war: A cross-cultural study” (1992); ver também W. D. Hamilton (1975: 146).

A luta por território, não podemos esquecer, está diretamente associada à luta pela subsistência. Mesmo baixas densidades demográficas e alta mobilidade não significam necessariamente a falta de competição e territorialidade. Ambientes menos férteis simplesmente requerem maiores territórios para a subsistência. Neste sentido, muitas espécies de animais que requerem territórios muito grandes para a sua subsistência – como alcateias de leões – defendem ferozmente os seus territórios contra intrusos. A mesma lógica se aplica aos humanos. Como colocamos anteriormente, no passado os forrageadores habitavam não só as áreas mais isoladas e áridas, como também – e talvez principalmente – os nichos mais férteis do mundo. Estes eram geralmente encontrados ao longo de rios (mormente nas fozes), pântanos e costas, que eram abundantes em recursos animais e vegetais:

“... in both northern and southern Australia and in the American north-west, prime concentrations of fish, birds, and other wildlife, such as river mouths, were far superior to ordinary stretches of beach or river shore, let alone inland territories. Violent clashes, brought about by hunting forays and population movements, were commonplace, undoubtedly becoming more intense when hunger and starvation loomed. According to one comparative study, territory changed hands among hunter-gatherers up to a rate of five to ten per cent per generation. Things were further complicated in instances where the vital concentrations of game were geographically mobile rather than more or less static. Migration routes of bison (buffalo) herds on the North American Great Plains were changing and difficult to predict. Hunting in other tribes' territories thus became necessary from time to time, often resulting in warfare. Upper Palaeolithic hunters of large game in Europe, from France to Ukraine, may have exhibited similar patterns to the American Indian bison hunters” (Gat, 2006: 64).

É importante dizer, por último, que a territorialidade – bem como a violência – não é um instinto cego; ela é subserviente ao cálculo evolucionário, especialmente nos humanos, cujos habitats são tão diversos. Em sociedades onde o espectro da fome e da inanição pairava sobre a cabeça das pessoas, a luta por territórios e recursos era muitas vezes percebida como custo-efetiva. Em princípio havia alternativas ao conflito, é claro, como interromper o contato e mudar-se para longe. Como já notamos, porém, de maneira geral não havia “lugares vazios” para as pessoas desbravarem. Em primeiro lugar, o espaço nunca é uniforme e os melhores e mais produtivos habitats já podiam estar ocupados. Além disso, encontrar lugares novos requeria exploração, o que também podia envolver encontros violentos com outros grupos humanos. Por último, mudar-se significava deixar o habitat original do grupo, com o qual os membros já estavam

familiarizados, e viajar para ambientes desconhecidos. Com isto em mente, fica mais fácil entender por que a opção pela luta com frequência parecia a mais atrativa.

2. 4. 2 Luta por Recursos Reprodutivos

“A segunda descoberta que fiz logo no primeiro dia foi que a maioria das discussões e brigas entre os ianomâmis começava por causa das mulheres. Essa observação etnográfica simples e direta haveria de me causar muitos problemas no mundo acadêmico, pois na década de 1960 “brigar por mulheres” era uma explicação considerada controversa na antropologia “científica”. Nos anos 1960, a teoria antropológica mais científica sobre as guerras primitivas sustentava que os membros das tribos - exatamente como os membros dos países industrializados - lutavam apenas por causa de recursos materiais escassos, como alimentos, petróleo, terras, reservas de água, portos marítimos, riquezas etc. Que um antropólogo sugerisse que a luta tinha algo a ver com as mulheres, isto é, com o sexo e a competição reprodutiva, era uma verdadeira blasfêmia; ou, na melhor das hipóteses, uma ideia ridícula. Os biólogos, por outro lado, julgavam que essa observação não era nada surpreendente, mas sim normal para uma espécie de reprodução sexuada. O que eles achavam surpreendente era que os antropólogos considerassem a luta, contexto da competição reprodutiva, como algo ridículo quando aplicado aos seres humanos. Afinal de contas, a competição entre os machos disputando as fêmeas é muito difundida no mundo animal” (Chagnon, [2013] 2014: 16).

Em última instância, a luta pela reprodução resume-se à competição pelo acesso a parceiros sexuais com potencial reprodutivo. Aqui há uma assimetria fundamental entre machos e fêmeas, exemplarmente capturada pelo conceito de “investimento parental”, do biólogo evolucionário Robert L. Trivers (1972). De modo geral, os óvulos são energeticamente muito mais caros que os espermatozoides e em muitas espécies as fêmeas carregam o embrião dentro de seus corpos até o fim de seu desenvolvimento (para não falar da amamentação, no caso dos mamíferos). Esta pesada carga logística constrange, é claro, o potencial reprodutivo das fêmeas: na maioria das espécies elas podem gestar apenas um número limitado de óvulos fertilizados por vez e, portanto, ao longo de suas vidas. No caso dos caçadores-coletores, por exemplo, as mães precisam investir em média quatro ou cinco anos em cada criança. Em condições ótimas, elas não terão mais do que cinco ou seis filhos ao longo de toda a vida (a revolução agrícola aumentou consideravelmente este limite).

Em contrapartida, na teoria quase não há limite para o número de filhos que um macho pode ter. Ele pode fertilizar um número indefinido de fêmeas, assim multiplicando a passagem de seus genes para as próximas gerações. Diferentemente da fêmea, então, a capacidade reprodutiva do macho aumenta em direta proporção com o

número de suas parceiras sexuais. Na vida real, os homens sexualmente mais bem sucedidos, por exemplo, podem ter – e historicamente tiveram – dezenas de filhos³⁷.

Tudo isto, vale lembrar, é apenas um raciocínio abstrato. As estratégias sexuais são diversas na natureza e têm muitos nuances. Algumas espécies são monogâmicas, outras são poligínicas e em alguns casos extremos de animais sociais o “macho-alfa” monopoliza todas as fêmeas do grupo. Nestes casos, a luta entre os machos pelo controle do “harém” é muito intensa e por um bom motivo: as recompensas reprodutivas são as maiores³⁸.

Onde os humanos estão nesta escala? A necessidade de se cuidar de crianças que amadurecem devagar e precisam de “investimento” dos dois pais inclina os humanos na direção monogâmica. No entanto, os humanos não são estritamente monogâmicos. No passado, a poliginia era legítima na grande maioria das sociedades, inclusive entre caçadores-coletores, e os homens mais bem-sucedidos frequentemente tinham mais de uma esposa. Além disso, os homens (e as mulheres) sempre buscaram casos extraconjugais. Para o homem esta infidelidade é – do ponto de vista evolucionário – uma estratégia para aumentar o seu sucesso reprodutivo. Já para a mulher um caso extramarital pode ser uma oportunidade para estabelecer uma relação com “*a better-quality man than the one she has, promise extra care and support, or provide insurance against marriage failure*” (Gat, 2006: 69).

Novamente, isto é apenas um raciocínio abstrato e a chamada batalha dos sexos, tão bem explorada pelos psicólogos evolucionários nas últimas décadas³⁹, não é o nosso objeto. Mas, então, de que forma tudo isso está relacionado com a violência e com a guerra?

“The evidence across the range of hunter–gatherer peoples (and that of primitive agriculturalists) tells the same story. Within the tribe, women-related quarrels, violence, so-called blood feuds, and homicide were rife, often as the principal category of violence. Some incidents were caused by

³⁷ Acredita-se, por exemplo, que Maomé tinha 16 esposas e seis concubinas, mas este ainda é um número muito modesto comparado com o Rei Bíblico Salomão, que supostamente tinha 700 esposas. Já o sultão de Marrocos Moulay Ismail teria tido 888 filhos. Em David Livingstone Smith, *The Most Dangerous Animal: human nature and the origins of war* (2007, Prefácio).

³⁸ Os biólogos descobriram que – especialmente nos mamíferos – quanto mais variável for o sucesso reprodutivo dos machos, isto é, quanto mais feroz for a competição pelo acesso reprodutivo, maior o dimorfismo sexual (pois nestes casos de grande competição entre os machos a natureza premia o maior tamanho e ferocidade). Por exemplo, os machos e fêmeas do macaco gibão são do mesmo tamanho, pois são monogâmicos; já os gorilas, que andam com haréns de 3-6 fêmeas, têm quase o dobro do tamanho das fêmeas; mas nos elefantes marinhos do sul, cujo harém pode conter mais de 40 fêmeas, os machos chegam a ser 4-5 vezes maiores! (ver Diamond, 1991: 60)

³⁹ Ver, por exemplo, David Buss (1995).

suitors' competition, some by women's abduction and forced sex, some by broken promises of marriage, and most, perhaps, by jealous husbands over suspicion of wives' infidelity. Between tribes, the picture is not very different, and is equally uniform. Warfare regularly involved stealing of women, who were then subjected to multiple rape, or taken for marriage, or both. Indeed, the story of Moses' command to the Children of Israel to kill all the Midianites except for the virgin women who could be taken (*Numbers* 31: 17–18) typifies victors' conduct throughout history: kill the men, rape the women, and take the most young and beautiful as war trophies" (Gat, 2006: 69).

De fato, muitos relatos de exploradores e estudos etnográficos estabeleceram uma conexão direta entre a violência e a “questão das mulheres”. De acordo com o já citado William Buckley, que viveu entre os nativos da Austrália entre 1803 e 1835, a maior parte das frequentes lutas e homicídios:

“were occasioned by the women having been taken away from one tribe to another; which was of frequent occurrence. At other times they were caused by the women willingly leaving their husbands, and joining other men. . . . [T]hese dear creatures [as mulheres] were at the bottom of every mischief”⁴⁰.

Na isolada Tasmânia, os nativos relatavam razões similares para a luta endêmica, a segregação territorial, e a apreensão mútua que prevaleciam entre os grupos. A comida podia tornar-se escassa nos invernos, mas as mulheres eram a principal causa das escaramuças e da luta (Jones, 1974: 328). O mesmo pode ser dito dos Esquimós do Ártico Canadense, onde o frequente rapto de mulheres era provavelmente a principal causa de homicídio e das “rixas de sangue” (*blood feuds*) (ver Gat, 2006: 71).

Na Nova Guiné, o etnógrafo Karl Heider atribuiu os conflitos dos *Dugum Dani* a três causas básicas: “entre as causas do conflito, as principais são os porcos e as mulheres; os direitos sobre as terras vêm em longínquo terceiro lugar” (1970: 100). Em outro estudo sobre os Dani, 73 dos 179 conflitos observados, ou 41%, tiveram as “mulheres” como a principal causa⁴¹.

Entre os Ianomâmis, a maior parte das lutas de porretes dentro de uma aldeia e muitas discussões e divergências entre os homens de diferentes aldeias giravam em torno das mulheres, fosse porque alguém não tinha cedido uma mulher em casamento, conforme prometido; por causa de encontros sexuais ilícitos entre uma mulher casada e seu amante; ou por ocasião da tentativa de recuperar uma mulher que fora raptada

⁴⁰ Em Morgan ([1852] 1980: 41).

⁴¹ As outras três causas principais foram vingança, propriedades e terra (ver Larson, 1987).

(Chagnon [2013] 2014: 140-141). Com efeito, Chagnon estimou (ibid., p. 142) que 20% das mulheres adultas nas aldeias “centrais” em que trabalhou tinham sido sequestradas ou aliciadas por outras aldeias.

Por último, nas Pequenas Antilhas a captura de mulheres era aparentemente tão generalizada que desenvolveu-se por lá uma situação linguística peculiar: relatos dos primeiros conquistadores espanhóis atestam que nas ilhas maiores das Pequenas Antilhas os homens falavam a língua caraíba e suas esposas falavam aruaque, pois grande parte delas tinha sido capturada das tribos aruaques, mais fracas, residentes em ilhas menores nas proximidades (ver Keeley [1996] 2011: 192).

2. 4. 3 Vingança e o Dilema de Segurança

“When the enemy kills one of their own people, the ghostly threat rises; the greater the felt threat, the more the people strive to kill an enemy, which act alone will reduce the threat” (Karl Heider, *The Dugum Dani*, 1970: 130).

“Disputas e brigas sobre as mulheres são uma das principais causas das lutas e guerras entre os Ianomâmis, mas não são as únicas. Se eu tivesse que indicar a causa mais frequente dos conflitos mortais, seria a vingança por uma morte anterior. No entanto, o que constitui uma morte digna de vingança é uma questão de opinião forense. Se uma cobra morde um homem e ele morre, isso não é considerado, necessariamente, um golpe de má sorte. Os ianomâmis podem concluir que a morte foi causada por bruxaria - que um inimigo em uma aldeia distante mandou aquela cobra, e, portanto, esse inimigo passa a ser um alvo legítimo de uma vingança mortal” (Chagnon [2013] 2014: 138).

A vingança talvez seja a mais comum e proeminente causa imediata da guerra nos registros antropológicos das sociedades pré-estatais. A violência era ativada para vingar injúrias à honra, propriedade, mulheres e parentes. Se alguma vida era tirada, a vingança chegava a seu ápice, frequentemente levando a um círculo vicioso de mortes.

Da perspectiva evolucionária, a vingança é uma retaliação com o objetivo de destruir um inimigo ou de “criar dissuasão contra ele”, bem como contra terceiras partes. Se você não revida uma afronta, você pode sinalizar fraqueza e se expor a afrontas futuras, não só do agressor original, mas também de outros; um processo de vitimização pode se criar⁴².

⁴² Por exemplo, na sociedade Ianomâmi “Each of the principals attempts to demonstrate his own sovereignty in order to convince the other that he does not really require political alliance to keep his enemies in check. This is accomplished by bragging about past military victories and fierceness in past club fights and chest-pounding duels, and by insinuating that one's group is always on the verge of exploding into a force so great that no combination of allies could overcome its terrible might. The

Esta lógica se aplica, é claro, a situações em que não há uma autoridade superior que possa oferecer proteção – isto é, aos chamados sistemas anárquicos, originalmente descritos por Thomas Hobbes. Deste modo, enquanto no mundo moderno ela se aplica àquelas esferas de relações sociais onde o Estado não interfere, bem como à própria relação entre os Estados, nas sociedades pré-estatais ela se aplicava “*far more extensively to the basic protection of life, property, and the like*” (Gat, 2006: 93). Você só podia depender de si mesmo e de seus parentes e aliados. No caso de uma afronta, a retaliação – isto é, a vingança – era o método principal para aniquilar o agressor ou reestabelecer a dissuasão.

No entanto, como escrevem Burch e Correll sobre os Esquimós do Alaska, raramente se conseguia eliminar os agressores (1972: 34):

“The objective of warfare in North Alaska was to annihilate the members of the enemy group, men, women, and children. . . . A fully successful war thus served to terminate inter-regional relations altogether through the elimination of the members of one entire group. The typical result, however, was only partial success, some members of both groups being killed, and others surviving. Thus warfare tended to perpetuate inter-regional hostilities since survivors were always morally obliged to seek revenge”.

Assim, na maioria dos casos a vingança tornava-se um ciclo de retaliação e contra-retaliação do qual era muito difícil escapar. A “vingança de sangue”, em particular, que começava a partir de um único incidente, podia tirar várias vidas ao longo dos anos e das gerações. Era mais provável, então, que a retaliação produzisse a intensificação do conflito, ao invés da verdadeira dissuasão.

Nas sociedades pré-estatais, o ciclo de violência só terminava, então, quando, mais cedo ou mais tarde, – geralmente com a ajuda de uma terceira parte que atuava como mediadora – as “partes lesadas” aceitavam uma trégua ou reconciliação. Elas geralmente reconheciam o balanço das retribuições como quite ou então especificavam alguma compensação de um lado ou de outro para torná-lo quite⁴³. Obviamente, a trégua podia durar pouco tempo e um ciclo de animosidades e violência podia logo se reacender, fosse por causa de desavenças antigas, por causa de um “estado fundamental de competição”, ou devido a uma combinação dos dois.

smaller the village and more obvious its vulnerability, the greater is the pressure to insinuate or to demonstrate this potential” (Chagnon, 1983: 148).

⁴³ Para detalhes, ver Robert Axelrod (1997: 30-39) e Matt Ridley (1996: 67-84).

Como Hobbes já tinha percebido de forma brilhante (Leviatã, 13), este estado fundamental de competição e conflito potenciais – presente em todos os sistemas anárquicos – dá origem à desconfiança endêmica e ao medo e convida não apenas a uma resposta reativa, como também a uma resposta preventiva, a qual amplifica ainda mais o quadro de suspeição mútua e insegurança. Gat desenvolve (2006: 97):

“It must be stressed that the source of the potential conflict here is again of a ‘second level’. It does not necessarily arise directly from an actual conflict over the somatic and reproductive resources themselves, but from the fear, suspicion, and insecurity created by the potential of those ‘first-level’ causes for conflict. Potential conflict can thus breed conflict. When the ‘other’ must be regarded as a potential enemy, his very existence poses a threat, because he might suddenly attack one day. How can one know, for example, if a straying stranger is on a peaceful trade expedition or is out to steal a woman?”⁴⁴

Neste estado fundamental de insegurança, deve-se em primeiro lugar tomar precauções contra um possível ataque e aumentar a própria capacidade de resistência tanto quanto possível – por exemplo, mantendo postos de observação; construindo fossos e paliçadas; formando alianças; etc. O outro lado, todavia, se defronta com os mesmos problemas e toma precauções similares.

Isto, é claro, gera um clássico dilema de segurança. Treinamento intensivo para a guerra, ocupação de postos avançados e o uso de “tropas de reconhecimento” são exemplos de medidas defensivas que também aumentam as capacidades ofensivas, e são naturalmente vistas desta maneira pelo outro lado. Como resultado, medidas que um lado toma para aumentar a sua segurança num mundo inseguro diminuem a sensação de segurança do outro lado. A força de um torna-se a fraqueza do outro.

Por fim, embora os dois lados no dilema de segurança possam estar motivados por questões de defesa, eles podem escolher agir preventivamente, isto é, atacar o outro para eliminar ou enfraquecer o potencial inimigo, o que, é óbvio, só piora o dilema:

“Warfare can thus become a selffulfilling prophecy. The fear of war breeds war. As full security is difficult to achieve, constant warfare can be waged, conquest carried afar, and power accumulated, all truly motivated by security concerns—that is, ‘for defence’” (Gat, 2006: 99).

Este cenário paradoxal só é possível porque a seleção natural age com base no princípio da competição individual. Não há nenhuma autoridade maior (“Natureza”) que

⁴⁴ Ver também M. Ember e C. R. Ember (1992).

regule a competição e que possa prevenir os “dilemas”. Os organismos podem cooperar, competir ou lutar para maximizar a sobrevivência e a reprodução. Às vezes, lutar é a escolha mais promissora para pelo menos um dos lados. Outras vezes, porém, lutar é a escolha racional, mesmo não sendo a ótima. As pessoas podem ser forçadas a lutar porque, sob condições de escassez de informação, comunicação imperfeita e incapacidade de garantir que o outro lado irá manter a palavra, um acordo de cooperação mutuamente benéfico não pode ser assegurado. Nestes casos, o conflito parece criar vida própria: “*Similar to a Moloch, it consumes the warring parties caught up in its fire, irrespective of their true wishes or interests*” (Gat, 2006: 100). Como supostamente diziam os Ianomâmis: “Nós estamos cansados de lutar. Não queremos mais matar. Mas os outros são traiçoeiros e não se pode confiar neles”⁴⁵.

⁴⁵ Em Edward Wilson, *On Human Nature*. 1978: 119–20.

3. Moralidade

3. 1 O Dilema da Cooperação

Imagine que você pertença a uma tribo que está pacificamente cuidando dos próprios assuntos⁴⁶: cultivando suas roças, pastoreando seus animais, criando crianças e gozando a vida de modo geral. Tudo é perfeito, mas você tem vizinhos “complicados”. Do outro lado do rio há uma tribo de pessoas belicosas que só querem atacar, matar, saquear e destruir. Elas acham que isso é mais interessante do que colher o próprio sustento. E não há nenhuma autoridade maior para impedir que elas rapinem seus vizinhos.

Um dia os guerreiros da tribo belicosa decidem cruzar o rio e avançar em direção à sua aldeia. Você precisa reunir a tribo e repelir os invasores. Todos devem participar, porque quanto maior for a comitiva que você reunir, maiores serão as chances de derrotar os agressores. Os benefícios de montar uma defesa bem-sucedida são óbvios. Ela é literalmente a diferença entre a vida e a morte. O problema é que, mesmo que o seu lado vença e os inimigos sejam afugentados ou mortos, parte do seu povo será morta ou incapacitada. Esta é a natureza da guerra. Pior ainda: você próprio pode morrer em batalha. Entretanto, se ninguém deixar de lutar, as chances de você sobreviver serão maiores. Sua tribo conhece melhor o território e a defesa geralmente é mais “fácil” que o ataque.

Então se você for uma pessoa motivada unicamente pelo desejo de viver, você irá pesar os riscos que correrá lutando contra a certeza da morte em um massacre geral caso ninguém lute e decidirá lutar na frente de batalha. Certo? Errado. Os economistas e outros cientistas sociais têm um nome para as pessoas “espertas” motivadas unicamente pelo medo e prazer: agentes racionais. Acontece que um grupo constituído inteiramente de agentes racionais é incapaz de cooperar. Este resultado pode ser “provado matematicamente” de maneira muito simples. Suponha que a sua tribo possa reunir 1000 guerreiros, o suficiente para debelar a invasão, mas a um custo de 50 guerreiros mortos ou gravemente feridos. O fato de você se juntar ou não a este bando de guerra não vai surtir impacto significativo algum no resultado da batalha. Outros fatores – como o terreno, o tempo, o elemento de surpresa ou mesmo a sorte – terão muito mais efeito do que um único guerreiro ausente. De fato, alguns guerreiros provavelmente estarão muito doentes para lutar, de qualquer forma. Então você pode fingir que está doente e ficar em casa. É isso que um agente racional faria. O resultado final será o

⁴⁶ O exemplo hipotético a seguir é tirado de Turchin (2016: 56 ss.).

mesmo, mas você calcula que caso participe suas chances de morrer ou de ficar debilitado serão “de uma em 20” (50 baixas estimadas divididas por 1000 guerreiros). Em outras palavras, para você as consequências pessoais podem ser muito significativas. Então um agente racional escolherá “desertar da tropa de guerra” (no jargão dos teóricos da ação coletiva, desertar, ou *defect*, significa, de forma mais geral, *não contribuir* para um empreendimento coletivo).

De fato, não importa o que os outros façam, a melhor escola do agente racional é sempre *defect*. Assim, numa tribo de agentes racionais todos farão o mesmo cálculo e, portanto, ninguém irá enfrentar o inimigo. Todos irão se fingir de doentes – até serem arrastados da cama e mortos pelos seus inimigos. Aqui jaz o grande dilema da cooperação social. Seria melhor para todos se todo mundo contribuísse para o bem comum, mas é individualmente vantajoso transferir o ônus para outrem. Se todos seguirem esta lógica, nenhum bem coletivo será produzido. Este dilema está presente não só em questões de guerra ou paz, mas em praticamente todas as esferas da vida pública: na provisão da boa governança, na criação da infraestrutura pública, no financiamento da ciência e da tecnologia, na manutenção da qualidade do ar e da água, etc.

Felizmente, entretanto, as pessoas não são “agentes racionais”, pelo menos não da forma pintada pelo modelo do *Homo Economicus*, que dominou as ciências do comportamento durante a segunda metade do século XX. Um experimento muito famoso, o “jogo do ultimato”, sustenta o nosso argumento. Neste jogo, uma pessoa, chamada de *proponente*, recebe uma soma de dinheiro de, digamos, 10 reais, e é instruída a oferecer qualquer porção deste valor – de zero a 10 reais – para outra pessoa, chamada de *respondente*. O jogo ocorre em condições de anonimato (o proponente e o respondente não podem revelar suas identidades) e há apenas uma rodada. O respondente, que sabe que o valor total a ser compartilhado é de 10 reais, pode aceitar ou recusar a oferta. Se ele recusar, os dois jogadores ficam sem nada. Assim, um “agente racional”, movido unicamente pelo auto-interesse, sempre vai aceitar qualquer soma positiva de dinheiro (um real é melhor do que nada).

Quando o jogo do ultimato é jogado na vida real, todavia, este resultado “racional” quase nunca é presenciado. Em várias replicações deste experimento, em mais de 30 países – sob condições diversas e em alguns casos com montantes significativos de dinheiro em jogo –, os proponentes rotineiramente ofereceram porções generosas, 50% do total sendo a mais comum. E, o que é mais interessante, a maior

parte dos respondentes recusaram as ofertas abaixo de 25%⁴⁷. Em entrevistas pós-jogo, muitos dos respondentes que tinham rejeitado ofertas baixas exprimiram revolta contra a ganância dos proponentes e também um desejo de penalizar o comportamento injusto. Como colocam Gintis et. al. (2015), o fato de que somas positivas são comumente rejeitadas mostra que os respondentes têm preocupações de justiça, e o fato de que a maior parte dos proponentes oferecem algo entre 40% e 50% do total mostra que os proponentes também têm a mesma preocupação (ou ao menos entendem que a noção de justiça dos respondentes os levaria a rejeitar ofertas baixas).

Particularmente interessantes são aqueles que rejeitam ofertas positivas. Para Gintis et. al. (2015), a explicação mais consistente com os dados é que eles são motivados por um desejo de punir o comportamento ganancioso do proponente, mesmo que isto signifique pagar um custo pessoal (não receber nada). Para os autores, este e outros resultados experimentais que violam o axioma do auto-interesse são hoje lugar comum. Eles e achados correlatos:

“have led in recent years to a revision of the received wisdom in biology and economics toward the appreciation of the central importance of otherregarding preferences and character virtues in biological and economic theory”⁴⁸. (Gintis et. al., 2015: 328)

Poder-se-ia argumentar que esta preocupação com a justiça é específica das complexas sociedades urbanas. Para verificar esta possibilidade, um grupo de antropólogos realizou jogos do ultimato em 15 sociedades de pequena escala com pouco contato com mercados, governos ou instituições modernas (Henrich et. al., 2004). Estas sociedades incluíam caçadores-coletores, pastores e horticultores primitivos. O estudo encontrou que muitas destas sociedades espelharam os resultados das economias avançadas, enquanto outras não. Entre os Au e Gnau da Papua Nova Guiné, por exemplo, ofertas de mais de 50% do total foram comuns. Além disso, enquanto divisões “meio-a-meio” foram geralmente aceitas, tanto ofertas maiores quanto menores correram um risco razoável de serem rejeitadas. Em contraste, entre os Machiguenga do Peru, por exemplo, quase $\frac{3}{4}$ das ofertas foram de 25% ou menos do total, e mesmo assim em mais de 70 ofertas houve apenas uma rejeição. Mesmo entre os Machiguenga,

⁴⁷ Ver Camerer (2003) e Oosterbeek et. al. (2004).

⁴⁸ Fazem parte desta mudança de paradigma, por exemplo, Gintis et. al. (2005) e Henrich et. al. (2004). Ver também Okasha e Binmore (2012).

no entanto, a oferta média foi de 27,5% do “pote”, mais do que teria maximizado o ganho do proponente, dada a baixa probabilidade de rejeição.

As análises dos experimentos levaram Henrich et. al. (2004) às seguintes conclusões: (1) os comportamentos são altamente variáveis entre as sociedades; (2) nenhuma sociedade correspondeu ou mesmo se aproximou do modelo dos agentes racionais; e (3) apesar dos cenários anônimos dos experimentos, as diferenças entre as sociedades refletiram diferenças no tipo de interação vivenciada no dia-a-dia; isto é, o comportamento no jogo refletiu as normas culturais de cada sociedade. Os Au e os Gnau, por exemplo, têm costumes muito antigos de troca de presentes, de modo que receber um presente geralmente obriga a pessoa a dar algo em troca no futuro. Assim, os Au e Gnau simplesmente enxergaram o jogo de acordo com a troca social mais similar que conheciam – e agiram correspondentemente. Algo parecido pode ser dito dos Aché do Paraguai, que dividem de forma igualitária entre todos os membros do grupo alguns tipos de comida adquirida através da caça e da coleta (principalmente carne e mel): no experimento, a maior parte dos proponentes Aché ofereceram 50% ou mais do total. Já os Machiguenga vivem numa sociedade na qual o único tipo de relacionamento que pressupõe lealdade é aquele entre parentes e, portanto, não se viram obrigados a fazer ofertas justas aos desconhecidos com que jogaram⁴⁹. Gintis et. al. (2015: 329) resumem mais alguns resultados de Henrich et. al. (2004):

“Similarly, among the Lamalera whale hunters of Indonesia, who hunt in large crews and divide their catch according to strict sharing rules, the proposer’s average allocation to the responder was 58% of the pie. Moreover, the Indonesian whale hunters played the game very differently from the Indonesian university students who were the subjects in another set of experiments (Cameron 1999). Indeed, where voluntary public goods provision was customary in real life (e.g., the Harambee system among the Orma herders in Kenya, whereby individuals contribute resources to build a school or repair a road), contributions in the experimental public goods game were patterned after actual contributions in the actual Harambee system. Those with more cattle contributed more. By contrast, in the ultimatum game, for which there apparently was no everyday life analog, the wealthy and nonwealthy Orma behaved similarly”.

⁴⁹ E tampouco experimentaram o ressentimento que muitas outras culturas experimentariam ao receber ofertas muito baixas.

3. 2 Cooperação à luz da Seleção Natural

Então as pessoas cooperam e compartilham. Elas não são *homines economici*. Como a biologia explica isso? Como vimos no capítulo 1, a evolução explica o design adaptativo com base em três princípios: variação fenotípica, hereditariedade e consequências adaptativas. Um atributo fenotípico é tudo o que pode ser observado ou medido⁵⁰. Continuando, os descendentes frequentemente se parecem com seus pais, geralmente por causa dos genes compartilhados, mas também por outros fatores como a transmissão cultural (lembrar que a seleção natural também se aplica à evolução de entidades não-biológicas). Por último, a aptidão dos indivíduos – a sua propensão para sobreviver e se reproduzir – geralmente depende dos atributos fenotípicos. Juntos, os três princípios apontam para um resultado aparentemente inevitável: os atributos fenotípicos⁵¹ que produzem maior aptidão vão elevar a sua frequência ao longo das gerações. Percebe-se, então, que a própria definição de adaptação – aquilo que aumenta a chance de sobrevivência e reprodução – impõe limites aos tipos de adaptações que podem evoluir.

Para compreendermos estas limitações, tomemos primeiro um exemplo de uma adaptação a nível individual, como a coloração das mariposas. Imagine uma população de mariposas que variam no grau em que se camuflam. A cada geração, as mariposas mais conspícuas são detectadas e comidas por predadores, enquanto as mais crípticas sobrevivem e se reproduzem. Se os filhos tendem a se parecer com os pais, a mariposa “média” vai se tornar mais críptica a cada geração. E, de fato, qualquer pessoa que observe um inseto que pareça com uma folha, “*right down to the veins and simulated herbivore damage*” (Wilson, 2002: 8), não pode deixar de se impressionar pela habilidade da seleção natural de produzir impressionantes adaptações a nível individual.

Considere, agora, o mesmo processo para uma adaptação a nível de grupo, como um grupo cujos membros avisam uns aos outros ao detectar um predador. Imagine um bando de pássaros que variam em sua tendência para escanear o horizonte e emitir um grito de alarme quando um predador é avistado. Os indivíduos mais alertas não vão necessariamente sobreviver e se reproduzir melhor que os menos alertas. Se o ato de

⁵⁰ O fenótipo de um organismo é o conjunto de suas características observáveis, e resulta da expressão dos genes do organismo (genótipo), da influência de fatores ambientais, e da possível interação entre os dois. Vale lembrar que, malgrado o fenótipo seja sempre influenciado pelo genótipo, é naquele (o resultado final) que a seleção natural atua.

escanear o horizonte atrapalha a alimentação, os pássaros mais vigilantes vão colher menos comida do que os seus pares menos cautelosos. Além disso, se emitir um grito atrai a atenção do predador, então as sentinelas se colocam em risco ao avisar os outros pássaros. Desta forma, os pássaros que não escaneiam o horizonte e/ou que permanecem quietos ao avistar um predador podem ter melhor sucesso reprodutivo do que os seus pares mais vigilantes.

Aqui jaz uma aparente oposição entre as forças que produzem adaptações a nível individual e aquelas que produzem adaptações a nível de grupo. Intuitivamente, é fácil imaginar um bando de pássaros como uma unidade adaptativa e usar o raciocínio funcionalista para prever as suas propriedades. Esperaríamos que os membros do bando adotassem o credo “um por todos e todos por um”. Poderíamos até mesmo imaginar sentinelas a postos para detectar predadores o mais rápido possível e transmitir a informação para os membros que no momento estivessem se alimentando. Infelizmente, os indivíduos que exibem estes comportamentos pró-sociais não sobrevivem e se reproduzem necessariamente melhor do que aqueles que gozam dos benefícios sem compartilhar os custos. Já que a teoria de Darwin baseia-se inteiramente em diferenciais de sobrevivência e reprodução, ela parece incapaz de explicar os grupos como unidades adaptativas. Isto pode ser chamado de o problema fundamental da vida social (Wilson, 2002: 9):

“Groups function best when their members provide benefits for each other, but it is difficult to convert this kind of social organization into the currency of biological fitness”.

Darwin estava ciente, é claro, deste problema fundamental da vida social e propôs uma solução. Imagine que não há apenas um bando de pássaros, mas vários bandos. Além disso, suponha que estes bandos variem em sua proporção de pássaros que avisam os outros do perigo (*callers*). Mesmo que um *caller* não tenha uma vantagem reprodutiva dentro de seu bando, bandos com mais *callers* serão mais bem sucedidos que grupos com menos *callers*. Numa passagem muito citada do *The Descent of Man* (1871: 166), Darwin usou este raciocínio para explicar a evolução das virtudes morais humanas, que parecem “projetadas” para promover o bem-estar do grupo:

“It must not be forgotten that although a high standard of morality gives but a slight or no advantage to each individual man and his children over the other men of the same tribe... There can be no doubt that a tribe including many

members who, from possessing in a high degree the spirit of patriotism, fidelity, obedience, courage, and sympathy, were always ready to aid one another, and to sacrifice themselves for the common good would be victorious over most other tribes; and this would be natural selection. At all times throughout the world tribes have supplanted other tribes; and as morality is one important element in their success, the standard of morality and the number of well-endowed men will thus everywhere tend to rise and increase”.

Darwin estava sugerindo que os três ingredientes da seleção natural – variação fenotípica, hereditariedade e consequências adaptativas – também podiam existir ao nível dos grupos. Pode haver uma população de grupos (muitas tribos de humanos, muitos bandos de pássaros, etc.) que variam em suas propriedades fenotípicas (padrão de moralidade, chamados de alerta, etc.), com consequências para a sobrevivência e reprodução (guerra intertribal, evitar predadores, etc.). E, se os grupos atuais se parecem com os grupos anteriores, dos quais são derivados, eles podem, sim, tornar-se unidades adaptativas, da mesma forma que os indivíduos.

A aparentemente óbvia solução de Darwin tem, no entanto, uma limitação e um importante corolário. A limitação: não é só porque os grupos podem tornar-se unidades adaptativas que eles o farão. Condições especiais são necessárias, e estas podem não estar presentes no mundo real. No nosso exemplo, a seleção de grupo favorece os pássaros vigilantes e solidários, mas a seleção individual favorece os pássaros que se enchem de comida e só pensam em salvar as próprias penas ao avistar um predador no horizonte. Assim, se quisermos interpretar os bandos como unidades adaptativas, precisamos não só demonstrar a existência de um processo de seleção de grupo, mas também precisamos mostrar que ele opera de forma *mais forte* que o processo oposto de seleção individual. Como veremos mais tarde, o instrumento necessário para esta averiguação é a teoria da *seleção multinível*, que expressa a possibilidade de a seleção natural operar simultaneamente em mais de um nível da hierarquia biológica.

O importante corolário é que os grupos que tornam-se unidades adaptativas estão amiúde adaptados para se comportar de forma agressiva em relação a outros grupos. No cenário de Darwin, as virtudes morais são praticadas *entre* membros de uma tribo e dirigidas *contra* as outras tribos. A seleção de grupo não elimina o conflito, mas sim:

“elevates it up the biological hierarchy, from among individuals within groups to among groups within a larger population... This might be a disappointment for those searching for a universal morality that transcends group boundaries, but it follows directly from the organismic concept of groups” (Wilson, 2002: 10).

3. 2. 1 Brevíssimo resumo da rejeição da seleção de grupo na teoria evolucionária

No clássico *Adaptation and Natural Selection* (1966), o eminente biólogo evolucionário George Williams argumentou que a seleção de grupo era plausível na teoria, mas ele dedicou o grosso do seu livro para provar a tese de que as adaptações a nível de grupo de fato não existiam. Através de vários exemplos do reino animal ele mostrou que aquilo que parecia ser “altruísmo” ou sacrifício pessoal na verdade podia ser explicado de forma mais parcimoniosa pela seleção individual ou pela chamada seleção de parentesco, que explica de forma simples e elegante como o altruísmo direcionado a parentes pode evoluir⁵², como no caso paradigmático dos insetos sociais. Richard Dawkins fez a mesma coisa no *best seller O Gene Egoísta* (1976): primeiro admitiu que a seleção de grupo era possível na teoria, mas depois dedicou o restante do livro para “desmascarar” casos aparentes de adaptações de grupo. No final dos anos 1970, então, formou-se um amplo consenso de que a teoria da seleção de grupo era o exemplo arquetípico do raciocínio evolucionário falho.

Coincidentemente, nas décadas de 1970 e 1980 o conceito de *Homo Economicus* se generalizou, dominando não só a ciência econômica e a teoria evolucionária, como também as ciências sociais de modo geral. Diz o psicólogo Jonathan Haidt (2012: 197):

“In social psychology, for example, the leading explanation of fairness (known as “equity theory”) was based on four axioms, the first of which was “Individuals will try to maximize their outcomes.” The authors then noted that “even the most contentious scientist would find it difficult to challenge our first proposition. Theories in a wide variety of disciplines rest on the assumption that ‘man is selfish.’ All acts of apparent altruism, cooperation, and even simple fairness had to be explained, ultimately, as covert forms of self-interest”.

Já vimos na primeira sessão deste capítulo como os resultados do jogo do ultimato violam este pressuposto. A vida real também está cheia de exemplos que o violam: as pessoas deixam gorjetas em restaurantes para onde não pretendem voltar; elas fazem doações anônimas para instituições de caridade; elas às vezes se jogam dentro de rios para salvar estranhos do afogamento; etc. Não faz mal, dizem os cínicos: estes comportamentos são apenas *misfirings* de sistemas antigos projetados para a vida

⁵² Popularizada nos anos 1960 por William Hamilton (1964), a teoria da seleção de parentesco diz que um indivíduo pode assegurar a reprodução maximizada de seus genes favorecendo parentes (irmãos, filhos, sobrinhos, etc.) através de um ato altruísta contanto que o “custo pessoal” não seja maior do que o inverso do grau de parentesco em questão. Por exemplo, tios e sobrinhos compartilham em média 25% de seus genes, então “faria sentido evolucionário” para um tio ajudar um sobrinho se os benefícios do “ato altruísta” fossem no mínimo quatro vezes maiores do que os custos incorridos.

em pequenos grupos no Pleistoceno, onde a maior parte das pessoas eram aparentadas⁵³. Agora que vivemos em grandes e anônimas sociedades, nossos antigos circuitos mentais egoístas erroneamente nos levam a ajudar estranhos que não nos ajudarão em troca. Nossas “qualidades morais” não são adaptações, dizem eles. Elas são subprodutos; são erros. A moralidade, diz Williams, é “uma capacidade acidental produzida... por um processo biológico que é normalmente oposto à expressão desta capacidade” (1988: 438). Dawkins compartilha do mesmo cinismo: “Tentemos ensinar generosidade e altruísmo, porque nós nascemos egoístas” (1976: 3).

Nós, é claro, discordamos destas proposições. Seres humanos são, nas palavras de Jonathan Haidt, “girafas do altruísmo” (2012: 148):

“We’re one-of-a-kind freaks of nature who occasionally—even if rarely—can be as selfless and team-spirited as bees. If your moral ideal is the person who devotes her life to helping strangers, well then, OK—such people are so rare that we send film crews out to record them for the evening news. But if you focus, as Darwin did, on behavior in *groups* of people who know each other and share goals and values, then our ability to work together, divide labor, help each other, and function as a team is so all-pervasive that we don’t even notice it... The 9/11 attacks activated several of these group-related adaptations in my mind. The attacks turned me into a team player, with a powerful and unexpected urge to display my team’s flag and then do things to support the team, such as giving blood, donating money... And my response was tepid compared to the hundreds of Americans who got in their cars that afternoon and drove great distances to New York in the vain hope that they could help to dig survivors out of the wreckage, or the thousands of young people who volunteered for military service in the following weeks. Were these people acting on selfish motives, or groupish motives?”

Este movimento de *rally-round-the-flag*⁵⁴ é apenas um exemplo de uma adaptação de grupo. Mas ele é exatamente o tipo de mecanismo mental que você esperaria encontrar se nós tivéssemos sido moldados pela seleção de grupo da forma descrita originalmente por Darwin. Ainda não há consenso na academia, é claro, de que este tipo de sentimento patriótico – e sentimentos afins – evoluiu através da seleção de grupo. Muitos teóricos ainda concordam com Williams e Dawkins e acreditam que tudo

⁵³ Ver Pinker (2012) para uma defesa recente deste argumento. Hoje, sabemos, entretanto, que as pequenas comunidades de nossos ancestrais provavelmente não eram constituídas principalmente de parentes próximos. Por exemplo, numa pesquisa de 32 sociedades de caçadores-coletores, “*Hill et al. 2011 found that for any target individual, only about 10 percent of his or her fellow group mates were close kin. The majority had no blood relationship. Hamilton’s coefficient of genetic relatedness among the Aché was a mere 0.054. This is a problem for theories that try to explain human cooperation by kin selection*” (em Haidt, 2012, nota de rodapé 27 do capítulo 9).

⁵⁴ O *rally-round-the-flag* é um conceito usado na ciência política e nas relações internacionais para explicar o grande aumento da popularidade de um governante durante períodos de crise internacional ou de guerra.

que se parece com uma adaptação a nível de grupo irá – se você olhar atentamente – revelar-se uma adaptação para ajudar os indivíduos a competir com seus vizinhos dentro do mesmo grupo, e não para ajudar grupos a competir contra outros grupos.

Se os experts estão divididos, por que devemos tomar partido daqueles que acreditam que a moralidade é uma adaptação de grupo⁵⁵? Nas próximas sessões, daremos duas (grandes) razões. A primeira – que vamos explorar rapidamente – é que é impossível entender as chamadas *grandes transições evolucionárias* (da origem dos primeiros seres unicelulares até os humanos) sem recurso à seleção de grupo. E a segunda – mais longa – é que o “igualitarismo universal” dos homens primitivos nos parece um ótimo candidato para uma adaptação de grupo.

3. 2. 2 Grandes Transições Evolucionárias

Até agora, nós tratamos as palavras “indivíduo” e “grupo” de forma separada, como todo mundo geralmente faz quando usa estas palavras. Em 1970, um trabalho revolucionário, da bióloga Lynn Margulis, desafiou esta distinção em sua essência. Margulis sugeriu que as células com núcleo (chamadas de eucarióticas) não evoluíram via simples passos mutacionais a partir de células bacterianas (procarióticas), mas sim surgiram como associações simbióticas de bactérias que se tornaram tão funcionalmente integradas a ponto de virar “organismos de nível mais alto em pleno direito” (Wilson, 2015: 28). Os teóricos evolucionários John Maynard Smith e Eörs Szathmáry (1995) generalizaram este conceito para explicar outras transições de *grupos de organismos* para *grupos como organismos*, incluindo as primeiras células bacterianas, os organismos multicelulares, as colônias de insetos sociais, a evolução humana, e possivelmente até a própria origem da vida “como grupos de interações moleculares funcionalmente organizadas” (Wilson, 2015: *ibid.*).

A explicação para estas grandes transições evolucionárias enquadra-se perfeitamente dentro da teoria da seleção multinível que mencionamos acima, só que com uma importante ressalva: o próprio equilíbrio entre os níveis de seleção pode evoluir. Expliquemos. Em casos raros, surgem mecanismos que suprimem quase que completamente a seleção *dentro dos grupos*, fazendo com que a seleção *entre os grupos*

⁵⁵ Já há algumas décadas, os principais advogados da seleção de grupo são David Sloan Wilson, Elliot Sober, Edward O. Wilson, e Michael Wade. Ver, em particular, Sober e D. S. Wilson (1998) e Wilson e Wilson (2007).

torne-se a principal força evolucionária. Assim, por exemplo, as primeiras células eucarióticas (com núcleo e organelas) tornaram-se organismos tão funcionalmente integrados que as organelas já não podiam mais se reproduzir sozinhas, isto é, elas só podiam se reproduzir quando a célula inteira se reproduzisse.

Os organismos eucarióticos unicelulares foram extremamente bem-sucedidos e se espalharam pelos oceanos. Algumas centenas de milhões de anos depois de seu surgimento, alguns destes organismos desenvolveram uma nova adaptação: eles mantiveram-se unidos após a divisão celular para formar organismos multicelulares onde cada célula tinha exatamente os mesmos genes. Novamente, a competição dentro do grupo foi suprimida, pois agora cada célula só podia se reproduzir se o organismo inteiro se reproduzisse, através de seus gametas. Em outras palavras, um grupo de células tornou-se um indivíduo, capaz de dividir o trabalho entre as células que se especializaram para formar órgãos e membros. Em “relativamente pouco tempo”, estes novos e poderosos organismos cobriram o mundo de plantas, animais e fungos.

As grandes transições são raras. Maynard Smith e Szathmáry contam apenas oito (8) nos últimos quatro bilhões de anos (a última são as sociedades humanas). Mas estas transições talvez sejam os eventos mais importantes da história biológica, e são poderosos exemplos da seleção multinível. É o mesmo processo que se repete: sempre que uma maneira de suprimir a competição é encontrada, de forma que as unidades individuais passem a cooperar e dividir o trabalho, a seleção no nível mais baixo torna-se menos importante, e a seleção no nível mais alto torna-se mais poderosa, a qual por sua vez favorece os “superorganismos” mais coesos.

Assim, um (super) organismo é literalmente um *grupo de grupos de grupos*, cujos membros viviam de forma solitária no passado, mas que agora trabalham juntos para a sua sobrevivência e reprodução coletivas. É claro, nos lembra David Sloan Wilson (2015: 29), mesmo naquelas entidades que figuram como os arquétipos do conceito de organismo, a seleção nos níveis mais baixos é suprimida, mas nunca totalmente eliminada: o exemplo paradigmático são as células cancerígenas, que se multiplicam de forma descontrolada e invadem os tecidos das células “normais” à sua volta. Neste sentido, a última grande transição evolucionária de que falam Maynard Smith e Szathmáry⁵⁶— as sociedades humanas —, está longe de estar completa. Nas palavras de Wilson (ibid.):

⁵⁶ Ver também Stearns (2007).

“If a present or future human society became so functionally organized that its members acted almost entirely for the common good, that society would deserve the term *organism* just as much as a multicellular organism such as you or me”.

3. 3 Sociedades Humanas como Unidades Adaptativas? A Filogenia do Igualitarismo Primitivo

Os antropólogos não concordam com muitas coisas, mas eles parecem compartilhar da opinião de que, ao contrário dos nossos primos biológicos mais próximos⁵⁷, as sociedades modernas de caçadores-coletores são incrivelmente igualitárias. O fato mais impressionante é que a carne é compartilhada de forma escrupulosa. De modo geral, o caçador mais bem sucedido e sua família imediata não recebem mais do que o resto do bando (Kaplan e Hill, 1985; Hill et. al., 2011).

A explicação usual para este padrão incrivelmente igualitário de compartilhamento de comida baseia-se no nicho ecológico humano. Porque até mesmo o melhor caçador pode voltar ao campo no fim do dia de mãos vazias – seja por má sorte ou acidente –, cada forrageador individual é absolutamente dependente dos outros em seu acampamento, bando, ou unidade de compartilhamento maior. Para Kaplan e Hill (1985), esta grande interdependência diminui a tendência de “pegar carona” (*free ride*) nos esforços dos outros e favorece fortes disposições individuais em direção ao igualitarismo e a criação de normas sofisticadas no que concerne à divisão dos espólios. Winterhalder e Smith complementam (1992: 60):

“Only with the evolution of reciprocity or exchange-based food transfers did it become economical for individual hunters to target large game. The effective value of a large mammal to a lone forager . . . probably was not great enough to justify the cost of attempting to pursue and capture it. . . . However, once effective systems of reciprocity or exchange augment the effective value of very large packages to the hunter, such prey items would be more likely to enter the optimal diet”.

⁵⁷ Cada grupo de gorilas, por exemplo, tem um macho dominante – o “dorso prateado” que governa com mão de ferro. Ele decide quando a tropa se muda, mantém a ordem e monopoliza as fêmeas da tropa. As fêmeas, por sua vez, têm a sua própria hierarquia, com uma fêmea alfa no topo. Os chimpanzés também possuem uma estrutura social despótica, apesar de bem diferente da dos gorilas. Os chimpanzés vivem em grandes grupos com um número aproximadamente igual de machos e fêmeas, cada sexo com a sua hierarquia. Mas – como os gorilas – os chimpanzés machos são bem mais fortes e maiores que as fêmeas, e a maior parte das fêmeas é subordinada aos machos adultos. Na explicação divertida de Turchin sobre os chimpanzés (2016: 102): “*the alpha male runs around beating up on everybody else, the beta male beats up on all except the alpha, and so on. Males high up in the hierarchy get many more mating opportunities, and father most of the offspring in the troop*”.

O segundo elemento é que o igualitarismo é imposto pela comunidade, criando o que Christopher Boehm (1993, 1999) chama de *hierarquia de dominância reversa*. Os forrageadores humanos compartilham com os outros primatas a ambição pelo poder hierárquico, mas entre os humanos as aspirações de dominância social são combatidas porque os indivíduos não aceitam ser controlados por um macho alfa e são extremamente sensíveis às tentativas de membros do grupo de acumular poder através da coerção. Quando um indivíduo “sai do controle” e ameaça e fere gravemente outros membros, ele é repreendido e punido. E se este comportamento continuar e o ostracismo não for suficiente, o grupo delegará um membro, normalmente um parente próximo do transgressor, para executá-lo. A mensagem de Boehm em *Hierarquia na Floresta* (1999: 9-10) é elucidativa: “o igualitarismo não é produzido pela ausência das hierarquias, como normalmente se supõe. Mais propriamente, o igualitarismo envolve um tipo muito especial de hierarquia, um tipo curioso que é baseado em sentimentos anti-hierárquicos”. Ou, de maneira mais longa (Boehm, 1999: 10):

“I believe that if a stable egalitarian hierarchy is to be achieved, the basic flow of power in society must be *reversed* definitively. I also believe that it takes considerable effort to maintain that condition. Our political nature favors the formation of orthodox hierarchies—hierarchies like those of chimpanzees or gorillas, or humans living in chiefdoms or states. In such societies a submissive but sometimes very resentful rank and file is controlled by one or more high-ranking individuals who reign dominantly at the top of the hierarchy. It is politically ambitious individuals, those with special learned or innate propensities to dominate, who are likely to become upstarts in egalitarian bands or tribes.

When the subordinates take charge to firmly suppress competition that leads to domination, it takes some effort to keep the political tables turned. For the most part, the mere threat of sanctions (including ostracism and execution) keeps such power seekers in their place. When upstartism does become active, so does the moral community: it unites against those who would usurp the egalitarian order, and usually does so preemptively and assertively. This domination by the rank and file is so strong that useful leadership roles can develop without subverting the system. The rank and file, watching leaders with special care, keep them from developing any serious degree of authority”.

Pandit e Schaik (2003) interpretam este fenômeno (a “dominação” do líder pelos subordinados) como uma extensão das coalizões encontradas nos primatas. Sabemos, por exemplo, que as chimpanzés fêmeas em cativeiro agem coletivamente para neutralizar os machos-alfa intimidadores e que os chimpanzés selvagens fazem grandes coalizões para banir, ferir gravemente, ou mesmo matar machos de alto status (De Waal,

1996). Em comparação com os humanos, todavia, as coalizões entre os primatas estão limitadas ao gênero *Pan*⁵⁸ e geralmente são de curta duração.

Outra diferença marcante entre os primatas e os humanos, fundamental para o estabelecimento da hierarquia de dominância reversa, é a capacidade de empunhar armas letais. Os primatas não-humanos nunca conseguiram desenvolver armas capazes de controlar definitivamente um macho dominante. Mesmo se estiver dormindo, ao ser atacado um chimpanzé macho acorda rapidamente e entra numa batalha física, saindo praticamente ileso do ataque surpresa. Em *Machos Demoníacos* (1996), Richard Wrangham e Dale Peterson narram vários casos em que três ou quatro chimpanzés machos atacam incansavelmente outro macho durante 20 minutos sem serem capazes de executá-lo⁵⁹. A eficiência limitada dos chimpanzés neste aspecto pode ser basicamente atribuída à sua inabilidade para manusear objetos naturais potencialmente perigosos, como pedras e rochas.

Já um caçador humano pode eliminar seu adversário facilmente numa emboscada ou enquanto ele dorme. Assim, com o advento das armas, o “valentão do bando” tornou-se muito mais vulnerável. Coloca Woodburn, ecoando Thomas Hobbes (1982: 436):

“Hunting weapons are lethal, not just for game animals but also for people. Effective protection against ambush is impossible... In normal circumstances the possession by all men, however physically weak, cowardly, unskilled or socially inept, of the means to kill secretly anyone perceived as a threat to their own well-being... acts directly as a powerful leveling mechanism. Inequalities of wealth, power and prestige... can be dangerous for holders where means of effective protection are lacking”.

Em outras palavras, as armas letais foram “o primeiro equalizador”, foram o Samuel Colt do Paleolítico⁶⁰. Elas representaram a primeira equalização política dentro da nossa despótica filogenia primata, particularmente se considerarmos as armas conjuntas de um grupo de subordinados rebeldes direcionadas contra um único alfa. Boehm resume (1999: 180):

“Weapons made men more dangerous to one another and thereby mitigated differences of size or strength in fighting... they also made it much easier for

⁵⁸ Que inclui os chimpanzés comuns e os chimpanzés-pigmeus (ou bonobos).

⁵⁹ Vale dizer, no entanto, que a maior parte dos machos que sofreram ataques tão violentos morreram mais tarde de suas feridas.

⁶⁰ O slogan do revólver, a arma “revolucionária” inventada pelo americano Samuel Colt nos anos 1830, era: “*God made men, but Sam Colt made them equal*”.

a group to implement extreme sanctions against a powerful or overaggressive deviant. If a deviant was truly intimidating (as human serial killers are), capital punishment would be unlikely in the absence of reasonably efficient killing tools. It is for this reason that use of efficient hunting weapons was critical to the definitive reversing of hierarchies in prehistoric bands”.

Quando as armas letais começaram a se generalizar? As primeiras armas claramente letais que aparecem com excelente preservação no registro arqueológico são lanças de madeira de 400 mil anos atrás, descobertas em Schönigen, na Alemanha (Thieme, 1997). É claro, as armas de madeira de modo geral não se preservam bem e, portanto, é bem possível que o seu uso seja consideravelmente mais antigo (ver Spikins, 2015: 344).

De qualquer forma, podemos ter relativa certeza de que alguma forma de controle social coletivo (e potencialmente letal) já existia há pelo menos 200.000 anos porque há fortes evidências arqueológicas de que grandes carcaças já estavam sendo compartilhadas nesta época. Mary Stiner e dois colegas arqueólogos de Israel (2009) examinaram cuidadosamente as marcas de cortes nos ossos de vários animais caçados por humanos arcaicos no Oriente Médio. Eles identificaram padrões bem diferentes ao comparar as carcaças de 400.000 a.C. – época em que a caça de animais de grande porte ainda não era tão comum – com as carcaças de 200.000 a.C., quando a caça de ungulados já estava bem consolidada⁶¹. Enquanto os cortes de 400.000 anos atrás são caóticos e heterogêneos – como se várias pessoas tivessem cortado a carne sob diversos ângulos e com ferramentas diferentes –, os de 200.000 anos atrás parecem ter sido feitos de forma menos caótica e por apenas um indivíduo, um padrão consistente com o encontrado em caçadores-coletores modernos, “*where in effect the meat becomes a vigilant band’s common property, to be widely shared in a systematic, culturally routinized fashion that averts serious conflict*” (Boehm, 2012: 160).

Este padrão organizado de corte e compartilhamento não é consistente, é claro, com a existência de machos-alfa que monopolizam as carcaças dos animais abatidos por outros membros do grupo, o que significa que armas letais e uma hierarquia de dominância reversa já haviam sido desenvolvidas antes de 200.000 a.C.⁶².

⁶¹ “By 250,000 BP, however, according to archaeologist Mary Stiner the evidence for large-game hunting as a serious and routine pursuit of archaic humans becomes overwhelming. Our African ancestors’ subsistence continued to be heavily based on plant foods, but large animal carcasses were being relied upon as well, and animal flesh was no longer merely an occasional major treat” (em Boehm, 2012: 146).

⁶² Vale dizer que o igualitarismo pode ser muito mais antigo que isso (Knauff, 1991). De fato, os *Homo Erectus* tardios e os Neandertais aparentemente viviam em bandos similares aos dos caçadores-coletores estantes (Dunbar, 1996) e pode-se sugerir, com base no tamanho do seu cérebro, que eles tinham a

3. 3. 1 Alguns Exemplos Etnográficos do Ethos Iguatário

“Every man in his eyes has the same rights and the same privileges as every other man in the community. One may be a better hunter, or a more skillful dancer, or have greater control over the spiritual world, but this does not make him more than one member of a group in which all are free and theoretically equal.” (Jennes, 1922: 93-94, sobre os Esquimós do Alasca)

Implícita nesta descrição está a convicção de que todos os membros adultos do bando são *primuses inter pares* (Morton Fried, 1967), isto é, são “primeiros entre iguais”. Assim, o elemento básico do ethos político dos forrageadores não é necessariamente a igualdade absoluta, mas sim uma preocupação – para não dizer obsessão – com a manutenção da autonomia individual. Há muitas maneiras de se expressar esta convicção, e em muitos casos ela pode ser expressa de forma bem indireta. Por exemplo, os forrageadores podem dizer que um líder deve ser generoso e equilibrado, ou que ele não deve ser avarento ou propenso a acessos de cólera. Fundamentalmente, em ambos os casos eles querem dizer que o líder não deve usar a sua posição influente para explorá-los economicamente ou dominá-los politicamente (e. g., Myers, 1980: 313).

Entre os forrageadores do Kalahari, por exemplo, as qualidades preferidas nos líderes são geralmente expressas negativamente: uma *ausência* de arrogância, prepotência e indiferença. Diz Lee (1979: 345): “*In !Kung terms these traits absolutely disqualify a person as a leader and may engender even stronger forms of ostracism*”. Já de um chefe Apache era esperado que ele fosse competente como guerreiro e caçador e bem-sucedido economicamente, mas também generoso, imparcial, e paciente (Basso, 1971: 14). Igualmente, era esperado que os líderes dos Arapahos fossem corajosos, dignos de confiança, e que compartilhassem comida de forma justa (Hilger, 1952: 190). Christopher Boehm resume mais achados etnográficos (1999: 70):

“Jeness (1935:2) delineates how an Ojibwa chief would *provide for a needy family from his own resources*, or arrange contributions from other band members. For the Australian Pintupi, Myers (1980) makes the case that a primary role of chiefs and elders was to *take care of* other Aborigines. For the Kalahari !Kung, Marshall (1967:38) says that headmanship is not much desired and that the leader has to be *generous* and careful not to stand out”.

Já o ethos dos atabascanos Kutchin do Alasca e do Noroeste Canadense é descrito por Slobodin (1969: 66):

“The Kutchin have clearly conceptualized the qualities requisite to leadership in their society. A *sine qua non* for leadership is above-average competence in economic pursuits. In addition, a proper balance of ‘hard’ and ‘soft’ qualities is necessary. ‘Hard’ qualities may be designated as shrewdness, drive, and a touch of ruthlessness; the ‘soft’ qualities are *generosity* and concern for the common weal as defined in Kutchin culture”.

Aqui jaz o grande dilema que os forrageadores enfrentam ao escolher ou legitimar um líder. Faz sentido escolher a personalidade mais vigorosa e contundente para preencher este papel, precisamente porque o grupo inteiro deseja ser tão bem sucedido quanto ela. Por outro lado, é politicamente menos ameaçador escolher alguém que seja sábio e que não tenha tendências gananciosas, isto é, alguém que não usaria sua influência e autoridade para dominar os outros. Mas como algumas das qualidades mais desejadas serão sempre ambivalentes, não é possível contar apenas com a boa fé dos líderes. Daí a importância fundamental dos controles e sanções sociais, isto é, os instrumentos que todo bando usa para impedir que os líderes e outras personalidades potencialmente dominadoras tornem-se demasiado autoritárias.

A primeira e mais básica sanção, nos conta Boehm (1999: 73), é a fofoca: “... *anyone can be a target. This knowledge serves as a deterrent, for most foragers worry about the opinion of their peers and try to exert self-control accordingly*”. Ser alvo de chacotas constantes é particularmente doloroso numa situação em que se passa a maior parte da vida dentro de um pequeno número de bandos e em que é impossível “escapar da própria reputação”. Assim, a maior parte dos dominadores potenciais é controlada pela exposição ao ridículo, mas alguns podem ser menos sensíveis, ou mais obstinados. Neste caso, eles⁶³ serão alvos de sanções mais severas: podem ser condenados ao ostracismo social ou mesmo expulsos do grupo⁶⁴. Já se um dominador torna-se uma ameaça para a vida ou liberdade dos outros e não é sensível às sanções, a comunidade moral dos forrageadores pode lançar mão da forma definitiva de distanciamento social: a execução.

⁶³ Usamos o pronome masculino porque na maioria esmagadora dos casos os dominadores, agressores e assassinos potenciais são homens (ver Boehm, 1993). Parte da explicação para esta assimetria sexual está no nosso capítulo 2. Para mais informações sobre por que a violência foi (bio) historicamente uma atividade predominantemente masculina ver, por exemplo, Wrangham e Peterson (1996), Wilson e Daly (1992, 1994) e Smuts (1992, 1995).

⁶⁴ O que em muitos casos pode significar a morte.

Em tempos pré-contato, sanções letais eram aplicadas a assassinos seriais nos bandos de Esquimós (Hoebel, 1954: 88; Rasmussen, 1931: 236). Normalmente, parentes do transgressor eram cuidadosamente selecionados para despachá-lo, mas era o grupo inteiro que conspirava para eliminá-lo. O mesmo acontecia com os Comanches (Hoebel, 1940) e com os Esquimós do Cobre (Damas, 1972). Na Terra de Arnhem, os aborígenes australianos também eliminavam homens agressivos que tentavam dominá-los (Berndt e Berndt, 1964: 289). Igualmente, Draper (1978: 80) coloca que os !Kung executavam transgressores incorrigíveis. Lee concorda (1982: 47), dizendo que uma comunidade !Kung podia executar “homens extremamente agressivos” (com o consenso de todo o bando).

3. 4 Juntando as Pontas: Os efeitos do Igualitarismo Primitivo na Seleção Natural

Como argumentamos na primeira metade deste capítulo, é o equilíbrio entre a seleção individual e a seleção de grupo que vai determinar se os genes altruístas vão se fixar num pool genético. Quando as pessoas realizam atos altruístas que são benéficas ao grupo, mas custosos ao sucesso reprodutivo individual, estes atos serão *por definição* favorecidos pela seleção de grupo e contrapostos pela seleção individual.

A maioria dos teóricos evolucionários acredita que na prática a seleção individual sempre será mais forte por causa do famoso problema do *free-rider*. Por exemplo, imagine que você seja um caçador e tenha o costume de compartilhar com os membros do seu bando a carne dos animais que abate, e que a maior parte dos membros do bando não sejam parentes próximos e também não tenham este costume. Neste caso, a seleção individual tenderá a eliminar rapidamente os seus genes “altruístas” porque os outros membros do grupo vão “pegar carona” no seu altruísmo: vão comer a sua carne e não vão compartilhar a deles. Em outras palavras, os genes “não-altruístas” dos sovinas vão se proliferar mais rapidamente que os seus. Se aqueles que nascem *free-riders* têm regularmente mais sucesso reprodutivo do que os que nascem altruístas, no longo prazo o altruísmo não pode evoluir a não ser que a seleção de grupo de alguma forma compense.

Uma seleção de grupo extremamente forte pode sustentar os genes altruístas porque grupos com muitos altruístas serão mais bem sucedidos do que grupos com

poucos altruístas. Na teoria, se por algum motivo a seleção de grupo tornar-se mais forte do que de costume, ou se a seleção individual for de alguma forma suprimida, há boas chances de os genes altruístas se fixarem.

À primeira vista, as sociedades humanas não parecem preencher estes pré-requisitos. Nas palavras de Boehm (1999: 206):

“At first glance, selection taking place between individuals *within* the group should be operating very powerfully indeed, because humans, like any other mammalian species, exhibit a high rate of genetic variation. Furthermore, as individuals with finite life cycles they “go extinct” very predictably, if at much longer intervals than most mammals. By contrast, prehistoric *bands* did not tend to go extinct every thirty-five years or so, unless intensive warfare, or recurrent plagues, droughts, or epidemics, or radical changes in their environments were cutting down entire bands on an extremely frequent basis... Furthermore, groups are likely to be much less genetically variable than individuals, for groups are composed of many individuals, and averaging effects make variation between nearby groups much less than variation among individuals within those groups”.

Esta suposição (de que a variação entre os indivíduos é maior do que a variação entre os grupos) geralmente é válida para todos os animais sociais, mas algumas características-chave, ligadas ao ethos do igualitarismo – que como vimos tem ao menos algumas centenas de milhares de anos – tornam os humanos possíveis exceções.

– Controle Social de Dominadores: quando os bandos de caçadores-coletores começaram a fazer formidáveis coalizões morais para impedir que seus “machos-alfa” dominassem a vida em grupo, a variação individual foi afetada profundamente. Numa hierarquia ortodoxa primata tradicional, os indivíduos no topo acumulam benefícios reprodutivos em relação aos subordinados. Nesta hierarquia ortodoxa, as recompensas evolucionárias – em termos de comida e acesso reprodutivo – são altas, a competição é feroz (a seleção individual é forte) e a variação fenotípica entre os indivíduos é grande. Já quando um bando elimina as posições mais altas da hierarquia (e. g., macho e fêmea alfas) e começa a compartilhar sua comida (e regular o acesso sexual) de uma forma mais igualitária, a variação fenotípica muda radicalmente.

Aqui é importante lembrar que a seleção natural não age diretamente no genótipo, mas sim no fenótipo. No final, é o comportamento efetivo que conta, e não as predisposições genéticas subjacentes. Para a maior parte dos animais a diferença entre os dois não é grande, e em seus modelos matemáticos os sociobiólogos frequentemente simplificam o estudo da seleção assumindo uma completa equivalência. Quando a comunidade moral humana surgiu, no entanto, a opinião pública e as sanções morais

agiram juntas para fazer as pessoas seguirem normas e costumes que amiúde iam *contra* a natureza humana (ver Boyd e Richerson, 1992). Esta conformidade diminuiu grandemente a variação fenotípica entre os indivíduos porque os dominadores foram obrigados a se comportar como todos os outros membros do grupo: “*this leveling applied to acquiring spouses, to sharing meat, or to actively taking away the resources of others; all are important to reproductive success*” (Boehm, 1999: 207)⁶⁵.

Uma última observação importante precisa ser feita antes de continuarmos. A punição social é uma parte crucial da supressão dos *free riders* e, especialmente na área da teoria dos jogos, muitos autores levantaram o problema da “carona de segunda ordem”⁶⁶ como um obstáculo teórico à possibilidade de os grupos punirem os transgressores da maneira que mostramos ser comum em comunidades de caçadores-coletores.

O “*second-order free-rider problem*” surge quando uma pessoa abstém-se de punir para deixar os outros pagarem os custos da punição. Na teoria, isto deveria resultar na propagação dos genes dos *free-riding nonpunishers* e no declínio dos genes dos *cost-paying punishers* – até o ponto em que o empreendimento coletivo de punir e manter as sanções sociais deixasse de existir.

A verdade, no entanto, é que normalmente muito pouco esforço reprodutivo é despendido na manipulação do comportamento em direção à conformidade, especialmente no que toca às regras de compartilhamento e cooperação. A maior parte do investimento envolve a fofoca, e de forma geral a fofoca traz aos indivíduos benefícios reprodutivos ao recompensar a boa reputação (Dunbar, 1996). Em termos de risco físico, estresse, energia extra despendida, e tempo subtraído das atividades de subsistência,

“little further investment is required if active sanctioning merely involves offering criticism, engaging in ridicule, or establishing some social distance. Most social control is accomplished in this way, and the psychological stress is likely to be far greater for the deviant than for those who exert the pressure” (Boehm, 1999: 214).

O mesmo vale para a pena capital. Por mais que neste caso o esforço e o risco incorrido ao executar um membro do grupo sejam muito maiores, o risco reprodutivo

⁶⁵ Vale lembrar, no entanto, que a existência de uma comunidade moral diminui, mas de modo algum elimina a seleção individual. Nos caçadores-coletores os dois sexos ainda competem por parceiros (ver Shostak, 1981) e a poligamia, em particular, é relativamente comum (Kelly, 1995).

⁶⁶ Ver, por exemplo, Panchanathan e Boyd (2004).

para o transgressor também o é. E, de fato, os relativamente poucos exemplos de pena capital na literatura etnográfica⁶⁷ atestam para a eficácia geral das sanções “menores”.

– Decisões Consensuais: a busca por consenso é uma forte característica de todas as sociedades igualitárias, e das sociedades de forrageadores em particular (Knauff, 1991). As decisões de grupo dos forrageadores giram principalmente em torno da importante questão das migrações, um desafio com o qual eles podem ter que lidar até uma dezena de vezes num único ano (Tanaka, 1980). Do ponto de vista da seleção natural, a busca por consenso na hora de escolher um novo território também diminui a variação fenotípica entre os indivíduos (ou famílias). Boehm explica (1999: 209):

“Say that, as a household head, one hunter thinks it better to hunt eland than giraffe, and eland and giraffe are located in opposite directions. He goes along with the group’s strategy, migrating to where giraffe possibilities are maximized. Another hunter prefers buffalo, another zebra, but they all agree on giraffe because giraffe is preferred by the majority. At any given time, the habit of making migration decisions on a consensual basis renders every family’s *basic* subsistence strategy the same”.

Adicionalmente, a busca por consenso também contribui para aumentar a variação *entre os grupos*. Boehm continua (p. 210):

“For example, one entire band may migrate to seek eland as its preferred prey, whereas its neighbor may unanimously opt for giraffe and move off in a different direction. In a given year, particularly in a difficult year, these varying commitments may lead to differential reproductive success for nearby groups that belong to the same breeding population. Because such groups are in a position to replace each other, between-group selection can operate”.

Às vezes as decisões do bando podem ser críticas para o sucesso reprodutivo de forma imediata (Boehm, 1996). Quando os bandos numa determinada área estão sofrendo com secas prolongadas, por exemplo, eles podem oscilar entre ficar e tentar resistir mais um pouco até as condições climáticas mudarem, ou utilizar o pouco de energia que lhes resta para migrar para uma área onde a chuva possa ser mais abundante. Se bandos vizinhos tomarem decisões diferentes, um bando pode sobreviver enquanto o outro pode padecer ou mesmo perecer (ver, por exemplo, Mirsky, 1937).

E, de fato, a opinião paleoantropológica geral é de que os forrageadores do passado provavelmente tiveram que lidar com mais “crises climáticas” do que os forrageadores recentes (Kelly, 1995; Potts, 1996). Flutuações climáticas extremas foram

⁶⁷ Ver Boehm (2012, cap. 4, tabela 1).

comuns nos últimos 500 mil anos e no período entre 128.000 e 78.000 anos atrás, em particular, Potts identificou 10 reversões climáticas radicais – uma destas reversões chegou a durar 10 mil anos, indicando amplitudes extremas de temperatura e umidade (Potts, 1996: 158).

Estes períodos recorrentes de crise certamente levaram a estratégias variadas por parte de bandos de forrageadores que tiveram de enfrentar desafios adaptativos desconhecidos, e conseqüentemente levaram a uma grande variação nas taxas de sucesso e extinção. A seleção ao nível do grupo tornou-se especialmente robusta em períodos prolongados de emergência e provavelmente foram os grupos mais altruístas e mais cooperativos que melhor sobreviveram a estas dizimações e se tornaram os propágulos dos novos bandos fundados.

– Guerra: como vimos no capítulo anterior, o conflito letal entre grupos de caçadores-coletores no final do Pleistoceno e no começo do Holoceno é um assunto controverso e ideologicamente carregado, havendo pouco consenso em relação à sua intensidade e conseqüências. Igualmente controversa é a hipótese de que a guerra possa ter tido uma contribuição direta na retenção dos traços altruístas ao aumentar a taxa de extinção entre os grupos (Alexander, 1974; E. O. Wilson, 1975).

No entanto, acreditamos que coligimos evidências suficientes no capítulo anterior para afirmar que a guerra foi e continua sendo uma força extremamente poderosa de seleção de grupo. Como confessa Peter Turchin (2011: 5):

“I know of no empirical evidence indicating that other selective forces could even approach the intensity of selection... imposed by warfare... There are very few examples of polities that were wiped out, for example, by an environmental disaster. Those examples that we do know, such as the Greenland Norse (Diamond 2004), lived in very marginal environments (and even in this case hostilities with the Inuit may have contributed to their extinction)”.

De fato, as pessoas frequentemente vão à guerra *antes* de serem dizimadas pela escassez de recursos. Uma análise estatística da evidência etnográfica concluiu (Ember e Ember, 1992) que as pessoas, particularmente em sociedades não-estatais, “*may try to protect themselves against future disasters by going to war to take resources from enemies*” e Wendorf, observando uma sepultura coletiva de 12 a 14 mil anos atrás onde quase metade dos esqueletos indicava uma morte violenta, comenta (1968: 993):

“Population pressures may have become too great with the deterioration of Late Pleistocene climate and the effects which this had on the herds of large savanna type animals which were the primary source of food at this time... a few localities which were particularly favorable for fishing would have been repeatedly fought over as sources of food became increasingly scarce”.

Terminamos com uma observação. Na teoria, a sobrevivência diferencial dos grupos mais cooperativos não precisa necessariamente ter sido o resultado da guerra. O elemento-chave que estamos defendendo aqui é que grupos com mais altruístas sobrevivem melhor a qualquer desafio de natureza coletiva, como desastres climáticos. Todavia, a evidência de frequentes encontros letais e a hipótese bem plausível de que os grupos mais cooperativos tenham se saído melhor nestes encontros sugere que a guerra – em conjunto com os desafios ambientais – teve um papel de destaque na evolução da cooperação humana.

4. Estado

4. 1 Evolução da Complexidade Social

Os biólogos acreditam que a evolução é um processo constante (ver nosso capítulo primeiro). Muitos paleontólogos, todavia, alegam que na evolução houve (1) períodos de *mudança rápida*, que produziram organismos significativamente novos, e (2) períodos marcados mais pela estabilidade do que pela mudança. O registro arqueológico também mostra longos períodos de estabilidade, separados por momentos de veloz mudança social. Nos dois campos, diz o arqueólogo Kent Flannery (1995), sabemos mais sobre os períodos de estabilidade do que sobre os de “revolução”. Mas também suspeitamos, continua o autor, que nos dois campos os momentos de mudança rápida detêm muitas das chaves para o entendimento da evolução.

Tanto na biologia como na arqueologia, os pesquisadores definiram *estágios de evolução*, categorias de comum acordo que facilitam a discussão das mais variadas questões. Entre os vertebrados superiores, por exemplo, os zoólogos reconhecem as classes dos peixes ósseos, anfíbios, répteis, pássaros e mamíferos. Os paleontólogos colheram evidências de que os anfíbios evoluíram dos peixes ósseos, os répteis dos anfíbios, e tanto os mamíferos como os pássaros dos répteis. Eles também destacam que no registro fóssil há evidências de muito mais espécies de vertebrados superiores do que aquelas que sobreviveram até o tempo presente. Além disso, o registro fóssil contém animais extintos que aparentam ser intermediários entre duas classes estantes e que, portanto, fornecem indícios sobre o processo de mudança⁶⁸.

Existem classes de sociedades humanas que possam representar estágios da evolução social? Muitos antropólogos acreditam que sim. Além dos evolucionistas clássicos (ver cap. 1), acadêmicos como Julian Steward (1949), Elman Service (1962), Marshall Sahlins (1963), Morton Fried (1967), Robert Carneiro (1981) e Allen Johnson e Timothy Earle (1987), entre outros, contribuíram para a definição desses estágios. Na segunda metade do século XX houve muitos debates acerca do número, natureza, e nomes apropriados para esses estágios. Abaixo apresentamos o que acreditamos ser a tipologia mais clara.

⁶⁸ Como exemplo podemos citar os cinodontes, um grupo de répteis com algumas características de mamíferos que viveram entre 250-150 milhões de anos atrás. Enquanto seus membros ainda eram tipicamente répteis, seus dentes já apresentavam a divisão característica de incisivos, caninos e molares, presente nos mamíferos.

Bandos de Caçadores-Coletores

Os bandos de caçadores-coletores, ou forrageadores, constituem as sociedades mais simples de nossa espécie. Enquanto hoje restam poucos, até o século XIX nosso mundo continha várias sociedades de forrageadores. Estas sociedades subsistiam inteiramente de plantas e animais selvagens, e geralmente levavam uma vida nômade ou seminômade. O tamanho típico de um bando caçador-coletor era de 25 a 35 pessoas, embora grupos maiores ocasionalmente ocupassem acampamentos mais permanentes quando os recursos da natureza permitissem.

Os bandos de caçadores-coletores não exibiam nenhuma diferença hereditária de posição e autoridade, e sua liderança era efêmera, baseada em diferenças de idade, experiência, habilidade e carisma. A divisão do trabalho era em grande medida definida por critérios de gênero e idade, e a grande maior parte dos bandos tinha um ethos igualitário (ver cap. 3), que minimizava qualquer diferença de prestígio que pudesse aparecer. Os Kung!, os Esquimós e os Aborígenes Australianos que estudamos no capítulo 2 são exemplos clássicos de forrageadores.

Aldeias Autônomas⁶⁹

O mundo inteiro ainda viveria em comunidades de caçadores-coletores se não fosse a adoção da agricultura e da domesticação dos animais. Segundo as melhores estimativas, a agricultura de cereais começou no Médio Oriente por volta de 8000 a.C., e difundiu-se rapidamente pelos Vales do Nilo e do Indo⁷⁰. No Novo Mundo, a agricultura de cereais começou no México e no Peru por volta de 3.500 a.C. e difundiu-se gradualmente para o Sul e para o Norte. Com a agricultura vieram assentamentos maiores e uma vida mais sedentária: os primeiros exemplos do que podemos chamar de sociedades de aldeias (ou povoados) autônomas.

Muitas sociedades diferentes podem ser incluídas na categoria de aldeias autônomas. No início do século XX elas incluíam povos tão diversos como os Índios Pueblo do Sudoeste Americano, os aldeões dos planaltos da Nova Guiné (como os

⁶⁹ O leitor talvez perceba que aqui não estamos usando a tipologia clássica de Service (1962) – bandos, tribos, chefaturas, Estados – porque para nós o termo “tribo” é pouco esclarecedor: ele às vezes é usado de forma genérica para falar de sociedades pré-estatais, como também é muitas vezes usado como sinônimo de “povo”.

⁷⁰ Na China os cereais apareceram um pouco depois, por volta de 6500 a.C. (ver Wenke e Olszewski, 2007: 229).

Engas), e muitos povos nativos da bacia do Amazonas (como os Ianomâmis). Apesar de maiores que os bandos de caçadores-coletores, estas sociedades ainda não apresentam nenhuma diferença hereditária de status, e tampouco as aldeias maiores têm autoridade sobre as menores (daí o termo “autônomas”).

Enquanto nestas aldeias todo mundo é igual no nascimento, diferenças significativas de prestígio podem se acumular ao longo da vida. Neste sentido, a maior parte das sociedades de aldeias autônomas permite que indivíduos de talento e ambição ascendam socialmente através de um sistema de rituais. Flannery (1995: 6) nos lembra de alguns exemplos bem conhecidos:

“In some Pueblo societies, those who have risen in the ritual hierarchy through years of community service may be called “Made People”, while the uninitiated are called “Dry Food People”. A similar hierarchy of achievement in highland New Guinea has produced terms like “Prominent Men”, “Ordinary Men”, and “Rubbish Men”. Highest among the Prominent Men are “Big Men” – self-selected, ambitious individuals who sponsor feasts, brag, threaten, engage in long-distance trade, accumulate valuables, and lead raids against other villages. Significantly, however, these Big Men cannot bequeath their achieved prestige to their offspring. When they die, they and their valuables may even be burned. This is done to rid their community of the powerful magic to which their fellow villagers attribute their success”.

Sociedades de Ranque e Chefaturas

Sob determinadas condições, uma terceira classe de sociedade, chamada sociedade de ranque, pode evoluir a partir das aldeias autônomas. Nas sociedades de ranque a ética igualitária não está mais presente; ela foi substituída por uma ideologia em que os indivíduos não são mais iguais ao nascer. Grandes grupos de famílias ainda estão integrados pela crença num ancestral comum, mas os líderes comunitários agora tendem a vir exclusivamente de linhagens de ancestrais de prestígio, ancestrais que supostamente possuíam magia mais poderosa do que os *Big Men*. Nestas sociedades, quanto mais estreitamente aparentado você for desses ancestrais, maior é o seu ranque. Assim, há um *continuum* de posições herdadas, da mais alta à mais baixa, e a pessoa com quem você se casa pode afetar grandemente a posição dos seus futuros filhos.

Nosso mundo continha muitas sociedades deste tipo até bem avançado o século XIX, mas Robert Carneiro (1981) e Timothy Earle (1987) nos lembram que elas podem ser divididas em duas categorias. Algumas sociedades, como os Índios da costa noroeste dos EUA e do Canadá, exibiam diferenças hereditárias de ranque, mas cada aldeia era independente da outra. Em outras sociedades de ranque, como os Natchez do Sudeste

dos EUA, os Havaianos pré-contato e os Muísca da Colômbia, as pequenas aldeias tinham perdido a sua autonomia e estavam sob o comando de chefes supremos de vilas maiores. Grandes sociedades de ranque em que as aldeias não são mais autônomas são geralmente chamadas de chefaturas⁷¹.

Uma vez que as aldeias maiores consigam debelar a autonomia das aldeias menores ao seu redor, os chefes ambiciosos podem chegar a controlar territórios muito extensos e dominar milhares de pessoas. Por causa do maior tamanho e força militar das chefaturas, elas podem subjugar com relativa facilidade as sociedades de aldeias autônomas das proximidades, o que pode resultar na escravização dos aldeões derrotados.

Nas chefaturas o nível de desigualdade social começa a se aproximar daquele encontrado nas sociedades estratificadas. Os chefes e seus parentes mais próximos geralmente têm o privilégio de se distinguir socialmente através do uso de bens suntuários, como ouro, prata, jade, peles de animais exóticos, bancos e cadeiras onde só eles podem se sentar, etc. No México e no Peru, onde as primeiras chefaturas eram extravagantes no uso destes bens,

“we can identify societies of this type in archaeological sites of the first millennium B.C. In Egypt they were surely present by 3500 B.C. In Mesopotamia, where the earliest chiefdoms were noticeably less flamboyant, it is correspondingly harder to identify them in the archaeological record. By the fifth millennium B.C., however, Mesopotamia shows us (1) residences appropriate for chiefly individuals; (2) prominent villages whose temples probably served a network of smaller, subject communities; and (3) the kinds of defensive works usually associated with chiefdom-level warfare” (Flannery, 1995: 7).

Estados Arcaicos

Sob determinadas condições, uma outra classe de sociedade, o Estado Arcaico, pode surgir no contexto de chefaturas concorrentes. A maior parte dos primeiros Estados eram *reinos*, divididos em ao menos duas classes sociais que não se casavam entre si. No topo havia uma classe de nobres hereditários de onde o governante provavelmente viria, fosse herdando seu título do governante anterior, sendo escolhido

⁷¹ Assim, na definição de Earle (1987: 288), chefaturas são “*regionally organized societies with a centralized decision making hierarchy coordinating activities among several village communities*”. Para Carneiro, o essencial na identificação de uma chefatura também não é a existência ou não do ranque, mas sim a perda de autonomia das aldeias “... *these societies were not chiefdoms, because although within a Northwest Coast tribe all chiefs were strictly ranked, from highest to lowest, in relation to one another, each village, even that of the lowest-ranking chief, remained politically autonomous*” (1981: 48).

por outros nobres, ou os dois. Na parte inferior havia uma classe de cidadãos de origem não-nobre e, portanto, não-elegíveis para governar⁷². Flannery desenvolve (1995: 8):

“This stratum of “commoners” had many routes for advancement through achievement; they could become wealthy merchants or craftsmen, rise through military service, or be appointed to bureaucratic positions by the ruler. On the other hand, through misfortune they could become landless serfs who worked the fields of more fortunate families. Through misdeeds, or by being taken captive in war, they could even become slaves”.

Os primeiros Estados provavelmente surgiram nas planícies aluviais do Sul do Iraque e Sudoeste do Iran há mais ou menos cinco mil anos⁷³. Eles eram sociedades com populações na casa das dezenas ou mesmo centenas de milhares. A capital de cada Estado era uma importante cidade – geralmente defendida por uma muralha – com grandes edifícios públicos em lugares proeminentes. Na *hinterland* da capital havia comunidades menores de ao menos três tamanhos diferentes: cidades rurais (*towns*), vilas, e aldeias⁷⁴. Tanto nas cidades rurais como nas vilas havia administradores que interagiam regularmente com a capital. Por volta de 2000 a. C., os primeiros registros da Mesopotâmia revelam uma sociedade com uma complexa divisão do trabalho: governantes, sacerdotes, escribas, maçons, carpinteiros, soldados, ferreiros, servos, entre muitas outras categorias (ver Postgate, 1992).

Nesta época os vales do Nilo e do Indo também já exibiam grandes Estados. Já no Novo Mundo os Estados só surgiram perto do início da Era Comum, em várias regiões do México. Estes primeiros Estados da Mesoamérica tinham grandes palácios onde seus governantes viviam; templos padronizados onde a religião do Estado era conduzida; quadras onde se jogava o esporte oficial; cidades densamente povoadas,

⁷² Assim, para muitos autores o termo sociedade estratificada – sociedades divididas não mais em um *continuum* de ranques, mas agora em classes socioeconômicas bem estabelecidas – é coextensivo com o conceito de Estado (ver Wenke e Olszewski, 2007: 289). No entanto, esta equiparação não ocorre sem polêmicas. O Havai proto-histórico, por exemplo, geralmente é classificado como uma chefatura complexa (ver Kirch, 1984: 258) e, no entanto, quando os Europeus chegaram lá, uma classe de plebeus já havia sido criada pelo rompimento de laços de parentesco com as famílias de menor ranque, isto é, o Havai já era uma sociedade estratificada.

⁷³ Na China eles surgiram mais tarde, no segundo milênio a. C. (ver Wenke e Olszewski, 2007: 443 ss.).

⁷⁴ Com efeito, Wright e Johnson (1975) definem o Estado como uma unidade política de *ao menos* três níveis na hierarquia de tomada de decisão (acima da aldeia), como, por exemplo, o chefe da vila, o governador provincial e o líder nacional. Neste sentido, alguns pesquisadores “point out that many of the clusters of small polities that have been called city-states are simply the product of the breakdown of larger states. When those states break down, their former provinces become autonomous polities who for a time lack the power to incorporate their neighbors into a new state. What develops is a kind of standoff between roughly equal small polities. The rulers of those polities may continue to behave like kings (and be addressed as if they were kings), but the territories they control are no larger than a chiefdom and may have no more than a two or three-tiered settlement hierarchy. They are de facto chiefdoms yet have stratification rather than ranking” (Marcus e Feinman, 1998: 9).

algumas com muralhas; escrita hieroglífica; e uma hierarquia de cidades, vilas e aldeias análogas às da Mesopotâmia (ver Marcus e Flannery, 1996). Igualmente, nos Andes esta hierarquia clássica também já estava presente por volta do segundo ou primeiro século a. C. (ver Wilson, 1995).

Eventualmente, através da expansão e da conquista, alguns Estados arcaicos cresceram ao ponto de incorporar dentro de suas fronteiras povos que falavam outras línguas, ou que pertenciam a diferentes culturas ou etnias. Costuma-se chamar estes Estados conquistadores multiculturais de Impérios. De todas as classes de sociedade até aqui examinadas, os Impérios foram os maiores, mas provavelmente os menos estáveis. Como veremos mais tarde, muitos se fragmentaram dentro de um período de 200 anos ou menos.

4. 2 As Teorias Clássicas da Evolução da Complexidade Social

Os evolucionistas clássicos (e. g., Spencer, Morgan, Tylor) que encontramos no primeiro capítulo interpretavam o progresso cultural como o resultado da competição entre as sociedades. Traçando paralelos com o mundo biológico, eles achavam que a competição entre as sociedades era inevitável e que, em grande medida, a Europa já havia “ganhado”. O próprio Darwin pensava que:

“civilized nations are everywhere supplanting barbarous nations, excepting where the climate opposes a deadly barrier; and they succeed mainly, though not exclusively, through their arts, which are the products of the intellect” (1871: 154).

Até mesmo no início do século XX ainda era comum dizer que o processo de evolução social de todo o mundo derivava em grande parte da ascensão do Oeste (ver Wenke e Olszewski, 2007: 298 ss.). Argumentava-se que os Estados antigos da China, Índia e mesmo das Américas tinham sido “impulsionados a realizações maiores” pelo contato com a Europa e o Oriente Médio.

Já outros pensadores, como o arqueólogo britânico Gordon Childe (1936), achavam que a coincidência observada entre o modo de vida agrícola e o aumento da complexidade social era explicação suficiente para a evolução desta complexidade. Com a agricultura as pessoas finalmente passaram a ter tempo livre e hábitos

sedentários, colocavam estes autores, para desenvolver a arquitetura, arte, escrita, leis, cidades, e o resto da “civilização”. Os problemas com esta explicação ficam evidentes mesmo após uma análise superficial. Muitos povos agrícolas nunca desenvolveram Estados, e ao menos uma antiga cultura complexa (no Peru) parece ter evoluído sem uma economia agrícola⁷⁵. Além disso, desde os trabalhos de Richard Lee sobre os !Kung e a “Hipótese da Sociedade Afluente Original”, de Marshall Sahlins (1968), coligiram-se várias evidências de que muitas sociedades de caçadores-coletores conseguiam suprir suas necessidades básicas com menos horas de trabalho do que as sociedades de agricultores primitivos⁷⁶.

4. 2. 1 Hipótese Tecno-Ecológica

A busca por uma explicação de como as culturas evoluíram de modo muito semelhante, porém distinto, deve começar considerando-se estas similaridades e diferenças. Em outras palavras, o que as primeiras civilizações compartilhavam em matéria de, por exemplo, clima, ecologia, demografia, etc., que possa explicar por que foram a Mesopotâmia, Egito, Vale do Indo, China, Mesoamérica e os Andes que deram origem aos primeiros Estados, e não a Austrália, Polinésia, Escandinávia, Califórnia, Tanzânia ou Minas Gerais?

Julian Steward (1949), Gordon Childe (1936, 1942), e outros pioneiros das origens da complexidade social observaram que as primeiras civilizações desenvolveram-se em ambientes físicos similares e também tinham economias parecidas. Os primeiros Estados surgiram principalmente em regiões áridas ou semiáridas onde cereais como o trigo e a cevada podiam ser cultivados sem a necessidade de se revirar a terra de pastagens espessas ou de se lutar contra a vegetação das florestas e onde a produção agrícola podia ser facilmente intensificada através de canais, terraceamento, ou algum outro método.

Esta hipótese é, assim, uma extensão da hipótese “automática” de que falamos acima: uma vez que as condições ecológicas para a agricultura intensiva estejam

⁷⁵ “Here, as early as early as the preceramic VI period, according to Lanning (1967: 59), “some hints of the existence of stratified societies and of sociopolitical organization which transcended the level of the village...”. And Moseley (1975:104) asserts that “the Peruvian data... demonstrate that the foundation of civilization [on the coast] arose out of a subsistence pattern that was not dependent upon cultivated foods.”” (*apud* Carneiro, 1981: 49)

⁷⁶ Para informações sobre a “jornada de trabalho” de caçadores-coletores como os !Kung e os Hadza, ver Sanderson (2014: 46 ss.).

presentes, ela produzirá um excedente que permitirá aos indivíduos se divorciarem da produção de alimentos e desenvolver uma complexa divisão do trabalho, com administradores, políticos e mesmo generais. Os arqueólogos Wenke e Olszewski (2007: 299) deixam este raciocínio um tanto mecanicista mais claro:

“you might look for one or two key factors that had operated in each of these early societies to *cause* civilization in a rather mechanical fashion, in which these civilizations were the outcome of the proper mix of population growth, agricultural intensification, trade, and the peculiarities of the human mind. In some ways it is easy to imagine societies becoming more complex once the first elements of complexity are in place. A powerful chief, for example, could become a national king if he were successful in battle and conquered a large, exploitable hinterland like the Mesopotamian Alluvium. And once a city had organized its production and distribution of pottery and grain, it seems an easy step to extend these administrative institutions to fish, beer, plows, and tax revenues; and once the first royal tombs filled with grave gifts are constructed, the building of great mortuary pyramids seems a fairly simple extension of the basic idea”.

Mas a pergunta fundamental, continuam Wenke e Olszewski (ibid), é “o que produziu os primeiros rompimentos irreversíveis com as fortes tradições de comunismo prático e igualdade social das primeiras comunidades agrícolas”? Aqui vale lembrar que a agricultura não produz necessariamente um excedente de comida. Por exemplo, a grande maior parte dos Índios da Amazônia já praticava a agricultura antes do contato, mas eles normalmente não produziam excedentes. No entanto, que era tecnicamente possível para eles fazerem isso ficou claro quando, sob o estímulo dos colonos europeus, muitas tribos começaram a produzir mandioca acima de suas necessidades, para finalidades de comércio (Carneiro, 1970: 734). Mesmo nas regiões áridas e semiáridas, coloca o antropólogo Stephen Athens – onde a agricultura intensiva é tecnicamente mais viável –, o esforço necessário para manter um ecossistema artificial é tão grande que é improvável que “as formas mais intensas de produção agrícola fossem desenvolvidas ou adotadas a não ser que houvesse uma razão imperiosa para tanto” (1977: 375).

4. 2. 2 Hipótese Marxista

Durante boa parte do século XX, os cientistas sociais marxistas tinham poucas dúvidas acerca da “correta explicação” para a origem das civilizações. Um comentário famoso de Engels expressa esta convicção: “*As Darwin discovered the law of evolution*

*in organic nature so Marx discovered the law of evolution in human history*⁷⁷. Vale a pena reproduzir a igualmente bem conhecida declaração de Marx porque ela ainda é uma das observações mais astutas e revolucionárias sobre a natureza da progressão da história:

“O conjunto das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência” (1859, Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”).

O que tudo isso significa em termos da história das sociedades complexas é assunto de uma quantidade de livros suficiente para encher uma biblioteca, e as premissas básicas de Marx estão constantemente sendo reinterpretadas. O próprio Marx, no entanto, escreveu pouco sobre as origens das civilizações. Seguidores de Marx como Engels, Lenin e, mais recentemente, Streuve (1969) e Diakonoff (1969) deram mais atenção ao problema. Até a origem da agricultura, estes pesquisadores sugerem, todas as sociedades eram “sem classe”, os bens eram compartilhados, não havia propriedade privada, e todos eram tratados de forma igual. Mas, gradualmente, após a adoção do modo de vida agrícola, algumas pessoas conseguiram se apropriar de mais do que o seu quinhão de terra, a qual, é claro, é a principal fonte de riqueza nas comunidades agrícolas. Através do controle da terra, estas elites conseguiram escravizar os

⁷⁷ Citado em Harris, *The Rise of Anthropological Theory* (1968: 217).

“desafortunados” e forçá-los a trabalhar em suas propriedades. Com o tempo a classe dominante desenvolveu o Estado, as Leis, e a Igreja para justificar, proteger, e perpetuar os seus privilégios econômicos e políticos⁷⁸.

De acordo com a teoria marxista, no entanto, todo sistema econômico baseado na divisão da sociedade em classes e na exploração carrega consigo as sementes da própria destruição porque de forma geral os meios de produção tendem a se aprimorar e, num certo momento, acabam “ultrapassando” o sistema social construído com base neles. Assim, sociedades baseadas na escravidão deram origem às sociedades feudais e, eventualmente, as sociedades socialistas substituirão as capitalistas.

As evidências da Mesopotâmia e Egito antigos realmente apoiam alguns aspectos da reconstrução marxista, sugerem Wenke e Olszewski (2007: 308): “Enormes diferenças de riqueza se desenvolveram precocemente e a escravidão estava presente, bem como trabalhos comunais forçados, guerra, sistemas de irrigação, redes de comércio, e outros elementos essenciais da análise marxista”. Mas os autores continuam (ibidem):

“But that is not to say that this scheme is correct or complete. Much of it was constructed on the basis of evidence from early documents, and some forms of the Mesopotamian state evolved several hundred years prior to writing; thus the textual evidence is most likely of only limited relevance to the origins of social complexity. More important, it is very difficult to test the Marxian reconstruction with archaeological data. Without written records, we cannot conclusively demonstrate class conflict or slavery, and many of the crucial elements of the Marxian paradigm, such as the labor theory of value and the contradictions between economies and their social correlates, seem utterly beyond the reach of archaeological research per se”.

4. 2. 3 Hipótese da Conquista

A ideia de que a guerra está na raiz do Estado é muito antiga. Há 2.500 anos, Heráclito escreveu que a “guerra é o pai de todas as coisas”. O primeiro estudo detalhado do papel da guerra na ascensão do Estado, entretanto, é de Herbert Spencer, que numa famosa passagem diz (*The Study of Sociology*, 1873: 193):

⁷⁸ I. M. Diakonoff é talvez o mais proeminente entre aqueles que usaram a teoria marxista para a análise das primeiras civilizações. Seu modelo da formação do Estado na Mesopotâmia (1969) baseia-se na premissa de que se diferenciais de riqueza puderem surgir (se as condições materiais permitirem), eles surgirão, e uma vez que eles existam, seguirá o antagonismo entre as classes socioeconômicas e eventualmente o Estado surgirá para promover e proteger os interesses da classe dominante.

“Warfare among men, like warfare among animals, has had a large share in raising their organizations to a higher stage... By force alone were small nomadic hordes welded into large tribes; by force alone were large tribes welded into small nations; by force alone have small nations been welded into large nations”.

Mas talvez mais conhecidas sejam as teorias da criação do Estado pela conquista de autores continentais como Ludwig Gumplowicz (1883), Gustav Ratzenhofer (1893) e Franz Oppenheimer (1908)⁷⁹. Este último, em particular, argumentou que o Estado surgia quando a capacidade produtiva de agricultores sedentários era combinada com a energia de pastores nômades mediante a conquista dos primeiros pelos últimos (1926 [1908]: 51-55). Esta teoria tem, no entanto, duas limitações. Por mais que muitos grandes Estados e Impérios tenham sido formados na fronteira entre terras agrícolas e estepes e desertos (ver próximo capítulo), hoje sabemos que o nomadismo pastoral e o uso de cavalos como arma de guerra surgiram no Velho Mundo *depois* que os primeiros Estados já haviam aparecido. Além disso, a teoria de Oppenheimer não consegue explicar a ascensão do Estado nas Américas, onde o nomadismo pastoral estava inteiramente ausente.

Nós voltaremos à importantíssima questão dos cavalos e dos pastores no próximo capítulo, onde veremos que Oppenheimer estava parcialmente certo – os nômades tiveram um papel extraordinário na ascensão dos maiores Impérios. Mas primeiro temos que entender melhor o surgimento dos chamados *pristine states*, aqueles que evoluíram no contexto da competição entre chefaturas “locais” – como se supõe ter acontecido com as primeiras civilizações.

4. 2. 4 Hipótese da Pressão Populacional e da Circunscrição

Os defensores da primazia da pressão populacional afirmam que muitas das mudanças estruturais que surgiram nas sociedades humanas foram respostas a novas situações suscitadas por um aumento significativo nos números humanos. Já nos escritos de Herbert Spencer podemos encontrar este reconhecimento: “à medida que a população aumenta, divisões e subdivisões tornam-se mais numerosas e definidas”

⁷⁹ Numa citação bem conhecida, diz Oppenheimer (1926 [1908], p. 15): “O estado, na sua verdadeira gênese, é uma instituição social forçada por um grupo de homens vitoriosos sobre um grupo vencido, com o propósito singular de domínio do grupo vencido pelo grupo de homens que os venceram, assegurando-se contra a revolta interna e de ataques externos. Teleologicamente, este domínio não possuía qualquer outro propósito senão o da exploração econômica dos vencidos pelos vencedores” (p. 15).

(1899: 449-50). E o sociólogo Albert G. Keller compartilhava de opinião similar: “a cultura é desenvolvida quando a pressão dos números sobre a terra alcança um grau em que a vida estressa o homem” (1931: 26). Não muito mais tarde colocou o etnólogo Ralph Linton: “É geralmente reconhecido que a tecnologia complexa e a organização política sofisticada só podem sobreviver na presença de populações consideravelmente densas” (1940: 32).

Mas estamos aqui falando de explicações ou de correlações? No influente livro *Mesoamerica: The Evolution of a Civilization*, William Sanders e Barbara Price (1968: 74) afirmaram categoricamente que “o crescimento populacional deve ser considerado um processo primário nas redes de causa-e-efeito” da evolução cultural. Igualmente, os arqueólogos Philip Smith e Cuyler Young (1972), influenciados pelo clássico livro da economista Ester Boserup⁸⁰ – segundo a qual o crescimento populacional é a força motriz da mudança tecnológica e social – escreveram um importante artigo substanciando esta proposição na Mesopotâmia do fim do Pleistoceno ao início do terceiro milênio a. C. Dizem os autores que, embora a pressão populacional não tenha sido o *deus ex machina* de toda a mudança cultural e tecnológica, ela foi, todavia, a variável individual mais importante (1972: 53).

Esta opinião não é, vale lembrar, universal. Falando da antiga Mesopotâmia, Robert Adams (1966:44) asseverou: “possivelmente a obtenção de um nível mínimo de população foi necessária para pôr o processo [de urbanização] em movimento. Mas as evidências sugerem que aumentos acentuados na população geralmente seguiram – e não precederam – os processos centrais da Revolução Urbana”. E Kent Flannery ridicularizou de uma maneira bem criativa a posição de alguns arqueólogos da Mesoamérica que – segundo Flannery – atribuem à pressão populacional toda uma panóplia de desenvolvimentos culturais (1976: 225):

“The origins of agriculture? Population pressure on wild plant resources brought it about. The origins of irrigation? Population pressure on early dry farming brought it about. Ranked society? Population pressure on strategic resources brought it about. Urban civilization? Population pressure on “the human ecosystem” of the Late Formative brought it about. The collapse of urban civilization? Population pressure on the same ecosystem, 1000 years later, brought it about. No question about it: Planned Parenthood could have nipped Mesoamerican civilization in the bud”.

⁸⁰ *The Conditions of Agricultural Growth*, 1965.

É claro, a pressão populacional não pode ser vista como um fenômeno de “tudo ou nada”. Há *níveis* de pressão populacional que nem sempre são aparentes para um observador externo. Por exemplo, os agricultores de coivara normalmente seguem um esquema regular de rotação de modo que as áreas antigas voltem a crescer e depois sejam novamente derrubadas e queimadas, após um longo período de descanso. Se, entretanto, a demanda por terra cultivável tornar-se suficientemente grande a ponto de os agricultores sentirem-se obrigados a derrubar novamente a vegetação em, digamos, 15 ao invés de 20 anos, já se pode dizer que uma forma leve de pressão populacional está em operação, mesmo que ela não seja imediatamente discernível. Carneiro desenvolve (2003: 20):

“The first sign of population pressure is evident in the treatment of arable land. An early indication is a shortening of the fallow period. This may be followed by more intensive cultivation of the land already available, as by more thorough weeding, fencing, irrigation, and the like. Then an effort may be made to bring new land – once considered marginal – under cultivation. Finally, neighboring groups might be dispossessed of their land, as occurred, for example, with the Mae Enga of New Guinea. “When they say they fight over land”, Mervyn Meggitt (1977:14) tells us, “they not only mean it, they are also correct”. And according to Raymond Firth (1929: 371), the same was true of the Maori: “warfare... not infrequently arose among them from disputes about land””.

De fato, este último passo, a aquisição forçada da terra, pode ocorrer simultaneamente com – ou mesmo *preceder* – o cultivo intensivo, em antecipação à escassez futura (ver cap. 2). E, uma vez que a violência foi usada para a aquisição de terra cultivável, os primeiros passos foram dados para novos e transformadores eventos acontecerem. Nas palavras do antropólogo Michael J. Harner (1970: 68): “o crescimento da pressão populacional é... um dos fatores determinantes da evolução social através do mecanismo da competição por recursos cada vez mais escassos”. Ele continua (p. 69):

“Eventually the process engendered by increasing resource scarcity will result in competitive strains sufficient to give rise to hereditary class stratification based upon unequal inheritance of subsistence resources. In its inter-group form such competition will lead to increasing emphasis on the development of centralized military-political organization... As competition grows further, class stratification and political integration will develop into increasing complex forms”.

Tudo isto talvez ainda pareça muito abstrato e mecânico, não muito diferente do raciocínio dos evolucionistas clássicos. Afinal, a pressão populacional e a guerra são

muito mais antigas que os primeiros processos de centralização política. Precisamos, portanto, especificar melhor quando a pressão populacional leva à guerra e quando esta leva à centralização.

Para começar, é preciso lembrar que a tendência natural das sociedades humanas, especialmente das sociedades de aldeias, é crescer. No entanto, este crescimento caracteriza apenas a população total de uma região. A *densidade* desta população normalmente continuará a mesma, isto é, o tamanho médio das aldeias e a distância entre elas normalmente continuarão os mesmos. Vimos isso rapidamente com os Ianomâmis (cap. 2): por mais que aldeias maiores tenham uma vantagem comparativa na guerra, quando uma aldeia cresce muito as tensões internas tornam-se insuportáveis e a aldeia se *fissura*. Na época que Chagnon esteve com eles, ele não pôde observar nenhum sinal evidente de crescimento do tamanho médio das aldeias⁸¹.

Este processo de fissura e proliferação de aldeias continuará desimpedido contanto que haja suficiente terra para a qual a população crescente possa se expandir. Mais cedo ou mais tarde, no entanto, os limites geográficos desta expansão serão atingidos. Quão cedo isto vai acontecer dependerá em parte do tamanho da área em questão e quão claramente delimitada – circunscrita – ela for. Quando as fronteiras da terra cultivável forem alcançadas, as aldeias existentes, agora rodeadas de outras aldeias, começarão a competir ferozmente pelo pouco de terra disponível. Esta competição resultará em aldeias maiores, pois agora a fissão não será mais uma opção fácil ou viável. Além disso, o maior tamanho conferirá uma vantagem competitiva durante os conflitos entre as aldeias, que com a circunscrição se tornarão cada vez mais intensos. E com a guerra mais intensa começará o processo de agregação de comunidades autônomas em unidades políticas maiores, dando lugar às chefaturas e, se o processo continuar, aos Estados.

Este cenário evolutivo foi descrito pela primeira vez em 1970, por Robert Carneiro⁸². Carneiro nota que as populações humanas cresceram em muitas regiões do globo durante milênios, mas apenas em determinadas zonas ambientais o crescimento populacional juntou-se com a guerra para produzir civilizações complexas. Estas zonas eram áreas excepcionalmente férteis circunscritas por áreas de menor produtividade como desertos, montanhas ou oceanos. Como exemplo, Carneiro cita a Costa do Peru, onde 78 rios correm dos Andes em direção ao Oceano, cortando num percurso de 80

⁸¹ A não ser em uma região específica, como veremos adiante.

⁸² *A Theory of the Origin of the State* (Carneiro, 1970).

quilômetros alguns dos desertos mais secos do mundo. Ao longo dos rios, ele diz (1970: 735), estão faixas de terra facilmente irrigáveis, mas em qualquer direção que se caminhe logo se encontra desertos, montanhas, ou oceanos. Condições similares, ele continua, prevaleceram na Mesopotâmia, Egito e em outros centros de antigas civilizações.

Falando de novo sobre o Peru, Carneiro sugere que, pouco tempo depois do aparecimento do modo de vida agrícola, estas férteis áreas ribeirinhas estavam esparsamente ocupadas por pequenas aldeias autônomas. Ele supõe que nestas condições, à medida que a população crescia, as aldeias se dividiam por causa de conflitos internos e da pressão sobre a terra. Neste período inicial, o resultado desta divisão era o relativamente simples estabelecimento de novas comunidades em áreas menos ocupadas. Em consequência, o número de aldeias crescia mais rapidamente que o tamanho médio das aldeias, e todas as comunidades permaneciam essencialmente iguais em termos de organização social e política. Eventualmente, entretanto, toda a terra que podia ser facilmente irrigada e utilizada acabou sendo ocupada, e a população crescente passou a exercer uma pressão excessiva sobre a comida disponível. Já que não podiam se mudar para os desertos e oceanos e colonizar as montanhas não era nada simples, os fazendeiros peruanos escolheram intensificar a agricultura. Eles construíram terraços (socalcos) e canais de irrigação e possivelmente tentaram limitar o seu crescimento, mas eles estavam presos numa clássica armadilha malthusiana: a oferta de comida pode ser aumentada, mas não tão rapidamente quanto a população.

Nesta altura, conclui Carneiro, as pessoas recorreram à sua única alternativa: a guerra. As aldeias sob maior estresse provavelmente atacaram as aldeias adjacentes mais fracas e expropriaram a terra e a colheita daquelas que conseguiram derrotar. As pessoas derrotadas na guerra não podiam simplesmente se mudar e restabelecer suas comunidades, e elas também não podiam emigrar para as montanhas porque toda a sua cultura estava baseada na vida agrícola. Assim, elas foram levadas para a aldeia dos vencedores, onde viraram escravas, ou tornaram-se politicamente subordinadas ao vencedor: foram submetidas a taxas e/ou impostos que só podiam pagar reduzindo o próprio consumo e intensificando ainda mais a produção.

Segundo Carneiro, estes desenvolvimentos encorajaram a formação de uma burocracia institucionalizada para administrar os impostos e os escravos e, à medida que os líderes militares mais bem sucedidos eram escolhidos para os cargos políticos mais altos, intensificaram os diferenciais de status e riqueza. Além disso, os povos derrotados

vieram a constituir uma classe inferior, e assim pode-se dizer que a estratificação da sociedade acompanhou a intensificação da guerra. Carneiro acredita que a guerra continuou no Peru até cada vale de rio estar sob o controle de uma autoridade central, que dependendo do seu tamanho poderia ser chamada de uma chefatura complexa ou mesmo de um pequeno reino. Subsequentemente, e de novo por causa da pressão populacional, os reinos lutaram entre si até toda uma sequência de vales fluviais passar para o controle de um único centro dominante. Embora este último passo tenha sido dado mais de uma vez na história dos Andes, ele foi alcançado de forma mais notável – e pela última vez – pelos Incas.

4. 2. 5 Hipótese Voluntarista

As teorias voluntaristas sobre a origem do Estado dizem que, num dado momento de sua história, um grupo de pessoas espontânea, racional e voluntariamente abdicou de sua soberania e se uniu com outras comunidades para criar uma unidade política maior merecedora do título de Estado. Dessas teorias a mais famosa é a antiga teoria do contrato social, especialmente associada a Rousseau. Hoje sabemos, no entanto, que nenhum contrato social *de facto* jamais foi subscrito pelos humanos, e arriscamos dizer que para os antropólogos de hoje a teoria do contrato social dos séculos XVII e XVIII não é muito mais do que uma curiosidade histórica.

No século XX, uma versão adaptada da teoria do contrato social foi proposta por Karl Wittfogel, em seu *Despotismo Oriental* (1957). A sua “hipótese hidráulica” dizia que, em certas áreas áridas e semiáridas do mundo, onde os fazendeiros tinham dificuldade para se sustentar apenas com a irrigação de pequena escala, chegou um momento em que eles perceberam que seria vantajoso para todos se eles abdicassem de sua autonomia individual e fundissem suas aldeias numa única unidade política capaz de levar a cabo a irrigação em grande escala. O corpo de oficiais que eles criaram para planejar e administrar os trabalhos de irrigação extensiva tornou, então, o Estado uma realidade.

Hoje já sabemos, todavia, que em ao menos três áreas que Wittfogel cita como exemplos da sua hipótese hidráulica – Mesopotâmia, China e México – Estados já

havam se desenvolvido antes da irrigação em grande escala⁸³. Além disso, está cada vez mais claro que as funções dos primeiros chefes e governantes restringiam-se ao âmbito ideológico-militar. Diz Turchin (2016: 142), revisando as teorias sobre a origem do Estado:

“I find it difficult to believe that economic or information-processing advantages were the primary drivers of the transition to large-scale societies. Archaic-style states of which we have direct knowledge, such as Hawaii, did not have complex economies or specialized decision-making procedures (to deal with what kinds of problems?). The chiefs were involved with war and ritual; the economy worked well enough when left to the commoners. In any case, it’s hard to imagine that commoners accepted their subordinate... debased, position in return for merely economic benefits. People living in small-scale societies are perfectly capable of organizing networks of long-distance trade that could (and did) move valuable goods across thousands of kilometers. They also construct networks of mutual support and obligation that allow them to weather periodic episodes of scarcity. You don’t need a centralized, despotic government to solve these problems”.

Em outras palavras, não são claras as vantagens “econômicas e informacionais” que as primeiras sociedades despóticas/centralizadas teriam sobre as igualitárias. Pelo menos, elas não são claras o suficiente para resolver o que Carneiro (1970: 734) chama de “a demonstrada impossibilidade de as unidades políticas autônomas renunciarem à sua soberania na ausência de imperiosos constrangimentos externos”. Em outro texto, ele complementa (1992b: 87):

“Had it been possible for enlightened self-interest, acting through peaceful, voluntary means, to have led bands or villages to abandon their individual sovereignties and organize into multi-community polities, that step would have been taken back in the Paleolithic. And of course it was not. The hard fact is that autonomous political units, from tiny bands to huge empires, never willingly give up their sovereignty. They surrender it only through the exercise of force, or at least the threat of it”.

Ainda dentro do campo das hipóteses “voluntaristas”, outra hipótese intensamente discutida por antropólogos⁸⁴ diz que as primeiras sociedades centralizadas eram teocracias. Não conseguiríamos resumir esta hipótese melhor que Peter Turchin (2016: 142):

“They [as teocracias] would have been brought together around large-scale rituals orchestrated by religious specialists— priests. In this view, once the

⁸³ Para a Mesopotâmia, ver Kraeling e Adams (1960: 281); para a China, ver Gernet (1968: 92). Para o México, ver Doolittle (1990).

⁸⁴ Ver, por exemplo, Fried (1967: 141) e Service (1962: 171).

religious leaders had concentrated ideological authority in their own hands, they could start to exert economic influence. Collective rituals such as communal feasting require large amounts of food. The priests could then take over the redistribution of food and other resources within the society. For example, they could direct food from areas where crops did well to those that experienced crop failure. The final step was for these religious leaders to add military functions, and that would eventually result in their turning themselves into god-kings”.

O problema com esta hipótese está, é claro, no primeiro passo, a saber, como os líderes religiosos adquiriram suficiente poder sobre o resto da população a ponto de torná-lo hereditário? Vimos no capítulo 3 que as sociedades “primitivas” têm líderes, mas eles devem liderar pelo exemplo e pela persuasão; eles não herdam a sua autoridade e não podem simplesmente forçar os outros a obedecê-los. Como, então, os líderes adquirem autoridade hereditária na prática? Um olhar sobre a sociedade Ianomâmi, tal como descrita por Napoleon Chagnon, pode nos dar algumas pistas.

Os Ianomâmis não permitem que nenhum homem conquiste muita autoridade em sua aldeia. Um guerreiro bem-sucedido pode ter muito prestígio, e pode ser escolhido como chefe da aldeia, mas ele não pode simplesmente “mandar” nos outros homens. Isto é bem ilustrado numa passagem da obra de Chagnon (1983), em que uma aldeia estava preparando um banquete para outra aldeia. Para garantir que a área central estivesse arrumada, o chefe da aldeia anfitriã começou a varrê-la sozinho. Ele só parou depois que os outros o viram e começaram a seguir o seu exemplo. Ele não podia simplesmente ordenar que eles a limpassem.

Os limites da autoridade dos chefes Ianomâmis também podem ser observados na sua incapacidade de impedir que as aldeias se fissionem. Por um lado, o chefe da aldeia procura resolver os conflitos e manter a aldeia grande de forma que ela possa melhor resistir a seus inimigos ou mesmo dissuadi-los de atacar. Por outro lado, ele não pode controlar os *village-splitting conflicts* – homicídios entre homens de clãs diferentes – porque ele opera numa sociedade igualitária que não lhe concede a autoridade necessária.

Entretanto, durante a sua estadia com os Ianomâmis, Napoleon Chagnon observou que as aldeias tendiam a ser maiores e mais belicosas na região que ele chamou de Crescente Fértil – três baixadas ao sul do Rio Orinoco (perto da Serra Parima) que constituíam várzeas amplas, levemente inclinadas e bem drenadas, onde era fácil limpar a vegetação para fazer roças. Os caciques destas aldeias relutavam em atravessar ou passar perto das aldeias vizinhas, mas ao mesmo tempo a autoridade

destes caciques parecia ser maior do que a de caciques de outras áreas. Traçando um paralelo com a teoria da circunscrição de Carneiro, Napoleon Chagnon notou que (2014 [2013]: 196):

“Embora o Crescente Fértil dos ianomâmis não fosse nitidamente delimitado por barreiras geográficas, o fato de que ali os líderes das aldeias relutassem em passar por perto dos grupos vizinhos sugeria que esses grupos constituíam, com efeito, uma espécie de muralha ou barricada social impedindo a expansão. Argumentei que as aldeias ali eram circunscritas “socialmente”...”

Segundo Chagnon, as circunscrições sociais da área do Crescente Fértil contribuíam para aumentar a complexidade política, impedindo a migração e obrigando as aldeias a lidar com vizinhos hostis – o que elas faziam aumentando o seu tamanho ou aliando-se a vizinhos. É claro, em última instância a circunscrição social derivava da relativa circunscrição geográfica do Crescente Fértil – o mais desejável nicho ecológico. Mas à medida que a disputa original por estas terras mais férteis criava aldeias maiores e menos espaçadas, a circunscrição social ganhava “vida própria” e passava a produzir alguns dos efeitos já observados com a circunscrição ambiental⁸⁵. Comenta Carneiro, referindo-se ao trabalho original de Chagnon⁸⁶:

“A further effect of more intense warfare in the nuclear area is that village headmen are stronger in that area. Yanomamo headmen are also the war leaders, and their influence increases in proportion to their village’s participation in war. In addition, offensive and defensive alliances between villages are more common in the center than in outlying areas. Thus, while still at the autonomous village level of political organization, these Yanomamo subject to social circumscription have clearly moved a step or two in the direction of higher political development” (Carneiro, 1970: 737).

⁸⁵ Mas, coloca Carneiro na última versão de sua teoria (Carneiro, 2012: 24-25): “With social circumscription, the degree of constriction on the impacted population is generally *less tight* than with physical circumscription, allowing a certain amount of ‘leakage’ to occur. That is to say, a few of the villages most acutely affected by the squeeze, especially if they are located near the peripheries of the area, may manage to push their way out through the interstices between surrounding villages. By thus partially reducing the pressure affecting those villages remaining in the impacted zone, the leakage may act to reduce the incidence of warfare, and therefore delay the onset of the usual political consequences of such fighting. Chiefdoms and states may ultimately emerge in such a region, but it will take longer. Western Europe, the Congo, and the Peten in Mexico and Guatemala may be cited as areas where states eventually arose, but did so substantially later than in regions of marked environmental circumscription, such as Egypt and Mesopotamia”.

⁸⁶ *The Culture-Ecology of Shifting (Pioneering) Cultivation among the Yanomamö Indians* (Chagnon, 1968a).

4. 3 O Vale do Cauca na Colômbia: Um exemplo histórico de chefaturas criadas pela guerra

Em 1535, quando os espanhóis entraram no vale do Cauca, na Colômbia, eles encontraram dezenas de chefaturas, e só conseguiram subjugar-las depois de um longo período de conflitos. Durante os anos de conflito muitos militares, sacerdotes e demais espanhóis que fizeram contato com estas chefaturas registraram o que eles aprenderam, e parte destes testemunhos foi mais tarde publicada⁸⁷. Durante os anos 1940, o etnólogo alemão Hermann Trimborn estudou estas fontes originais e, com base na informação que elas continham, publicou o *Señorío y Barbarie en el Valle del Cauca* (1949)⁸⁸. A descrição abaixo se baseia na seleção que Carneiro (1991) fez de passagens-chave da obra de Trimborn.

O vale do Cauca é um vale longo e relativamente estreito que corre por aproximadamente 500 quilômetros do Sul ao Norte da Colômbia, entre a Cordilheira Central e a Cordilheira Ocidental, duas das três grandes cadeias de montanhas em que os Andes Setentrionais se dividem. Hoje, o Vale contém cidades importantes como Popayán, Cali, e Medellín. Durante a maior parte do seu percurso, o Rio Cauca é flanqueado dos dois lados por montanhas que se elevam a 3000 metros de altura, mas em alguns trechos o vale estende-se por uns 45 quilômetros. Assim, embora o vale do Cauca não seja tão claramente delimitado quanto alguns dos vales costeiros do Peru, ele apresenta um grau considerável de circunscrição ambiental.

Os nomes de quase 50 povos do vale do Cauca foram registrados pelos espanhóis, os mais conhecidos sendo os Quimbayas – famosos pela sua produção de peças de ouro –, os Ansermas, os Guacas e os Popayáns. Estes nomes designavam o que Trimborn chamou de “tribos”, isto é, grupos linguístico-culturais, e eles nem sempre coincidiam com entidades políticas inteiras, isto é, uma chefatura particular podia ou não ser coextensiva com uma “tribo”. Os Quimbayas, por exemplo, que estavam sofrendo um declínio político à época da chegada dos espanhóis, estavam aparentemente divididos em cinco chefaturas independentes. Já entre os Ansermas havia

⁸⁷ Carneiro cita (1991: 169), entre os cronistas que escreveram sobre as chefaturas do Vale do Cauca, Pascual de Andagoya, Cieza de León, Juan de Castellanos, Sebastián de Benalcázar, Jorge Robledo, Pedro Sarmiento, e Pedro Simón.

⁸⁸ *Señorío* e *cacicazgo* eram os dois termos que os espanhóis usavam para descrever o que definimos no início deste capítulo como chefatura.

duas chefaturas, cada uma sob a autoridade de um chefe supremo (*paramount chief*) independente.

Níveis diferentes de complexidade política existiam no Vale do Cauca e nas suas adjacências. Na parte inferior da escala estavam as aldeias do povo Catio que, embora incluído no estudo de Trimborn por motivos comparativos, na verdade vivia um pouco além do vale. O povo Catio vivia em aldeias autônomas que, em tempos de guerra, se uniam temporariamente sob o comando de um único *war chief*, escolhido para liderá-las na guerra. Já na parte mais alta da escala estavam Guaca e Popayán, que eram maiores e mais fortes que o resto das unidades políticas do Vale do Cauca e estavam, de acordo com os espanhóis, a caminho de tornar-se Estados.

No vale do Cauca, cada aldeia tinha um chefe, mas este tinha poder limitado. Acima dos chefes de aldeia estava o chefe supremo (chamado de *señor* ou cacique pelos espanhóis), um líder político de autoridade considerável que era geralmente muito temido e respeitado. Trimborn, de fato, fala que seu poder era “absoluto” (1949: 242). Não existia nenhum conselho de anciãos ou qualquer outra corporação para diluir ou mitigar as decisões e comandos do chefe supremo. Havia conselhos de guerra que contavam com a participação de chefes menores e capitães, mas a sua função era definir as estratégias e táticas de guerra, não a conduta política geral. A decisão de ir ou não à guerra estava somente nas mãos do chefe supremo.

A guerra, com efeito, foi o que mais impressionou os espanhóis quando eles entraram pela primeira vez no vale. Ela era, as fontes nos informam, universal, incessante e intensa (ibid., p. 280):

“Even the Indians themselves thought it was carried to excess. People repeatedly told the Spaniards, “We want peace with you, but our chief wants war” (ibid., 241). No quarter was given. Women and children were killed along with warriors (ibid., 284—285). Enemy villages were burned and their gardens destroyed (ibid., 291, 295). War prisoners were always taken, though, since the taking of captives was generally the principal reason for going to war.

The fate awaiting prisoners varied. Some were killed and eaten outright, sometimes even on the battlefield (ibid., 398). Indeed, Cauca Valley warriors often marched off to war carrying special ropes to tie up prisoners and flint knives to decapitate them (ibid., 389). The skulls and other body parts of slain enemies were made into trophies (ibid., 201). Most captives were probably kept alive—at least for a time. But they too might later be killed for cannibalistic rituals or in sacrifices to the gods (ibid., 203, 369). Yet, a substantial number were allowed to survive to be used as slaves by their captors (ibid., 200)”. (em Carneiro, 1991: 177)

Como a citação revela, a principal motivação da guerra parece ter sido a captura de prisioneiros. O canibalismo, o sacrifício humano, e o trabalho forçado nas minas esgotavam o suprimento de escravos, e a guerra era a principal forma de compensar esta perda (Trimborn, 1949: 203). No entanto, o desejo de expandir o território e obter o controle de minas de ouro, depósitos de sal e rotas de comércio também era uma motivação importante (ibid., p. 238). A conquista territorial era um incentivo particularmente importante para Guaca e Popayán, que estavam expandindo os seus domínios quando os espanhóis chegaram.

Por fim, vale dizer que o sucesso na guerra ia sobretudo para o crédito do chefe supremo, já que era ele que decidia ir à guerra e levava os seus guerreiros à vitória. Diz Trimborn: “como resultado do estado contínuo de guerra, o poder do chefe aumentava até tornar-se ilimitado” (ibid., p. 241). E em outra passagem: “só depois de consolidar-se militarmente é que o chefe atraía (embora devagar) outros assuntos, incluindo os jurídicos, para a sua esfera de autoridade” (ibid., p. 270)⁸⁹.

O estudo de Trimborn sobre o Vale do Cauca nos permite fazer as seguintes observações sobre a natureza das chefaturas e sua evolução (Carneiro, 1991: 179 ss): (1) os efeitos profundos da guerra intensa sobre a sociedade – a grande vantagem militar que as aldeias grandes tinham sobre as menores parece ter estimulado as aldeias a coalescer em unidades políticas maiores⁹⁰; (2) o estímulo da circunscrição ambiental na evolução política – por exemplo, enquanto as aldeias dos Catis, que estavam fora do vale, só cediam a sua autonomia a um *war chief* durante tempos emergenciais, no circunscrito Vale do Cauca, onde “uma série de tribos extremamente belicosas... estavam espremidas dentro de um espaço muito limitado” (Trimborn, 1949: 281), todas as unidades políticas tinham avançado ao nível da chefatura; (3) o papel fundamental da guerra na consolidação do poder político do chefe supremo; e (4) o papel não tão fundamental da “redistribuição/religião/ideologia” na consolidação deste poder, *pace* as teorias voluntaristas sobre a origem do Estado. Sobre este último ponto, vale a pena reproduzir duas longas passagens de Carneiro (1991: 181 e 184):

⁸⁹ Também vale dizer que a melhoria da sua posição econômica vinha principalmente do sucesso militar: era uma consequência direta do recebimento da parte do leão dos espólios de guerra. Com esta riqueza acumulada o chefe podia comprar bens de luxo, escravos e qualquer outra coisa que ele não pudesse requisitar diretamente.

⁹⁰ O Vale do Cauca tinha claramente ultrapassado o estágio onde as aldeias abrigam tipicamente de 100 a 150 pessoas, como é o padrão, por exemplo, em várias sociedades de aldeias autônomas da Amazônia e de outras regiões. À época da Conquista Espanhola, aldeias de 500 a 1000 pessoas parecem ter sido a norma.

“What role did redistribution play in the rise of the chiefdom?”⁹¹ The answer seems to be, virtually none. The political leader of an incipient chiefdom must reward his followers, but this reward is strictly limited to those most instrumental to the chief's rise to power and to his continued maintenance of his position. And that means, first and foremost, his most redoubtable warriors”.

Rewarding men for their exploits in war is, of course, a far cry from redistribution in the usual sense. It is certainly not the careful collecting of food items or goods from the entire populace and then dutifully reapportioning them back to everyone, making sure that each gets an equal share. Indeed, rather than a redistributor, a Cauca Valley chief was much more of an appropriator, or even an expropriator. To the extent that he “redistributed” wealth at all, it was done solely to a favored few, and only for the purpose of strengthening his political position”.

“To be sure, the picture is complicated by the fact that advanced chiefdoms may appear to be theocracies. Their paramount chiefs not only may have important religious functions, they may, as in Fiji (Williams 1870:19) and among the Powhatan (Rountree 1989:100), actually be regarded as demigods. But a trait that comes to characterize a phenomenon in the full flower of its maturity need not have been present at its inception. Certainly this is what the Cauca Valley suggests. Whatever religious powers paramount chiefs there came to acquire (and these are not well understood), there is little doubt that the source of these powers was secular and not sacred”.

4. 4 A Guerra na Formação das Primeiras Civilizações

Em muitas partes do mundo pré-moderno a chefatura foi a mais complexa classe de sociedade a aparecer. Quando os exploradores europeus chegaram às Américas, eles encontraram chefaturas impressionantes não só na Colômbia, mas também no Panamá, na Venezuela, e no Sudeste Norte-Americano, especialmente no que são hoje os Estados da Geórgia, Alabama e Mississippi (Flannery e Marcus, 2012: cap. 11 e 15). Nas Ilhas do Pacífico de Tonga, Taiti e Havaí, entre outras, também havia sofisticadas chefaturas (Kirch, 1984). Já em lugares como o Egito, a Mesopotâmia, e o sudoeste do Irã, por outro lado, Estados arcaicos já tinham surgido há 5000 anos.

Como os Estados evoluem das chefaturas? Exemplos históricos recentes, no Havaí e na África do Sul, sugerem que chefaturas individuais não simplesmente viram Estados. Estes surgem no contexto de um grupo de chefaturas concorrentes quando uma consegue conquistar as demais e transformá-las em províncias de uma unidade política

⁹¹ A crítica de Carneiro à hipótese “redistributivista” da ascensão das chefaturas é muito importante haja vista a existência de toda uma escola de antropologia que vê as chefaturas como – essencialmente – estruturas econômicas, derivadas da habilidade do chefe de mobilizar e alocar recursos econômicos (geralmente de forma pacífica). Esposam esta visão, por exemplo, Sahlins (1968: 24-25) e Service (1962: 143-144).

maior. Flannery nos traça um quadro resumido da unificação do Havai e dos Zulus (1995:15):

“In the late 1770s, each of the larger islands of the Hawaiian archipelago—Hawai’i, Maui, O’ahu, and Kaua’i—was the scene of a native chiefdom. Rival chiefs from O’ahu and Maui competed for control of the smaller islands of Lana’i and Moloka’i. By 1782, the paramount chief of Maui had seized those two smaller islands and administered a significant defeat to his rival, the chief of Hawai’i. We have a record of what happened next, because British sailors had begun visiting the islands by 1778.

When the defeated chief of Hawai’i died, his title was usurped by his ambitious nephew Kamehameha, who mustered enough support to assassinate the real heir and seize control. By trading with European ships who docked at his port, he acquired cannons and muskets, and hired two British officers as military advisors. Between 1792 and 1810, Kamehameha succeeded in conquering all the other Hawaiian Islands, turning them into subject provinces of a single state of which he was now the king.

The origins of South Africa’s Zulu state were equally grounded in chiefly competition. That story also begins in the 1770s, among a group of Bantu-speaking pastoralists and shifting cultivators who were organized into competing chiefdoms. Each chief ruled a large group of people divided into local units, each of which was usually commanded by one of his brothers.

After 1775, a chief named Shaka hit upon the strategy of organizing regiments of warriors, each made up of young men who were about the same age. So successful were these regiments that in the space of ten years, “by his personal character and military strategy,” Shaka was able to reduce many rival chiefdoms to provinces of a single Zulu state of which he was now king. This archaic state covered eighty thousand square miles and had at least one hundred thousand subjects. From this point on, Shaka’s relatives became a kind of “royal family” from which future rulers would come”.

Os arqueólogos acreditam que a competição entre chefaturas também esteve na origem das primeiras civilizações. Abaixo revisamos a literatura sobre uma das antigas civilizações do México, uma das regiões do mundo melhor estudadas pelos arqueólogos.

4. 4. 1 A Civilização Zapoteca

O Vale de Oaxaca, berço da civilização Zapoteca, cobre uma área de mais de 2000 quilômetros quadrados na Serra Madre do Sul (Sul do México). Entre 700 e 500 a.C., durante o pré-clássico médio, havia aproximadamente 80 comunidades no vale (Kowalewski et al. 1989). Estas comunidades estavam divididas em três grupos – aparentemente chefaturas –, separados por uma zona-tampão de 80 quilômetros quadrados. A zona-tampão – junto com evidências de batidas (*raiding*), queima de

edifícios públicos, sacrifício de inimigos e uma possível muralha – sugere um elevado nível de competição entre as chefaturas (Marcus e Flannery, 1996: 123-24).

Durante a fase seguinte do pré-clássico médio (entre 500 e 300 a.C.) ocorreram várias mudanças demográficas marcantes. Um grande número de aldeias da parte norte do vale (incluindo a maior comunidade do último período) foram abandonadas, e suas populações aparentemente se mudaram para o topo de uma montanha defensável na antiga zona-tampão. Segundo estimativas encontradas em Blanton (1978), a população inicial desta primeira cidade Zapoteca (Monte Albán) era de 5000 habitantes, e entre 300 e 100 a.C. ela cresceu para 17000 indivíduos. Durante este último período, Monte Albán construiu três quilômetros de muralhas e cercou-se de aproximadamente 150 comunidades (Kowalewski, 1983). Parece que este denso anel de comunidades satélites era uma concentração deliberada de fazendeiros e guerreiros, necessários não apenas para abastecer Monte Albán com comida (Nicholas, 1989), mas também para lhe dar uma vantagem demográfica indispensável na competição com as outras chefaturas (Marcus e Flannery, 1996: 155-71).

Centros rivais na parte sul e leste do vale tornaram-se maiores durante 300-100 a.C., e em alguns casos ocuparam terrenos mais altos e mais defensáveis. Eventualmente, entretanto, eles foram conquistados por Monte Albán, que também estendeu os seus domínios para além do vale:

“Taking advantage of the fact that it was now organized as a state while most of its neighbors were not, Monte Albán expanded to control 20,000 km² of southern Mexico by AD 200. Its ultimate goal seems to have been to establish a "corridor of influence" between Cuicatlán in the north (the gateway to Central Mexico) and Tututepec and Chiltepec in the south (the gateway to the tropics). Some subject areas, like the Valleys of Miahuatlán and Ejutla, may have been taken over by political and economic persuasion. Other areas, like the Cuicatlán Cañada, were clearly kept in line by military force” (Marcus, 1998: 69).

O Estado Zapoteca (Monte Albán) atingiu os seus limites, no entanto, no fim do pré-clássico (século III d.C.), e no início do clássico (300-500 d.C.) ele já tinha começado a diminuir:

“One by one its outer provinces grew strong enough to break away... No longer the expansionist aggressors, in the Early Classic the Zapotec were now busily defending themselves against hostile neighbors. After reaching its peak size of 24,000 persons between AD 500 and 700, Monte Alban began to lose population and importance. By AD 900, Jalieza, a mountaintop city in the southern valley, was the region's largest community.

During the Terminal Classic [séculos IX e X] and Postclassic, the Zapotec state underwent a period of decentralization not unlike that seen during the "troughs of dissolution" in the Maya Lowlands. Centers like Zaachila, Cuilapan, Macuilxochitl, Lambityeco, Yagul, and Mitla arose to control certain sectors of the valley, but no city ever again dominated the entire region the way Monte Albán had during its heyday" (ibid., p. 70-71).

4. 4. 2 Discussão Final

Esta breve revisão mostra que o Estado Zapoteca (1) se formou quando uma chefatura conseguiu subjugar as rivais; (2) tirou proveito de sua organização política e militar superior para se expandir à custa de seus vizinhos menos desenvolvidos; (3) alcançou sua maior dimensão territorial cedo em sua história; e (4) mais tarde perdeu as suas províncias e começou a se contrair.

A arqueóloga Joyce Marcus chamou este processo de "Modelo Dinâmico" das civilizações antigas (1989). Falando inicialmente da civilização Maia, ela notou que:

"At the peak of each cycle, Maya states were territorially extensive and had a settlement hierarchy of at least four tiers, the upper three of which had administrative functions and were ruled by hereditary lords (Marcus 1976a: 24-25, 46-47). At the low point of each cycle, formerly extensive states had broken down into loosely allied or semiautonomous provinces that sometimes had settlement hierarchies with only three tiers. These provinces were run by hereditary lords who continued to call themselves *batabob* or *th'ul ahaub*, even though the territories they controlled were now much smaller. Because of its repetitive cycles of consolidation, expansion, and dissolution, I referred to this framework as the Dynamic Model" (em Marcus, 1998: 59-60).

Numa extensão de seu artigo original, Marcus sugeriu (1992) que este modelo também se aplicava aos Estados do México Central. Como Monte Albán, a maior expansão de Teotihuacán aconteceu no início de sua história, entre aproximadamente 100 e 600 d.C. Nos séculos seguintes o Estado entrou em declínio e cidades como Tula, Xochicalco e Tlaxcala tornaram-se poderosas. Tula, em particular, tornou-se a capital do Estado Tolteca, o mais poderoso no México Central de então. Por volta de 1150 d.C., no entanto, o Estado Tolteca também entrou em colapso, e muitas de suas famílias nobres emigraram para a Bacia do México.

Depois de um breve período de descentralização um Estado de "terceira-geração" surgiu em Azcapotzalco, na Bacia do México:

"This was the Tepanec state, which by AD 1300 controlled a number of less powerful centers such as Texcoco. The hierarchy of settlements below Azcapotzalco consisted of at least three tiers, with tribute passing from

Teotihuacan (now only a modest town) to the larger town of Huexotla, from there to Texcoco, and then up the line to Azcapotzalco (Gibson 1964; Hodge 1984).

Among the ethnic groups serving as vassals to Azcapotzalco were the Mexica, the people we call the Aztec. In AD 1427 the Mexica lord Itzcoatl allied himself with other disgruntled tribute-paying groups, such as the Texcocans and the Acolhua, and succeeded in overthrowing Azcapotzalco. The Mexica then formed a political and military alliance with Texcoco and Tlacopan to create what might be considered a fourth-generation state that dominated Central Mexico at the time of the Spanish Conquest (Berdan 1982; Bray 1968; Davies 1973; Hodge 1984; van Zantwijk 1985). This state, like others before it, expanded rapidly during its first 90 years; but because of the arrival of Europeans in AD 1519, its development was abruptly truncated, and it never went through “the usual phase of breakdown” (em Marcus, 1998: 73).

Joyce Marcus nos conta que, logo após a extensão de seu modelo ao México Central (1992), outros colegas arqueólogos observaram que este “modelo dinâmico” também podia ser aplicado às suas áreas de pesquisa.

O primeiro Estado da Mesopotâmia, por exemplo, com sua capital em Uruk, lembrava Teotihuacán em alguns aspectos (ver Postgate, 1992; e Algaze, 1993). Embora não saibamos ao certo qual era a extensão de seus domínios, o Estado Uruk pode ter sido maior do que todos os seus sucessores: ele tinha “colônias” fortificadas ao longo do rio Eufrates até a altura da Síria, e enclaves em cidades rurais do leste da Turquia. Após seu colapso, seguiram-se quase sete séculos de competição entre cidades rivais até a região ser reunificada por Sargão da Acádia (por volta de 2350 a.C.). Com a queda da dinastia de Sargão, no entanto, a Mesopotâmia se fragmentou novamente por mais um século, até ser reunificada por Ur, uma região que tinha sido apenas uma província do reino de Sargão.

O mesmo ciclo pode ser observado nos Andes (Moseley, 1992; Alva e Donnan, 1993), como resume Marcus (1998: 61):

“The Moche state, 550 km from north to south – so territorially extensive that some Andeanists consider it an empire – broke down into its constituent provinces, only to see Wari take control in the south. With the collapse of the Wari state came the Chimu, who controlled perhaps 1000 km of Peru's coast until they were overcome by the Inka. In many cases, the region that rose to prominence had once been a subject province of a previous state”.

Por último, o relativamente mais centralizado Egito também mostra ciclos de unificação e colapso (Marcus, 1998: 88):

“They [Os Egiptólogos] see Egypt unified into a pristine state between 3100 and 2600 BC, during Dynasties 0-3 of the Early Dynastic period. A

subsequent period of strong centralized control by the pharaohs during Dynasties 4-8 is known as the Old Kingdom (2600-2150 BC). Dynasties 9-11, on the other hand, are seen as belonging to a period of relative decentralization and provincial autonomy known as the First Intermediate (2150-1950 BC).

Egypt was reunified during Middle Kingdom times (1950-1650 BC). This second-generation state might be compared to Sargon's reunification of Mesopotamia. It broke down during Dynasties 15-17, a period of decentralization known as the Second Intermediate (1650-1550 BC). The rulers of Dynasties 18-20 succeeded in reunifying Egypt into a third generation state during the New Kingdom (1550-1050 BC). That unified state eventually broke down during Dynasties 21-24, known as the Third Intermediate (1050-712 BC). Finally, the Nubians conquered Egypt during Dynasty 25, assembling an even larger state that unified Egypt and Nubia during the Late Period (712-343 BC)".

Este breve tour pelo processo de ascensão das primeiras civilizações gera um possível desafio para a nossa tese. Com exceção dos Reinos do Egito, os Estados antigos discutidos acima muito raramente sobreviveram por mais de 200 anos⁹². Como coloca Carneiro (1991: 185): “grandes unidades políticas, construídas lenta e penosamente, amiúde se fragmentavam *back into their component units*”. Isto vale tanto para Estados fragmentando-se em chefaturas independentes, como para as próprias chefaturas regressando “se não... ao nível das aldeias autônomas... ao menos ao nível de chefaturas menores e mais simples”, como Carneiro afirma ter acontecido repetidamente no Vale do Cauca (ibid). Adverte o autor: “os ganhos de décadas, ou mesmo séculos, podem ser rapidamente perdidos, fazendo o processo de crescimento, amalgamação e consolidação começar tudo de novo” (Carneiro, ibid: 185-186).

Assim, a guerra, apesar de fator necessário para a consolidação de unidades políticas maiores, parece não ser suficiente para garantir a sua estabilidade e o seu ulterior desenvolvimento. Qual ingrediente está faltando? Veremos no próximo capítulo, o penúltimo desta tese.

⁹²“Alguns Estados de grandes dimensões territoriais, como o controlado pela Terceira Dinastia de Ur, podem ter durado somente um século” (Marcus, 1998: 93).

5. Nação

5. 1 A Cultura Entra em Nossa Análise

A tese que apresentamos no capítulo anterior pode ser resumida assim: à medida que a guerra em áreas circunscritas se intensificava, aldeias autônomas formavam alianças entre elas para se proteger dos ataques inimigos. Para liderar as forças armadas das aldeias aliadas, *war lords* eram escolhidos/eleitos. Estes senhores da guerra eram geralmente caciques que, chamados para executar funções de caráter emergencial, viam o seu poder aumentar grandemente. Entretanto, quando as hostilidades paravam e as aldeias voltavam à sua condição normal de autonomia, os *war chiefs* perdiam o seu poder extraordinário⁹³.

No entanto, com:

“each successive war, military leaders tended to enlarge their powers and entrench their position. Moreover, they became increasingly reluctant to surrender these powers when the fighting had stopped. Finally, either through a chief’s peremptory refusal to relinquish his once-delegated war powers, or (less likely perhaps) through the outright conquest of neighboring villages by the chief of the strongest one, the first permanent chiefdoms were established” (Carneiro, 2002: 184).

Assim, para Carneiro nada mais do que (1) pressão populacional em áreas circunscritas, (2) guerra e (3) tempo são necessários para explicar a origem das sociedades hierárquicas⁹⁴. Fundamentalmente, para ele as pessoas cedem a sua autonomia política por uma questão de segurança. É a guerra ou a ameaça da guerra o que legitima os *war chiefs*, que usam o seu sucesso militar para cimentar as suas prerrogativas.

Mas cabe perguntar: será que toda guerra contribui igualmente para o aumento do poder do *war chief*? Afinal, o que determina a intensidade e a duração de uma guerra (ou de uma sequência de guerras), em primeiro lugar? Apenas a pressão populacional

⁹³ Diz Carneiro, por exemplo, sobre o povo Catio do Vale do Cauca (ver nosso capítulo 4): “while election as war chief bestowed on a Catio warrior far more power than he ordinarily enjoyed, this power was of short duration, lapsing once hostilities ceased” (1991: 179).

⁹⁴ “While at times chiefdoms did fragment back to autonomous villages in a recurring cycle of breakdown and reconstituting, in the long run, conquest warfare led in many cases to the formation of larger and more complex chiefdoms... the continuing struggles among larger chiefdoms led to the formation of still larger polities, which, as they grew in size, underwent a corresponding elaboration of their internal structure. The result of these developments was the creation of a political unit large and complex enough to warrant being called a state” (Carneiro, 2002: p. 184-186).

sobre recursos escassos? Será que a guerra entre membros do mesmo povo (ou tribo) é tão intensa quanto a guerra entre povos diferentes?

O exemplo histórico a seguir, fornecido pelo biólogo russo-americano Peter Turchin (2016: 160 ss.), nos ajuda a elucidar algumas destas questões. Nosso estudo de caso é a região que os romanos chamavam de Germânia, uma área no Centro e Norte da Europa que se estendia do Rio Reno até as estepes do que hoje é a Rússia. No início da Era Comum (primeiro século d.C.), a Germânia era habitada por muitas unidades tribais independentes. Cada tribo (conjunto de aldeias autônomas) era “governada” por uma assembleia de homens livres – a *Thing*. Quando um conflito eclodia, a *Thing* elegia um *war chief* que tinha um grau considerável de autoridade, mas somente durante a guerra. Quando os conflitos cessavam, ele tinha que ceder os seus poderes.

Quando o Império Romano em expansão começou a colidir com a Germânia, diz Turchin (p. 161), as coisas começaram a mudar. Na famosa Batalha da Floresta de Teutoburgo, em 9 d.C., três legiões romanas lideradas por Públio Quintílio Varo foram derrotadas pelos alemães, liderados por Armínio. Para derrotar os 20.000 legionários romanos, Armínio formou uma poderosa coalizão tribal que incluía não apenas o seu povo (os Queruscas), mas também muitos outros: os Marsos, Catos, Brúcteros, Cáucos e Sicambros. Só que, diferentemente de como havia sido até então, esta confederação tribal não se desfez após a Batalha de Teutoburgo. Depois de lutar contra os romanos, que invadiram a Germânia em várias ocasiões em retaliação à perda das legiões de Varo, Armínio entrou em guerra com outra poderosa confederação tribal que estava se expandindo a partir do Sudeste, os Suevos, liderados por outro *king-in-the-making*, Maroboduus.

Embora no final nenhum dos dois tenha sido capaz de converter sua posição de senhor de guerra à posição de rei – “quando a pressão militar romana atenuou-se e eles se recusaram a ceder seus poderes, eles foram tratados como são todos os *bullies* nas sociedades igualitárias⁹⁵” –, suas proezas foram passos significativos na construção da complexidade social germânica. Coloca Turchin (2016: 165):

“In 100 BCE, when the Romans first encountered two Germanic tribes, the Cimbri and the Teutones, their “armies” were a swarm of small bands of marauding warriors without much in the way of centralized command structure. One hundred years later, we see temporary tribal alliances such as

⁹⁵ “... Maroboduus... fled into exile, but Arminius met an end that fits particularly well the pattern described by Christopher Boehm in *Hierarchy in the Forest*: he was slain by his own kin when he least expected it” (Turchin, 2016: 162).

those led by Arminius and Maroboduus. The armies wielded by these leaders were much more cohesive forces. According to Tacitus, “the old German unsystematic battle-order and chaotic charges were things of the past. Their long wars against Rome taught them to follow the standards, keep troops in reserve, and obey commands”⁹⁶.

Foi o estabelecimento de uma fronteira romana permanente ao longo do Reno, no entanto (no último quarto do primeiro século d.C.), o que gerou o ímpeto definitivo para a construção das primeiras monarquias germânicas. A pressão militar exercida pelos romanos fez com que as tribos de pequena escala da virada do milênio, como os Queruscos e os Catos, dessem lugar às poderosas confederações tribais do terceiro e quarto séculos d.C., como os Francos, Alamanos e Godos, que começaram a se expandir às custas do envelhecido Império Romano. Na verdade, chamar estas unidades políticas de “confederações” não é apropriado. Sob condições de guerra constante e aguda seleção de grupo, elas evoluíram para chefaturas centralizadas com líderes permanentes que gozavam de um enorme poder sobre os guerreiros subordinados. A antiga divisão entre líderes militares e religiosos⁹⁶ tinha dado lugar aos reis sagrados-hereditários, como a dinastia Merovíngia (dos Francos) e a dinastia Amala (dos Ostrogodos).

Para Turchin o que produziu esta transição não foi apenas a pressão militar de um Estado vizinho (Roma) – como colocaria Carneiro – mas principalmente o fato de que o Império Romano e a Germânia se encontravam numa *fronteira metaétnica*. Turchin criou este conceito (2006: p. 11 e 63) a partir da teoria do “Choque das Civilizações”, de Samuel Huntington (1993), mas o biólogo acredita que a palavra “civilização” não descreve adequadamente grupos históricos como os germanos, celtas e as várias confederações nômades das estepes. Ele prefere chamar estas entidades supranacionais de *comunidades metaétnicas* (das palavras gregas *meta*, “além”, e *ethnos*, “etnia/nação”).

Segundo Turchin (2006: 11), cada comunidade metaétnica está unida por algum tipo de identidade compartilhada, geralmente baseada na religião ou em alguma ideologia. Entretanto, o aspecto mais importante da identidade metaétnica é a linha divisória entre “nós” e “eles”. Uma comunidade metaétnica, ele continua, não pode coalescer até que ela seja confrontada com um “*significantly different other*”. A ascensão da Germânia na fronteira romana é um exemplo disso:

⁹⁶ Os alemães da Idade do Ferro também tinham, além do *war chief* eleito em tempos de guerra, um líder em tempos de paz, chamado de *thiudans*, que se ocupava dos rituais e demais assuntos religiosos e que presidia a *Thing*.

“To recapitulate, when they first came in direct contact in the first century B.C., the religions of the Romans and the Germans were not widely dissimilar variations on the basic Indo-European theme. By A.D. 400, however, the cultural divide deepened into a chasm between civilizations⁹⁷. The two religions stood in sharp ideological opposition to each other. Both provided symbolic “markers” for delineating “us” versus “them.” The cult of Odin, additionally, legitimated the military and political power of the Germanic sacral kings, solidifying previously loose tribal confederations into highly cohesive warrior nations. The frontier between the Romans and the Germans, thus, became a major fault line, similar in its intensity to the Russian-Tatar and American settler-Indian frontiers” (Turchin, 2006: 63).

Já um exemplo moderno seria a formação da “identidade pan-africana”. Antes da conquista da África subsaariana pelos poderes Ocidentais, no século XIX, não havia um sentimento particular de identidade compartilhada na região. Mas as experiências partilhadas da colonização, descolonização e agora a tendência do resto do mundo de tratar a África ao sul do Saara como uma região homogênea contribuíram para a emergência gradual de uma comunidade africana⁹⁸.

Outro conceito muito importante na análise de Turchin (2006: 12) é o de *asabiyya*. Este termo árabe pode ser traduzido como “solidariedade social”, “consciência de grupo” ou “sentimento de propósito compartilhado”, e foi popularizado pela obra *Muqaddimah*, do pensador árabe do século XIV Ibn Khaldun (1377), onde ele é descrito como o elo fundamental da sociedade humana e a força motriz da história. Antecedendo Darwin em muitos aspectos, Khaldun ressaltou que a vida em ambientes difíceis e a luta constante contra outros grupos eliminavam qualquer tribo que carecesse de solidariedade interna, ou *asabiyya*; apenas as tribos mais cooperativas podiam sobreviver nestas condições. Khaldun também notou que a *asabiyya* era uma quantidade dinâmica, que podia aumentar ou diminuir com o tempo. Vivendo no Magrebe, onde ele viu um ciclo recorrente de *state-building* e colapso, Khaldun percebeu que as tribos de pastores do deserto que conquistavam os fazendeiros vivendo ao longo da costa do Mediterrâneo o faziam graças a seu alto nível inicial de *asabiyya*; mas uma vez

⁹⁷ “...beginning with the reign of Constantine (306-337), the Romans converted to Christianity—a monotheistic religion that treated all other beliefs as (at best) an error, and (at worst) devil worship. The religion of the Germans also evolved, and in a direction that increased the distance between them and the Romans...Between A.D. 50 and 200, Odin was transformed into Allfather, the king of gods, and became the patron deity of the new warlords and their retinues... Jesus of Nazareth sacrificed himself to save humanity, whereas Odin sought wisdom and power for himself. Odin’s message was not one of mercy or hope... Odin thrived on war, and could even cause one where none existed. He was a dour, merciless, and deceitful god” (Turchin, 2006: 61-62).

⁹⁸ Vale dizer que esta identidade metatécnica ainda é muito frágil e nem todos os cientistas sociais consideram a África Subsaariana como uma civilização separada (nos termos de Huntington).

estabelecidos, dentro de três ou quatro gerações os antigos pastores perdiam a sua *asabiyya* e tornavam-se suscetíveis a novas incursões do deserto⁹⁹.

No esteio de Khaldun, Peter Turchin coloca (2006: 12) que grupos com alta *asabiyya* surgem nas fronteiras metaétnicas, isto é, nas fronteiras geográficas entre duas comunidades metaétnicas. Nestas fronteiras a competição é muito intensa, especialmente se uma das comunidades for um Império expansionista, o qual exerce enorme pressão militar no povo do outro lado da fronteira. “Na panela de pressão de uma fronteira metaétnica”, diz Turchin (ibid.), “grupos mal integrados desmoronam e desaparecem, enquanto grupos baseados na forte cooperação prosperam e se expandem”.

Além disso, numa fronteira metaétnica a integração de grupos etnicamente similares do mesmo lado da fronteira torna-se mais fácil devido à presença de um “*very different other*”. Em outras palavras, o enorme fosso cultural entre os dois lados da fronteira minimiza as diferenças relativamente pequenas entre os grupos étnicos de um mesmo lado. “Meu argumento central, portanto”, conclui o autor (ibid.), “é que os povos provenientes de fronteiras metaétnicas caracterizam-se por um alto grau de cooperação e capacidade para a ação coletiva”, o que por sua vez lhes permite construir grandes e poderosos Estados.

5. 2 Voltando à Seleção Multinível

No capítulo 4 ignoramos por completo o “dilema da ultrasociabilidade¹⁰⁰”, a saber, a habilidade dos humanos de construir sociedades cooperativas formadas de milhares ou mesmo milhões de pessoas não aparentadas geneticamente (Campbell, 1983; Richerson e Boyd, 1998). Posto de outro modo, ignoramos todos os dilemas de cooperação e coordenação que surgem com o aumento do tamanho e complexidade das sociedades. Como vimos no capítulo 3, é muito difícil construir uma teoria da sociedade com base no pressuposto de que as pessoas sempre se comportam de maneira auto-interessada (o pressuposto do “agente racional”). Para uma sociedade poder existir e funcionar, seus membros devem produzir bens coletivos (por exemplo, defesa), os

⁹⁹ “*Asabiyya* is bred by *umran badawi*, desert habits, or *umran jabali*, mountain habits, and it is undone by *umran hadawi*, urban civilization” (Blackburn, 1990: 74).

¹⁰⁰ Ou “eusociabilidade” (ver Wilson, 2012). Vale lembrar que estamos falando de um dilema do ponto de vista da teoria evolucionária.

quais, por definição, beneficiam todos os membros da sociedade, mesmo aqueles que não incorreram em nenhum custo para produzi-los. Nestas situações, o comportamento “racional” é transferir o ônus da produção dos bens coletivos para outrem. Assim, se todos os membros da sociedade forem auto-interessados, nenhum bem coletivo será produzido, e não haverá uma sociedade, mas apenas uma coleção de agentes racionais. Felizmente, vimos que a teoria da escolha racional não descreve adequadamente as pessoas reais (ver também Bowles e Gintis 2002; Fehr e Gächter 2002). Jogos experimentais como o jogo do ultimato mostram que o comportamento humano é altamente variável (Heinrich et. al., 2004) e que em quase todas as sociedades a maioria das pessoas é motivada não só pelo ganho e pela punição, mas também por *normas sociais* que promovem a cooperação.

Também vimos no capítulo 3 que as sociedades de pequena escala dependem de interações cara-a-cara para sustentar estas normas e a cooperação. Nestas sociedades, as pessoas utilizam uma série de sanções facilmente aplicáveis (como a fofoca) que recompensam o comportamento solidário e punem o comportamento desviante e dominador. Em último caso, elas excluem os dominadores através do ostracismo ou da pena capital. Em sociedades maiores, no entanto, já não é mais possível monitorar a conduta de todos os membros do grupo. Assim, para que as sociedades humanas pudessem ultrapassar a casa das poucas centenas de indivíduos (típica das sociedades de aldeias autônomas), a evolução teve que romper as barreiras impostas pela sociabilidade cara-a-cara.

Aparentemente, este avanço foi alcançado de duas maneiras complementares. Em primeiro lugar, os humanos evoluíram a capacidade de delimitar as fronteiras do grupo com *marcadores simbólicos* (Shaw e Wong, 1989; Richerson e Boyd, 1998). Marcadores como dialeto, língua, roupa, ornamentação e religião permitiram aos humanos determinar se um desconhecido era um membro do grupo ou um estrangeiro e inimigo¹⁰¹.

¹⁰¹ Pode parecer estranho que características como roupa, tabus e religião determinem se você pode ou não confiar em alguém, mas se de alguma forma estes marcadores estiverem correlacionados com algum traço comportamental difícil de observar (como honestidade), a seleção pode favorecer a observação criteriosa destes marcadores (ver McElreath et. al., 2003). Como explica Ara Norenzayan em relação à religião, por exemplo (2013: 60-61): “First, believers ought to cooperate with others who show evidence of *belief* in supernatural monitors—the Big Gods of prosocial religions... However, belief is easy to fake—opening the door to impostors who masquerade as believers who receive group benefits but do not contribute, and worse, exploit the system. Cooperative groups that are invaded by impostors would collapse quickly... Prosocial religious groups therefore are in constant vigilance to identify and weed out impostors who masquerade under a cloak of devoutness to reap benefits from the group. The second condition, then, is that belief ought to be *credible*, backed up by displays that would be hard to fake.

A segunda inovação evolucionária foi a organização hierárquica. Um membro de uma hierarquia só precisa ter uma relação cara-a-cara com $n + 1$ pessoas (ver Turchin e Gavrilets, 2009): o número máximo de subordinados (n) mais um link adicional com o seu superior. Além disso, o crescimento das redes hierárquicas não se realiza através do aumento de n , mas sim através da adição de novos níveis organizacionais. Assim, não há limite para o tamanho total do grupo, contanto que o número necessário de níveis organizacionais seja adicionado.

Turchin e Gavrilets (2009) também nos lembram que as organizações hierárquicas podem consistir não só de indivíduos, mas também de outros tipos de “agentes”, como, por exemplo, aldeias (internamente integradas por interações cara-a-cara). Neste caso, o agente subordinado pode ser uma aldeia e o superior a vila do chefe, onde a linhagem governante reside. Adicionando mais níveis temos chefaturas complexas, Estados de vários tipos, e Impérios. Explica Turchin (2011: 7):

“In other words, lower-level units combined into higher-level units that themselves combined into yet higher level units, and so on. Internal organization of states and empires often reflected this process of multilevel integration, similarly to biological organisms retaining vestiges of their evolutionary history”.

O leitor perceberá que Turchin está aqui fazendo uma analogia com as grandes transições evolucionárias de que tratamos no capítulo 3. O biólogo sugere que, tal como as organelas passaram a cooperar e dividir o trabalho em células eucariontes, estas em organismos multicelulares, e estes em grupos de animais, as aldeias autônomas também passaram a cooperar entre si para poder competir melhor no nível seguinte da complexidade social (e assim por diante). Tal como antes, então, o quadro teórico de que precisamos para avaliar a possibilidade de uma transição evolucionária acontecer é a seleção multinível.

Caso o leitor não lembre, a teoria da seleção multinível investiga a evolução de atributos que têm efeitos divergentes em níveis diferentes da hierarquia biológica ou social. O exemplo paradigmático é o comportamento altruísta, como, por exemplo, lutar para defender a tribo de seus inimigos. Este comportamento aumenta a *fitness* (aptidão) da tribo – sua probabilidade de sobreviver, crescer, e talvez de “se reproduzir” através do estabelecimento de propágulos da tribo no território conquistado –, mas à custa da

When these two conditions are met—that is, when individuals display *credible belief in Big Gods*—greater numbers of true believers are able to trust each other in ever larger social networks, even when no one is capable of monitoring social interactions”.

aptidão dos altruístas individuais. É o balanço, portanto, entre a seleção individual e a seleção de grupo que vai determinar se o altruísmo vai evoluir.

No caso da evolução da complexidade social/cultural, o que vai determinar se as comunidades vão evoluir mecanismos culturais – como a religião – necessários para a integração será, portanto, o balanço entre as forças que recompensam a integração e as forças mais “naturais/básicas” que recompensam a “independência”. Mais uma vez, Turchin clareia (2011: 8):

“... consider obedience to authority. It is a prosocial trait because it promotes military effectiveness and suppresses fissioning tendencies. On the other hand, it imposes costs on individuals, both direct (increases the chances of getting killed on the battlefield) and indirect (allows leaders to gather disproportionate shares of resources). Obedience to authority is a “strong multilevel selection” trait because it increases the fitness of the metacommunity¹⁰², while simultaneously decreasing the fitness at the lower, community level. It promotes the cohesion and capacity for collective action at the empire level, but it is costly for a tribe to adopt this trait, because it surrenders a portion of its resources (tribute or taxes, recruits for the imperial army, corvée labor) and, more generally, autonomy—ability to act in its own interest, which may be at variance with the imperial policy”.

Com isto em mente, exatamente em que contextos podemos esperar que a integração aconteça? Uma variável óbvia é a intensidade da competição:

“I know of no empirical evidence indicating that other selective forces could even approach the intensity of selection (for larger group size and greater social complexity) imposed by warfare” (ibid., p. 5).

E, com efeito, por mais que a pressão da guerra também estimule a mobilização mais eficiente da população e dos recursos produtivos,

“the most direct way to win wars is to have more warriors. According to the saying, attributed variously to Turenne or Napoleon (Keyes 2006), “God favors the big battalions.” It stands to reason that intergroup conflict imposed an intense selection for larger society size”. (ibid., p. 6)

Outra variável – esta não tão intuitiva, mas não menos importante – é a “quantidade de variação cultural” no nível da metacomunidade¹⁰³ versus a quantidade de variação cultural no nível da comunidade. Expliquemos com calma. Vimos no

¹⁰² Não confundir “metacomunidade” com “comunidade metaétnica”. A metacomunidade aqui apenas se refere ao *nível seguinte* da complexidade social, ao nível “além” da comunidade (esta podendo ser uma aldeia ou mesmo uma chefatura – o que importa no raciocínio é a transição).

¹⁰³ Ver nota de rodapé anterior.

terceiro capítulo que a maioria dos biólogos acredita que a seleção de grupo não acontece na prática porque a variação genética entre os indivíduos é sempre maior que a variação genética entre os grupos. Para um gene (que codifique o altruísmo, por exemplo) se fixar num grupo de animais, é preciso que o grupo esteja de alguma forma reprodutivamente isolado, o que segundo estes biólogos não acontece por causa – entre outras coisas – da migração e da exogamia. Mas e se estivéssemos falando da fixação de características culturais, ao invés da fixação de genes? Vimos no primeiro capítulo que a seleção natural pode ser aplicada a qualquer entidade que varie, se reproduza diferencialmente, e gere descendentes similares. A “cultura” não só preenche estes requisitos, como também produz a variação que a seleção de grupo requer. Abaixo Richerson et. al. revisam os mecanismos que diferenciam a evolução cultural da genética (2016: 4-5):

- “1. **Accurate, rapid social learning.** Human cognition includes adaptations for imitation and teaching that allow the cumulative evolution of complex traits, including norms and institutions that regulate social behavior (Tomasello, 1999).
2. **Conformist social learning.** If people tend to differentially copy locally common behaviors, the homogenizing effect of migration will be reduced and group differences will be maintained (Boyd & Richerson 1985).
3. **Coordination payoffs.** If the payoff to any strategy depends on the local frequency of its use, then even subpopulations in identical environments may reach different stable equilibria over time...
4. **Punishment of deviant behaviors.** Punishment of those who engage in uncommon behaviors can stabilize essentially any norm within a group, regardless of its other adaptive consequences (Boyd & Richerson 1992b). Since these norms will often be influenced by historical happenstance, groups will often end up with different sets of morally enforced customs...
5. **Strong prestige bias or one-to-many transmission.** If people learn disproportionately from those who are most prestigious or successful in their local population, then the “effective size” of the cultural population may be small and cultural drift will diversify populations...
6. **Symbolic markers of group boundaries.** As groups differentiate, the importance of learning the locally proper behaviors and customs becomes increasingly important...
7. **Institutional complexity that generates inertia and reduces borrowing.** Institutions are often a complex array of norms organized to solve cooperation dilemmas and navigate the intricacies of coordination. The functioning of complex institutions is highly dependent on tacit knowledge (Aoki 2001). Even in-group members may have an incomplete explicit understanding of how an institution works, and the overall rules driving the institution may be distributed among the norms of various specialized participants. This makes the institution quite opaque to out-groups, limiting the diffusion of institutions between societies.”

Juntos, estes mecanismos produzem uma alta variação cultural *entre os grupos humanos* e minimizam as variações *dentro do mesmo grupo* (ou sociedade), criando

assim as condições para a evolução de comportamentos benéficos ao grupo através da seleção natural. Sem variação, não há como a seleção natural operar, não importa quão forte seja a intensidade da competição. Os Mae Engas da Nova Guiné, por exemplo, exibiam taxas de mortalidade extremamente altas (ver cap. 2), e a guerra entre seus clãs frequentemente levava algumas centenas de pessoas à extinção. Mas tanto o grupo perdedor como o vencedor tinham a mesma cultura: falavam o mesmo dialeto da língua Enga, usavam as mesmas armas, cultivavam os mesmos tubérculos e criavam seus porcos da mesma maneira, etc. Assim, por mais que quase um terço dos homens morresse a cada geração, alguns clãs desaparecessem, e outros expandissem seus territórios, de modo geral ocorriam poucas mudanças na frequência das características culturais, isto é, ocorria pouca evolução cultural.

Agora que já entendemos a importância da heterogeneidade cultural para a evolução da complexidade social, vejamos detalhadamente em quais regiões históricas as nossas duas variáveis-chave – intensidade da guerra e variação cultural – fizeram-se mais presentes.

5. 2. 1 Variação Cultural

Como vimos na primeira sessão deste capítulo, a variação cultural tende a ser maximizada nas fronteiras das chamadas comunidades metaétnicas – entidades supranacionais unidas por algum tipo de identidade compartilhada, geralmente a religião. No mundo pré-industrial também havia, é claro, outros marcadores simbólicos que delimitavam as comunidades – como línguas e dialetos –, mas nenhum deles era tão forte quanto a religião (ver Gat e Yakobson, 2013). Assim, por exemplo, embora houvesse considerável variação cultural entre os franceses do medievo e mais ainda entre os franceses e espanhóis, estas diferenças eram eclipsadas pelo abismo cultural entre a comunidade metaétnica à qual eles pertenciam, a Cristandade Latina, e *Dar al-Islam* (a “casa do Islã”). Deste modo, áreas como as fronteiras cristão-islâmicas da Reconquista da Península Ibérica e a Terra Santa durante as Cruzadas eram caracterizadas por muito mais variação cultural do que, por exemplo, a Borgonha ou a Picardia da França Medieval, que estavam rodeadas por outros grupos cristãos.

Além da religião, diferentes modos de subsistência também constituíam uma importante fonte de variação cultural. No mundo pré-industrial, o contraste entre os

modos de vida se maximizava nas fronteiras entre “o deserto e a semente”, isto é, entre fazendeiros sedentários e pastores nômades. Desta forma, Turchin (2011: 10) sugere que as regiões onde as fronteiras metaétnicas coincidiam com as *steppe frontiers* (onde nômades e fazendeiros viviam em proximidade) exibiam os maiores níveis de diversidade cultural.

5. 2. 2 Intensidade da guerra

Um dos fatores que mais afetam a intensidade da guerra é a tecnologia militar (Gat, 2006), mormente a disponibilidade de armas de ataque à distância. Desta forma, a introdução do arco-e-flecha, da besta, e depois das catapultas e outras armas de cerco repetidamente revolucionaram a guerra (não tratamos aqui da pólvora e das armas modernas, pois nossa análise se limita ao período pré-industrial). A segunda tecnologia mais importante é o uso de armas de metal (bronze e ferro). E em terceiro lugar devemos citar o uso de animais de transporte, especialmente o cavalo: as tropas montadas podem lançar ataques rápidos e fulminantes e se retirar e desaparecer no horizonte com a mesma velocidade.

Turchin (2009, 2011, 2016) nos lembra que estes três componentes tecnológicos (especificamente, ferro, equitação e um arco composto que podia ser usado a cavalo) foram combinados num pacote devastador no início do primeiro milênio a.C., na Grande Estepe Eurasiática. Estamos falando da invenção da arquearia montada por um grupo de nômades iranianos no século IX a.C. (Christian, 1998: 125), a qual tornou-se a “arma de destruição em massa” do pastoreio nômade, espalhando-se rapidamente pelas grandes estepes e aumentando as pressões seletivas sobre os Estados agrários nas fronteiras das estepes. Percebe-se, assim, que estas fronteiras não só eram regiões onde a variação cultural era particularmente alta; elas também eram regiões onde a guerra era particularmente intensa.

Por último, vale dizer que a própria diversidade cultural contribui para o aumento da intensidade da guerra, isto é, há uma razão importante pela qual devemos esperar que a letalidade da guerra seja maior quando povos muito diferentes estão em conflito. Como já mencionamos, o propósito dos marcadores simbólicos é distinguir entre os membros do grupo, com quem se deve cooperar (e certamente não matar), e os

estrangeiros, a quem é permissível matar¹⁰⁴. “A *ubiquitous psychological instrument*”, diz Turchin (2011: 12), “*for aiding such decisions is to define outgroup individuals as not wholly human, or even to deny outright their claim on humanity*”. Os Ianomâmis, por exemplo:

“believe that they were the first, finest, and most refined form of man to inhabit the earth. All other people are inferior . . . explaining their strange customs and peculiar languages. Yanomamo in fact means ‘humanity’, or at least the most important segment of humanity. All other peoples are known by the term *naba*, a concept that implies an invidious distinction between ‘true’ man and ‘sub-human’ man. . . . A foreigner is usually tolerated if he is able to provide the Yanomamo with useful items . . . but apart from that he is usually held with some contempt”¹⁰⁵.

Não é de se espantar, portanto, que a tendência de tratar os adversários como “não-humanos” aumente ao longo da escala da variação cultural e alcance um máximo nas fronteiras das estepes. De fato, há uma abundante literatura em chinês, persa e russo que demoniza os pastores das estepes (Beckwith, 2009). Os chineses, por exemplo, os caracterizavam como bestas: “os bárbaros são uma espécie diferente de nós; são como animais; são os chineses que devem ficar nesta terra; os bárbaros, expulsos”¹⁰⁶. Do ponto de vista de muitos nômades, por outro lado, os fazendeiros eram “comedores de grama”, não muito diferentes de gado (Weatherford, 2004: 92)¹⁰⁷.

Assim, a tendência de ambos os lados da fronteira era desumanizar o outro, o que se refletia na frequência de atrocidades e genocídios cometidos por ambos os lados:

“For the well documented Chinggis Khan campaign in Central Asia (1219–22), our sources are unanimous that this invasion was a calamity on an enormous scale (Wink 1997:13). The Mongols exterminated whole populations of cities such as Samarkand, Merv, and Nishapur (Hoang 2001). Agrarian states often meted out the same treatment to the nomads. After defeating the Jungharian empire in 1755, the Qing administration followed a

¹⁰⁴ Assim, “French and Castilian knights fought wars in which they killed each other, but they also shared a feeling of belonging to the same class of European nobility unified by common religion. Atrocities did happen (for example, when Henry V ordered the slaughter of the surrendered French knights on the field of Agincourt), but the *modus operandi* was to spare the life of a defeated enemy in the hope of obtaining ransom. Indiscriminant slaughter of defeated enemies, on the other hand, was frequent during the Crusades (Megret 2008). Finally, wars against “heathen savages,” for example, the German crusades against the Prussians (Christiansen 1980), were often conducted as campaigns of extermination” (em Turchin, 2011: 12).

¹⁰⁵ Napoleon Chagnon, “Yanomamo social organization and warfare” (1968b: 128-9).

¹⁰⁶ Segundo Spence (2002: 7) o autor desta frase é o nacionalista chinês Wang Fuzhi (1619-1692), que estava se referindo aos conquistadores Manchus.

¹⁰⁷ O Rei dos Xianbei, Toba Tao, uma vez se referiu aos chineses como “um rebanho de potros e bezerros” (Grousset 1970: 62).

policy of deliberate extermination aimed at the whole ethnic group, from the leaders down to simple nomads (Perdue 2005:283-286)” (Turchin, 2011: 12).

5. 3 Discussão: a Origem dos Mega Impérios

A nosso ver, a maior sofisticação do modelo de Turchin frente às teorias trabalhadas ao longo desta tese se deve à inclusão-chave da variação cultural. Para que não restem dúvidas sobre a sua importância, considere estes últimos exemplos. Imagine uma área habitada por grupos culturalmente similares, caracterizados em sua maioria pelo nível de complexidade hierárquica “i” (o ponto de partida podem ser aldeias autônomas ou chefaturas simples ou complexas; a questão principal é se uma transição para o próximo nível acontecerá ou não). Agora, imagine que, graças a alguma combinação de circunstâncias (talvez a ascensão de líderes carismáticos), algumas comunidades consigam se unir, criando assim metacomunidades¹⁰⁸. Por último, imagine também que se desenvolva algum traço cultural que promova a integração no nível da metacomunidade. Este traço cultural vai se generalizar em nossa área hipotética, isto é, haverá evolução “sustentada” da complexidade cultural/social?

Provavelmente não. A seleção natural precisa de variação para operar e neste exemplo haverá muito pouca variação entre quaisquer metacomunidades que possam surgir na área culturalmente homogênea. Ao mesmo tempo, as “forças que justificam a integração” – medidas pela intensidade da guerra – provavelmente não serão grandes o suficiente. Isto porque, embora a guerra possa ser frequente nas regiões culturalmente homogêneas, nelas as consequências da guerra não serão particularmente drásticas: haverá relativamente pouco risco de genocídio ou etnocídio¹⁰⁹ e a perda de independência política será amiúde temporária, porque é provável que a unidade conquistadora se fissione mais cedo ou mais tarde. Como resultado, esperamos da guerra entre sociedades similares o que alguns antropólogos chamam de “*chiefly cycling*” (Anderson, 1996; Marcus, 1998): metacomunidades (e.g., chefaturas complexas) surgem periodicamente, porém, mais cedo ou mais tarde, elas se fissionam e

¹⁰⁸ Novamente, não confundir com comunidades metaétnicas (ver nota de rodapé 102).

¹⁰⁹ “Empirical evidence, although largely of anecdotal kind, suggests that ethnocide and genocide are particularly frequent on civilizational frontiers (Hall 2000, 2001, Turchin 2003). More generally, the review of anthropological evidence by Solometo (2006: 27–30) indicates that cultural distance between groups affects warfare intensity. For example, the Jívaro recognize two different types of armed conflicts: lengthy blood feuds, in which deaths are limited, waged against other Jívaro and “wars of extermination” between neighboring tribes that “speak differently”” (em Turchin, 2011: 12-13).

retornam ao nível da comunidade (e.g., chefaturas simples), e não há evolução sustentada para formas de organização hierarquicamente mais complexas.

Agora considere o outro extremo, o caso das fronteiras das estepes. Aqui, a variação cultural entre as metacomunidades será alta. Algumas serão constituídas de comunidades puramente agrárias, outras exclusivamente de grupos nômades, e outras de uma combinação dos dois (quando, por exemplo, uma tribo de nômades cruza a fronteira e se estabelece como governante de populações agrárias). Nestas fronteiras, elementos culturais serão embaralhados e recombinados, dando origem a novas combinações. Recorrentemente, metacomunidades adquirirão combinações de traços culturais e normas sociais que as transformarão em máquinas militares altamente eficientes. Ao mesmo tempo, a pressão seletiva no nível da metacomunidade será bem intensa, como explica Turchin (2011: 15):

“Consequences of military loss may spell physical extinction of most of the population, when raiding nomads kill some and leave the rest to starve because all their food stores were taken away. It could mean social death, when the surviving population is sold on the slave markets. Finally, it could mean a loss of ethnic identity, when a conquering agrarian state forced conquered nomads to become peasants and assimilate to the winning side”.

Nas fronteiras das estepes, portanto:

“the balance of forces favors the spread of cultural elements that have an integrative function at the metacommunity level. Whereas in areas of lower cultural diversity one or two uplevel transitions exhaust the amount of variation for evolution to work on, on steppe frontiers it is possible to go many steps while retaining sufficient cultural variability between metacommunities” (ibid.)

Em particular, o que estimula estas repetidas transições evolucionárias, continua o autor, é a chamada *mirror empires dynamic*: a ascensão simultânea de um império agrário e uma confederação imperial nômade nos lados opostos da fronteira. Nas duas unidades imperiais, a combinação de unidades etnicamente similares suprime a variação cultural *dentro* dos impérios e enfatiza a variação cultural *entre* eles, a qual ajuda a produzir interações agonísticas que:

“result in an autocatalytic process by which the pressure to scale up polity size (and, thus, military power) is brought on both the farming and nomadic polities. The outcome is a runaway evolution of polity sizes on both sides of the steppe frontier (Turchin, 2009). The scaling-up process operates until each side of the frontier is unified by a huge empire or imperial

confederation, as repeatedly happened on the Inner Asian steppe frontier with China” (Turchin, 2011: 15).

E, de fato, Turchin (2009, 2011) estimou que 90% dos megaimpérios – Estados territoriais que chegaram a controlar uma área superior a um milhão de quilômetros quadrados – que se formaram entre 1500 a.C. e 1700 d.C. começaram próximos do (ou no) cinturão árido que percorre a Afro-Eurásia, do Saara até o Gobi. As exceções incluem um Império no Sudeste Asiático (Khmer), um no Leste Asiático (Ming), um na América do Sul (Inca), e três na Europa: o Romano, o Carolíngio, e a Polônia-Lituânia. Assim, há uma forte associação estatística entre a proximidade com as estepes e o nascimento dos megaimpérios¹¹⁰ (ver mapa e tabela abaixo).

¹¹⁰ Importante dizer que não estamos nos referindo estritamente ao bioma conhecido como estepe. Coloca Turchin (2011: 21): “In order to qualify as a steppe frontier, a region had to satisfy two conditions: (1) it must have an appropriate environment, and (2) there had to be both agriculturalists and pastoralists present. For the first criterion I use the standard classification scheme employed by ecologists (Ricklefs, 2001). These are the *biomes*, or major types of ecological communities. I grouped such biomes as “temperate grassland/desert” and “subtropical desert” into a common category of the “arid zone” (see Table 2). Such biomes as “temperate seasonal forest”, “tropical rain forest”, etc., were grouped together as the “wet zone.” In practice, arid zones are regions in which agriculture is generally impracticable, except along rivers and in oases, while wet zones are generally suitable for agriculture. Thus, the “woodland/shrubland” biome, characteristic of the Mediterranean, is not particularly well supplied with rainfall, but is included into the “wet zone.” World regions that were primarily agricultural, but included large stretches of steppe, I classified as “transitional.” Finally, there is some question as to how alpine biomes, characteristic of the Andes and Tibet, should be classified. I created a separate category for them”.

Turchin: Warfare and Social Complexity

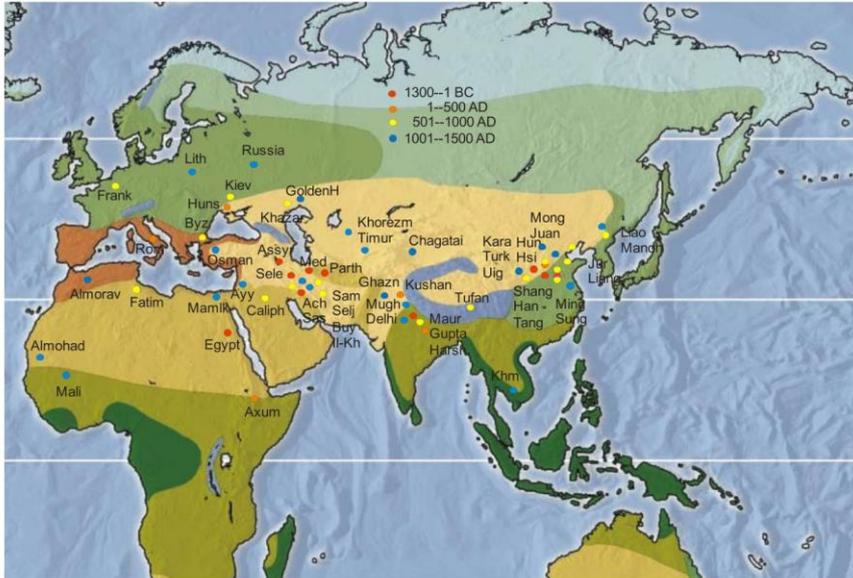


Figure 2. Spatio-temporal distribution of megaempires in Afroeurasia. Background colors indicate major world biomes (the light tan = the steppe). Circles indicate approximate locations where each empire originated.

Structure and Dynamics 4(3), Article 2 (2011)**Table 2.** The influence of the arid zone and horse on frequency of megaempires. Regions without agriculture are included at the end for completeness, but were not used in statistical analyses.

Region	Environment	Transport animal	Megaempires
Iran	Arid zone	horse	8 Median, Achaemenid, Parthian, Sassanid, Samanid, Buyid, Seljuk, Il-Khanid
Afghanistan and Pakistan	Arid zone	horse	6 Kushan, Hephthalite, Ghaznavid, Delhi Sultanate, Mughal
Mongolia (eastern Eurasian Steppe)	Arid zone	horse	6 Hunnu, Juan-Juan, Gok-Turk, Uigur, Hsi-Hsia, Mongol
Turkistan (central Eurasian Steppe)	Arid zone	horse	4 Khorezm, Kara-Khitai, Chagatai, Timurid
Pontic-Caspian (western Eurasian Steppe)	Arid zone	horse	3 Huns (Attila's), Khazar, Golden Horde
North Africa	Arid zone	camel, horse	4 Egypt (New Kingdom), Fatimid, Almohad, Mameluk
Mesopotamia, Syria, and Levant	Arid zone	camel, horse	3 Assyria, Seleucid, Ayyubids
Sahel	Arid zone	camel, horse	2 Almoravid, Mali
Eastern Africa and Arabia	Arid zone	camel, horse	2 Axum, Caliphate
North China	Transitional	horse	4 Shang, Qin/Han, Sui/Tang, Sung
Manchuria	Transitional	horse	4 Liang, Liao (Khitan), Jin (Jurchen), Qing (Manchu)
Balkans and Anatolia	Transitional	horse	4 Macedonian, East Roman (Dominate), Byzantine, Ottoman
Eastern Europe	Transitional	horse	3 Kievan Rus, Lithuania-Poland, Russia
Northern and Western India	Transitional	horse	4 Maurya, Gupta, Harsha (Kanyakubia), Maratha
Tibet	Alpine arid	yak, horse	1 Tufan
Andes	Alpine arid	llama	1 Inca
Western Europe	Wet zone	horse	1 Carolingian
Mediterranean	Wet zone	horse	1 Roman
Eastern China	Wet zone	horse	1 Ming
Indochina	Wet zone	horse	1 Khmer
Central, southern, and eastern India	Wet zone	horse	0
Korea and Japan	Wet zone	horse	0
Southern China	Wet zone	horse	0
Equatorial Africa	Wet zone	none	0
Southern Africa	Arid zone	none	0
Southwestern U.S.	Arid zone	none	0
Mesoamerica	Transitional	none	0
Island SE Asia	Wet zone	none	0
Oceania	Wet zone	none	0
Mississippian	Wet zone	none	0
Amazonia	Wet zone	none	0
Siberia	No agricult.	–	–
Nonagricultural South America	No agricult.	–	–
Nonagricultural North America	No agricult.	–	–
Australia	No agricult.	–	–

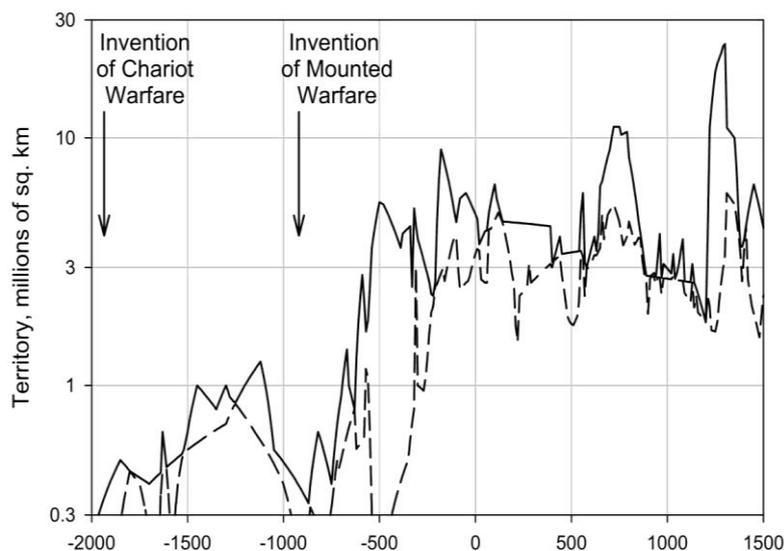


Figure 3. The areas of two largest empires between 2000 BCE and 1500 CE. Note the log-scale for territorial size. The two arrows indicate the invention of chariot warfare in the early II millennium BCE and the invention of mounted archery in the early I millennium BCE.

Mapa, tabela e gráfico tirados de Peter Turchin, “Warfare and the Evolution of Social Complexity: a multi-level selection approach”, *Structure and Dynamics* 4 (3), Article 2 (2011).

Como se vê no gráfico acima, durante o terceiro e o segundo milênios a.C. o tamanho máximo das unidades territoriais flutuou entre 0,3 milhão e pouco mais de um milhão de km² – apenas o Reino Novo do Egito e a Dinastia Shang (China) romperam a barreira de um milhão de km² neste período. Entre 800 e 200 a.C., no entanto, houve um rápido aumento no território máximo: passando de 1,4 milhão de km² em 670 a.C. (Império Neoassírio) para 5,5 milhões de km² em 500 a.C. (Império Persa Aquemênida), e chegando a incríveis nove milhões de km² em 180 a.C. (confederação imperial nômade dos Xiongu, na Ásia Central e do Norte). Como coloca Turchin (2009: 200):

“It is remarkable that this dramatic upsweep in the maximum area coincided almost precisely with the Axial Age (Jaspers 1953), usually dated to 800–200 BCE. After the upsweep of the Axial Age, the maximum imperial size continued to increase, but at a much slower rate. Karl Jaspers himself speculated that the great religious and philosophical breakthroughs of the Axial Age were a response to the political and social instability brought on by the increased pressure from the nomadic steppe dwellers, which, in turn, was due to the military breakthrough of mounted archery¹¹¹.

¹¹¹ “The military superiority of the nomads forced agrarian states to scale up to very large sizes in order to resist the pressure from the steppe. One cultural mechanism for holding together ethnically diverse people in new megaempires was the presence of a unifying, metaethnic (that is, capable of integrating multiethnic populations) ideologies, such as Zoroastrianism in the Achaemenid empire, Buddhism in the Mauriyan empire, and Confucianism in the Han empire” (Turchin, 2009: 201).

We know that the first imperial steppe confederation, that of the Scyths, was instrumental in bringing the end to the neo-Assyrian empire, and that the Achaemenid struggle against the Scyths/Sakai was in many ways similar to the struggle of the Han Empire against the Xiongnu”.

Uma investigação final de duas regiões mundiais – China e Egito – confirma a correlação entre impériogênese e estepes (Turchin e Gavrilets, 2009: 183). A China foi unificada 14 vezes entre a Dinastia Shang (séculos XVI-XI a.C.) e o presente (algumas unificações foram parciais)¹¹². Todas estas uniões – com exceção da dinastia Ming – se originaram no Norte. Em outras palavras, salvo uma exceção, todas as grandes dinastias da China surgiram na fronteira com a Ásia Interior. O outro lado da fronteira viu surgir uma sucessão de gigantescas confederações de povos nômades como os Hunos, os Turcos e os Mongóis.

Já o Egito Antigo foi unificado por dinastias nativas em quatro ocasiões: Período Arcaico (*circa* 3100 a.C.), Reino Antigo (2700 a.C.), Reino Médio (2040 a.C.), e Reino Novo (1570 a.C.). Em todos os quatro casos, as dinastias surgiram no Sul do Egito (Hieracômpolis ou Tebas), uma área que há 5000 anos não estava cercada por um deserto sem vida, mas sim por estepes habitadas por povos pastoris como os Núbios e os Medjais. As estepes só se transformaram em deserto perto do final do primeiro milênio a.C., e a partir de então o Egito nunca mais foi unificado por uma dinastia nativa, mas sim por uma sucessão de governantes estrangeiros. Deste modo, novamente vemos uma correlação espacial e temporal entre as estepes e a formação imperial.

5. 3. 1 E Quanto à Europa Ocidental?

Por mais que os Impérios da Europa Ocidental tenham sido exceções ao padrão de associação entre estepes e formação imperial, eles de modo algum fugiram à regra de que “grandes e poderosos Estados surgem nas fronteiras metaétnicas”. Em meados do primeiro milênio a.C., uma fronteira metaétnica se formou no Mediterrâneo, separando os povos da “civilização mediterrânea” (Gregos, Cartagineses, Etruscos e Latinos) dos Celtas “bárbaros”. “Em muitos aspectos”, dizem Turchin e Gavrilets (2009: 184):

“this was an Ibn Khaldunian kind of a frontier between *umran* (‘civilization’ with cities, literacy, and states) and *al-badw* (literally ‘desert’, but used by Ibn Khaldun more broadly – rural peoples without states and cities). The

¹¹² Da dinastia Shang até a unificação pelo PCC, em 1949. Ver tabela 1 de Turchin (2009).

three great powers of the second half of the first millennium BCE, Macedon, Rome, and Carthage, all formed on this civilizational fault-line. Eventually, one of them, Rome, defeated the others and unified the Mediterranean”.

Já a próxima rodada de Estados surgiu nas próprias fronteiras do Império Romano. Como vimos no início deste capítulo, no início da Era Comum os povos que viviam para além da fronteira do Reno estavam organizados na forma de tribos de pequena escala como os Queruscas, Catos, Brúcteros e Sicambros. A influência transformadora da fronteira romana fez com que estes povos se amalgamassem em grandes confederações tribais como os Alamanos, os Francos e os Burgúndios. Finalmente, um destes povos, os Francos, conquistou os demais e criou uma confederação imperial. Mais tarde, no século VIII, a dinastia mais bem sucedida dos Francos, a Carolíngia, unificou a maior parte da Europa Ocidental.

Por fim, a última sequência de Estados surgiu nas fronteiras do próprio Império Carolíngio (ver Turchin 2006: cap. 7). Quando o Império se enfraqueceu e eventualmente desmoronou, nos séculos IX e X, ele foi invadido pelos Sarracenos no Sudoeste, pelos Vikings no Noroeste, pelos Eslavos no Nordeste e pelos Magiares no Sudeste. Os Estados que se originaram nestas fronteiras, Castela, França, Brandemburgo-Prússia e Áustria, respectivamente, viraram todos Grandes Poderes da Europa.

Um último ponto precisa ser ressaltado. Conquanto nenhum único Império tenha dominado a Europa Ocidental depois dos Carolíngios e seus breves sucessores – o Sacro Império Germânico sob as dinastias Otoniana e Saliana (nos séculos X e XI) –, de certa forma ela continuou “unificada” porque seu “centro” consistia dos Estados sucessores dos Carolíngios, Estados que desenvolveram a sua *asabiyya* continuando a luta centenária dos Francos com seus *very different others*, os Sarracenos islâmicos, os Vikings pagãos, os Eslavos e os Magiares. Assim, “O Império Carolíngio”, termina Turchin (2006: 163-64):

“was the embryonic form of what we now call Western civilization. The main bulk of Latin Christendom, that part of medieval Europe that was Roman Catholic, rather than Orthodox or non-Christian, consisted of the Carolingian successor states (for example, France and the German *Reich*). To this core were added regions that were conquered (Spain and Prussia, for example) or proselytized (for example, Denmark and Poland) from the formerly Carolingian lands. Although never united politically, the inhabitants of Latin Christendom knew that they belonged together in a certain, supranational sense. They were unified by their common faith, headed by the pope in Rome, by shared culture, and by the common language of literature, liturgy, and international diplomacy, Latin. As the historian-medievalist

Robert Bartlett argued in *The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change, 950-1350*, the outsiders were also aware of this metaethnic identity, and called Latin Christians collectively “the Franks” (*Faranga* in Arabic, *Fraggoi* in Greek). The minstrel Ambroise wrote about the First Crusade, “When Syria was recovered in the other war and Antioch besieged, the great wars and battles against the Turks and miscreants, so many of whom were slaughtered, there was no plotting or squabbling, no one asked who was Norman or French, who Poitevin or Breton, who from Maine or Burgundy, who was Flemish or English... all were called ‘Franks’, be they brown or bay or sorrel or white.” Latin Christendom was the direct predecessor of Western civilization, and even the religious schism of the Reformation, despite the rivers of blood that it undammed, turned out to be a quarrel within family. It did not destroy the metaethnic identity whose roots go back to the Carolingians”.

6. Desenvolvimento

6. 1 A Inglaterra como laboratório de análise

Este capítulo é um estudo de caso da teoria da seleção cultural multinível. Vamos mostrar como a formação e o desenvolvimento da nação inglesa (e eventualmente britânica) foram acompanhados de constantes redefinições de inimigos externos, de seus *very different others*.

Na primeira sessão acompanhamos a história das ilhas britânicas das primeiras invasões anglo-saxãs até a Conquista Normanda. Na segunda sessão analisamos a criação do primeiro Império anglo-normando e a “eterna” rivalidade com os franceses. A terceira começa com a centralização de poder sob os Tudors e termina com a consolidação do Reino Unido, no início do século XIX, a qual só pode ser compreendida à luz da batalha secular entre a “nação protestante escolhida” e o “papismo” francês.

6. 2 Dos Invasores Teutônicos à Conquista Normanda

Quando falamos em Conquista, na Inglaterra, geralmente nos referimos à vitória do Duque Guilherme II da Normandia sobre o Rei anglo-saxão Harold Godwinson, na famosa Batalha de Hastings, em 1066. Igualmente, quando os historiadores elevam a Inglaterra à categoria de “primeira nação” europeia, relativamente moderna para os parâmetros da Idade Média, eles estão se referindo à Inglaterra após a Conquista Normanda. Mas não podemos nos esquecer de que esta é na verdade a segunda “etnogênese” inglesa, pois o primeiro Estado-Nação inglês data do século X, quando da primeira unificação anglo-saxã.

Já antes mesmo de os Romanos abandonarem totalmente a *Britannia*, no início do século V d.C., várias confederações tribais germânicas¹¹³ (Jutos, Anglos e Saxões) da costa da Frísia-Dinamarca invadiram e começaram a povoar as ilhas britânicas. Neste processo, vários pequenos reinos eventualmente surgiram em torno de *warlords* e suas comitivas: os 200 anos entre 450 e 650 d.C. viram uma gradual diminuição do número de unidades políticas, à medida que as mais fortes incorporavam as mais fracas. Quando os registros históricos ficam mais claros, a partir do século VII, já podemos testemunhar

¹¹³ Provavelmente já organizadas como chefaturas.

um número reduzido de Reinos Anglo-Saxônicos: temos a famosa Heptarquia formada por Kent, Mércia, Nortúmbria, Wessex, Sussex, Essex¹¹⁴, e Ânglia Oriental.

Ocasionalmente alguns desses reinos se juntavam sob a suserania de um Rei mais poderoso, apenas para se desintegrarem de novo após a morte do conquistador original. No final do século VIII, no entanto, os Reis da Mércia conseguiram formar uma união mais estável entre os reinos do Sul e alguns reinos do Norte. Mas um Reino realmente unificado só seria estabelecido pelos Reis de Wessex um século mais tarde, depois da destruição de Nortúmbria e Mércia pelos Vikings.

Antes de falarmos dos vikings e como eles representaram o papel do *very different other* na construção do Estado Anglo-Saxão, vale a pena apresentarmos uma crucial e mais antiga fronteira metaétnica que ignoramos até agora. Estamos nos referindo aos parcialmente cristianizados celtas e romano-Bretões que, num processo até hoje desconhecido, foram deslocados pelos invasores germânicos. Do nosso ponto de vista, a pressão destes “habitantes originais” constituiu uma força importante para a criação de uma identidade compartilhada entre as tribos germânicas, a identidade Anglo-Saxã. Que a Inglaterra dessa época estava testemunhando uma nova etnogênese já pode ser percebido na obra clássica do monge São Beda, *Historia ecclesiastica gentis Anglorum* (731 [1990]). Como está no título da obra, Beda não achou estranho afirmar, já no primeiro terço do século VIII d.C., que os pequenos Estados anglo-saxões conformavam *um só povo*, um povo inglês. Igualmente, em sua narrativa não há dúvidas sobre quem *não pertencia* ao povo inglês, sobre quem era *diferente*: os celtas do país de Gales e da Cornuália e os escoceses, que nesta época já eram um amálgama de povos originais da “Escócia” (os pictos) e imigrantes da Irlanda¹¹⁵.

Embora alguns autores (e. g., Kumar, 2003; Breuilly, 2005) relativizem a tese de Beda, negando a existência de um povo inglês “unificado” nesta época e afirmando que o monge tinha exagerado as características comuns entre os povos germânicos em virtude de sua submissão a uma só Igreja, baseada na Cantuária, não há dúvida de que estamos falando de sociedades opostas, particularmente pela religião. Até a metade do século VII d.C., a maioria dos anglo-saxões eram pagãos, mas mesmo após a sua conversão eles mantiveram a sua distinção representando a versão da Cristandade que

¹¹⁴ Esses últimos três correspondiam, respectivamente, aos reinos dos Saxões do Oeste, do Sul, e do Leste.

¹¹⁵ Diz Beda (1990: 45) que a Grã-Bretanha era uma região de cinco línguas (sendo o latim a última) e quatro nações: “*English, British, Irish (Scotti –the Irish settlers of Argyll and the western Islands), and Picts*”.

Beda propugnava, em oposição às versões Bretã, Irlandesa e Romana¹¹⁶. De qualquer forma, os celtas nunca conseguiram se organizar de forma a ameaçar seriamente os anglo-saxões e a ameaça viking mostrar-se-ia muito mais determinante para a unificação nacional inglesa.

Como vimos, no século IX os vikings da Noruega e da Dinamarca destruíram os reinos da Mércia e da Nortúmbria. A pressão viking nas terras anglo-saxãs fez com que os reinos sobreviventes se unissem e montassem um grande esforço de resistência. O Rei de Wessex, Alfredo, o Grande (871-899), o primeiro a se autodenominar Rei dos Anglo-Saxões, emergiu como o salvador e campeão dos ingleses, o primeiro monarca de um povo agora unificado. Alfredo não só organizou exércitos e liderou as principais ações defensivas contra os vikings, como também construiu marinhas, erigiu fortalezas, impôs mais extensa taxaço e instituiu nova legislação. Nas próximas décadas seus descendentes expulsariam o restante dos vikings e reconquistariam todas as terras até a fronteira com a Escócia. É por isso que pode-se dizer que o Estado-Nação inglês nasceu em algum ponto por volta da metade do século X¹¹⁷.

A “sofisticação” relativa da nação inglesa a partir do século X foi acentuada por vários historiadores. Richard Abels (1998) fala que na época de Alfredo o inglês antigo já tinha começado a substituir o latim como língua escrita. E o século X teria presenciado um grande aumento da produção literária em inglês: administrativa, legal, clerical, poética, científica, histórica e filosófica. Em relação à sofisticação administrativa, diz Patrick Wormald, importante historiador desse período (1983: 103):

“In the tenth century England was permanently united, politically and administratively: much earlier than France, let alone Spain, Italy or Germany.”

E isto graças aos vikings, pois não fosse a pressão viking, continua Wormald, a Inglaterra poderia perfeitamente ter permanecido uma terra de quatro Estados independentes: Wessex, Mércia, Ânglia Oriental e Nortúmbria.

Já o historiador James Campbell (1995: 39) reforça o papel da Igreja na unificação precoce da Inglaterra. Ele nos lembra que a Inglaterra Central e do Sul já formavam uma única província eclesiástica desde a cristianização dos anglo-saxões, ao

¹¹⁶ De fato, o principal foco do livro de Beda é o conflito entre liturgias concorrentes da Cristandade.

¹¹⁷ O historiador James Campbell (1995: 38) diz que as terras que hoje fazem parte do Norte da Inglaterra trocaram repetidamente de mãos na primeira metade do século X, mas que em 954 o domínio inglês já estava claramente assegurado.

longo do século VII. Mais tarde, no século da unificação (X), a chamada “Reforma Monástica” seria um importante elemento na integração política entre a Mércia e Wessex: o movimento monástico colocaria grande ênfase na unidade nacional.

Estes elementos de união política e religiosa, já no século X, levaram James Campbell a afirmar, com perdoável exageração (2000: 10):

“Let me state a certainty. Late Anglo-Saxon England was a nation state. It was an entity with an effective central authority, uniformly organized institutions, a national language, a national church, defined frontiers (admittedly with considerable fluidity in the north), and, above all, a strong sense of national identity”.

Segundo o historiador, nas vésperas da Conquista Normanda os projetos de cristianização e unificação política dos ingleses já tinham atingido um grau impressionante de sucesso. Instituições administrativas comuns a todo o Reino, como os *shires* (condados) e seus tribunais, estavam bem estabelecidas. E a construção de um sistema nacional de governo continuaria, quase sem interrupção, após a Conquista Normanda, em 1066.

É claro, a Conquista jogou os ingleses dentro de um novo tabuleiro geopolítico, o que é de importância central para o nosso argumento, mas antes de examinarmos esta reconfiguração é importante salientar o alto grau de continuidade entre as instituições pré e pós-conquista. A Conquista não alterou a natureza fundamental das instituições “locais” inglesas – os condados, os tribunais e o poder dos *landlords* que os administravam –, bem como a Igreja e o sistema nacional de taxaço que estavam se consolidando. Em outras palavras, ela não eliminou a sofisticada identificação das elites com as extensas e contínuas instituições que personificavam e reproduziam as ideias da nação inglesa.

Neste sentido, a Conquista “apenas” fortaleceu e (re) centralizou estas instituições. Isto ficou claro com a conclusão do censo histórico conhecido como *Domesday Book*, em 1086 (ver Campbell, 1995: 33). Este livro revelou que a Inglaterra era um Estado altamente organizado, equipado com uma grande rede de agentes, e dotado de avançada economia monetária e capacidade de preparação para a guerra. Mais importante, o censo revelou o elevado nível de sofisticação do sistema de cálculo para a tributação que já imperava na Inglaterra da época. O levantamento do *Domesday Book* provou, por exemplo, que quase toda propriedade rural já era avaliada em termos

de *carucates*¹¹⁸. Assim, o *Domesday Book* mostrou que o país já tinha um potencial de tributação sem paralelo no continente (levando em conta, é claro, o tamanho relativamente pequeno da Inglaterra).

6.3 O Primeiro Império Inglês

Alguns autores (e.g., Reynolds, 1997; Breuille, 2005) questionam a existência de um Estado-Nacional inglês bem estabelecido na virada do segundo milênio, bem como a assertiva de Patrick Wormald (1991: 19) de que o Reino da Inglaterra foi o mais bem sucedido Estado da Idade das Trevas, “*the world’s oldest continuously functioning state*”. Eles citam a nova invasão dos dinamarqueses no início do século XI, que anunciou uma geração inteira de governo dinamarquês, sob o Rei Canuto. E, principalmente, esses autores colocam que a conquista de 1066 produziu a substituição, em menos de uma geração, de toda a aristocracia, levando ao fenômeno bem conhecido na pré-modernidade em que a cultura (e mesmo a língua) dos governantes era diferente da do povo em geral. Como, então, continuar insistindo numa inquebrantável unidade nacional? Como sustentar as afirmações de Patrick Wormald de que a Inglaterra mantém-se unificada desde o século X?

Embora haja exagero na tese da continuidade inquebrantável da nação inglesa, tese encontrada, por exemplo, na historiografia *Whig*¹¹⁹, que descreve a moderna constituição parlamentar inglesa como um desdobramento natural e inevitável da liberdade teutônica importada das florestas da Alemanha há mais de 1000 anos¹²⁰, a pesquisa de Campbell é reveladora, não da existência de um Estado “moderno” com instituições semidemocráticas, mas sim da ideia de Nação, da existência de uma certa *Englishness* desde o fim do primeiro milênio: a existência de uma única *gens*, com leis e costumes comuns, com grande sentimento de identidade étnica compartilhada, e que podia contemplar uma história coletiva preservada em clássicos como a obra de São Beda e a *Crônica Anglo Saxônica*¹²¹.

Portanto, embora a Conquista Normanda tenha certamente abalado a identidade nacional inglesa – uma vez que os ingleses passaram a ser governados por estrangeiros

¹¹⁸ Unidade de medida medieval que equivalia aproximadamente à área que um grupo de oito bois podia arar em um ano.

¹¹⁹ Representada, por exemplo, por William Stubbs e Edward Augustus Freeman.

¹²⁰ Esta provocação é de V. H. Galbraith (1964: 6).

¹²¹ Conjunto de anais em inglês antigo escrito no final do século IX, durante o reino de Alfredo, o Grande.

–, somos da opinião de que os normandos foram muito mais moldados pela identidade nacional inglesa do que o contrário. Em poucas gerações os normandos já estavam falando uma língua muito mais próxima do inglês antigo do que do francês e os mitos e histórias do povo inglês continuaram tão fortes quanto antes (e.g., Gillingham, 1992: 393 ss.; Hastings, 1997: 43; R. R. Davies, 2000: 20). Além disso, a subestrutura do governo inglês sobreviveu à invasão e não houve nada próximo de *colonização*, como os ingleses fariam mais tarde em sua periferia.

Podemos testemunhar essa “renovada identidade inglesa” nos trabalhos de um grupo de historiadores do século XII, em especial Eadmer da Cantuária, João de Worcester, Orderico Vital e Guilherme de Malmesbury. Todos eram monges beneditinos de origem inglesa ou meio-inglesa que aparentemente buscaram reviver o passado inglês (em oposição ao normando) baseando-se, em boa medida, em São Beda e na *Vida do Rei Alfredo* (893), do monge João Asser (ver Southern 1973: 256; e Campbell, 1986: 209). Uma função similar parece ter sido realizada por um grupo de escritores laicos, como Henrique de Huntingdon e Geoffrey Gaimar, também de ascendência inglesa ou normando-inglesa. Sobre eles, diz Adrian Hastings (1997: 44): “*One has a strong sense that in these writers national identity is being re-asserted*”.

Resumindo, a Conquista produziu uma nova “etnogênese”, uma vez que dela surgiu um novo povo, anglo-normando. Desta forma, arriscamos dizer, seguindo Gillingham, Hastings e Davies, que no século XIV, no máximo, já havia um novo Estado-Nacional, uma nova congruência entre povo/cultura e Estado. Testemunha disso é o fato de que em 1362 as funções estatais mais cerimoniais (e, portanto, mais conservadoras) foram revertidas para o inglês, incluindo o discurso do Rei no Parlamento.

Cabe perguntar, agora: quem foram os “*very different others*” neste novo processo de construção nacional, entre a Conquista Normanda e o século XIV? Os normandos acabaram forçando os ingleses a entrar em seu já centenário conflito com os franceses, mas até a véspera da Guerra dos 100 anos a principal fronteira metaétnica na construção da identidade inglesa foi, sem dúvida, a chamada “Franja Celta”, onde os ingleses construíram o seu primeiro Império.

Em *The First English Empire: Power and Identities in the British Isles: 1093-1343*, o historiador galês R. R. Davies (2000) nos conta como a dominação dos escoceses, irlandeses e galeses pela aristocracia anglo-normanda nunca conseguiu eliminar as suas identidades etnonacionais, que se mantiveram fortes e distintas durante

todo esse período. Para o historiador, o sentimento de *Englishness* que estava se aguçando nesse período devia-se menos a desenvolvimentos internos e mais a uma consciência comum de distinção em relação aos “vizinhos bárbaros”. Reiterando o que já havia dito em trabalho anterior (Davies, 1990: 4), o historiador argumenta que a formulação de São Beda sobre o destino do povo inglês numa terra de quatro nações já continha um implícito imperialismo e, neste sentido, ele afirma que a *Historia ecclesiastica gentis Anglorum* foi apenas a primeira de várias mitologias históricas que foram usadas para validar a existência de um suposto “antigo direito inglês” sobre as ilhas britânicas. Um grande exemplo destas mitologias, diz o autor (2000: 41), é a *História dos Reis da Grã-Bretanha* (1136), de Geoffrey de Monmouth. Apesar de originalmente escrita para destacar a contribuição Bretã (Celta) para a história das Ilhas – Monmouth é conhecido pela sua versão da lenda do Rei Artur em que ele é um Bretão que lidera a resistência contra os invasores Saxões –, a *História* de Monmouth foi interpretada por historiadores do século XII como uma apologia à passagem do domínio dos Bretões para os Saxões (ver também Lecki: 1981: 104). Estes autores exaltaram passagens da *História* de Monmouth em que os Galeses são descritos como “bárbaros” e onde os Saxões são celebrados como aqueles que recuperaram a prosperidade que os Bretões haviam originalmente trazido à Ilha: “Os Saxões... se comportaram mais sabiamente. Eles mantiveram a paz..., cultivaram os campos e reconstruíram as cidades e os castelos (Monmouth, [1136] 1966: 284). Assim, o primeiro e mais influente épico da história britânica foi apropriado pelos ingleses como a história de suas proezas: os anglo-saxões descritos como a continuação dos bretões originais.

Por volta de 1180, complementa Gillingham (1995), as fundações do Império inglês nas ilhas britânicas já estavam bem estabelecidas: um “império baseado na riqueza, população e recursos do Sul da Inglaterra e em seu domínio sobre o resto das Ilhas”¹²². No fundo, o próprio sucesso político e militar do Reino de Wessex, quase 300 anos antes, já anunciava essas fundações. Mas a novidade do século XII era a suposição de que agora parte dos súditos do Rei eram bárbaros. Isto porque, não obstante o sucesso da dominação militar inglesa, o Estado inglês nunca introduziu medidas para a efetiva integração das partes “celtas” das ilhas britânicas na sua comunidade política; ele nunca conseguiu (ou quis) integrar à sua nação aqueles habitantes celtas que tiveram suas terras expropriadas e recolonizadas pelos lordes ingleses.

¹²² Gillingham cita H. Kearney, *The British Isles: A History of Four Nations* (1989: 106).

O período por volta de 1180 também foi, no mais tardar, segundo John Gillingham (1995), a época em que os descendentes dos normandos que invadiram a Inglaterra começaram a pensar em si mesmos como ingleses. Não surpreendentemente, diz Gillingham (p. 49), este período coincidiu com o auge do processo que Rees Davies chama de “segunda onda da colonização anglo-saxã ou inglesa”: a migração dos colonos ingleses para o país de Gales, Escócia e Irlanda que começou no final do século XI e que continuaria, com mais ou menos força, pelos próximos 200 anos. Também não surpreendentemente, esta colonização coincidiu com obras que exaltavam a identidade inglesa em oposição à identidade bárbara. Gillingham (1995: 54 ss.) cita o *Influential Deeds of the Kings of England* (1125), do já mencionado Guilherme de Malmesbury, um dos primeiros expoentes do hábito inglês de ler a história como um processo permanente de triunfo da civilização sobre a barbárie. Depois de séculos em que o termo “bárbaro” fora entendido em sentido apenas religioso, Guilherme foi um dos primeiros a reviver a “percepção greco-romano” do termo e a aplicá-la aos celtas. Para Gillingham, esta retomada resultou na complementação da visão cristã do mundo – em que homens e mulheres eram classificados como cristãos ou não-cristãos – por um sistema não-religioso de classificação, em que as pessoas voltaram a ser categorizadas como “civilizadas” ou “bárbaras”: no curso da história britânica esta seria a grande divisão que acompanharia a criação de uma cultura inglesa verdadeiramente imperialista.

O primeiro povo a ser dominado política e militarmente pelos ingleses foram os galeses. Embora os galeses já viessem sofrendo incursões dos vizinhos do Leste desde o período anglo-saxão, foi o Rei Henrique I (1110-1135) que transformou o País de Gales numa quase colônia: ele subjugou os semi-independentes “lordes da marcha”, transformou a cidade de Carmarthen num “Senhorio Real”, e trouxe Flamengos para o condado de Dyfed, transformando a economia agrária do país. Durante a Guerra Civil Inglesa (1135-1154) que se seguiu à morte de Henrique I, os Galeses recuperaram boa parte de sua independência. No entanto, mais tarde Henrique II (1154-1189) mobilizou uma grande expedição que iria, como se dizia na época, “destruir todos os Galeses” (ver Kumar, 2003: 72). O Rei Eduardo I finalmente conseguiu (re) conquistar o País de Gales em 1283, e desde então o herdeiro da coroa inglesa passou a ter o título de Príncipe de Gales. Repetidas rebeliões contra o domínio inglês irromperam nos séculos XIV e XV, e o País de Gales foi formalmente incorporado ao Reino da Inglaterra, Grã-Bretanha e Reino Unido, respectivamente, nos Atos de 1535-1542, 1707, e 1801. Mas a

unificação política subordinada do País de Gales foi concluída de fato em 1536, quando Henrique VIII finalmente “concedeu” a Gales representação parlamentar em Londres, mas em troca da abolição completa da lei galesa (ver Hastings, 1997: 72).

A conquista da Irlanda foi muito diferente do “nítido e linear” caso Galês. Apesar de igualmente justificada pela ideia de que os conquistados eram bárbaros que precisavam ser civilizados (Gillingham, 1993), ela encontrou maior resistência e por muito tempo seu sucesso parecia bem incerto. Em 1177, Henrique II dobrou os Reis irlandeses e outorgou a seu filho João o Senhorio da Irlanda. Quando João tornou-se Rei da Inglaterra, em 1199, o Senhorio se fundiu com o Reino da Inglaterra. As duas entidades permaneceriam formalmente juntas até 1541, mas em meados do século XIII o poder anglo-normando na ilha já estava claramente diminuído¹²³. Mais tarde, a Peste Negra devastou as cidades (onde havia maior presença dos anglos-normandos) e logo os costumes e o gaélico irlandeses voltaram a dominar o país. No final do século XV, o poder de Londres sobre a Irlanda já era praticamente inexistente. Como veremos mais tarde, seria durante as dinastias Tudor e Stuart que a Irlanda efetivamente viraria uma colônia inglesa.

Tais quais os galeses, os escoceses defenderam a sua separação política e nacional durante o período anglo-saxão. Como registrou São Beda, ao norte dos reinos anglo-saxões se falava escocês (gaélico) e picto. Assim, os escoceses tiveram seu processo próprio de *nation-building*: no começo do século XI algo próximo de um Estado-Nação escocês começou a se formar a partir de vários “pequenos reinos” anteriores, e o gaélico substituiu o picto, tornando-se, junto com o latim, uma língua escrita.

Foi Eduardo I, o Conquistador de Gales, que também conseguiu ocupar a Escócia, nos anos de 1290. Entretanto, a Escócia era mais forte e mais distante. Seguiram-se vários anos de Guerra de Independência (1296-1328), onde participaram nomes clássicos como William Wallace e Robert de Bruce. Este último praticamente selou a vitória escocesa ao derrotar os ingleses na famosa Batalha de Bannockburn (1314). Alguns anos mais tarde, o governo escocês afirmou a independência da *Scottorum Nacio* numa carta ao Papa conhecida como Declaração de Arbroath (1320). E, finalmente, em 1327, Robert invadiu o Norte da Inglaterra e forçou os ingleses a reconhecer a sua independência no tratado de Edinburgh-Northampton.

¹²³ Em 1261, o Rei de Desmond Fineen MacCarthy derrotou os Normandos na batalha de Callan.

Os séculos seguintes viram novas tentativas de invasão por parte dos ingleses¹²⁴, bem como alianças entre os reis da Escócia e potências estrangeiras, notadamente a França, para minar o poder inglês. Paralelamente, a Igreja escocesa foi reconhecida como independente pelo Papa e a lei e costumes da Escócia foram desenvolvendo a própria identidade (não obstante o fato de que a influência cultural inglesa nas Terras Baixas da Escócia continuaria alta). Como veremos na próxima sessão, a união dinástica com a Inglaterra em 1603 e a união parlamentar em 1707 não vieram sem dificuldades, e até hoje a identidade nacional escocesa continua forte, como ficou claro na quase vitória do plebiscito pela separação, em 2014.

Assim, podemos dizer que o impacto das invasões inglesas foi determinante não só na construção da *Englishness* como também na produção de sentimentos que podem ser devidamente descritos como nacionalistas nos povos dominados; sentimentos encontrados, por exemplo, na Declaração de Arbroath ou nas afirmações de independência do último Rei de Gales, Gwynedd, nos anos 1270 (ver Powicke, 1953: 421).

A construção da *Englishness* também foi claramente afetada por aqueles que tornar-se-iam seu principal adversário geopolítico depois da Conquista, a saber, os franceses. Isto porque os normandos que conquistaram a Inglaterra a lançaram num centenário conflito com os francos. Muitas vezes se esquece, mas os normandos eram descendentes de exploradores vikings que se aproveitaram de um momento de grande fraqueza do Império Carolíngio – mergulhado numa série de disputas sangrentas entre os sucessores de Carlos Magno – para estabelecer campos mais permanentes nas fozes dos Rios Sena, Somme e Loire, nos anos 840 d.C.. Os vikings usaram estes importantes rios como estradas para pilhar o Reino dos Francos e, segundo Turchin (2006: 147 ss.), a pressão militar viking foi determinante para a consolidação de um novo centro de poder ao redor de Paris: Carlos, o Calvo (843-877), um dos descendentes de Carlos Magno, estabeleceu a Marcha da Neustria¹²⁵ e deu a Roberto, o Forte, Conde de Paris, a missão de organizar a defesa contra os vikings. Nos séculos IX e X Paris viraria uma

¹²⁴ Em 1333, por exemplo, Eduardo III lança uma nova invasão à Escócia, iniciando a Segunda Guerra da Independência.

¹²⁵ A Neustria era a parte mais ocidental do Reino dos Francos, entre a região da Aquitânia e o Canal da Mancha.

efetiva “fortaleza de fronteira” e, em 987, Hugo, da linhagem dos Robertianos, fundaria a dinastia dos Capetos, que governaria a França até o fim do século XVIII¹²⁶.

Foi desse conflito metaétnico que surgiram os normandos. Em 911, o Chefe Viking de Rouen, Rollo, extorquiu de Carlos III uma carta real lhe dando direitos sobre as terras que ficariam conhecidas como Normandia. Teoricamente, com este ato Rollo se tornava vassalo do Rei dos Francos. Todavia, como bem nos lembra Turchin (2006: 149), a homenagem que Rollo prestou ao Rei, bem como a sua conversão ao cristianismo, um ano mais tarde, não passavam de ficção jurídica. Diz um cronista franco da época sobre Rollo: “após virar cristão, sacrificou vários prisioneiros em honra aos Deuses que venerava”¹²⁷. Escreve outro cronista franco: “Rögnvald [pai de Rollo] e seus nórdicos... despovoaram as terras de Hugo (Conde de Paris) entre o Loire e o Sena... outro bando devastou as terras ao longo do Sena”¹²⁸. Não é de estranhar, portanto, que a historiadora Eleanor Searle¹²⁹ tenha dito que os normandos acreditavam encontrar-se em uma “querela sanguínea” com os francos, sabiam muito bem da devastação que estavam infligindo sobre suas terras, e do ódio que isto inspirava.

Estas incursões vikings, alimentadas por novas ondas de colonizadores ao longo do século X, expandiram a Normandia em quase todas as direções. Do outro lado da fronteira, a expansão viking ajudou a consolidar unidades políticas em torno de Anjou, Blois, e, é claro, Paris. No entanto, o poder efetivo dos Condes de Paris – tornados Reis da França – no Continente seria por muito tempo bem menor que o dos normandos, principalmente após a “adição” da Inglaterra ao seu Império.

Aqui vale dizer que a Conquista da Inglaterra não alterou em nada, a princípio, as pretensões normandas no continente. Após consolidar o seu governo na Inglaterra, Guilherme, o Conquistador, passou a maior parte da sua vida na França, lutando contra as forças do condado de Maine, em 1073, os celtas de Brittany, em 1076, os Angevinos (de Anjou), em 1077-8 e 1081, e os “franceses” (Capetos), em 1087 (Ver Snooks, 1997: 283). Tal qual o pai, Henrique I também passou a maior parte da sua vida lutando na França para manter o seu império: em 1106 ele tomou a Normandia do próprio irmão Roberto; mais tarde, reprimiu a revolta do sobrinho Guilherme (1116-1119) e também

¹²⁶ E depois novamente entre 1814 e 1848. Obs: os ramos da dinastia que passaram a governar a partir do século XIV receberam outros nomes, como Valois e Bourbon.

¹²⁷ Em Turchin (2006: 149).

¹²⁸ *Idem*.

¹²⁹ Em *Predatory Kinship and the Creation of Norman Power, 840-1066* (1988).

fez guerra contra os governantes de Anjou, Flandres e da França (Ver Clanchy 1983: 45).

Mas foi no reinado de Henrique II (1154-89) que o poder inglês no continente realmente cresceu. Este reinado marcou a ascensão da dinastia Angevina na Inglaterra, uma dinastia que não era mais inteiramente anglo-normanda, fato este, como veremos abaixo, que representaria uma grande limitação para o Império Angevino. Antes de assumir o trono da Inglaterra, em 1154, Henrique já havia herdado Anjou, Touraine e Maine de seu pai, e a Normandia e a Inglaterra de sua mãe. E com o seu casamento com Leonor da Aquitânia, em 1152, tinha ganhado Poitou, Guiana e Gasconha. Desta forma, quando Henrique adquiriu o trono inglês ele já era senhor de quase metade da França. Com efeito, seu sucesso foi tão grande que durante a segunda metade do século XII a Inglaterra foi o centro de um Império que incluía a parte Ocidental da França, a maior parte de Gales, e o Sudeste da Irlanda; um Império onde a Inglaterra era não só o centro político, mas também econômico, pois seus recursos eram cruciais para a defesa do Império contra os franceses, espanhóis, escoceses e irlandeses (ver Snooks, 1997: 280 ss.).

A limitação, como bem coloca Turchin (2006: 153), era que as classes governantes do Império Angevino provinham de duas nações imperiais diferentes. Mesmo que já falassem dialetos semelhantes e professassem a mesma religião, os normandos e os franceses vinham de lados opostos da fronteira metaétnica do noroeste da França.

Por conseguinte, a configuração do Estado Angevino só podia ser instável, e no final o poder dentro do Estado *tinha* que pender ou para a nobreza francesa ou para a normanda. O impasse acabou se resolvendo quando o Rei Francês Filipe Augusto (1180-1223) conquistou todas as possessões do Império Angevino na França (com exceção da Guiana). No fim, diz Turchin (2006: 153), o sucesso do Estado dos Capetos deveu-se a sua bem sucedida unificação política em torno de seu centro étnico, a população do norte da França. Após a unificação deste centro, a expansão foi rápida. A Normandia e Flandres foram anexadas no norte enquanto a cruzada Albigense deu à França Languedoc, no Sul. Mais tarde, Henrique III (1216-1272) e Eduardo I (1272-1307) tentaram recuperar esses territórios, mas eles falharam e ainda tiveram que reconhecer a soberania francesa sobre a Aquitânia.

A longa Guerra dos 100 anos (1337-1453) marcaria a última tentativa dos reis ingleses de afirmarem seus direitos dinásticos sobre a França. Mas o que importa, aqui,

é que o grande e centenário conflito que ela representou produziu uma nova identidade nacional, uma nova afirmação da *Englishness* (os normandos já haviam sido completamente assimilados) em oposição ao doravante principal *other*, os franceses.

Os historiadores que temos seguido (Wormack, Hastings, Gillingham, Davies, etc.) enfatizam que o chamado “segundo nascimento da nação inglesa” – o primeiro data do período anglo-saxão – já estava definitivamente completo no século XIV. O século XIV viu o estabelecimento do Parlamento com as suas duas Casas (Lordes e Comuns) na forma de um órgão regular de consulta e também na forma mais “inédita” de uma instituição representativa de toda a nação, não obstante a sua óbvia não representatividade social. Este século também viu um grande desenvolvimento da Lei Comum inglesa, esteada num amplo corpo de advogados treinados nos famosos *Inns of Court*, e crescentemente orientados por tratados jurídicos nativos como os de Glanvill (1187) e Bracton (1270) (ver Kumar, 2003: 54), o que, por sua vez, facilitou o processo de centralização e nacionalização da justiça, na medida em que a Lei Comum veio a substituir as leis consuetudinárias locais e o Tribunal do Rei veio a substituir as cortes locais.

Esses processos não coincidiram à toa com a Guerra dos 100 Anos. Como diz Breuilly (2005: 77), a Guerra dos 100 anos é comumente citada como um período de grande explosão nacionalista, tanto na Inglaterra como na França: durante a guerra, os reis ingleses e franceses apelaram aos valores nacionais e se portaram como verdadeiros defensores do território nacional; a Coroa Inglesa ordenou que sermões em apoio à Guerra fossem pregados nas Igrejas; na França, a figura de Joana d’Arc inspirou um genuíno sentimento patriótico; etc.

Sabemos, é claro, que John Breuilly faz parte da tradição “modernista” dos estudos do nacionalismo¹³⁰, que não concorda com essas suposições. Para ele, a Guerra dos 100 anos foi “apenas” mais um conflito dinástico (entre a Casa de Plantageneta e a Casa de Valois), onde os atores principais pertenciam a uma classe governante efetivamente “europeia” e, portanto, incapaz de produzir o desenvolvimento de uma consciência nacional.

Entretanto, há bons indícios de que, mormente na Inglaterra, os séculos XIV e XV viram o estreitamento das relações entre os governantes e seus súditos. Nas guerras

¹³⁰ “Escola” dentro dos estudos do nacionalismo que sustenta que a nação é um fenômeno moderno, pós-revolução francesa. Concordam com Breuilly (1993, 2005) autores como Gellner (1983), Hobsbawm (1990) e Anderson (1983), entre muitos outros.

contra os galeses, escoceses e, principalmente, os franceses, os reis da Inglaterra vieram a depender da força de todos os homens livres, e não mais apenas de seus vassalos feudais. Diz Keeney (1972: 90):

“Common service in warfare made men aware that they were part of something larger than their local community, and stimulated emotional attachment to the king and the country”.

O Arco Longo – o principal responsável pelas vitórias inglesas nas batalhas de Crécy (1346) e Agincourt (1415) – tornou-se uma ferramenta de construção nacional: “absolutamente vital tanto para a construção quanto para a realização do nacionalismo inglês do fim da Idade Média” (Hastings, 1997: 48).

Hastings (1997: 47 ss.) também nos lembra que a segunda metade do século XIV foi a era do estabelecimento de um vernáculo e literatura distintamente ingleses. Foi a idade de Chaucer, cujo Prólogo dos *Contos da Cantuária* (1387) pode ser considerado como “a melhor expressão literária da maturidade nacional que já podia ser encontrada no Renascimento Inglês do século XIV”, um “retrato verdadeiramente horizontal da nação”. Chaucer foi, complementa Turville-Petre (1996: 216), “o primeiro escritor da língua inglesa a explicitamente reclamar o status de poeta nacional”, suficientemente confiante para declarar, no final de seu poema *Tróilo e Créssida* (1385), que seu trabalho superaria a “*so gret diversite in Englissh*”.

Seria difícil compreender o arrojo de Chaucer fora do contexto das grandes vitórias inglesas no continente durante a maior parte da Guerra dos 100 Anos (até os anos 1420 o triunfo final inglês parecia certo). “*The English, like the Scots or the Swiss, were nationalized by the very way they fought while the French were not*”, sugere Hastings (1997: 49). Ele cita May McKisack, que conclui em seu volume sobre o século XIV da *Oxford History of England* (1959: 150) que:

“the most lasting and significant consequences of the war should be sought, perhaps, in the sphere of national psychology... the victories were the victories, not only of the king and the aristocracy, but of the nation”.

John Breuilly (2005) relativiza os argumentos acima reiterando que a Guerra dos 100 anos foi uma guerra entre Coroas, e não entre Nações. Para sustentar a sua argumentação, ele invoca o Tratado de Troyes (1420), que teria deserdado o Delfim, futuro Carlos VII da França, e nomeado Henrique V e seus descendentes como

herdeiros do trono da França, acordo que presumidamente teria sido cumprido já em 1422 se Henrique não tivesse morrido de disenteria, no mesmo ano. Como então, questiona Breuilly (2005: 78), sustentar que o rei da Inglaterra se identificava acima de tudo com o território inglês se ele ao mesmo tempo lutava pelo trono francês? Como interpretar essa guerra essencialmente dinástica como uma guerra nacional?

Sabemos, entretanto, que o fato de Henrique VI ter sido efetivamente coroado Rei da França em 1431 (de acordo com as disposições do tratado) não impediu a maior parte da França de prestar a sua lealdade ao Delfim e de lutar por ele até o fim da Guerra, em 1453. Se a Inglaterra realmente tivesse herdado o trono francês, como ditava o Tratado de Troyes, provavelmente teríamos visto um Império “Multi-Nacional” pouco duradouro, como foi o Estado Angevino, ou como foi bem mais tarde o Império Habsburgo, de Carlos V (1519-58), que se tornou inviável justamente porque ele também continha duas “nações imperiais”: os castelhanos e os austríacos¹³¹.

Portanto, dizer que o rei inglês não podia representar a nação inglesa só porque ele tinha interesses dinásticos na França é um argumento que não se sustenta. Mesmo que – como sugere Sarah Foot (2005) – nesta época o Estado ainda fosse dependente da figura do rei e não pudesse ser imaginado sem as instituições que evocavam a figura do rei (que cobravam impostos por ele, por exemplo), o Estado não era uma mera extensão do rei. Em outras palavras, estamos sugerindo que nos séculos XIV e XV já estava claro que as instituições e aparatos do governo e os oficiais que os administravam estavam trabalhando para uma “autoridade” diferente do rei (mesmo que em seu nome), a saber, a nação.

6. 4 Dos Tudors às Guerras Napoleônicas

Após serem finalmente expulsos da França, em 1453, os ingleses passaram por um período de desunião conhecido como Guerra das Rosas (1455-87). Com o restabelecimento da ordem pelos Tudors, entretanto, reavivaram-se as antigas fronteiras imperiais. Diz Merriman (1995: 111): “se o fim da Idade Média foi um período de divergência na “história britânica”, no século XVI a convergência voltou a inscrever-se na ordem do dia”.

¹³¹ Quando Carlos abdicou, o Império foi pacificamente separado entre as duas nações. A parte espanhola foi para o filho de Carlos, Filipe II, e a parte alemã para o seu irmão Ferdinando I.

Tanto Gales quanto a Irlanda voltaram a sentir o peso das políticas centralizadoras da Inglaterra. No primeiro, estas políticas levaram à execução do grande lorde galês, Rhys ap Gruffydd of Dinefwr, em 1531, e produziram os já referidos Atos da União de 1536 e 1543, que aboliram o Principado de Gales e os “senhorios da marcha” (*marcher lordships*), desta forma tornando Gales e a Inglaterra partes de um único Estado e sistema legal. Na Irlanda, a agressividade inglesa também levou à execução de um grande magnata, o conde Thomas de Kildare, líder de uma rebelião fracassada nos anos 1530, e produziu o Ato da Coroa da Irlanda de 1541, que transformou o país num reino fantoche da Inglaterra. Porém, enquanto a integração com Gales foi razoavelmente bem-sucedida, a tentativa inglesa de tratar a nobreza anglo-irlandesa e gaélica da Irlanda da mesma forma alienou uma classe substancialmente mais poderosa, o que fez com que pelo restante do século XVI a Irlanda continuasse a ser uma terra minada pela guerra – o controle definitivo do Estado Inglês só foi assegurado no fim da Guerra dos Nove Anos (1594-1603).

Enquanto isso, a Escócia mantinha-se independente. O Tratado da Paz Perpétua de 1502 marcou o fim de mais de 200 anos de guerra intermitente entre a Escócia e a Inglaterra e levou ao casamento de Jaime IV com Margarida Tudor, filha de Henrique VII, o que colocou os Stuarts na linha de sucessão dos Tudors, apesar da improbabilidade de um príncipe escocês subir ao trono inglês nesta época. A verdade era que enquanto a *Auld Alliance*¹³² entre a Escócia e a França não fosse desfeita, esperanças mais duradouras de união não seriam logradas. Como era de se esperar, a “paz perpétua” durou muito pouco e a Escócia foi “obrigada” a invadir a Inglaterra quando os Franceses invocaram os termos da *Antiga Aliança*, em 1513. Nas décadas seguintes, as relações entre a Escócia e a Inglaterra continuariam turbulentas e romper a ligação entre o país do Norte e a França seria visto como pré-requisito para a elite inglesa aceitar uma união mais profunda com a Escócia.

No final do governo de Henrique VIII (1509-47) e no começo do reino de Eduardo VI (1547-53), em particular, houve duas ocasiões em que os ingleses tentaram promover a união anglo-escocesa pela força das armas; juntas elas constituem o chamado *Rough Wooing* (“Rude Cortejo”) de Maria da Escócia (1544-5; 1547-50). Com uma rainha infante no trono da Escócia (Maria tinha ascendido ao trono em 1542,

¹³² A aliança data do tratado assinado por João Balliol e Filipe IV contra Eduardo I, em 1295. O tratado estipulava que, caso qualquer um dos dois países fosse atacado pela Inglaterra, o outro deveria tentar invadir o território inglês.

com apenas uma semana de idade) e o príncipe de Gales esperando para herdar o trono de seu pai, Henrique VIII, o potencial para o casamento que celebraria a união dos dois reinos era imenso. Do ponto de vista dos ingleses, o casamento entre Eduardo e Maria criaria uma nova aliança entre a Inglaterra e a Escócia e suplantaria a *Auld Alliance*. Entretanto, a nobreza escocesa rejeitou a oferta de casamento porque ela não tinha nenhum interesse pela união com a Inglaterra; ela sabia muito bem que nesse momento isso significaria a subordinação política a Londres.

Então, em 1544 Henrique VIII invadiu a Escócia. Mas no mesmo ano ele invadiu a França, e esta empreitada teve prioridade. Depois da morte de Henrique, o Lorde Protetor Somerset continuou o “rude cortejo” e, coloca Merriman (1995: 115), os dois anos e meio que vão de Setembro de 1547 a Março de 1550 viram os mais intensos e violentos conflitos anglo-escoceses do século XVI. No entanto, continua Merriman, tudo o que Somerset conseguiu foi um fortalecimento ainda maior da aliança franco-escocesa: em 1548, Maria da Escócia foi mandada à França e prometida em casamento ao Delfim; enquanto isso, as forças francesas impediam que Somerset lograsse muitos avanços na Escócia.

A lição do “Rude Cortejo”, portanto, foi aquela já aprendida pelos três Eduardos durante as guerras do século XIV: mesmo que derrotada inúmeras vezes no campo de batalha, a Escócia parecia invulnerável à conquista. Agora como antes, a explicação dos recorrentes fracassos ingleses em dobrar a Escócia parecia se encontrar na *Auld Alliance*. A Inglaterra teria, portanto, que esperar novos desdobramentos no próprio país do norte para poder expandir o seu Império.

Como em muitos outros países da Europa do Início da Era Moderna, estes desdobramentos tiveram caráter eminentemente religioso. Queremos aqui já avançar a tese de Linda Colley (1992) de que foi o protestantismo que, em última instância, soldou a união das Coroas (e principalmente a união parlamentar, mais tarde); posto de outro modo, quando Jaime VI assumiu as duas coroas, em 1603, ele *tinha* que ser protestante. Há, em particular, dois momentos importantes no século XVI que tornaram isto possível. O primeiro é a própria Reforma Escocesa (1560), quando os chamados Lordes da Congregação – poderosos nobres protestantes num país ainda majoritariamente católico – aproveitaram-se da morte da regente Maria de Guise e do apoio da nova rainha protestante da Inglaterra para formar um novo Parlamento, que repudiou a autoridade do Papa, proibiu a celebração da missa e adotou uma confissão de fé protestante. O outro momento veio em 1567, quando a ainda católica Maria da

Escócia foi forçada a abdicar em favor de seu filho Jaime VI (na época com 13 meses), que seria criado como protestante. A consolidação do trono de Jaime também trouxe a chamada Resolução de 1567 (ver Lynch, 1992: 196), que aprofundou as reformas de 1560 numa direção mais calvinista¹³³.

É claro, tanto a Reforma quanto a Resolução não poderiam ter sido realizadas sem o apoio Inglês. Diz Merriman (1995: 120-22):

“For two-and-a-half centuries, from 1296 to 1548, there had been a long sequence of hostile and often devastating English invasions of Scotland. But in 1560, 1570 and 1573, English armies campaigned north of the Border not as would-be conquerors but as allies of Scotland’s Protestant factions, helping crucially first to drive out Mary of Guise’s French garrisons, and then to defeat the Marian party in the Civil War¹³⁴...In a deeply ironic sense, it can be said that Henry VIII and Somerset did, in what is fatuously described as ‘the long term’, achieve their broad policy aims of 1543 and 1547: the creation of a pro-English Scotland. Also, perhaps, it is due to them that Scotland became Protestant, and that it was soldered into a Great Britain”.

Com o trono de Jaime VI devidamente assegurado, a Reforma Protestante vitoriosa, e a *Auld Alliance* desfeita, a união das Coroas já não era mais tão improvável. Elizabete I era a última descendente de Henrique VIII, e nos últimos anos de vida da Rainha parecia certo que o herdeiro seria, de fato, Jaime, pois Elizabete não tinha tido filhos e Jaime podia reclamar o direito à coroa através de sua bisavó Margarida Tudor, irmã mais velha de Henrique VIII. A união das coroas se deu, com efeito, em 1603, com a morte da Rainha. Mas engana-se quem acha que a união dinástica significou o fim de um ciclo de inimizades entre dois povos que, como vimos ao longo deste capítulo, ocuparam por séculos os lados opostos de uma importante fronteira metaétnica.

Como bem relata a historiadora escocesa Jenny Wormald (1992, 1995), Jaime VI e I¹³⁵ tinha grandes esperanças de formar uma “união perfeita” entre os dois países. Mas inicialmente seus esforços foram em vão, minados pelo mútuo antagonismo entre seus súditos escoceses e ingleses – enquanto os escoceses ainda suspeitavam dos desígnios imperialistas dos ingleses, estes viam os escoceses como um povo rude e pouco civilizado (ver também Russel, 1995: 144-5). Com efeito, do ponto de vista dos ingleses, o fato de um rei escocês estar assumindo o trono da Inglaterra, e não o

¹³³ Diz Lynch (1992: 200-1): “The Assembly set out a programme of reform that included the ratification of the legislation of 1560, better provision of the ministry, new resources and manpower for the parishes, a purge of the teachers in the universities and schools and a closer relationship with parliament”.

¹³⁴ Nos anos 1570 parte considerável da nobreza da Escócia – parte esta com inclinações católicas – resistiu à Resolução Protestante.

¹³⁵ VI na Escócia e I na Inglaterra.

contrário – como teria sido mais natural para o “imperialismo inglês” –, era quase um anátema.

Por outro lado, o sociólogo Krishan Kumar (2003: 132 ss.) afirma que havia vários pontos de convergência que ajudaram a consolidar a União – religião, língua, leis e geografia. Além disso, no século XVII a aristocracia anglo-escocesa, com origens que remontavam à Idade Média, estava se tornando um componente importante da aristocracia dos dois países, constituindo uma “ponte” entre os dois governos. De fato, no século XVII a integração cultural e econômica entre os dois países (com a importante exceção das Terras Altas da Escócia) já era maior do que a integração entre a Inglaterra e as suas outras duas “periferias”, a Irlanda e Gales.

De qualquer maneira, os eventos da chamada Guerra dos Três Reinos (1639-1653), da qual a Guerra Civil inglesa foi, na opinião de muitos historiadores (e.g. Morrill, 1993; Perceval-Maxwell, 1994) um desdobramento, atestam para a incompletude da ideia de Grã-Bretanha no século XVII. Estes historiadores veem a crise da guerra civil como um aspecto de uma guerra maior que foi provocada pelo autoritarismo crescente de Carlos I (1625-49). No entanto, não fossem as particularidades de cada região e a forma como cada uma respondeu a este autoritarismo, a guerra provavelmente não teria escalado às dimensões a que chegou. Por exemplo, é ponto relativamente pacífico que a ação do governo central que mais gerou fúria na Escócia foi a tentativa de Carlos I de unificar as Igrejas dos dois países¹³⁶, ação que resultou na imposição do *English Prayer Book*, o que só reforçou a desconfiança que os escoceses já vinham nutrindo pelo rei desde 1633, quando o rei e o seu novo arcebispo da Cantuária tinham iniciado uma série de reformas anti-calvinistas que tinham como objetivo garantir a uniformidade religiosa¹³⁷. Como se sabe, a insistência no projeto de mudar a governança da Igreja da Escócia culminou na Guerra dos Bispos (1639-41), a qual foi indiretamente responsável pela Guerra Civil na Inglaterra (1642-1651), já que foi a necessidade de custear a supressão da revolta na

¹³⁶ Apesar de os dois países terem passado por uma Reforma Protestante, a Igreja Anglicana conservou mais aspectos da teologia católica. Já a *Kirk* escocesa era presbiteriana e predominantemente calvinista.

¹³⁷ O objetivo era restringir a liberdade de pregadores não-conformistas, insistindo que a liturgia fosse celebrada como descrita no Livro de Oração Comum, reorganizando a arquitetura interna das igrejas inglesas para enfatizar o sacramento do altar e relançando a Declaração dos Escoceses de Jaime, que permitia atividades seculares no *sabbath* (Ver Coward, 2003: 174-5).

Escócia o que obrigou Carlos I a convocar o Parlamento Inglês pela primeira vez em 11 anos¹³⁸.

A Guerra dos Bispos também precipitou as chamadas Guerras Confederadas Irlandesas (1641-1653). As causas de longo prazo deste conflito podem ser encontradas na incapacidade do Estado inglês de assimilar a nobreza nativa da Irlanda – incapacidade esta que, como vimos, tinha resultado na Guerra dos Nove Anos (1594-1603) –, bem como nas odiosas *plantations* do início do século XVII, que envolveram o confisco de terra dos gaélicos católicos e a subsequente colonização desta terra por protestantes da Inglaterra e da Escócia. Mas o que deflagrou a revolta da nobreza gaélica em 1641 foram os desdobramentos das negociações que Carlos I estabeleceu com a aristocracia católica irlandesa para que esta reunisse um exército para ajudá-lo a sufocar a revolta na Escócia; em troca o Rei atenderia a antigas solicitações por maior tolerância religiosa e segurança fundiária. O problema é que o início da mobilização de um exército irlandês pró-Carlos I aumentou ainda mais as suspeitas por parte dos escoceses e ingleses de que Carlos era um tirano com inclinações católicas que queria governar novamente sem seus Parlamentos (na Escócia e na Inglaterra), como havia feito entre 1629 e 1640. Dessa forma, um pequeno grupo de proprietários católicos irlandeses se antecipou a uma possível invasão por parte de seus “inimigos” protestantes e, no que ficou conhecido como a tentativa de *coup d'état* de 1641, tomou vários fortes no norte da Irlanda “em nome do Rei”; após vários meses de caos, o clero e a aristocracia católica irlandesa se juntaram aos rebeldes e formaram a Confederação Católica da Irlanda (1642).

A Confederação Católica foi a governante *de facto* de dois terços da Irlanda até 1649. Durante o seu governo, os confederados proclamaram lealdade a Carlos I e lutaram contra os *Parliamentarians* ingleses e os *Covenanters* escoceses na Irlanda. Antes que o leitor se perca na confusão de lados e partidos que participaram de todos esses conflitos da Guerra dos Três Reinos, os *Covenanters* eram os presbiterianos que tinham assinado, em 1638, o *National Covenant* – o pacto que tinha confirmado a sua oposição à interferência dos reis Stuart nos assuntos da Igreja da Escócia – e que, portanto, participaram das *Bishop Wars* contra Carlos I e mais tarde da Guerra Civil Escocesa (1644-5) contra os *Royalists*, que defendiam o Rei.

¹³⁸ Sobre a relação entre o Rei e o Parlamento, ver nossa dissertação de mestrado (Appel, 2012, sessão 4.3.2).

Ironicamente, após a execução de Carlos I pelo Parlamento inglês, em 1649, parte significativa dos *Covenanters* se comprometeu com a causa do herdeiro Carlos II, pois acreditava que a Escócia sofreria muito sob o governo do Parlamento inglês – o que evidencia as grandes diferenças e inimizades que ainda existiam entre os dois povos. Isto ficou especialmente claro em 1650, quando os *Covenanters* e Carlos II assinaram o Tratado de Breda (1650), segundo o qual Carlos II se comprometia a assegurar a existência de uma Escócia presbiteriana independente da interferência do Parlamento inglês. No entanto, a esperança de uma Escócia “livre” não se concretizou. Os anos seguintes da Guerra dos Três Reinos viram a vitória final de Oliver Cromwell e do Parlamento inglês sobre os *Covenanters*, na Escócia (1651), e sobre os Confederados, na Irlanda (1653) – vale mencionar que a derrota dos Confederados marcou o fim efetivo do poder da nobreza católica na Irlanda, que sofreu mais punições e teve mais terras confiscadas.

A fragilidade das alianças durante a Guerra dos Três Reinos evidencia a fragilidade da União nesta época. Todos os três reinos intervieram uns nos outros. As tropas inglesas e irlandesas foram mobilizadas para impor a vontade de Carlos na Escócia em 1640; os ingleses e escoceses lutaram contra os rebeldes irlandeses em 1641; os irlandeses intervieram na Inglaterra em 1643; já os escoceses invadiram a Irlanda em 1642, e repetidamente invadiram a Inglaterra, em 1640, 1643, 1648 e 1651; sob Cromwell, os ingleses retaliaram com força, subjugando os escoceses e os rebeldes irlandeses entre 1649 e 1653. Foi apenas após todas estas guerras civis que a Inglaterra, a Escócia e a Irlanda passaram a ser governadas (pela primeira vez) como um só país, sob uma única legislação e autoridade executiva, em Londres (ver Kumar, 2003: 131-132).

O legado da Guerra Civil seria longo. Mesmo que o arranjo centralizador de Cromwell tenha terminado com a Restauração da Monarquia, em 1660, a Guerra Civil (ou dos Três Reinos) deixou claro que o futuro da Inglaterra “residia, em boa parte, para além de si mesma” (*ibid.*). Junto com outros eventos – a Reforma Protestante na Escócia, as *Plantations* na Irlanda, a união das Coroas inglesa e escocesa, para não falar dos crescentes assentamentos no Novo Mundo – a Guerra Civil (*ibidem*):

“highlighted the British aspect of the seventeenth century, one that increasingly drew attention away from a purely English self-awareness to a realization of England’s destiny in a larger framework”.

Na segunda metade do século XVII ressurgiu com força, portanto, o projeto inacabado de Eduardo I de criar um Reino Britânico do qual a Inglaterra seria o centro (ver R. R. Davies, 2000). Só que desta vez já se podia antecipar que este Império também englobaria “terras distantes além-mar”. Com o fim das possibilidades de se construir um Império na Europa (os Tudors definitivamente não conseguiram obter o mesmo sucesso dos Plantagenetas na França), abria-se caminho para expansões em outras direções: em direção à América do Norte e ao Caribe no Oeste e, não muito mais tarde, à Índia e à Ásia no Leste.

Aqui vale reiterar o objetivo maior desta seção: mostrar que a unificação desta nova Grã-Bretanha que estava surgindo – que criaria uma nova nacionalidade sobreposta às nacionalidades já existentes¹³⁹ – foi em grande parte tributária da existência de um inimigo em comum (comum às várias nações dentro do Estado Britânico). E este inimigo foi encontrado novamente na figura da França católica, cuja *otherness* era grande e ameaçadora o suficiente para criar um elo entre as ainda muito diferentes nações da Grã-Bretanha (e, a partir de 1801, do Reino Unido).

Começando pela Escócia, é bom lembrar que ainda havia grande divergência entre ela e a Inglaterra nas décadas anteriores à União Parlamentar, em 1707 (ver J. Wormald, 1992, 1996). Por muito tempo os escoceses se ressentiram, por exemplo, da (breve) união forçada sob Cromwell; além disso, a Revolução dos *Covenanters* tinha enraizado o Presbiterianismo na consciência religiosa do país, e nesse sentido a reimposição do Episcopado sob Carlos II, em 1660, também causou grande ressentimento; rebeliões dos *Covenanters* marcaram a paisagem escocesa nas décadas seguintes à Restauração, ao ponto de o Sudeste da Escócia sofrer, na década de 1680, nova ocupação militar e perseguição religiosa.

Assim, não é possível entender a união final, em 1707, sem recurso à ameaça externa. Como argumentam Colley (1992), Pincus (1995) e Robertson (1994, 1995), o que em última instância uniu o destino das duas nações foi a necessidade de defender a herança compartilhada do protestantismo da ameaça de uma reversão católica,

¹³⁹ Se realmente existe, desde o século XVIII, uma nacionalidade “britânica” é um tema polêmico – sendo comum a opinião de que existe um Estado Britânico, mas não uma nação (ver, por exemplo, Crick, 1995: 172-3). Adotamos, no entanto, a posição de Gat (2013: 153-4), que coloca que uma nacionalidade britânica se construiu ao longo do tempo e de certa forma se sobrepôs (sem anular) às nacionalidades já existentes. Mas esta nacionalidade britânica sempre foi mais frágil e totalmente dependente do Império Britânico, tanto que o relativo enfraquecimento deste Império no último século precipitou, particularmente nas últimas décadas, um renascimento do nacionalismo inglês e escocês (ver Kumar, 2003, cap. 8).

especialmente na forma de uma dominação francesa da Europa, mas também na forma de uma insurreição católica (Jacobita) na própria Grã-Bretanha.

Como se sabe, em 1688 as estritas regras de sucessão dinástica foram quebradas e Jaime II foi destronado para que o “flagelo – como a maior parte dos britânicos viam, na época – de um monarca católico fosse evitado” (Colley, 1992: 46). Posto de outro modo, o abertamente católico Jaime II e seu herdeiro Jaime Eduardo foram expulsos para a França para que a coroa pudesse passar para a sua filha protestante Maria e seu marido holandês e calvinista Guilherme de Orange. Igualmente, a incapacidade de Guilherme e Maria, bem como da irmã de Maria, Ana, de produzir herdeiros fez com que o Parlamento inglês passasse, em 1701, o *Act of Settlement*, inviabilizando qualquer católico ou cônjuge de católico de herdar o trono (inviabilizando, assim, os herdeiros Stuart). Foi neste contexto que se deram as negociações entre os Parlamntos inglês e escocês, em 1705-6 (que precederam a união). Mesmo que a causa Stuart ainda fosse forte na Escócia, os dois Parlamntos estavam interessados em assegurar a sucessão protestante (que aconteceria em 1714). Deste modo, os Escoceses garantiram o apoio à sucessão protestante e ainda ganharam em troca acesso aos mercados coloniais ingleses, já antecedendo assim a união aduaneira propriamente dita de 1707.

Foi, portanto, a defesa da causa protestante pelos dois Parlamntos o que garantiu a sucessão em 1714: o Parlamento (agora britânico) preteriu mais de 50 pessoas que tinham laços de sangue mais próximos com a Rainha Ana para chegar ao alemão Jorge Lewis de Hanôver:

“A German with only a smattering of the English language, a plain, middle-aged, uncharismatic man, with no great appeal except the essential one. He was Lutheran, not Catholic” (Colley, 1992: 46).

Com a união, desta forma, facilitou-se a sucessão protestante e a Escócia ganhou um lugar privilegiado no Império que estava nascendo: a Escócia continuaria independente em termos de religião, educação, instituições legais e governo local; ganharia 45 cadeiras na Câmara dos Comuns e 16 na Câmara dos Lordes; e haveria livre comércio entre os dois países, incluindo o comércio com as colônias (ver Robertson, 1995: 34).

A essas vantagens da incorporação, Kumar (2003: 136) adiciona o fato – para ele crucial – de que no fundo a Escócia não tinha tanta escolha porque a Inglaterra nunca admitiria uma Restauração Stuart ao norte da fronteira: “*The prospect of a civil*

war in Scotland accompanied by an English invasion weighed heavily with many in casting their lot for an incorporating union". Todavia, Linda Colley (1992: 72 ss.) colige farta documentação demonstrando que as rebeliões Jacobitas (insurreições em nome da causa Stuart) durante a primeira metade do século XVIII – em 1708, houve uma tentativa de invasão da Escócia por parte de forças francesas “a serviço” de Jaime Stuart¹⁴⁰; em 1715, uma grande rebelião em apoio a Jaime Stuart eclodiu em partes da Escócia e no Norte da Inglaterra; três anos depois, o governo espanhol patrocinou uma malograda invasão; e em 1745, Carlos Stuart, o *Young Pretender*, lançou a última e mais séria invasão, que avançou ao ponto de penetrar Derby, apenas a 200 km de Londres – falharam em última instância porque (1) elas tiveram relativamente pouco apoio da população em geral e (2) porque uma parte substancial da sociedade civil dos dois países – especialmente os comerciantes¹⁴¹ – angariou fundos e até mesmo pegou em armas para defender a ordem dominante (protestante).

Em contraposição à Escócia, Gales abrigava maiores particularidades culturais (como a predominância da língua galesa até o século XIX), mas representava uma “ameaça” menor à nova identidade britânica. Isto porque as distinções culturais do País de Gales não levaram a nenhum movimento importante de separação política ou de afirmação de uma identidade nacional independente. É como se – coloca Jenkins (1998: 214-215) – todo o período de meados do século XVI até o final do século XVIII não tivesse visto nenhuma genuína política galesa. Sabemos, é claro, que esta condição “periférica” de Gales foi conquistada à força no final da Idade Média e no início da Idade Moderna. Como bem nos lembra Roberts (1998: 11), as legislações Tudor de 1536 e 1543, em particular, ao estenderem a lei e administração inglesas a Gales, criaram na prática uma nova entidade constitucional e cultural: a identidade galesa, como nós a conhecemos, é um produto do século XVI (*ibid.*).

E, com efeito, séculos de assimilação cultural, comércio, migração e casamentos entre a Inglaterra e Gales produziram uma “integração mais fácil ao Estado Britânico”. Nas palavras de Kumar (2003: 139-140):

“The eighteenth-century Welsh indeed seem to hold all the key elements of the standard British package: cultural particularism combined with a commitment to the wider British political culture of Protestantism, dynastic loyalism and imperialism... Welsh writers and publicists of the period laid

¹⁴⁰ O filho do rei deposto Jaime II. Também conhecido como o *Old Pretender*.

¹⁴¹ Por causa, em particular, dos interesses econômicos que tinham no Império protestante britânico, tanto mais forte quanto mais fraco fosse o Império comercial francês.

joint claim to the English inheritance of liberty, property and constitutionalism...They were prepared to call themselves equally and simultaneously ‘Welsh’, ‘English’, ‘Britons’ and ‘patriots’...Clearly it was not difficult, in Welsh eyes, to be both Welsh and (new) British, the precise focus depending on particular concerns and contexts”.

Já a Irlanda parecia ser o exato oposto de Gales, a parte mais resistente à integração. Desde o século XVI a Irlanda tinha passado a oferecer *mais*, e não *menos*, resistência à assimilação pelos ingleses e – vale dizer – também pelos escoceses, que participaram integralmente das *plantations*. Entre estas, a importante *plantation* da província de Ulster, no Norte da Irlanda – até a Guerra dos Nove Anos o maior reduto da vida tradicional gaélica no país –, tornou-se no início do século XVII o bastião dos “novos ingleses”, os anglo-escoceses leais à “ordem protestante”. Mais tarde, a conquista Cromwelliana subjugou os últimos lordes gaélicos da Irlanda e estabeleceu novas colônias.

A verdade é que a incapacidade de integração e assimilação da Irlanda como um todo, ao contrário de Gales, se devia em última instância ao fracasso da Reforma Protestante na Irlanda: não só os irlandeses nativos, mas também o grosso da nobreza “velho-inglesa” (os descendentes dos anglo-normandos) mantiveram-se católicos. E, ironicamente, foi a própria resistência à tentativa de Reforma patrocinada pelo Estado Inglês que uniu os nativos com os *Old English*, criando uma nova comunidade metaétnica, os Irlandeses Católicos, que passaram a se definir em profunda oposição aos anglo-escoceses protestantes (ver Hastings, 1997: 80 ss.). Isto ficou visível, por exemplo, durante a época da Revolução Gloriosa (1688), quando o Rei deposto Jaime II encontrou refúgio junto aos irlandeses católicos; igualmente, foi a partir da Irlanda que ele tentou (com o apoio francês) reconquistar a coroa; foi na Irlanda, por último, que ele foi definitivamente derrotado por Guilherme de Orange, na Batalha do Boyne (1690).

Portanto, não surpreende que no século XVIII os apelos irlandeses pela união se limitassem à parte protestante do país. Ironicamente, entretanto, foi da parte protestante que também surgiu, na segunda metade do século, um “primeiro nacionalismo irlandês” (a parte católica tinha sido tão pauperizada que teria que esperar a Era das Revoluções Modernas para cantar o próprio nacionalismo):

“Denied the union they had desired, Irish Protestants up to the mid-eighteenth century still continued to draw the parallel with Scotland and call for Ireland to be included in ‘the family of Britain’...Their calls went unheeded by a British Parliament that saw no immediate need for union and which contained strong commercial interests hostile to Irish competition. Resentful

at English indifference and increasingly conscious of their Irish character, Irish Protestants in the later eighteenth century sought legislative independence from the British Parliament.... Unlikely as that prospect might have seemed at the time, it reminds us that the birthplace of Irish nationalism was in the Irish Protestant culture of the eighteenth century – the culture to which, of course, Jonathan Swift, Edmund Burke and other Irish ‘patriots’ belonged” (Kumar, 2003: 143).

De qualquer maneira, uma possível união parlamentar no século XVIII era complicada porque, como coloca Colley (1992: 8), a invenção da *Britishness* estava estritamente correlacionada com o Protestantismo e a Irlanda era majoritariamente católica:

“Its population were more Catholic than Protestant. It was the ideal jumping-off spot for a French Invasion of Britain, and both its Catholic and its Protestant dissidents traditionally looked to France for aid. And although Irishmen were (and still are) an important component of Britain’s armed forces, and individual Irishmen played leading imperial roles as generals, diplomatists, and pro-consuls, Ireland’s relationship with the empire was always a deeply ambiguous one”.

É neste contexto que devemos entender o Ato da União de 1801. A rebelião católica de 1798 preocupou sobremaneira Londres porque se os católicos ganhassem plenos direitos na Irlanda¹⁴², um possível Parlamento católico irlandês poderia romper com a Grã-Bretanha e se aliar com a França. No meio das Guerras Napoleônicas, isto certamente seria um desastre. Já dentro de um Parlamento unificado com a Grã-Bretanha os católicos nunca seriam maioria (mesmo que mais tarde conquistassem o voto e plenos direitos¹⁴³) e, portanto, não haveria mais risco de aliança com a França.

Os parágrafos anteriores mostraram que as muitas diferenças entre Gales, Escócia e Inglaterra (Irlanda sempre foi um caso ambíguo) puderam ser reconciliadas devido à existência do *Catholic Other*, encontrado na figura da Espanha e, mormente, da França. Como mostra Colley (1992: 20), na Inglaterra e depois na Grã-Bretanha criou-se o “mito” da nação eleita protestante, com uma missão e destino específicos:

“God, Britons were encouraged to believe, watched over them with a particular concern. Nothing in their troubled past had escaped his notice or eluded his influence, for they were special. They had a mission, a distinctive purpose. But they also had, this version of their history taught them, an unvarying enemy. It had been a Catholic who had plotted to blow up James I

¹⁴² O nacionalismo protestante irlandês no século XVIII tinha conquistado independência parlamentar em 1782, mas até 1793 os católicos não podiam votar e na época da rebelião, em 1798, eles ainda careciam de muitos direitos.

¹⁴³ Como aconteceu com o Ato da Emancipação Católica, em 1829.

and his parliament. A Catholic Queen, Henrietta Maria, together with her interfering priests had led Charles I astray and the whole island into war. The would-be tyrant James II had been Catholic, just as those responsible for the St Bartholomew's Day massacre in 1572, or the Irish "massacres" of 1641, or the Great Fire of London in 1666 had, they were assured, been Catholic also. That much of this Protestant version of the past was grossly inaccurate was immaterial. As Ernest Renan once remarked: "Getting its history wrong is part of being a nation"..."

Desta forma, é impossível entender a rivalidade imperial entre a Grã-Bretanha e a França sem levar em conta a religião. Numa série de grandes conflitos – a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-14), a Guerra da Sucessão Austríaca (1740-48), a Guerra dos Sete Anos (1756-63), a Guerra da Independência Americana (1775-83) e as Guerras Revolucionárias Francesas (1793-1815) – a Grã-Bretanha lutou pela sua posição global e pela sua própria sobrevivência contra a França. A França tornou-se o símbolo de tudo o que era odiado e temido numa potência católica, especialmente quando ela era vista empenhada na causa Jacobita dentro da própria Grã-Bretanha. Mas é importante aqui dizer que o ódio à França católica não vinha de questões teológicas – afinal, a teologia anglicana talvez estivesse mais perto da católica do que da calvinista –, mas sim de questões político-culturais inerentes à constituição histórica das duas potências (mais uma vez, inerentes à maneira como elas se enxergavam, mesmo que, parafraseando Colley, sua visão da história fosse "inexata").

É por isso que o sentimento de *otherness* em relação à França pôde resistir à própria ameaça religiosa¹⁴⁴: "*The formal stripping of Catholicism and monarchy from the French state, during the French Revolution, did little to abate a popular Gallophobia that had been deeply ingrained by past fears and rivalries*" (Kumar, 2003, 162). Pelo contrário, de forma ainda mais clara do que durante as insurreições Jacobitas, durante as Guerras Revolucionárias homens de todas as classes e regiões da Grã-Bretanha vieram à defesa da Monarquia protestante (contra o Republicanismo francês)¹⁴⁵. No imaginário dos homens que vieram à defesa da Grã-Bretanha, a França

¹⁴⁴ Na Grã-Bretanha, a derrota final dos Jacobitas na Batalha de Culloden (1746) eliminou qualquer esperança realista de uma restauração Stuart.

¹⁴⁵ Para Linda Colley (1992: cap. 7.), a mobilização de vastos segmentos da sociedade britânica durante as Guerras Napoleônicas contesta a impressão comum de que estas guerras foram travadas essencialmente "*for the sake of property, dominion and the maintenance of the established order, with very little voluntary popular input at home*" (p. 284); isto é, contesta a tese de que nessa época as guerras ainda eram assunto exclusivo da elite. Que havia apoio popular para a causa da "monarquia protestante" ficou claro no chamado *Defence of The Realm Act*, de 1798 (reeditado em 1803), um Ato que requisitou de cada condado, entre outras coisas, detalhes acerca do número de homens fisicamente aptos e da sua disposição de servir nas forças armadas (ver o cap. 7 de Colley para os números relativamente altos de voluntários, maiores ou menores conforme a região). O contexto em que o Ato foi implementado era um

Republicana continuava representando os vícios do Papismo, isto é, continuava abrigando as características consideradas inerentes às culturas católicas: poder arbitrário, absolutismo, dogmatismo, e domínio dos sacerdotes (ver Pincus, 1995: 53-4).

Não poderíamos terminar esta seção e capítulo sem falar de mais um importante fator de coesão da Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX, a saber, o sucesso do seu Império Global. A segunda longa Guerra dos 100 anos (1689-1815) contra a França trouxe aos britânicos recorrentes vitórias militares e navais, com resultados de longa duração na forma de rotas de comércio e territórios conquistados. A Guerra da Sucessão Espanhola (1701-14), por exemplo, deu à Grã-Bretanha Gibraltar, Minorca, Nova Escócia, a Baía de Hudson, Terra Nova, e várias concessões comerciais na América Espanhola. Já a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) legou aos britânicos vastos territórios na América do Norte, no Caribe, na África e na Índia. Mais dramaticamente do que em qualquer período anterior, essas guerras pareciam confirmar a tese de Edmund Burke de que o comércio podia ser *“united with, and made to flourish by war”*¹⁴⁶, a ideia de que *power and profit* andavam de mãos dadas: em tempos de guerra, a proteção naval era indispensável aos mercadores britânicos; em tempos de “paz”, a marinha era necessária para manter os comerciantes estrangeiros longe dos territórios britânicos no além-mar.

Deste modo, durante o século XVIII e boa parte do século XIX a relação entre o interesse mercantil e o interesse “funditário” (que ainda dominava a maior parte da legislatura e do executivo) era de grande complementaridade. Esta relação gerava (Colley, 1992: 99):

“Profits from servicing the war machine; profits as more and more colonies were won; profits from new markets forced open by naval power and treaties; profits from cheaper raw materials and exotic commodities; and a sense of profit, too, because the enemy in all of these wars was France, Britain’s prime commercial competitor. The fact that Britain’s foremost enemy was also perceived, quite correctly, as its chief rival in terms of overseas and internal trade, meant that those who governed Great Britain could usually rely on substantial commercial support in time of war and invasion threats”.

Além da coesão entre a elite, o Império britânico gerava unidade entre as várias nações que compunham a Grã-Bretanha (e, a partir de 1801, o Reino Unido). Pela

de alta ameaça geopolítica, pois desde 1793 a possibilidade de uma invasão francesa era muito grande – houve duas tentativas malogradas de invasão da Irlanda, em 1796 e 1798 (para não falar de uma pequena força expedicionária que desembarcou em Gales, em 1797) – e, portanto, era necessário investigar a qualidade do patriotismo popular.

¹⁴⁶ Em Colley (1992: 71).

primeira vez na história das Ilhas, do século XVIII em diante já não se podia mais falar de um Império, economia, e classe governante ingleses. Particularmente após a perda das colônias americanas, diz Jenkins (1983), as elites da “franja celta” se misturaram com as inglesas ao ponto de se produzir uma genuína e unificada classe governante britânica, que sobreviveria até os dias atuais. Assim, nos 50 anos seguintes à perda das colônias americanas consolidou-se uma nova *upper class*: as anteriormente separadas nobrezas agrárias e elites da Inglaterra, Gales, Escócia e Irlanda se fundiram gradualmente: seus membros casaram-se entre si, adquiriram propriedades ao longo do reino, disputaram cargos tanto dentro das Ilhas como no Império ultramarino, adotaram estilos de vida similares, e se professaram guardiões de uma nova cultura nacional britânica.

Também vale lembrar que o Império britânico sustentou-se, em grande parte, numa genuína economia britânica e revolução industrial britânica (e não inglesa, como se simplifica nos manuais). Já é ponto pacífico que a força propulsora da Revolução Industrial veio não só das indústrias de Lancashire e das Midlands Ocidentais, mas também das fábricas têxteis, minas de carvão e estaleiros de Clydeside (Escócia); das indústrias naval e de linho de Ulster (Irlanda); e das indústrias de ferro, metal e carvão do Sul de Gales (ver Wagner, 1993: 152). E da Escócia também vieram boa parte dos inventores e engenheiros por trás da Revolução: James Watt, Thomas Bell, Alexander Cochrane, para citar alguns. Assim, a Revolução Industrial foi:

“a pan-Britannic achievement. All parts contributed to it – unequally, just as its impact was uneven. But the lines of division, both in terms of causes and effects, were not between England and the Celtic parts. The Industrial Revolution added its vital – perhaps indispensable – contribution to the making of Britain as a unified system. The parts were now more tightly drawn together, the economy confirming – with all the force of material need and interest – the integration already growing apace in the realm of politics, culture and imperial expansion. In the process the configuration changed, some parts rising to a new prominence, others declining. But they were parts of the same system; the people who made and experienced the Industrial Revolution were, whether they were fully aware of it or not, becoming Britons”. (Kumar, 2003: 169)

O Império ultramarino foi igualmente um empreendimento pan-britânico. Quase todos os estudiosos (e.g., Colley, 1992; Armitage, 1997; Kumar, 2003) são da opinião de que, mais do que em qualquer outra “instituição”, no “império além-mar” os ingleses foram igualados ou mesmo superados numericamente pelos Escoceses, Galeses e Irlandeses (juntos). Foi o nobre irlandês e governador-geral da Índia Richard Wellesley,

por exemplo, quem “*led the way in developing the grand viceregal style of the empire, just as his more famous brother Arthur, first duke of Wellington, became the most celebrated of British military heroes*” (Kumar, 2003: 170); os grandes levantamentos estatísticos do Norte e Sul da Índia (1798-1815) foram feitos por um administrador escocês, Francis Buchanan (ver Bayly, 1989: 111); a polícia e o exército imperiais eram desproporcionalmente compostos de “camponeses” das Terras Altas da Escócia, de Ulster e do Sul da Irlanda, para não falar dos indianos e de outros povos coloniais. Em 1830, por exemplo, os escoceses perfaziam 14% do Exército britânico (20% em 1815). Em alguns casos, a presença irlandesa era até mais forte: eles representaram 43% dos novos recrutas em 1830 e quase metade do exército britânico de Bengala entre 1825-50 (ver Bayly 1989: 126; e Devine, 1999: 27).

Os escoceses, mais do que qualquer outro povo, foram a nação proeminente do Império britânico: para eles o serviço imperial se tornou uma grande fonte de “orgulho nacional”. Enquanto os irlandeses estavam melhor representados nos baixos escalões, na metade do século XVIII um em cada quatro oficiais de regimento era escocês¹⁴⁷. Durante o Governo-Geral de Bengala de Warren Hastings (1773-85), por exemplo, os escoceses totalizavam 47% dos “escritores oficiais” em Bengala, e 60% dos chamados “comerciantes livres” (ver Parker, 1985). A razão, coloca Colley (1992: 128 s), era que os escoceses ainda tinham menos possibilidades (do que os ingleses) de ascensão política em “Londres”, e por isso o Império lhes exercia poderosa atração. Mas o mais importante era que o Império fornecia aos escoceses e aos outros povos das Ilhas Britânicas a possibilidade de participar de um *empreendimento comum*, um empreendimento em que os ingleses seriam definitivamente “postos em seu lugar”, reduzidos a uma parte de um todo muito maior. Para citar Colley uma última vez (1992: 144):

“The English had been able to regard the heartland of their first empire, the American colonies, as peculiarly their own, pioneered by their own ancestors . . . In contrast, in terms of those who won it, those who governed it and those who settled it, the Second British Empire would indeed be emphatically British”.

¹⁴⁷ Além disso, em meados do século XVIII um terço dos oficiais da *East India Company* eram escoceses (Bayly, 1989: 134).

Assim, agora que a ameaça da França católica não era mais tão crível¹⁴⁸, era o Império que garantia o sempre necessário *other*: “*The Empire was the key to British unity*”, diz Pittock (1997: 135). Neste novo Império em que os *others* eram o “resto do mundo”, até os sempre ambíguos irlandeses podiam regozijar (como fica claro pela alta participação deles nos empreendimentos coloniais). Já os escoceses, a *outstanding imperial nation*, podiam encontrar no Império a compensação pelo sentimento de inferioridade advindo de sua histórica periferização pelos ingleses.

Para concluir, resta dizer que nos séculos XIX e XX a nação britânica menos “nacionalista” foi, ironicamente, a Inglaterra. Enquanto as outras nações do Reino Unido continuaram expressando vigorosamente a sua identidade para “compensar” o papel sempre dominante da Inglaterra, a Inglaterra viu pouca atratividade no “nacionalismo”. Como bem resume Kumar (2003: 186):

“The English saw themselves as the heirs of the great builders of the past – of Alexander and his empire, of the Romans and their empire. These were creators of whole civilizations, world empires. Their aspirations were thoroughly cosmopolitan”.

¹⁴⁸ Em particular, depois da derrota da França, em 1815, e da emancipação católica no Reino Unido, em 1829.

Considerações Finais

Quando as pessoas começaram a se sedentarizar e competir mais intensamente por território, a guerra entre as tribos tornou-se, se não mais intensa, mais determinante. A derrota agora podia significar a perda de terra cultivável, e levar à inanição. Em casos extremos, uma derrota catastrófica podia significar a destruição de toda uma comunidade. Porque as consequências da derrota na guerra tornaram-se tão graves, as sociedades passaram a sofrer uma grande pressão seletiva para sobreviver melhor à guerra. Algumas tornaram-se mais eficientes, inventando novas armas e táticas de batalha ou aumentando a sua coesão interna, mas a forma mais direta de vencer batalhas era simplesmente aumentar o tamanho da unidade social.

Esta lógica inexorável forçou as aldeias a se combinarem em unidades políticas maiores. Estas uniões podiam assumir a forma de alianças temporárias, confederações mais coesas ou mesmo a forma de chefaturas centralizadas. A mesma lógica evolucionária induziu as chefaturas a se combinarem em unidades ainda maiores, em “chefaturas complexas”. A competição entre estas, por sua vez, deu origem aos primeiros Estados arcaicos, que mais tarde evoluíram para os megaimpérios. Em cada etapa da sequência o maior tamanho era uma vantagem na competição militar com as outras sociedades.

Para viabilizar estas sociedades gigantescas – completamente diferentes dos bandos e das aldeias “naturalmente” cooperativos –, as pessoas tiveram que inventar instituições e *marcadores simbólicos* que possibilitassem a cooperação com estranhos. Houve muita “tentativa e erro” neste processo e os grupos que conseguiram se tornar mais cooperativos acabaram eliminando os grupos menos cooperativos.

E este processo não está acabado. A cooperação ao nível de toda a sociedade é inerentemente frágil e, na ausência de fortes pressões seletivas, pode desmoronar facilmente. Felizmente, hoje “as forças de destruição criativa” se apresentam mais na forma da competição econômica do que da guerra. Mas é inegável, para repetir a citação de Peter Turchin uma última vez, que nenhuma “*selective force could even approach the intensity of selection (for larger group size and greater social complexity) imposed by warfare*” (2011: 5).

Para concluir, vale tecer algumas considerações sobre os vários debates e polêmicas em que tocamos, mas que de certa forma fugiram do escopo central da tese. De fato, cada capítulo contém uma disputa intelectual em seus bastidores. No capítulo primeiro, o debate é entre os simpáticos e os resistentes à transposição do darwinismo às ciências sociais; no segundo, a briga é entre Hobbes e Rousseau; no terceiro, entre a

“sociobiologia do gene egoísta” e os partidários da seleção de grupo; no quarto, o debate é entre as teorias voluntaristas e coercitivas da origem do Estado; no quinto, entre uma visão “etnocentrista” da sociedade e o “narcisismo das pequenas diferenças”, isto é, entre aqueles que acreditam que a competição entre os diferentes é mais intensa e aqueles que defendem que ela é maior entre os iguais; por último, no capítulo seis o debate intelectual subjacente é entre as visões perenialista e modernista da nação, isto é, entre aqueles que pensam que a nação é anterior ao Estado e aqueles que defendem que o Estado cria a nação.

Embora não tenhamos tido a oportunidade de explorar a fundo todos estes debates, esperamos que eles tenham mostrado ao leitor como o estudo das sociedades humanas sob a ótica evolucionária pode ser instigante. Um estudo deste tipo é necessariamente um trabalho multidisciplinar, sobre o longuíssimo prazo, que só faz sentido se apoiado em muita empiria, e que toca em assuntos de interesse universal: a natureza humana, a guerra, a violência e o conflito, a ética, a cooperação e a solidariedade.

Referências Bibliográficas

ABELS, Richard. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Londres: Routledge, 1998.

ADAMS, Robert. *The Evolution of Urban Society*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966.

ALEXANDER, Richard D. The Evolution of Social Behavior. *Annual Review of Ecology and Systematics*, vol. 5, p. 325–384, 1974.

ALGAZE, G. *The Uruk World-System: The Dynamics of Expansion of Early Mesopotamian Civilization*. University of Chicago Press, Chicago, 1993.

ALLAND, A. *Evolution and Human Behavior*. Garden City, NY: The Natural History Press, 1967.

ALLEN, M. W. Hunter-Gatherer Conflict: The Last Bastion of the Pacified Past? In: ALLEN, M.W.; JONES, T.L. (Editors) *Violence and warfare among Hunter-gatherers*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2014.

ALVA, Walter; DONNAN, Christopher B. *Royal tombs of Sipán*. Los Angeles: Museum of University of California, 1993.

ANDERSON, David G. Fluctuations between simple and complex chiefdoms: Cycling in the Late Prehistoric Southeast. In: SCARRY, J. F. *Political Structure and Change in the Prehistoric Southeastern United States*. Gainesville: University Press of Florida, 1996. p. 231-252.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the origins and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1983.

APPEL, Tiago Nasser. *Domando o Leviatã: como compramos a liberdade através dos impostos*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

ARMITAGE, David. Making the Empire British: Scotland in the Atlantic World 1542–1707, *Past and Present*, vol. 155, p.34–63, 1997.

ARKUSH, Elizabeth N.; ALLEN, Mark W. (eds.) *The Archaeology of Warfare: Prehistories of Raiding and Conquest*. Gainesville: University of Florida Press, 2006.

ARKUSH, Elizabeth N. *Hillforts of the Ancient Andes: Colla Warfare, Society, and Landscape*. Gainesville: University Press of Florida, 2011.

ATHENS, J. S. Theory Building and the Study of Evolutionary Process in Complex Societies. In: BINFORD, L.S. (ed.) *For Theory Building in Archaeology*. Nova Iorque: Academic Press, 1977.

AXELROD, Robert. *The Complexity of Cooperation*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.

- BAGEHOT, W. Physics and Politics, No 2. *The Fortnightly review*, 3, p. 452-471, 1868.
- BAILEY, R. et al. Hunting e Gathering in Tropical Rain Forest: Is it Possible? *American Anthropologist*, v. 91, p. 59-82, 1989.
- BAYLY, C. A. *Imperial Meridian: The British Empire and the World 1780–1830*, Londres: Longman, 1989.
- BARTHOLOMEW, G.; BIRDSELL, J. Ecology and the protohominids. *American Anthropologist*, n.55, p. 481-498, 1953.
- BASSO, Keith H. *Western Apache Raiding and Warfare: From the Notes of Grenville Goodwin*. Tucson: University of Arizona Press, 1971.
- BECKWITH, C. I. *Empires of the Silk Road: A History of Central Eurasia from the Bronze Age to the Present*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- BEDE (c. 731). *Ecclesiastical History of the English People*. Tradução de Leo Shirley-Price. Edição e introdução de D. H. Farmer. Londres: Penguin Books, 1990.
- BERNDT, Ronald M.; BERNDT Catherine H. *The World of the First Australians: An Introduction to the Traditional Life of the Australian Aborigines*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- BIRDSELL J. Comment on infanticide. In: LEE, R; DEVORE, I. (ed.) *Man the hunter*. Chicago: Aldine, 1968.
- BLACKBURN, Richard James. *The Vampire of Reason*. Londres: Verso, 1990.
- BLANTON, R. E. *Monte Alban: Settlement Patterns at the Ancient Zapotec Capital*. Nova Iorque: Academic Press, 1978.
- BLICK, J. Genocidal warfare in tribal societies as a result of European-induced culture conflict. *Man*, n. 23, p. 654–70, 1988.
- BLUM, H. F. Uncertainty in Interplay of Biological and Cultural Evolution: Man's View of Himself. *The Quarterly Review of Biology*, v.53, n. 1, 1978.
- BOEHM, Christopher. The Biocultural Evolution of Conflict Resolution Between Groups. In: FRY, Douglas P. (ed.) *War, Peace, and Human Nature*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 168–90.
- BOEHM, Christopher. *Hierarchy in the forest*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.
- BOEHM, Christopher. *Moral origins: The evolution of altruism, virtue, and shame*. Nova Iorque: Basic Books, 2012.

BOEHM, Christopher. Emergency Decisions, Cultural Selection Mechanics, and Group Selection. *Current Anthropology*, vol. 37, p. 763–793, 1996.

BOEHM, Christopher et. al. Egalitarian behavior and reverse dominance hierarchy [and comments and reply]. *Current Anthropology*, v. 34, n. 3, p. 227-254, 1993.

BOSERUP, Ester. *The Conditions of Agricultural Growth*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1965.

BOWLES, S.; GINTIS, H. Homo reciprocans. *Nature*. vol.415, p .125-128, 2002.

BOYD, ROBERT; RICHERSON, PETER J. Punishment Allows the Evolution of Cooperation (or Anything Else) in Sizable Groups. *Ethology and Sociobiology*, vol. 13, p.171–195, 1992.

BREUILLY, John. Changes in the political uses of the nation: continuity or discontinuity? In: SCALES, Len; ZIMMER, Oliver (eds.). *Power and the Nation in European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BREUILLY, John. *Nationalism and the State*. Manchester: Manchester Uni. Press, 1993.

BRIGGS J. *Never in anger*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

BURCH, E. S. Eskimo Warfare in Northwest Alaska. *Anthropological Papers of the University of Alaska*, v. 16, n. 2, p. 1– 14, 1974.

BURCH, Ernest S., Jr.; CORRELL, Thomas C. Alliance and conflict: inter-regional relations in North Alaska. In: GUEMPLE, L. (ed.) *Alliance in Eskimo society*, Seattle: University of Washington, 1972, p. 17-39.

BUSS, D. M. *The Evolution Of Desire: Strategies Of Human Mating*. Nova Iorque: Basic Books, 1995.

CAMERER, Colin. *Behavioral game theory: experiments in strategic interaction*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.

CAMPBELL, D. T. The two distinct routes beyond kin selection to ultrasociality: Implications for the humanities and social sciences. In: D. BRIDGEMAN (ed.). *The Nature of Prosocial Development: Theories and Strategies*. Nova Iorque, Academic Press, 1983. p. 11-39.

CAMPBELL, James. *Essays in Anglo-Saxon History*. Londres: The Hambleton Press, 1986.

CAMPBELL, James. The United Kingdom of England: The Anglo-Saxon achievement. In: GRANT, Alexander; STRINGER, Keith. *Uniting the Kingdom? The Making of British History*. Londres: Routledge, 1995.

CAMPBELL, James. *The Anglo-Saxon State*. Londres: Hambledon, 2000.

CARNEIRO, Robert L. The Chieftdom: Precursor of the State. In: JONES, Grant D.; KAUTZ, Robert R. (ed.) *The Transition to Statehood in the New World*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1981. p. 37-79.

CARNEIRO, Robert L. A theory of the origin of the state. *Science*, vol. 169, p. 733-738, 1970.

CARNEIRO, R. Political Expansion as an Expression of the Principle of Competitive Exclusion. In: COHEN, R.; SERVICE, E. R. (eds.) *Origins of the State*. Philadelphia, PA: Institute for the Study of Human Issues, 1978. p. 205-223.

CARNEIRO, Robert L. *The Muse of History and the Science of Culture*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2002.

CARNEIRO, Robert L. The role of Warfare in political evolution: past results and future projections. In: AUSENDA, G. (ed.) *Effects of War on Society*. Woodbridge: Center for Interdisciplinary Research on Social Stress, 1992.

CARNEIRO, Robert L. The circumscription theory: a clarification, amplification, and reformulation. *Social Evolution & History*, v. 11, n. 2, 2012.

CARNEIRO, Robert. The nature of the chieftdom as revealed by evidence from the Cauca Valley of Colombia. In: RAMBO, A. T.; GILLOGLY K. (eds.) *Profiles in Cultural Evolution*. Ann Arbor: University of Michigan Museum of Anthropology, 1991.

CARNEIRO, R. L. The role of natural selection in the evolution of culture. *Cultural Dynamics*, v. 5, n. 2, p. 113-140, 1992.

CARNEIRO, R. L. *Evolutionism in Cultural Anthropology*, Boulder: Westview press, 2003.

CHAGNON, Napoleon. *Nobres Selvagens: minha vida entre duas tribos perigosas, os Ianomâmis e os antropólogos*. São Paulo: Três Estrelas, 2014 (2013).

CHAGNON, Napoleon A. *Yanomamo: the fierce people*. Nova Iorque: CBS College Publishing, 1983 (1968).

CHAGNON, Napoleon. Yanomamo social organization and warfare. In: FRIED, M. H.; MURPHY, R. (eds.) *War: The anthropology of armed conflict and aggression*. Garden City, NY: Natural History, 1968b. p. 109-159.

CHAGNON, N. A. The Culture-Ecology of Shifting (Pioneering) Cultivation among the Yanomamö Indians. In: *Proceedings of the VIII International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences (Tokyo and Kyoto, 1968)*. Vol. 3, pp. 249-255, Tokyo: Science Council of Japan. 1968a.

CHAGNON, Napoleon et. al. Lethal coalitionary aggression and long-term alliance formation among Yanomamö men. In: *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 111, n. 47, p. 16662-16669, 2014.

CHILDE, Gordon V. *Man Makes Himself*. Londres: Watts, 1936.

CHILDE, Gordon V. *What happened in history*. Harmondsworth: Penguin Books, 1942.

CHOI, Jung-Kyoo; BOWLES, Samuel. The Coevolution of Parochial Altruism and War, *Science* 318, 26 (2007), p. 636–640.

CHRISTIAN, D. *A History of Russia, Central Asia, and Mongolia*. Oxford: Blackwell, 1998.

CLANCHY, M.T. *England and its Rulers, 1066–1272: Foreign Lordship and National Identity*. Londres: Collins, 1983.

COLLEY, Linda. *Britons: Forging the Nation, 1707-1837*. New Haven: Yale University Press, 1992.

COWARD, Barry. *The Stuart Age*. Londres: Longman, 2003.

CRICK, Bernard. The sense of identity of the indigenous British. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 21, n. 2, p. 167-182, 1995.

DAMAS, D. The Copper Eskimo. In: BICCHIERI, M. G. (ed.) *Hunters and Gatherers Today*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. pp. 3–50.

DARWIN, C. *Autobiography of Charles Darwin*. Londres: Watts, 1929.

DARWIN, C. *The Origin of Species* (original 1859). Londres: Oxford University Press, 1951.

DARWIN, C. *The descent of man and selection in relation to sex*. Nova Iorque: Appleton, 1871.

DAVIES, R. R. *Domination and Conquest: The Experience of Ireland, Scotland and Wales 1100–1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DAVIES, R. R. *The First English Empire: Power and Identities in the British Isles, 1093–1343*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DAWKINS, Richard. *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press, 1976.

DE LAGUNA, F.; MCCLELLAN, C. Ahtna. In: HELM, J. *Vol. 6 of Handbook of North American Indians*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1981. pp. 641– 663.

DENNEN, Johan M. G. Van der. *The Origins of War: the evolution of a male-coalitional reproductive strategy*. Groningen: Origin Press, 1995.

DEVINE, T. M. *The Scottish Nation: A History, 1700–2000*. Nova Iorque: Viking, 1999.

DE WAAL, Frans. *Good natured: the origins of right and wrong in humans and other animals*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

DIAKONOV, I. M. (ed.) *Ancient Mesopotamia*. Moscou: Nauka, 1969.

DIAMOND, Jared. *The Third Chimpanzee: the evolution and future of the human animal*. Nova York: Harper Perennial, 2006 (1991).

DICKEMANN, Mildred. Female infanticide, reproductive strategies, and social stratification. In: CHAGNON, N.; IRONS, W. (eds.) *Evolutionary Biology and Human Social Behavior*. North Scituate, MA: Buxbury Press, 1979. p. 321-367.

DOBZHANSKY, T. Heredity, Environment, and Evolution. *Science* (Washington), v. 111, p. 161-166, 1950.

DOOLITTLE, William. *Canal Irrigation in Prehistoric Mexico: The Sequence of Technological Change*. Austin: University of Texas Press, 1990.

DRAPER, Patricia. The Learning Environment for Aggression and Anti-Social Behavior among the !Kung (Kalahari Desert, Botswana, Africa). In: MONTAGU, Ashley (ed.). *Learning Non-Aggression: The Experience of Non-Literate Societies*. Nova Iorque: Oxford University Press. 1978. pp. 31–53.

DUNBAR, Robin. *Grooming, Gossip and the Evolution of Language*. Londres: Faber and Faber, 1996.

DYE, David H. *War Paths, Peace Paths: An Archaeology of Cooperation and Conflict in Native Eastern North America*. Lanham, MD: Altamira Press, 2009.

DYE, David Trends in Cooperation and Conflict in Native Eastern North America. In: FRY, Douglas P. (ed.) *War, Peace and Human Nature*. Oxford: Oxford University Press, 2013. pp. 132–50.

EARLE, T. K. Chiefdoms in Archaeological and Ethnohistorical Perspective. *Annual Review of Anthropology*, vol. 16, p. 279–308, 1987.

EIBL-EIBESFLEDT, I. Aggression in the !Ko-Bushmen. In: NETTLESHIP, M. A.; GIVENS, R. D.; NETTLESHIP, A. (eds.) *War: Its Causes and Correlates*. Mouton: The Hague, 1975. p. 281– 296.

ELDREDGE, N.; GOULD, S. J. Punctuated Equilibria: An Alternative to Phyletic Gradualism. In: SCHOFF, T. J. (ed.) *Models in Paleobiology*. São Francisco: Freeman, 1972. p. 82-115.

ELMAN R. Service. *Primitive Social Organization: An Evolutionary Perspective*. Nova Iorque: Random House, 1962.

EMBER, Carol R.; EMBER, Melvin. Resource unpredictability, mistrust, and war: A cross-cultural study. *Journal of Conflict Resolution*, v. 36, n. 2, p. 242-262, 1992.

EMBER, C.; EMBER, M. *Cultural Anthropology*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1990.

FEHR, E.; GÄCHTER, S. Altruistic punishment in humans. *Nature*. vol. 415, p.137-140, 2002.

FERGUSON, R. Introduction: Studying War. In: FERGUSON, R. *Warfare, Culture, and Environment*. Orlando, Florida: Academic Press, 1984. p. 1-82.

FERGUSON, R. B.; WHITEHEAD, N. L. *War in the Tribal Zone*. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 1992.

FERGUSON R. B. *Yanomami warfare*. Santa Fe: School of American Research, 1995.

FERGUSON, R. B. Tribal Warfare. *Scientific American*, v. 266, p. 108–116, 1992.

FLANNERY, Kent; MARCUS, Joyce. *The creation of inequality: how our prehistoric ancestors set the stage for monarchy, slavery, and empire*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2012.

FLANNERY, Kent. Analyzing patterns of growth. In: FLANNERY, Kent (ed.). *The Early Mesoamerican Village*. Nova Iorque: Academic Press, 1976.

FLANNERY, Kent. Prehistoric Social Evolution. In: EMBER, C. R.; EMBER, M. (eds.) *Research Frontiers in Anthropology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1995.

FOOT, Sarah. The historiography of the Anglo-Saxon “nation-state”. In: SCALES, Len; ZIMMER, Oliver (eds.). *Power and the Nation in European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FRIED, Morton H. *The Evolution of Political Society: An Essay in Political Anthropology*. Nova Iorque: Random House, 1967.

FRY, D. P. *The Human Potential for Peace: An Anthropological Challenge to Assumptions about War and Violence*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

FRY, D. (editor) *War, Peace, and Human Nature*. Nova Iorque, Oxford University Press, 2013.

GALBRAITH, V. H. *An Introduction to the Study of History*. Londres: C. A. Watts, 1964.

GAT, Azar. Proving Communal Warfare Among Hunter-Gatherers: The Quasi-Rousseauan Error. *Evolutionary Anthropology*, 24, p. 111-126, 2015.

GAT, Azar. *War in human civilization*. Oxford: Oxford University Press. 2006.

GAT, Azar. The pattern of fighting in simple, small-scale, prestate societies. *Journal of Anthropological Research*, v. 55, n. 4, p. 563-583, 1999.

GAT, Azar. The human motivational complex: Evolutionary theory and the causes of hunter-gatherer fighting. Part I. Primary somatic and reproductive causes. *Anthropological Quarterly*, p. 20-34, 2000.

GAT, Azar. The human motivational complex: Evolutionary theory and the causes of hunter-gatherer fighting, Part II. Proximate, subordinate, and derivative causes. *Anthropological Quarterly*, p. 74-88, 2000.

GAT, Azar; YAKOBSON, Alexander. *Nations: the long history and deep roots of Political Ethnicity and Nationalism*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2013.

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

GEORGE, W. *Darwin*. Londres: Fontana, 1982.

GERNET, Jacques. *Ancient China, from the beginnings to the Empire*. Londres: Faber e Faber, 1968.

GILLINGHAM, J. The English invasion of Ireland. In: BRADSHAW, Brendan; HADFIELD, Andrew; MALEY, Willy (eds.). *Representing Ireland: Literature and the Origins of Conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GILLINGHAM, John. The Beginnings of English Imperialism, *Journal of Historical Sociology*, 5 (4): 392–409 (1992).

GINTIS, Herbert; VAN SCHAIK, Carel; BOEHM, Christopher. Zoon Politikon: The Evolutionary Origins of Human Political Systems. *Current Anthropology*, Volume 56, Number 3, p. 340-341, June 2015.

GORDON, R. J. The !Kung in the Kalahari Exchange: An Ethnohistorical Perspective. In: SCHRIRE, C. (ed.) *Past and Present in Hunter Gatherer Studies*. Orlando: Academic Press, 1984. p. 195– 224.

GOULD, S. J. Free to Be Extinct. *Natural History*, v. 91, No. 8, p. 14-16, 1982.

GROUSSET, R. *The empire of the steppes: A history of Central Asia*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1970.

GUMPLOWICZ, L. *Der Rassenkampf*. Innsbruck: Wagner, 1883.

HAAS, J. Warfare and the Evolution of Culture. In: FEINMAN, G.M.; PRICE, D. (eds.) *Archaeology at the Millennium: A Sourcebook*. Nova Iorque: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2001. p. 329–350.

HAAS, J.; PISCITELLI, M. The Prehistory of Warfare: Misled by Ethnography. In: FRY, Douglas P. *War, Peace, and Human Nature*. Oxford: Oxford University Press, 2013. pp. 168–90.

- HAAS, J. (ed.) *The Anthropology of War*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990.
- Haidt, Jonathan. *The Righteous Mind*. Londres: Penguin Books, 2012.
- HAMILTON, W. D. Innate social aptitudes of man: an approach from evolutionary genetics. In: FOX, R. (ed.) *Biosocial Anthropology*. Nova Iorque: John Wiley, 1975.
- HAMILTON, William D. The genetical evolution of social behaviour. II. *Journal of theoretical biology*, v. 7, n. 1, p. 17-52, 1964.
- HARNER, Michael. Population Pressure and the Social Evolution of Agriculturalists. *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 26, p. 67-86, 1970.
- HARPENDING, Henry; COCHRAN, Gregory. *The 10,000 Year Explosion: How Civilization Accelerated Human Evolution*. Nova Iorque: Basic books, 2009.
- HARRIS, M. *The Rise of Anthropological Theory*. Nova Iorque: Crowell, 1968.
- HASTINGS, Adrian. *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HEIDER, Karl. *The Dugum Dani: A Papuan Culture in the Highlands of West New Guinea*. Nova Iorque: Wenner-Gren Foundation, 1970.
- HENRICH, Joseph Patrick. *Foundations of human sociality: Economic experiments and ethnographic evidence from fifteen small-scale societies*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HERBERT, Gintis; BOWLES, Samuel; BOYD, Robert; FEHR, Ernst. *Moral sentiments and material interests: on the foundations of cooperation in economic life*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005.
- HILGER, Sister Inez M. Arapaho Child Life and its Cultural Background. *Bureau of American Ethnology Bulletin*, No. 148. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1952.
- HILL, Kim R. et. al. Co-residence patterns in hunter-gatherer societies show unique human social structure. *Science*, v. 331, n. 6022, p. 1286-1289, 2011.
- HOBHOUSE, L. T. *Development and Purpose*. Londres: Macmillan & Co., Ltd, 1913.
- HOBSBAWM, Eric. *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HOEBEL, E. Adamson. *The Law of Primitive Man: A Study in Comparative Legal Dynamics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1954.

HOEBEL, E. Adamson. The Political Organization and Law-Ways of the Comanche Indians. *American Anthropological Association Memoir*, vol. 54, Washington, D.C., 1940.

HUNTINGTON, Samuel P. The clash of civilizations? In: *Foreign affairs*, p. 22-49, 1993.

HUXLEY, J. Evolution, Cultural and Biological. In: THOMAS, W. L. Jr. (ed.) *Current Anthropology*, a Supplement to *Anthropology Today*. Chicago: The University of Chicago Press, 3-25, 1956.

HUXLEY, J. *Essays of a Humanist*. Nova Iorque: Harper & Row, 1964.

JENKINS, Philip. Seventeenth-Century Wales: Definition and Identity. In: BRADSHAW, B.; ROBERTS, P. (eds.) *British Consciousness and Identity: The Making of Britain, 1533–1707*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

JENKINS, Philip. *The Making of a Ruling Class: The Glamorgan Gentry 1640–1790*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

JENNESS, Diamond. *The Life of the Copper Eskimos. Report of the Canadian Arctic Expedition, 1913–1918, volume 12*. Ottawa: F. A. Acland, 1922.

JOHNSON, Allen W.; EARLE, Timothy. *The evolution of human societies*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

JONES, Rhys. Tasmanian tribes. In: TINDALE, N. (ed.) *Aboriginal Tribes of Australia*. Berkeley, CA: University of California, 1974.

KAPLAN, Hillard et. al. Food sharing among ache foragers: Tests of explanatory hypotheses. *Current anthropology*, v. 26, n. 2, p. 223-246, 1985.

KEARNEY, H. *The British Isles: A History of Four Nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KEELEY, Lawrence H. War Before Civilization—15 Years On. In: CHACKELFORD, Todd; HANSEN, Ranald (eds.). *The Evolution of Violence*. Nova Iorque: Springer, 2013.

KEELEY, L. *A Guerra antes da Civilização*. São Paulo: Realizações Editora, 2011 (1996).

KEENEY, Baranaby C. England. In: LEON, Tipton C. (ed.) *Nationalism in the Middle Ages*. Nova Iorque: Holt, 1972.

KELLER, Albert G. *Societal Evolution*. Nova Iorque: The Macmillan Company, 1931.

KELLY, Robert L. *The Foraging Spectrum: Diversity in Hunter-Gatherer Lifeways*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1995.

KHALDUN, Ibn. *The Muqaddimah: An Introduction to History*. Translated from the Arabic by Franz Rosenthal. Nova Iorque: Pantheon Books, 1958 [1377].

KIM, N. C. Angels, Illusions, Hydras, and Chimeras: Violence and Humanity. *Reviews in Anthropology*, v. 41, n. 4, p. 329-272, 2012.

KIMBER, Richard Glyn. Hunter-gatherer demography: the recent past in Central Australia. In: MEEHAN, B.; N. WHITE (eds.) *Hunter-gatherer Demography: Past and present*. Sydney: University of Sydney, 1990. p. 160-170.

KIRCH, P. V. *The Evolution of the Polynesian Chiefdoms*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KNAUFT, Bruce. Violence and Sociality in Human Evolution. *Current Anthropology*, vol. 32, p. 391–428, 1991.

KOWALEWSKI, S. A. Valley-Floor Settlement Patterns during Monte Albán. In: LANNERY, Kent; MARCUS, Joyce. *The Cloud People: Divergent Evolution of the Zapotec and Mixtec Civilizations*. Nova Iorque: Academic Press, 1983. pp. 96-97.

KOCH, Klaus. *War and Peace in Jalemo*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

KOWALEWSKI, S. A.; FEINMAN, G. M.; FINSTEN, L.; BLANTON, R. E.; NICHOLAS, L. M. *Monte Alban's Hinterland, Part 11: The Prehispanic Settlement Patterns in Tlacolula, Etla, and Ocotlan, the Valley of Oaxaca, Mexico*. Memoirs 23. Museum of Anthropology, Ann Arbor: University of Michigan, 1989.

KRAELING C. H.; ADAMS, Robert (eds.). *City Invincible*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

KROPOTKIN, P. *Mutual Aid, a Factor of Evolution*. Londres: William Heinemann, 1910 [1902].

KUMAR, Krishan. *The Making of English National Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LAMBERT, Patricia M. The Archaeology of War: A North American Perspective. *Journal of Archaeological Research*, v. 10, p. 207–241, 2002.

LAMBERT, P. M. The osteological evidence for indigenous warfare in North America. In: CHACON, R. J.; MENDOZA, R. G. (eds.) *North American indigenous warfare and ritual violence*. Tucson: The University of Arizona Press, 2007. pp. 202–221.

LARSON, Gordon F. *The Structure and Demography of the Cycle of Warfare Among the Ilaga Dani of Irian Jaya*. Tese de doutorado - Departamento de antropologia, Universidade de Michigan, 1987.

LEBLANC, S. A. Warfare and Human Nature. In: SCHACKELFORD, T; HANSEN, R. (eds.) *The Evolution of Violence*. Nova Iorque: Springer, 2013. p. 73-97.

- LEBLANC, S. A.; REGISTER, K. E. *Constant Battles: The Myth of the Peaceful, Noble Savage*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2003.
- LEBLANC, Steven A. Forager Warfare and Our Evolutionary Past. In: ALLEN, Mark W.; JONES, Terry L. (eds.) *Violence And Warfare Among Hunter-Gatherers*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2014.
- LEBLANC, Steven A. *Prehistoric warfare in the American Southwest*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1999.
- LECKIE, R. William Jr. *The Passage of Dominion: Geoffrey of Monmouth and the Periodization of Insular History in the Twelfth Century*. Toronto: University of Toronto Press, 1981.
- LEE, R. *The !Kung San*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1979.
- LEE, R. Politics, sexual and non-sexual, in egalitarian society. In: LEE, R.; LEACOCK, E. (eds.) *Politics and history in band societies*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1982. p. 37–59.
- LINTON, Ralph. Crops, soils and culture in America. In: *The Maya and their neighbours*. Nova Iorque: D. Appleton and Co., 1940.
- LOURANDOS, Harry. *Continent of Hunter-Gatherers: New perspectives in Australian prehistory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LYNCH, Michael. *Scotland: a new history*. Random House, 2011.
- MARCUS, Joyce; FEINMAN, Gary M. (eds.) *Archaic States*. Santa Fé: School of American Research Press, 1998.
- MARCUS, Joyce; FLANNERY, Kent V. *Zapotec Civilization: How Urban Society Evolved in Mexico's Oaxaca Valley*. Londres: Thames and Hudson, 1996.
- MARCUS, Joyce. *The Peaks and Valleys of Ancient States: an extension of the dynamic model*. In: MARCUS, Joyce; FEINMAN, Gary M. (eds.) *Archaic States*. Santa Fé: School of American Research Press, 1998.
- MARCUS, Joyce. From Centralized Systems to City-States: Possible Models for the Epiclassic. In: DIEHL, R. A.; BERLO, E. (eds.) *Mesoamerica after the Decline of Teotihuacan, A.D. 700-900*. Washington: Dumbarton Oaks, 1989. p. 201-208.
- MARCUS, Joyce. Dynamic Cycles of Mesoamerican States: Political Fluctuations in Mesoamerica. *National Geographic Research and Exploration*. Vol. 8, p. 392–411, 1992.
- MARGULIS, L. *Origin of Eukaryotic Cells*. New Haven, CT: Yale University Press, 1970.

MARTIN, Debra L.; HARROD, Ryan P.; PÉREZ, Ventura R. (editors) *The Bioarchaeology of Violence*. Gainesville: University Press of Florida, 2012.

MAYNARD SMITH, John; SZATHMÁRY, Eörs. *The major transitions of life*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MAYR, E. *What Evolution Is*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 2002.

MAYR, E. *Toward a New Philosophy of Biology*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Berlim, 1859.

MCELREATH, Richard; BOYD, Robert; RICHERSON, Peter J. Shared norms and the evolution of ethnic markers. *Current anthropology*, v. 44, n. 1, p. 122-130, 2003.

MCKISACK, May. *The Fourteenth Century, 1307-1399*. Oxford: Clarendon Press, 1959.

MEAD, Margaret. Warfare is only and invention, not a biological necessity. *Asia*, n. 40, p. 402-405, 1940.

MEGGIT, Mervyn J. *Blood is Their Argument: Warfare Among the Mae Enga Tribesmen of the New Guinea Highlands*. Palo Alto: Mayfield Publishing, 1977.

MEGGITT, M. J., *Desert People: A study of the Walbiri Aborigines of Central Australia*. Chicago: University of Chicago, 1965.

MELBYE, J.; FAIRGREIVE, S. I. A Massacre and Possible Cannibalism in the Canadian Arctic: New Evidence from the Saunaktuk Site (NgTn-I). *Arctic Anthropology*, v. 31, n. 2, p. 57–77, 1994.

MERRIMAN, Marcus. The High Road from Scotland: Stewarts and Tudors in the mid-sixteenth century. In: GRANT, Alexander; STRINGER, Keith. *Uniting the Kingdom? The Making of British History*. Londres: Routledge, 1995.

MIRSKY, Jeannette. The Eskimo of Greenland. In: MEAD, Margaret (ed.). *Cooperation and Competition among Primitive Peoples*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1937. pp. 51–66.

MILNER, George R. Warfare in prehistoric and early historic eastern North America. *Journal of Archaeological Research*, v. 7, n. 2, p. 105-151, 1999.

MONMOUTH, Geoffrey of (c. 1136). *The History of the Kings of Britain*. Traduzido e editado por Lewis Thorpe. Londres: Penguin Books, 1966.

MORGAN, John. *The Life and Adventures of William Buckley: Thirty-two years a wanderer among the Aborigines of the unexplored country round Port Philip*. Canberra: Australian National University Press, 1980 (1852).

- MORGAN, L. *Ancient Society*. (L. A. White, ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1964 [1877].
- MOSELEY, M. E. *The Incas and Their Ancestors: The Archaeology of Peru*. Londres: Thames and Hudson, 1992.
- MYERS, Fred R. The Cultural Basis of Politics in Pintupi Life. *Mankind*, vol.12, p. 197–214. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1980.
- NELSON, E. W. *The Eskimo about Bering Strait*. Washington, DC: Smithsonian Institute, 1983 (1899).
- NICHOLAS, L. M. Land Use in Prehispanic Oaxaca. In: KOWALEWSKI, S. A.; FEINMAN, G. M.; FINSTEN, L.; BLANTON, R. E.; NICHOLAS, L. M. (eds.) *Monte Albán's Hinterland, Part 11: The Prehispanic Settlement Patterns in Tlacolula, Etla, and Ocotlan, the Valley of Oaxaca, Mexico*. Memoirs 23. Museum of Anthropology, Ann Arbor: University of Michigan, 1989. pp. 449-505.
- NORENZAYAN, Ara. *Big Gods: how religion transformed cooperation and conflict*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- OKASHA, Samir; BINMORE, Ken. *Evolution and rationality: decisions, cooperation, and strategic behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- OOSTERBEEK, Hessel; SLOOP, Randolph; KUILEN, Gus van de. Cultural differences in ultimatum game experiments: evidence from a meta-analysis. In *Experimental Economics*, vol. 7, p. 171–188, 2004.
- OPPENHEIMER, Franz. *The State*. Nova Iorque: Vanguard, 1926 (1908).
- OTTERBEIN, K. F. The Origins of War. *Critical Review*, v. 11, n. 2, 1997. p. 251–277.
- OTTERBEIN, K. F. *How War Began*. Texas: A&M University Press, 2004.
- OTTERBEIN, Keith F. *The evolution of war: a cross-cultural study*. New Haven, Conn.: HRAF Press, 1989.
- PANDIT, Sagar A.; VAN SCHAIK, Carel P. A model for leveling coalitions among primate males: toward a theory of egalitarianism. *Behavioral Ecology and Sociobiology*, v. 55, n. 2, p. 161-168, 2003.
- PANCHANATHAN, K., and BOYD, R. Indirect reciprocity can stabilize cooperation without the second-order free rider problem. *Nature*, vol. 432, p. 499–502, 2004.
- PARKER, James G. Scottish Enterprise in India, 1750–1914. In: CAGE, R. A. (ed.) *The Scots Abroad: Labour, Capital, Enterprise, 1750-1914*. Londres: Routledge, 1985. p. 191-219.
- PERCEVAL-MAXWELL, Michael. *Outbreak of the Irish Rebellion of 1641*. Dublin: McGill-Queen's Press-MQUP, 1994.

PINCUS, Steven. The English Debate Over Universal Monarchy. In: ROBERTSON, John (ed.) *A union for Empire: political thought and the British Union of 1707*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PINKER, S. *The Better Angels of Our Nature: Why Violence Has Declined*. Nova Iorque: Viking Press, 2011.

PINKER, Steven. The False Allure of Group Selection. *An Edge Original Essay* (18/06/2012). Disponível em: <http://edge.org/conversation/the-false-allure-of-group-selection>.

PITTOCK, Murray G. H. *Inventing and Resisting Britain: Cultural Identities in Britain and Ireland, 1685–1789*. Londres: Macmillan, 1997.

POSTGATE, Nicholas. *Early Mesopotamia: Society and Economy at the Dawn of History*. Londres: Routledge, 1992.

POTTS, Richard. *Humanity's Descent: The Consequences of Ecological Instability*. Nova Iorque: Avon Press. 1996.

POWICKE, F. M. *The Thirteenth Century*. Oxford: Clarendon Press, 1953.

RASMUSSEN, Knud. *The Netsilik Eskimos*. Reports of the Fifth Thule Expedition, vol. 3. Copenhagen, 1931.

RATZENHOFER, Gustav. *Wesen und Zweck der Politik*. Leipzig: Brockhaus, 1893.

REYNOLDS, Susan. *Kingdoms and Communities in Western Europe, 900-1300*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

RICE, Glen E.; LEBLANC, Steven A. (editors) *Deadly Landscapes: Case Studies in Prehistoric Southwestern Warfare*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2001.

RICHERSON, P. J.; BOYD, R. The evolution of human ultrasociality. In: EIBL-EIBESFELDT, I; SALTER, F. K. (eds.) *Ethnic Conflict and Indoctrination*. Oxford: Berghahn Books, 1998. p.71-95.

RICHERSON, P. et. al. Cultural group selection plays an essential role in explaining human cooperation: A sketch of the evidence. *Behavioral and Brain Sciences*, p. 1-6, 2016.

RIDDLEY, Matt. *The Origins of Virtue: Human instincts and the evolution of cooperation*. Nova Iorque: Viking, 1996.

ROBERTS, Peter. Tudor Wales, National Identity and the British Inheritance. In: BRADSHAW, B.; ROBERTS, P. (eds.) *British Consciousness and Identity: The Making of Britain, 1533–1707*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ROBERTSON, John. Union, State and Empire: The Britain of 1707 in its European Setting. In: STONE, Lawrence (ed.). *An Imperial State of War: Britain from 1689 to 1815*. Londres: 1994.

ROBERTSON, John. Empire and Union: Two Concepts of the Early Modern European Political Order. In: ROBERTSON, John (ed.) *A union for Empire: political thought and the British Union of 1707*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

RUSSEL, Conrad. Composite Monarchies in Early Modern Europe. In: GRANT, Alexander; STRINGER, Keith (eds.). *Uniting the Kingdom? The Making of British History*. Londres: Routledge, 1995.

RYAN, Lyndall. *The Aboriginal Tasmanians*. Vancouver: University of British Columbia, 1996.

SAHLINS, Marshall D. Poor Man, Rich Man, Big-Man, Chief: Political Types in Melanesia and Polynesia. In: *Comparative Studies in Society and History*, vol. 5, p. 285–303, 1963.

SAHLINS, Marshall. *Tribesmen*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1968.

SAHLINS, Marshall D. Notes on the original affluent society. In: LEE, R. B.; DEVORE, I. (eds). *Man the Hunter*. Chicago: Aldine-Atherton, 1968. p. 85–89.

SANDERS, William T.; PRICE, Barbara J. *Mesoamerica: the evolution of a civilization*. Nova Iorque: Random House, 1968.

SANDERSON, S. K. *Evolutionism and its Critics*. Nova Iorque: Routledge, 2007.

SANDERSON, Stephen K. *Human Nature and the Evolution of Society*. Boulder, Westview Press, 2014.

SCOTT, J. Selection in the Soup. *The Sciences*, v. 23, No. 6, p. 38-42, 1983.

SEARLE, Eleanor. *Predatory Kinship and the Creation of Norman Power, 840—1066*. Berkeley: University of California Press, 1988.

SHAW, R. P.; WONG, Y. *Genetic Seeds of Warfare*. Boston: Unwin and Hyman, 1989.

SHOSTAK, Marjorie. *Nisa: The Life and Words of a !Kung Woman*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981.

SLOBODIN, Richard. Leadership and Participation in a Kutchin Trapping Party. In: DAMAS D. (ed.) *Contributions to Anthropology: Band Societies*. Ottawa, 1969. pp. 56–89.

SMITH, Philip E.; YOUNG, T. Cuyler. The evolution of early agriculture and culture in greater Mesopotamia: A trial model. In: SPOONER, Brian (ed.). *Population Growth: anthropological implications*. Cambridge: MIT Press, 1972.

SMITH, D. L. *The Most Dangerous Animal: Human Nature and the Origins of War*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2007.

SMUTS, B. B. The evolutionary origins of patriarchy. *Human Nature*, vol. 6, p. 1-32. 1995.

SMUTS, Barbara B. Male Aggression against Women: an evolutionary perspective. *Human Nature*, vol. 3, p. 1-44, 1992.

SNEAD, James E., ALLEN, Mark W. (editors) *Burnt Corn Pueblo: Conflict and Conflagration in the Galisteo Basin A.D. 1250–1325*. The Anthropological Papers of the University of Arizona, No. 74. Tucson: The University of Arizona Press, 2010.

SNOOKS, Graeme Donald. *The Ephemeral Civilization*. Londres: Routledge, 1997.

SOBER, E.; WILSON, D.S. *Unto Others: The Evolution and Psychology of Unselfish Behavior*, Cambridge (MA): Harvard University Press, 1998.

SOUTHERN, R. W. Aspects of the European Tradition of Historical Writing: 4. The Sense of the Past. *Transactions of the Royal Historical Society*, 5th series, 23: 243–63 (1973).

SPENCE, Jonathan. *Treason by the Book*. Nova Iorque: Penguin, 2002.

SPENCER, Herbert. *The Study of Sociology*. Londres: Henry S. King, 1873.

SPENCER, Herbert. The Filiation of Ideas. In: DUNCAN, David. *Life and Letters of Herbert Spencer*. Nova Iorque: D. Appleton and Co, 1908. p. 304-365.

SPENCER, Herbert. *The Principles of Sociology*. Nova Iorque: D. Appleton and Co, 1899.

SPIKINS, Penny. Resposta a GINTIS, Herbert; VAN SCHAIK, Carel; BOEHM, Christopher. Zoon Politikon The Evolutionary Origins of Human Political Systems. *Current Anthropology*, Volume 56, Number 3, June 2015.

STEWART, Julian H. Cultural causality and law: a trial formulation of the development of early civilizations. *American Anthropologist*, vol. 51, n. 1, p. 1-27, 1949.

STEARNS, Stephen C. Are we stalled part way through a major evolutionary transition from individual to group? *Evolution*, v. 61, n. 10, p. 2275-2280, 2007.

STINER, M. C.; BARKAI, R.; GOPHER, A. Cooperative hunting and meat sharing 400–200 kya at Qesem cave, Israel. *Proceedings of the National Academy of Sciences* vol. 106, p. 13207–13212, 2009.

STREHLOW, T. G. H. Geography and the totemic landscape in Central Australia. In: BERNDT R. M. (ed.) *Australian Aboriginal Anthropology*. Nedlands: University of Western Australia, 1970.

STRUVE, Vasilij Vasil'evich. The problem of the genesis, development and disintegration of the slave societies in the ancient orient. In: DIAKONOV, I. M. (ed.) *Ancient Mesopotamia: Socio-Economic History. A Collection of Studies by Soviet Scholars*. Moscou: Nauka, 1969. p. 17-69.

TANAKA, Jiro. *The San Hunter-Gatherers of the Kalahari: A Study in Ecological Anthropology*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1980.

THIEME, Hartmut. Lower Palaeolithic hunting spears from Germany. *Nature*, v. 385, n. 6619, p. 807, 1997.

TRIVERS, R. L. Parental Investment and sexual selection. In: CAMPBELL, B. (ed.) *Sexual Selection and the Descent of Man, 1871-1971*. Chicago: Aldine, 1972.

TRIMBORN, Hermann. Señorío y barbarie en el Valle del Cauca. *Estudio de la Antigua civilización Quimbaya y grupos afines del Oeste de Colombia*. Madri: Instituto Gonzalo Fernández de Oviedo, 1949.

TURCHIN, Peter. *War and Peace and War*. Londres: Penguin Books, 2006.

TURCHIN, Peter. *Ultrasociety*. Chaplin: Beresta Books, 2016.

TURCHIN, Peter. Warfare and the evolution of social complexity: A multilevel-selection approach. *Structure and Dynamics*, v. 4, n. 3, 2011.

TURCHIN, Peter; GAVRILETS, Sergey. Evolution of complex hierarchical societies. *Social Evolution & History*, v. 8, n. 2, p.167-198, 2009.

TURCHIN, Peter. A theory for formation of large empires. *Journal of Global History*, v. 4, n. 02, p. 191-217, 2009.

TURVILLE-PETRE, Thorlac. *England the Nation: Language, Literature, and National Identity, 1290–1340*. Oxford: Clarendon Press, 1996.

TYLOR, E.B. *Anthropology*. Nova York: D. Appleton and Co., 1916.

TYLOR, E.B. *Primitive Culture*, 2 vol. Londres: John Murray, 1871.

WADE, Nicholas. *A troublesome inheritance*. Nova Iorque: Penguin press, 2014.

WAGNER, Michael. Scotland in the Late Eighteenth Century: Integration, Modernization and Opposition. In: ASCH, Ronald G. (ed.) *Three Nations: A Common History? England, Scotland, Ireland and British History c. 1600-1920*. Bochum: Universitätsverlag Dr. N. Brockmeyer, 1993. p. 147-159.

WARNER, W. Lloyd. *A Black Civilization: A social study of an Australian tribe*. Nova Iorque: Harper, 1958 (1937).

WEATHERFORD, J. *Genghis Khan and the Making of the Modern World*. Nova Iorque: Random House, 2004.

WENDORF, F. Site 117: A Nubian Final Paleolithic Graveyard Near Jebel Sahaba, Sudan. In: WENDORF, F. (ed.) *The Prehistory of Nubia*. Dallas: Methodist University Press, 1968. pp. 954–998.

WENKE, Robert J. OLSZEWSKI, Deborah J. *Patterns in Prehistory: Humankind's first Three Million Years*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

WHITEHEAD N. The snake warriors — sons of the Tiger's Teeth: a descriptive analysis of Carib warfare, ca. 1500–1820. In: HAAS J. (editor) *The anthropology of war*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990. p.146–170.

WIESSNER, P. From Spears to M-16s: Testing the Imbalance of Power Hypothesis among the Enga. *Journal of Anthropological Research*, 62, p. 165-191, 2006.

WILLIAMS, G. C. *Adaptation and Natural Selection*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1974 [1966].

WILLIAMS, George C. Reply to comments on “Huxley's evolution and ethics in sociobiological perspective”. *Zygon*, v. 23, n. 4, p. 437-438, 1988.

WILSON, David J. Prehispanic Settlement Patterns in the Casma Valley, North Coast of Peru. *Report to the National Geographic Society*, 1995.

WILSON, E. O. *The Social Conquest of Earth*. Nova Iorque: Liveright, 2012.

WILSON, Edward. *On Human Nature*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

WILSON, David Sloan. *Darwin's Cathedral*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

WITTFOGEL, Karl. *Oriental Despotism*. New Haven: Yale University Press, 1957.

WILSON, David Sloan; WILSON, Edward O. Rethinking the theoretical foundation of sociobiology. *The Quarterly review of biology*, v. 82, n. 4, p. 327-348, 2007.

WILSON, Margo; DALY, Martin. Evolutionary Psychology of Male Violence. In: ARCHER, J. (ed.) *Male Violence*. Londres: Routledge, 1994.

WILSON, Edward O. *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1975.

WILSON, David Sloan. *Does Altruism exist?* New Haven: Yale University Press, 1995.

WILSON, Margo; DALY, Martin. The Man who mistook his Wife for a Chattel. In: BARKOW J. H.; COSMIDES L.; TOOBY J. (eds.) *The Adapted Mind: evolutionary psychology and the generation of culture*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1992.

WINTERHALDER, Bruce; SMITH, Eric A. *Evolutionary ecology and human behavior*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 1992.

WOODBURN, James. Egalitarian societies. *Man*, p. 431-451, 1982.

WORMALD, Jenny. James VI, James I and the Identity of Britain. In: BRADSHAW, Brendan; MORRILL, John (eds.) *The British Problem, c. 1534–1707: State Formation in the Atlantic Archipelago*. London: Macmillan, 1996.

WORMALD, Patrick. Anglo-Saxon society and its literature. In: GODDEN, Malcolm; LAPIDGE, Michael (eds.). *The Cambridge Companion to Old English Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WORMALD, Jenny. One king, two kingdoms. In: GRANT, Alexander; STRINGER, Keith (eds.). *Uniting the Kingdom? The Making of British History*. Londres: Routledge, 1995.

WORMALD, Patrick. Bede, the Bretwaldas and the Origins of the Gens Anglorum. In: WORMALD, Patrick (ed.). *Ideal and Reality in Frankish and Anglo-Saxon Society*. Oxford: Blackwell, 1983.

WORMALD, Jenny. The creation of Britain: multiple kingdoms or core and colonies? *Transactions of the Royal Historical Society (Sixth Series)*, v. 2, p. 175-194, 1992.

WRANGHAM, R; PETERSON, D. *O Macho Demoníaco: as origens da agressividade humana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998 (1996).

WRIGHT, H. T.; JOHNSON G. A. Population, Exchange, and Early State Formation in Southwestern Iran. In: *American Anthropologist*, vol. 77, p. 267- 89, 1975.